O público de um crime privado: estupro, masculinidades e condicionantes culturais – Apontamentos para Políticas Públicas de reintegração de infratores, prevenção e atendimento a mulheres.
Leonardo Nolasco-Silva

O público de um crime privado: estupro, masculinidades e condicionantes culturais – Apontamentos para Políticas Públicas de reintegração de infratores, prevenção e atendimento a mulheres.

Leonardo Nolasco-Silva

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Profª Drª Sílvia Alicia Martinez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF Campos dos Goytacazes, Fevereiro de 2006.

O público de um crime privado: estupro, masculinidades e condicionantes culturais – Apontamentos para Políticas Públicas de reintegração de infratores, prevenção e atendimento a mulheres.

Leonardo Nolasco-Silva

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em	_ de	de 2006.	
Comissão examin	adora:		
•	Coeli da Silveira e niversidade Salga	Silva (Doutora em Com do de Oliveira	unicação)
Prof ^a Dr ^a Liete de	Oliveira Accácio ((Doutora em Educação)	- UENF
Prof ^a Dr ^a Simonne	e Teixeira (Doutor	a em História) - UENF	
Prof ^a Dr ^a Sílvia Al	icia Martinez (Dou Orientadora	utora em Educação) – Ul a	ENF
Prof ^a Dr ^a Teresa o		Faria (Doutora em Estud Suplente	los Urbanos

Índice

	/I /II
Introdução\	VIII
Capítulo I Estupro: a teatralização de um drama privado	14
1.1 Cenários distintos, tramas diferenciadas	30 33 36
Capítulo II Identidades Sexuais em movimento: transgressões e permanências Compondo a cena do estupro	47
2.1 Coisas de homem, coisas de mulher	57 64
Capítulo III Quando o balão cai no alojamento: uma etnografia da Masculinidade r cárcere	no 73
3.1Procedimentos Metodológicos	77 88 96
3.2.2 Traumas e tramas da publicização: a experiência da mulher estuprada frente aos 'órgãos de apoio'(?)	103 112 114
3.3.2 Duran: marido, pai e avô	119 122 125 128
3.3.6 Pedro Pedreiro: pastor e estuprador reincidente	131 136 138 144
3.4.3 O Super-Homem está preso, mas não está morto	148 156 161
Considerações finaisBibliografiaApêndice (cenas das peças de Nelson Rodrigues)Anexo (depoimentos dos internos sobre as cenas trabalhadas)	169 178 187 196

Agradecimentos

Existe uma canção do Chico Buarque que diz: APESAR DE VOCÊ AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA. Em diversas ocasiões ao longo desse trabalho pequei-me cantarolando o pequeno trecho repetidas vezes, talvez no intento de reunir forças para dar continuidade ao projeto de vida que propus encarar no mestrado. Muitas foram as dificuldades, as pedras sem poesia que vez ou outra apareciam no meio do caminho, mas a mão estendida também se faria contemplar e por conta disso, cá estamos, TALVEZ NO TEMPO DA DELICADEZA. É o momento de dizer obrigado e de retribuir o carinho oferecido entre dores de cabeça, atrasos, esquecimentos e turnês teatrais... Em primeiro lugar, sempre, agradeço a formação propiciada por meus pais, aproveitando para me redimir das ausências e das possíveis falhas que certamente cometi; à Keli Diel eu devo o incentivo e a confiança nas minhas potencialidades; Manuela Blanc e Raquel Faes, amigas de sempre, confidentes e confortantes nas situações mais complicadas; Wania Mesquita, Carlos Henrique Aguiar Serra e Pedro Paulo de Oliveira, minha gratidão eterna pelas dicas valiosas na defesa de projeto; aos secretários Beatriz, Geraldo, Ana Paula e Gustavo por facilitarem a vida quando todos em volta a dificultam; para Maria do Carmo Petrucci Rangel e Carla Aparecida de Azevedo meu carinho, admiração e saudade pelas trocas no grupo de pesquisa; aos amigos do teatro retribuo a suavidade dos gestos quando nos dias de visita me encontravam abatido e simplesmente ofereciam seus ombros; à Vera Coutinho e toda equipe do NIAM/ Campos agradeço a disponibilidade apresentada; aos internos do CTF e suas famílias, sem os quais nada disso seria possível; Guri e sua capacidade de abrir cadeados; à Lana Lage minha dupla gratidão, pelo apontamento de horizontes novos; Simonne Teixeira e sua habitual gentileza nos momentos mais tensos desse mestrado; professora Liete de Oliveira Accácio e professora Regina Coeli pela leitura atenta desse trabalho e por suas necessárias correções, bem como à professora Tereza Peixoto pela revisão do mesmo; Marcelo Gantos e Sílvia Martinez pela demonstração de respeito e carinho quando tudo isso parecia perdido. Ao Rey pela constância e pela base... Conseguimos chegar até aqui para frustração de uns poucos e alegria de muitos! A todos, meu abraço e minha gratidão.

Para Maria Helena, Carlos Freitas e Janete Diniz pelo companheirismo, amizade, força e coragem no enfrentamento das tormentas. Sem vocês eu não teria conseguido.

Resumo

A construção da masculinidade violenta pautada em atributos como virilidade, agressividade e poder constituiu o foco central desse trabalho. Durante a pesquisa estivemos atentos aos caminhos percorridos pela vítima de estupro desde a publicização do conflito - muitas vezes doméstico - até o processamento jurídico do mesmo, procurando perceber no contexto das desigualdades de gênero os entraves colocados no caminho da punição. Por meio de uma observação participante instrumentalizada por entrevistas guiadas e relatos de vida com estupradores condenados, reclusos no presídio Carlos Tinoco da Fonseca - Campos dos Goytacazes, RJ – procuramos averiguar no discurso do vitimizador a correlação possível entre a assimilação de uma masculinidade misógina e o exercício da violência sexual. No decorrer do trabalho de campo buscamos produzir uma etnografia do presídio, situando o estuprador num contexto de dupla desfiliação: além de perder temporariamente seu lugar social, ele experimenta a rejeição interna de seus pares detidos por crimes distintos. O masculino que elege a violência e a performance sexual como atributos positivos da categoria 'homem', recrimina esse mesmo homem que desempenha seu 'papel viril' através da força. A observação de certos ritos de conduta possibilitou-nos o entendimento da não aceitação do estuprador num cenário onde a subordinação da mulher é tida tradicionalmente como uma prática 'natural'. De posse dessas observações, pretendemos oferecer alguns apontamentos que poderão auxiliar a formulação e aplicação de políticas públicas de reintegração, a partir da reflexão sobre a construção social das identidades sexuais; também é nosso intento apresentar subsídios para o atendimento/ acompanhamento de mulheres violentadas, sobretudo no casamento, por conta da resistência referente ao estupro marital. Além do presídio, elegemos como unidades de análise a 134° DP e o NIAM/ Campos – interlocutores diretos no processamento do crime.

Palavras-Chave

Gênero, masculinidades, violência sexual, políticas públicas e sistema carcerário.

T ntrodução

Iniciar é sempre um desafio.

A procura por uma frase de impacto ou por uma construção gramatical que desperte o interesse do leitor torna-se uma constante que persegue o escriba em seus sonhos, em suas horas de lazer, em suas dores de cabeça e demais ocasiões em que o esforço criativo deveria dedicar-se a outras paisagens. Contudo, o que tenho a mostrar é um trabalho simples, resultado de um sonho não compreendido por alguns em sua gênese, de uma busca por respostas incômodas em cenários nem sempre sorridentes. Chegada a bonança a tela do computador respira e adormece. O escriba permanece acordado à espreita das possíveis nuvens carregadas, pois aprendeu na cadeia que na hora do sono é preciso manter um dos olhos abertos.

A pesquisa que agora apresento sob a forma de dissertação de mestrado consistiu em um estudo acerca do crime de estupro e da atuação de seus protagonistas em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, considerei como foco principal de informação o discurso de estupradores condenados e cumpridores de pena, em regime integralmente fechado, no Presídio Carlos Tinoco da Fonseca (Campos dos Goytacazes, RJ), estabelecendo com outras unidades de análise um profícuo diálogo que permitiu conhecer, de forma mais ampla, os caminhos trilhados não só pelo vitimizador, mas também pela vítima, ao longo do processo de publicização da violência sofrida.

O objetivo central do trabalho foi conhecer as possíveis causas do crime sexual, buscando identificar, na fala dos estupradores, a influência ou não dos discursos de gênero na adoção do comportamento violento. Como objetivos secundários, pretendi observar os procedimentos da 134º DP e do NIAM/ Campos (Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher) quando procurados por uma vítima de estupro, estando atento às posturas adotadas por seus profissionais no encaminhamento dos conflitos.

O marco teórico da pesquisa tem seu sustentáculo na literatura de gênero, sendo os estudos sobre as masculinidades os principais interlocutores da análise apresentada. Antes de iniciá-la, contudo, creio ser oportuno oferecer um panorama

geral do que chamarei de 'masculinidade' no decorrer do trabalho.

De acordo com Oliveira (2004), a masculinidade pode ser entendida como um lugar simbólico ou imaginário com poder estruturante nos processos de subjetivação. Ela possui um significado social e em torno dela são elaborados condutas e posicionamentos compartilhados pela coletividade, funcionando como uma bússola de orientação que definirá o autenticamente masculino.

O termo 'masculinidade' deriva do latim 'masculinus' e começou a ser utilizado em meados do século XVIII, quando as diferenciações entre os sexos nortearam os esforços da ciência. Alguns autores, dentre eles MacInnes (1998), defendem a tese de que a masculinidade não existe, que se trata de uma fantasia sem grande relevância para o entendimento da sociedade, pautada em ideologias cujas tentativas de definição são infrutíferas e desnecessárias. Assumir tal postura, entretanto, negando a importância desse lugar simbólico, pouco contribui para o debate acerca dos conflitos de gênero, a partir dos quais a temática do estupro se coloca. A masculinidade, ainda que passando por processos de gradativas transformações, permanece, na atualidade, interferindo nas construções que os indivíduos realizam acerca de si mesmos e daqueles que os cercam. Em torno dela se organizam preceitos, condutas, responsabilidades e direitos que serão cobrados e cumpridos durante a trajetória dos mais distintos agentes. Um desses direitos/cobranças corresponde à idéia de posse sobre o corpo da mulher.

Ao trabalhar com o estupro, considerei que a violência sexual encontra-se ligada aos ideais masculinos de virilidade e poder, sendo possibilitada pela 'naturalização' das práticas misóginas há muito presentes na história das civilizações. Longe de ser uma novidade ou uma conseqüência direta da violência urbana, cujos índices alarmantes assombram as grandes e pequenas cidades, o estupro tem sua existência comprovada nos registros históricos dos séculos passados, apresentando-se como uma prática antiga e como um assunto tabu cuja problematização esteve ausente da academia por várias décadas.

Boa parte dos estudos existentes acerca do tema restringe sua análise à jurisprudência do crime ou à trajetória das mulheres vitimizadas que decidiram publicizar a violência sofrida, sendo o homem estuprador encarado dentro dos estigmas que o qualificam como "louco, sem caráter e nocivo ao bem estar social". Nesse estudo, pretendi ir além da rotineira leitura sobre o 213¹, dando voz aos

Ϊ́Х

¹ Número do artigo referente ao crime de estupro no Código Penal Brasileiro.

estupradores e às justificativas utilizadas por eles em suas argumentações. Nas visitas à penitenciária, procurei estabelecer uma estratégia de observação que permitisse a visualização do dia-a-dia do preso, independente da minha presença no local, alargando minhas possibilidades de aproximação do objeto para além das entrevistas guiadas que possibilitariam a redação dos cinco relatos de vida que compõem o corpo principal da pesquisa. Minha intenção foi obter um conhecimento direto da relação que os estupradores mantêm com os demais presos, ao mesmo tempo em que observava as estratégias de aproximação e defesa que os mesmos utilizavam para manterem-se livres das represálias dos colegas de cela.

Dessa observação, surgiram dados interessantes sobre a identidade sexual dos detentos e sua releitura na ausência de liberdade. Se no extra-muros o homem tem sua vida construída em pilares erguidos pelo trabalho, pela demonstração de força e demais valores masculinos ditados pela socialização tradicional, na cadeia tais valores são modificados e perpetuados em estratégias de permanência.

Para a coleta de dados, realizei durante oito meses consecutivos um intenso trabalho de campo no CTF², na 134º DP e no NIAM/ Campos, encontrando no caminho uma série de empecilhos narrados no corpo do texto. Foram 59 visitas ao Carlos Tinoco da Fonseca, 21 pessoas entrevistadas, 7 idas a 134º DP, 17 incursões no NIAM/Campos, 19 horas de gravação em fita K7. Nas páginas que seguem, procurei dividir o desenvolvimento do tema em três capítulos complementares que poderão perder o sentido se tomados isoladamente.

Na primeira parte, empreendi um levantamento bibliográfico acerca das discussões acadêmicas que tratam do crime de estupro, seja pela vertente jurídica, histórica, sociológica ou antropológica. Na exposição dos autores – em sua maioria norte-americanos – poderemos perceber as carências teóricas referentes ao tema, principalmente no que se refere à análise do vitimizador. As pesquisas existentes privilegiam, como foi dito, os aspectos do Direito e a trajetória da vítima no tortuoso caminho da publicização, não deixando espaço para a problematização do crime na totalidade dos atores envolvidos.

O imaginário social acerca do tema e a funcionalidade do estuprador, enquanto ameaça capaz de manter muitas mulheres em constante estado de alerta, foram trabalhados através de textos que elegem a mídia como veículo disseminador de um estereótipo conveniente do criminoso sintetizado no *serial killer* Jack, o

_

² Penitenciária Carlos Tinoco da Fonseca

estripador. O ficcionismo da personagem, pretensamente inspirada na vida real, será contraposto aos dados apresentados no capítulo etnográfico, onde os relatos de vida dos detentos nos apresentarão a diversidade de práticas e posicionamentos de homens distintos, ainda que acusados e condenados pelo mesmo crime.

O aspecto jurídico do tema foi tratado de maneira breve já que não representa o viés principal do trabalho, mas a importância do mesmo não deverá ser rejeitada pelo leitor mais interessado no aprofundamento do estupro. Nos limites que a minha formação me impôs, utilizei artigos razoavelmente simples, porém extremamente articulados com as discussões atuais. Os impasses da lei de estupro e as diferentes contribuições acadêmicas em torno do crime compõem os demais tópicos desse capítulo, sinalizando para o papel fundamental do movimento feminista na conquista e preservação dos direitos da mulher.

No capítulo II foram abordados os estudos de gênero que lidam com a temática da masculinidade, a fim de situar o leitor nas discussões mais recentes sobre a contestação das identidades sexuais e seu embate com os cristalizados focos de resistência. Através do contato com pesquisas desenvolvidas com grupos de homens no Brasil e nos Estados Unidos, ousei situar os detentos em um cenário de transformações, buscando observar, através dos seus discursos, a viabilidade de atuação da alardeada 'crise da masculinidade'. Estariam esses homens passando por um processo de reavaliação de suas identidades sexuais? Em que medida o crime de estupro está relacionado a uma socialização pautada na agressividade e nas demonstrações de poder? Como se comportam os ideais de masculinidade em um contexto de clausura e limitações?

Ainda no capítulo II, faço uma referência ao trabalho de Boechat e exponho, em linhas gerais, a importância dos arquétipos masculinos para a configuração da identidade do homem. Adiante, no capítulo etnográfico, esses arquétipos serão trabalhados de forma a oferecer possíveis associações entre modelos identitários assumidos e a violência sexual cometida. Devo alertar, contudo, que a recorrência a esse viés teórico não deve ser entendida como uma tentativa de situar o trabalho no campo da psicanálise. As ciências sociais e as possibilidades de interdisciplinaridade que apresentam deram-me coragem para aventurar-me nesse campo sem elegê-lo como mola mestra do trabalho aqui apresentado.

As recentes discussões sobre as masculinidades e suas transformações na contemporaneidade foram trabalhadas de forma a propiciar no capítulo etnográfico a

aplicação de alguns conceitos frente às condutas e posicionamentos observados entre os presos. O recurso ao esporte e à musculação, a necessidade do trabalho e do título de provedor, além da busca constante da aceitação de olhares femininos pautados na conquista sexual, encontram nessa secção uma sistematização teórica que une pesquisas realizadas no Brasil e outras contribuições estrangeiras. O que querem os homens e o porquê da assimilação de determinados modelos identitários baseados na violência são indagações dispostas ao longo do capítulo de forma a possibilitar não uma, mas algumas leituras acerca do "macho moderno".

Os elementos trabalhados nos dois capítulos iniciais encontram alternativas de desenvolvimento e aplicação no capítulo III, caracterizado como uma etnografia da Penitenciária Carlos Tinoco da Fonseca (CTF). Antes, contudo, conduzo o leitor a percorrer as unidades que antecederam minha entrada no presídio, não apenas como meio para fornecer informações relevantes ao desenrolar dos casos, mas também como forma de indicar as dificuldades encontradas para chegar 'ao outro lado do portão'.

De início, proponho ao leitor uma visita ao Núcleo Integrado de Atendimento a Mulher, expondo sua trajetória de formação, o perfil do atendimento oferecido, bem como os ideários que norteiam o trabalho de uma amostra de seu corpo técnico. Os dados colhidos no NIAM indicam as barreiras colocadas no caminho da vítima quando da publicização da violência sexual, sobretudo se esta tiver um caráter doméstico. O estupro marital, ainda que considerado crime por boa parte dos doutrinadores jurídicos e debatido pelas pesquisas mais recentes, encontra resistências de aceitação, sendo decodificado como *outras violências* (agressão física, ameaça ou violência psicológica).

Ainda no tocante à publicização, procurei oferecer um breve esboço do atendimento da 134° DP quando do registro de ocorrência de um crime de estupro. Situado como um observador não participante, verifiquei e transcrevi as dificuldades e constrangimentos colocados diante da vítima através do despreparo dos atendentes e demais circunstâncias vexatórias que caracterizaram a cena do BO (Boletim de Ocorrência). No mesmo lócus de observação, conversei com o acusado que, no calor dos acontecimentos, falou abertamente sobre o crime sem as resistências mais tarde encontradas nos estupradores condenados e cumpridores de pena.

Já no presídio apresento os depoimentos de detentos condenados não só

pelo 213, mas também por outras modalidades de crime, de forma a proporcionar interpretações diversas para a violência sexual, entregando aos ideais de masculinidade a via principal para o exercício do estupro, bem como à rejeição empreendida contra o estuprador.

Situada no campo da interdisciplinaridade, a presente pesquisa mantém a identidade dos seus depoentes em sigilo. Cercado por muros de concreto e grades de ferro, decidi substituir os nomes dos meus informantes por personagens que compõem a obra do compositor Chico Buarque de Holanda, fundo musical em todos os meses de trabalho, numa tentativa assumida de colorir poeticamente esse retrato em preto e branco que é a cadeia. Alguns entrevistados tiveram seus nomes verdadeiros conservados por conta da imediata associação viabilizada pela ciência dos cargos administrativos que ocupam. A direção do CTF citada no trabalho já não compõe o quadro da instituição, tendo sido substituída no primeiro semestre de 2005.

Devo, por fim, alertar que no decorrer do trabalho algumas expressões poderão causar estranheza ao leitor pela forte ligação que mantêm com o universo das artes cênicas. Tal apropriação lingüística, contudo, não é uma novidade dessa dissertação, podendo ser encontrada também no artigo de Ardaillon e Debert apresentado adiante. A escolha por esse caminho foi algo consciente e inevitável já que, além do aspecto de encenação que marca o processamento do crime, a redação da pesquisa deu-se em meio a uma turnê teatral, entre ônibus, hotéis, camarins e coxias. Como tradicionalmente, nós atores, falamos no teatro antes de subir os panos: MERDA!

Portões abertos. A visita vai começar.

CAPÍTULO I

Estupro: a teatralização de um drama privado

"Eu não tenho mais vida. O que sobrou pra mim foi a vergonha e o medo de nunca mais andar de cabeça erguida". (Terezinha, 36, estuprada aos 32 anos por um desconhecido).

"Eu sou normal. Meu crime foi ter nascido homem, ter tido instinto, essas coisas que a gente nasce" (Nicanor, 40, preso por estupro há 11 anos)

É praticamente impossível seguir a pista – extensa, complexa, labiríntica - da violência nossa de cada dia imposta à mulher. Mas, em grandes linhas, ela se inicia precisamente com os deixa-nãodeixo, quero-não-quero, gosto-não-gosto, concedo-nego, permitoproibo, zelo pelo o que é meu. E por aí prossegue através dos isso não é coisa de mulher, proibida a entrada de mulheres desacompanhadas, inteligência feminina é voltada para o miúdo e para o imediato, não fale do que não entende, candidatos exclusivamente do sexo masculino, lógica de mulher, ela é eficiente como um homem, por sua própria natureza a mulher é emocional e instável, ela pensa com o coração e com os ovários, fora do casamento e da maternidade a mulher não se sente realizada, preferimos empregar mulheres porque rendem mais, pedem menos salários e não fazem reivindicações, mas em cargos de chefia não, porque os homens não admitem ser mandados por mulher, a missão sublime de esposa e mãe, não é discriminação, é só que não dispomos de sanitários femininos, não alugamos a mulheres sós para manter a moral do prédio, mulher dirigindo automóvel é aquela desgraça, devia ser proibido, as feministas são neuróticas e frustradas, ora meu bem não esquente sua cabecinha com problemas, deixe comigo que eu resolvo, mulher ambiciosa perde a feminilidade, mulher tem de ser delicada como uma flor e, como é, papou? Faturou o material? E por que meu jantar não está pronto e onde estão as minhas meias e falta botão na minha camisa e traz um cafezinho e leva pra lá essas crianças que estão fazendo um

barulhão dos diabos... E já que o estupro é inevitável, relaxe e goze. De preferência em cima do fogão, porque lugar de mulher é na cozinha...(Silva apud Azevedo, 1999)

Na linguagem jurídica o estupro caracteriza-se por "constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça" (Código Penal, 2001: 129), entendendo-se como conjunção carnal o intercurso sexual realizado entre homem e mulher através da penetração vaginal, sendo o órgão sexual masculino o instrumento dessa penetração. Daí resulta que a vítima será impreterivelmente mulher e o vitimizador, indispensavelmente homem. A pena varia de seis a dez anos de reclusão em regime fechado, podendo em alguns casos ser aumentada — estupros em série, estupro seguido de morte, estupro de menores, estupros incestuosos. A tipificação do crime, contudo, não se resumirá ao enunciado jurídico que o caracteriza, esbarrando no decorrer do seu processamento em uma série de entraves e discursos que podem mudar os rumos de um determinado caso, fazendo a vítima converter-se em ré e vice-verso.

A literatura alerta que a comprovação do estupro, não é uma tarefa simples. Isso se deve ao fato dele ocorrer habitualmente na ausência de testemunhas, cabendo à vítima o relato sobre a violência sofrida, e ao vitimizador — quando encontrado — a versão contrária, firmada na sua inocência. Esse dado, por si só, já é responsável pelos inúmeros problemas que a acusação enfrenta nos tribunais para culpabilizar o indiciado, isso quando não impede a instauração do inquérito e até mesmo o registro da ocorrência.

Desde os anos 80 as queixas de estupro são de responsabilidade das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) (Saffioti, 2004), mas em muitas cidades – tal como a que serviu de cenário para essa pesquisa, o BO (boletim de ocorrência) vem sendo feito numa delegacia tradicional, deixando a vítima à mercê de um tratamento nem sempre adequado, como veremos adiante.

Ardaillon & Debert (1987: 24-25), ao discorrerem sobre o crime, entendem-no como uma espécie de teatralização onde as partes envolvidas (*vítima e vitimizador*) convertem-se em personagens manipulados por seus respectivos representantes legais, que se esmeram em construir os perfis possíveis a uma mulher 'vitimizável' e a um homem 'apto a vitimizar'. Nos julgamentos, é comum termos bem definidos os papéis atribuídos a cada ator social envolvido no caso. Para a acusação, o indiciado será sempre "um vilão, um monstro frio e cruel que põe em risco a segurança das

famílias, que atenta contra a moral e os bons costumes, devendo por isso ser condenado a muitos anos de reclusão"³. Por outro lado, a vítima será sempre encarada por quem a representa como "uma mulher de bem, mãe de família, dona de casa zelosa, guardiã do lar, educadora sem manchas em seu passado, filha devotada, mulher honesta acima de qualquer suspeita".⁴

Todavia, como os julgamentos obedecem à lógica de um jogo onde apenas um lado merecerá a vitória final, os papéis podem e serão invertidos quando a defesa tomar a palavra. A partir desse momento, a vítima passará a ser cobrada por suas atitudes passadas, tendo sua vida pregressa imersa em um agressivo debate quanto a sua conduta moral. Se ela trabalha, se é independente, se é solteira ou divorciada, se mora sozinha ou com colegas, se tem namoros rápidos ou vida noturna agitada, se é extrovertida ou resquardada, tudo isso será convertido em munição para os 'ataques' da defesa. Em contrapartida, o acusado terá exaltado o seu "papel de pai, provedor, homem trabalhador que cuida da casa, que sustenta os pais, que possui amigos no trabalho, que é respeitado pela conduta digna diante da vida, que trabalha de sol a sol, que atua na associação de bairro, que contribui em dia com os impostos cobrados pelo governo"⁵. As atribuições masculinas são colocadas em relevo para que a culpa da conjunção carnal recaia sobre a mulher que seduziu, que induziu a cena, dizendo 'não' de forma a fazer-se entender que diria 'sim'. A mutabilidade dos papéis é uma constante nos julgamentos, e diz muito sobre as concepções de gênero presentes na sociedade. Voltaremos a esse ponto no segundo capítulo.

Uma vez expostas essas primeiras singularidades do crime, devemos pensar no percurso que o mesmo trilhou durante a história dos povos ocidentais. De início, compartilho com a literatura especializada a concepção de que o estupro não é crime isolado, que dialoga com posturas sociais variáveis no tempo e no espaço, sendo relegado ao silêncio ou ao descaso assumido. De acordo com Tomaselli (1992) não há o um esforço efetivo para se pensar em uma história do estupro,

³ O trecho descrito pode ser encontrado em um dos processos de estupro estudados por mim durante o período da pesquisa exploratória. Caracterizações como essas foram encontradas mais de uma vez ao longo da leitura dos processos.

⁴ A descrição da vítima nos processos costuma apontar para os aspectos mais condizentes de uma feminilidade tradicional. A relação que a vítima mantém com seus familiares e, principalmente, sua trajetória amorosa, são elementos amplamente utilizados na tentativa de comprovação de sua credibilidade diante dos fatos narrados.

⁵ Em um dos processos a defesa alega que o indiciado deverá ser absolvido porque paga em dia os seus impostos e sustenta a família com o seu trabalho. Ao invés de condená-lo, argumenta, o júri deveria prestar mais atenção nos escândalos políticos que assolaram a cidade de Campos nos últimos anos.

tendo a academia negligenciado o tema durante anos, restringindo suas iniciativas de análise aos registros que chegaram a julgamento. O crime tem sido, na concepção da autora, "varrido para o lado", considerado um evento marginal presente apenas nas reivindicações feministas, cometido por indivíduos loucos e pervertidos que põem em risco apenas as mulheres que se deixam à mostra, sem a proteção de um homem de bem que a tutele. Esse entendimento do estupro como um crime singular e do estuprador como um homem diferenciado, perturbado e carente de cuidados psicológicos, influencia em grande medida a visão que a sociedade mantém acerca do evento criminoso, gerando uma série de comportamentos sexistas, capazes de criar perigosos empecilhos no caminho da equidade sexual. Ora, se a ocorrência do crime está ligada ao comportamento transgressor da mulher vitimizada, basta que ela se comporte dentro de seus limites de gênero para que esteja livre dessa ameaça.

Convergindo com a argumentação da autora, Porter (1992) acredita que o estupro deve ser tratado em termos de relações entre os sexos e política sexual. Remetendo-se à contribuição de Brownmiller, ele situa o crime como uma importante força social, uma estratégia masculina de dominação sobre as mulheres, resquício de uma estrutura patriarcal que resiste ao tempo, mas tem sua atuação deslocada para a sombra. Dos Códigos Judaicos do Velho Testamento até o Feudalismo, o estupro foi considerado um roubo, um crime contra a propriedade de certos homens. No citado período histórico, cabia ao homem a posse das mulheres que dele dependessem, seja como filhas ou como esposas. O sexo feminino, por sua vez, possuía seu valor no mercado de bens simbólicos, sobretudo no que tange à possibilidade de conquistar bons casamentos. A virgindade era seu bem mais precioso, e o estupro (*rape*) poderia macular a imagem de donzela casadoura tão valiosa para o andamento dos negócios masculinos⁶.

Em sua etnografia sobre os Cabila, Pierre Bourdieu A (1999: 55) verificou que naquela sociedade tradicional a posse da mulher passa do pai para a família do marido, numa estratégia de mercado onde o valor do bem (mulher) aumenta na

XVII

⁶ Ao expor essas primeiras leituras sobre o estupro pretendo situar o leitor diante de um quadro variado de informações, cada qual oferecido por pesquisadores pertencentes a distintas áreas do saber. Em alguns momentos veremos teorias em desacordo e posturas conceituais contraditórias, mas tal fato não deverá ser encarado como um deslize do presente trabalho. O que vem sendo escrito sobre o estupro ainda não constitui um corpo homogêneo apto a generalizações. Uma vez encontrando lacunas acerca do estudo do homem estuprador, considero necessário esboçar esse quadro inicial de hipóteses – algumas com ares de premissas – para que adiante possamos refletir sobre a aplicabilidade das mesmas no contexto por mim analisado.

medida em que sua honra é mantida e comprovada. Sobre as moças não devem recair suspeitas ou ofensas e a vigilância sobre elas é um esforço de pais e irmãos que pretendem garantir o lucro nas transações do referido mercado. Disso podemos concluir, que além do drama sofrido pela vítima, o estupro interfere diretamente na teia familiar, possibilitando o surgimento de conflitos domésticos de difícil resolução. Esses conflitos, como já foi dito, estão dispostos no curso da história, aparecendo com maior ou menor intensidade segundo critérios de tempo e espaço. Retomarei a contribuição de Bourdieu no capítulo II.

Vigarello (2003: 8), avalia a raridade dos processos e julgamentos públicos do crime, apontando para o silêncio histórico já diagnosticado por Porter (1992), mas percebe que mesmo na penumbra, sua atuação é intensa na França Antiga. Em meio aos inúmeros processos históricos vivenciados por aquele país, diante das mudanças estruturais da sociedade francesa, do nascimento de uma visão de sujeito e de sua intimidade, o estupro foi considerado por muitos anos um pecado não só do vitimizador, mas também da vítima. Nos julgamentos registrados a dúvida sobre o consentimento da mulher é uma constante, sendo necessária a constatação de indícios físicos que comprovem o relato da reclamante (sinais físicos, objetos quebrados, ferimentos visíveis, testemunhas concordantes).

Também na Inglaterra do século XVIII podemos perceber a fragilidade da Lei de Estupro a partir de uma legislação confusa e descuidada, que reduzira a maioridade das mulheres para o ato sexual de 12 para 10 anos. O estupro naquele contexto era definido como "relações sexuais ilegais com uma mulher pela força e contra a sua vontade" (Simpson, 1999: 225), um crime capital nos primórdios da era anglo saxônica, que punia o violador com a castração e com a cegueira. Dois séculos depois, todavia, o estupro foi reduzido ao status de delito pelo Primeiro Estatuto de Westminster, sendo reenquadrado dez anos mais tarde como felonia capital pelo Segundo Estatuto de Westminster. Tais alterações não geraram grande repercussão na sociedade inglesa e mantiveram brechas para a não condenação dos acusados.

Em alguns processos levados à cabo na Inglaterra a violência sexual não era comprovada por conta da não constatação dos sinais físicos que a denunciariam. Muitas das vítimas eram crianças, facilmente seduzidas e induzidas ao ato sexual sem grande resistência. A predileção por esse tipo de vítima tem uma explicação no argumento de Simpson. Havia na Inglaterra uma 'mania de defloração' (Simpson,

1999: 238), causada pela crescente incidência de doenças venéreas. Acreditava-se naquele tempo que o sexo com pessoas sadias podia curar os homens infectados, livrando-os da morte. A popularidade do sexo com crianças cresceu, sendo utilizada como justificativa para o livre exercício do crime. O argumento dos violadores era aceito não só pelos tribunais, mas também pela perícia médica. Tais fatos históricos apresentam-nos uma valiosa informação: os obstáculos colocados diante da punição do estupro, longe de serem um fenômeno moderno, possuem raízes antigas, consolidadas no tempo. Não percamos, todavia, a percepção das mudanças.

A literatura e as pesquisas atuais têm salientado que o aumento das queixas de estupro é uma realidade em muitas sociedades, e que essa mudança de comportamento encontra-se relacionada à conquista de uma maior igualdade entre homens e mulheres. Vigarello (2003: 9) considera que em torno do crime de estupro houve um deslocamento da atenção para a lesão íntima da vítima. O que antes era uma vergonha moral e uma ofensa social, é agora um trauma irremediável e pessoal. Mas nem toda postura diante do crime foi modificada. Vejamos o que pensa Porter sobre a idéia do estupro como "uma tropa de choque a serviço do patriarcado" (Brownmiller apud Porter, 1992: 208).

Ao adotar a concepção de Brownmiller, pioneira no debate sobre o estupro, Porter argumenta que o crime sexual tem servido ao longo dos anos como instrumento que controla o feminino transgressor. Através dos papéis sexuais internalizados, uma psicologia de massa teria sido formada para encorajar o estupro. Tantas são as cobranças no universo dos homens – cobranças relacionadas com sua atuação sexual, sua virilidade, seus dotes de macho caçador – que ao assimilar ao extremo os deveres inerentes ao seu gênero todos os homens seriam estupradores em potencial. Mesmo considerando a assertiva extremamente radical, creio ser oportuno oferecer-lhe um destaque especial para que outros significados do estupro venham à tona, além da habitual psicologização do infrator⁷. Enquanto um instrumento do patriarcado podemos considerá-lo em seu aspecto social, funcional e histórico (Porter, 1992: 209). Através dele e de seu processo consciente de intimidação, os homens manteriam o feminino em um constante estado de medo, sendo o estupro o crime de violência mais freqüentemente cometido na América do

XIX

⁷ Como expus anteriormente, o senso comum – e sou levado a acreditar que não apenas ele – tem considerado o estuprador um sujeito anormal, doente, insano. Dessa forma, antes de ser um fenômeno social e histórico, o estupro seria somente um evento patológico.

Norte hoje (Griffin apud Porter, 1992: 209). As críticas a esse argumento mostram-se presentes.

Shorter (apud Porter, 1992), por exemplo, aceita a tese de que o estupro é endêmico na sociedade tradicional, mas nem de longe concorda que ele deva ser considerado um crime político. A violência sexual é para ele uma ofensa moral, um ato de liberação libidinosa, um veículo de superação da frustração sexual criada pelas comunidades altamente repressivas do passado pré-industrial. Como prova desse argumento ele cita que os índices de estupro declinaram no século XIX, ao mesmo tempo em que o processo de industrialização se acelerava, possibilitando uma mudança nos hábitos que levou a uma maior 'permissividade' social. Diminuindo a frustração, reduziu-se o estupro.

Para Porter, o autor se perde no anacronismo ao

presumir que a sexualidade masculina é uma constante e que se liga a um modelo comportamental ultramecanicista no qual impulsos sexuais reprimidos irão encontrar alívio de um modo, ou de outro, seja consensual ou violentamente. (1992: 210).

Ao invés disso, Porter prefere compreender o estupro em um contexto de modelos culturais específicos sem, no entanto, dispensar o esforço intelectual de Shorter. Numa coisa o autor de 'On writing the history of rape' parece ter razão: os homens do passado pré-industrial não precisariam do estupro para garantir sua dominação. A força da hegemonia masculina se fazia presente sem a necessidade desse instrumento. Mas por qual motivo então ele agiu e continua a agir nas mais distintas sociedades?⁸

Para Sanday (1992) o estupro é a expressão máxima de uma ideologia social do domínio masculino e ultrapassa a simples satisfação doentia de um desejo inato a certos homens. Ele está relacionado ao nível de autonomia feminina verificado na sociedade, anuncia a raiva e a defesa frente aos perigos advindos das

XX

⁸ Tomando o argumento de Shorter somos realmente levados a indagar sobre a necessidade do estupro em um contexto onde a dominação masculina fazia-se presente a despeito do exercício da força. A tradição por si só já punha a mulher num lugar de subalternidade, sendo dispensável a 'tropa de choque' alardeada por Brownmiller. Mas se os crimes sexuais tenderiam a desaparecer a partir do momento em que os homens pudessem exercer sua sexualidade de forma mais livre, como explicar a forte incidência do estupro nos Estados Unidos da América nos dias de hoje? Continuo propenso a acreditar que os discursos de gênero, independente da época, encontram no uso da força um elemento indispensável à constituição do *ethos* masculino, sendo uma das bases para o seu ideal de poder.

transgressões de gênero. Nessa perspectiva, ele constituiria sim um crime político, aos moldes do argumento defendido por Brownmiller. Apenas isso explicaria a forte incidência do estupro em determinados países e sua ausência em outros.

Em sociedades tradicionais como a dos Mundurucu, por exemplo, o estupro é um instrumento de ameaça que mantém as mulheres bem afastadas dos 'segredos dos homens'. Existem certos detalhes dos ritos de passagem que conduzem os meninos ao mundo dos adultos que precisam ser preservados, visto que se pautam numa homossexualidade guardada em sigilo. Em dado momento da vida do homem, o intercurso heterossexual é rejeitado, dando lugar a rituais de masturbação e sodomização de meninos. Estes são retirados do convívio de suas mães para conhecer / assimilar / adotar os valores da masculinidade cultuada. Através das relações sexuais com outros homens, acreditam criar uma pretensa independência das mulheres e de sua singular função reprodutiva. "Os homens tornam-se homens ao se tornarem mulheres masculinizadas" (Sanday, 1992: 95).

Algo bem semelhante também acontece entre os Sambia das Terras Altas da Nova Guiné. Através de um estudo de Gilbert Herdt, Sanday analisa a iniciação dos garotos nativos por meio da felação com os celibatários, dando especial atenção à equiparação entre o pênis e o seio. Através do sexo oral substitui-se o aleitamento materno e tenta-se criar entre meninos e homens vínculos mais fortes que aqueles que os une a suas respectivas mães. A identificação com os celibatários é inevitável, e a masculinidade assimilada através deles não conhece a ternura, nem tampouco uma outra forma de aproximação sexual que não seja violenta, forçada. Assim, antes de serem os homens uma versão temível de feras predatórias, como aponta a crença popular americana, o impulso sexual que os caracterizariam dessa forma advém de uma construção social pautada em cobranças de virilidade e sucesso (Sanday, 1992: 104).

Aliás, ao falar sobre a realidade observada nos Estados Unidos no que concerne à vivência de um modelo extremo de masculinidade, muitos autores salientaram a importância do movimento feminista para a criação das estratégias de resistência ao avanço das mulheres. Essas estratégias elegem a violência como um dos mediadores dos conflitos de gênero, num processo de naturalização que viabiliza sua perpetuação no decorrer do tempo. Em um país onde o sucesso sexual tem seu valor destacado no quotidiano dos homens não é de se espantar que a incidência de estupro seja alta. Nos campus universitário, por exemplo, multiplicam-

se as práticas de estupros coletivos que ganham visibilidade na imprensa. Numa pesquisa realizada entre jovens norte-americanos e utilizada por Sanday para ilustrar os prováveis motivos da alta taxa de estupros entre eles, os rapazes entrevistados atribuíram o sexo com carinho às práticas homo ou bissexuais, o que o faz ser considerado indesejável entre aqueles que tanto prezam a imagem de uma masculinidade aprendida e propagada. O exercício da sensibilidade masculina encontra-se descartado, como veremos adiante, e o exemplo de virilidade e força tem na pornografia cinematográfica um importante aliado.

Nas imagens porno-eróticas que circundam o imaginário masculino podemos notar o fascínio exercido pela condição de dominador e a conseqüente tentativa de recriar o feminino numa atmosfera de submissão. Servindo-nos da imagem da prostituta compreenderemos o processo de afirmação masculina sobre o corpo da mulher e sua conversão em simples objeto de desejo. Nas palavras de Sanday: "O homem pune aquilo que ele imagina prendê-lo numa armadilha: ele pune o corpo feminino" (1992:92).

Alexandre Vale (1996), ao avaliar a relação entre identidade masculina e filmes pornô exibidos em uma sala de cinema em Fortaleza, aponta para a construção de um imaginário sexual onde o homem é sinônimo de virilidade, potência e dominação. Assinala que "alguns (autores) salientam que as 'perversões', em sua grande maioria, são masculinas. Filmes pornôs, revistas do tipo Playboy, Status, 'revistas de sacanagem' ou nu masculino são consumidas, em sua grande maioria, por homens e muito pouco por mulheres (...)". A pornografia, continua o autor citando Broddi, "possui um impacto negativo na sexualidade masculina, na medida em que um sistema opressivo, patriarcal opera, pelo menos em parte, no sentido da desvantagem daquele a quem privilegia" (Vale, 1996: 47-50).

Entre os jovens norte-americanos, argumenta Sanday (1992:106), há pouca possibilidade de respeito à integridade física e psíquica da mulher. Esse fato age com tamanha intensidade naquela sociedade, que se torna real e aceitável até mesmo entre as mulheres. Muitos são os casos em que após o estupro, a vítima se sente culpada, cobrando-se pela responsabilidade da violência sofrida.

A experiência da vítima de estupro apresenta-se duplamente traumática. O primeiro trauma advém, como podemos imaginar, do ato sexual forçado e sua gama de sofrimentos físicos e mentais. O segundo – e talvez mais grave – é conseqüência do processo posterior ao crime, caracterizado pelos inúmeros processos de

violências simbólicas, constrangimentos e represálias colocadas à vítima no momento da violência e após a publicização do ato. As duas vias de infortúnios dão origem ao que Burgess & Holstrom (apud Temkin, 1992: 31) chamam de Síndrome de Trauma de Estupro. Esse trauma desenvolve-se em duas fases complementares. Uma é descrita como imediata ou aguda e se revela no desvanecer das estruturas primordiais do dia a dia da vítima (falta de confiança nas pessoas, difícil relacionamento com homens, medo de ficar sozinha, medo de estar acompanhada, vergonha de si mesma, rejeição à vida social); já a outra pode ser entendida como um processo a longo prazo, onde a vítima buscará os meios para reorganizar esse modo de vida despedaçado. Porém, nesse processo de reconstrução, muitos são os empecilhos encontrados.

Em determinados países – e sou aqui levado a incluir o Brasil nessa lista – os transtornos provenientes do crime de estupro encontram no sistema legal que o processa mais um lócus de constrangimentos para a mulher vitimizada. Os estudos de Temkin apontam que na Inglaterra, Escócia, Austrália, Canadá e Escandinávia o tratamento oferecido às vítimas pela polícia é ainda mais traumático que a própria conjunção carnal forçada. Em uma declaração dirigida por um sargento detetive aos demais colegas policiais em uma publicação da *Police Review*, temos a seguinte argumentação:

Deve-se ter em mente que, exceto no caso de uma criança muito pequena, é extremamente improvável que o estupro tenha sido cometido contra uma mulher que não mostre imediatamente sinais de extrema violência. Se uma mulher entra numa delegacia e declara ter sido estuprada sem apresentar tais sinais, deve ser rigorosamente interrogada. Deve-se permitir que faça sua declaração a uma policial e em seguida deve-se passar por cima com um tanque de guerra. É sempre recomendável, caso haja qualquer dúvida sobre a veracidade de suas alegações, chamá-la totalmente de mentirosa...

Cuidado com a menina grávida ou que estava chegando tarde em casa; tais pessoas notoriamente alegam estupro ou assalto indecente. Não lhe dê qualquer simpatia. Caso não esteja mentindo, depois de o interrogador a ter transtornado acusando-a disso, a verdade será enfim verificada... O bom interrogador muito raramente é amado pelo interrogado (Temkin, 1992: 32).

Em tal relato fica evidente a falta de preparo dos policiais e a fragilidade do Sistema de Justiça Criminal frente às demandas verificadas na trajetória das vítimas. Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde o movimento feminista possibilitou conquistas e avanços para a aquisição de uma cidadania plena para as mulheres, permitindo que essas recebessem apoio integral nos centros independentes de atendimento a vítimas de estupro, o que se verifica na Inglaterra é "a falta de conforto e de apoio diante do feminino agredido". Nos tribunais ingleses, tal qual ou mais que o réu, a vítima está em julgamento. O advogado de acusação representa o Estado e não encontra a reclamante antes do rito jurídico. Os detalhes do estupro são levantados para que a história contada pela vítima seja testada, verificando possíveis inconsistências. O relato poderá cair em descrédito quando vítima e réu são conhecidos, uma vez que a questão do consentimento surge como dúvida capaz de inverter os papéis de reclamante e indiciado. No ano de 1982 o juiz Wild, da Corte de Cambridge manifestou-se perante o júri, dizendo:

Mulheres que dizem não, nem sempre querem dizer não. Não é simplesmente uma questão de dizer não, é uma questão de como ela o diz, como demonstra e torna-se claro. Caso não queira, basta manter as pernas fechadas, e ela não vai ceder sem força, e haverá marcas do uso de força (Temkin, 1992: 34).

Na mesma direção, declarou Sir Melford Stevenson: "É o máximo da imprudência qualquer moça pegar carona à noite. Isso é óbvio, e nem precisa ser dito. Na verdade, ela está é pedindo" (Temkin, 1992: 34).

Essa espécie de argumento demonstra como a questão do estupro foi e vem sendo tratada na Inglaterra, mas pode ser estendido a muitas outras sociedades. Mesmo nos Estados Unidos, onde os avanços são notáveis e servem de modelo, ¾ dos estupros não são denunciados. Mas o que tornaria tão terrível a experiência da queixa para impedir que uma vítima exponha o crime sofrido e tenha a possibilidade de ver o vitimizador punido?

Voltando à questão da Síndrome do Trauma de Estupro, podemos definir o efeito moral da violência como "sentimentos de extrema degradação, humilhação e medo" (Temkin, 1992: 35) — medo não apenas de um novo assalto, mas do tratamento que receberá da polícia. Se o acusado for um desconhecido a hipótese do consentimento da vítima tem mais chances de ser afastada, caso contrário, como já mencionei, a polícia pode decidir não ter havido crime algum. Nesses casos, a taxa de julgamento de estupro tende a ser baixa (Temkin, 1992: 35-37), e os

procedimentos legais para que esse cenário seja construído, alimenta-se numa legislação forte e, sobretudo, em concepções arraigadas que permeiam o senso comum, ganhando status de verdade, de prática natural. Não só na Inglaterra, mas também em Michigan, no passado, durante muitos anos a prova do assalto sexual, passava necessariamente pela comprovação dos sinais de violência deixados no corpo da vítima. Essa necessidade de provas visíveis já não é exigida em Michigan, mas outros tipos de crimes sexuais, não caracterizados pela penetração pênis/vagina, são ainda entre os ingleses considerados delitos de menor importância e, como tais, merecedores de penas mais amenas. O próprio termo utilizado para designar o intercurso sexual não consentido pela mulher - estupro - não possui na atualidade a capacidade necessária para ilustrar aquilo que realmente representa. De acordo com a autora, o dicionário define o estupro (rape) como "o rapto à força, a violação de uma mulher ou de um país" (Temkin, 1992: 38) Nessa definição, temos poucas possibilidades para pensar em formas especiais de estupro, como aqueles ocorridos dentro do casamento, contra incapazes ou contra pessoas pertencentes a um ciclo comum de relações. A viabilidade de um estupro ocorrer entre um casal de namorados na casa da vítima, por exemplo, tende a não ser aceita pela polícia.

Além do reducionismo contido no termo – e na especificação da lei que o determina – deparamo-nos com algumas posturas jurídicas que permitem situar a Inglaterra em um modelo atrasado e sexista no que tange às discussões sobre o tema. Nesse país, durante o julgamento, a vítima é o alvo principal da promotoria, que acredita ser a hipótese do consentimento oferecido ao vitimizador e não assumido perante a justiça, a única via possível para resolução do conflito mediante sua negação. Se comparada com Michigan e Canadá, a Inglaterra não experimentou em sua trajetória política a atuação de um movimento feminista que formasse lobbies e garantisse conquistas para uma lei de estupro mais justa e condizente com uma proposta de cidadania que contemple também as mulheres. Em um contexto como esse, "talvez o mais espantoso seja haver alguma condenação (Temkin, 1992: 39)." Nas palavras de Tenkim:

Em Michigan e no Canadá as mulheres representaram um papel importante na execução de reformas radicais na lei de estupro. Em países tão diversos quanto a Austrália, Israel, Dinamarca e Suécia as mulheres fizeram campanhas ativas e bem sucedidas contra leis de estupro antiquadas e contra propostas retrógradas de reformas. Na Inglaterra, em contraste, as organizações feministas

tradicionais e as radicais, em sua maioria, mostraram muito pouca inclinação pela batalha em favor de mudanças legais. Não é coincidência o fato de ter sido alcançado pouco progresso nessa área. Assim, parece que o estupro é um tema feminino em todos os sentidos: ele não apenas afeta vitalmente as mulheres, mas, sem sua ativa intervenção políticas, parece que poucas iniciativas de combate têm possibilidades de ser levadas adiante (Temkin, 1992: 52)

Além das dificuldades já citadas vivenciadas pela vítima no percurso do julgamento, outras guestões de cunho psicológico vêm à tona, acrescentando ainda mais dor e constrangimento na trajetória da vítima. A temática, como podemos perceber nos estudos existentes, dialoga com os mais diferentes campos do conhecimento, encontrando na psicanálise uma fonte prodigiosa para os argumentos da defesa. John Forrester (1992), por exemplo, argumenta que a experiência da vítima ao longo do rito judiciário é dolorosa, pois ela precisará reviver a cena do estupro, apelando para uma recuperação da sua lembrança. Nesse processo de recuperação, a vítima experimentará, na concepção da psicanálise, a dúvida sobre um possível consentimento dado ao estuprador. Perguntará a memória se a resistência empreendida foi válida, se não deixou-se "seduzir" pelo vitimizador, fazendo que o 'não' apresentado se caracterizasse por um 'sim'. A questão da dúvida, tão presente nos julgamentos de estupro, tomará a consciência da mulher e a possibilidade da sedução será acrescida ao trauma da violência. Esse ponto recebe relevo especial entre os psicanalistas: estupro é diferente de sedução, e a crítica feita aos estudos freudianos por feministas como Susan Browmmiller, na visão dos psicanalistas, não possuiria fundamento.

A teoria freudiana⁹ – ou a leitura e o uso que fizeram dela – teria deixado um caminho aberto para a defesa / perpetuação da prática do estupro. Embora Freud não se refira ao termo em sua acepção tal como a conhecemos ou tal como a define nosso Código Penal, sua argumentação acerca da sedução imputa ao julgamento do crime uma atmosfera de desconfiança sobre o relato da reclamante. Como para Freud não existe um estágio neutro de desejo – mesmo que este seja

XXVI

⁹ Volto a afirmar que a referência à psicanálise encontra-se ligada à leitura secundária de autores que trabalharam com a temática do estupro, utilizando-se da teoria da sedução para ilustrar as dificuldades colocadas no caminho da vítima que precisa comprovar o não consentimento. Não busquei os textos originais freudianos para problematizar a questão, apenas acreditei ser oportuno oferecer mais essa possibilidade interpretativa apresentada por John Forrester.

manifestado sobre a forma de horror – como poderá a acusação desvencilhar a vítima da perigosa teia do consentimento? Em um contexto onde a palavra da mulher encontra-se condicionada à história de vida da mesma, ou seja, em uma sociedade onde a reputação feminina é condição primordial para a sua credibilidade no tribunal, supor que seu inconsciente guarda um desejo mesmo que mínimo de ser atacada e violentada é instrumentalizar todo e qualquer argumento misógino que induz a impunidade e, por conseguinte, o silêncio.

1.1 Cenários distintos, tramas diferenciadas.

"Essa desgraça é coisa de cidade grande.
Eu mesma morei minha vida toda em
Degredo e nunca ninguém tentou abusar
de mim. Foi só vir pra Campos que o pior
aconteceu. Na roça as pessoas têm Jesus
no coração. Na cidade quem manda é o
Diabo". (Iracema, 29, estuprada aos 25
anos por um vizinho).

Ao investigar a história do estupro, Sanday percebe que o crime sexual é uma prática comum em determinadas sociedades, ao mesmo passo em que inexiste em outras. Quais seriam, pois, os determinantes dessa ausência?

Segundo a autora, o componente biológico não deve ser negado, mas os estudos antropológicos já sinalizaram para uma superação da exclusividade explicativa dessa área do conhecimento. De acordo com Malinowski, o sexo, enquanto prática social presente em todos os grupos, é antes de tudo a manifestação de traços sociais e culturais. Como ele, outros antropólogos defendem a tese de que a construção de masculino e feminino, sexo e reprodução e todas as demais convenções advindas desses conceitos, estão ligadas a percepções culturais ou simbólicas. Tendências inatas não explicam a existência do estupro muito menos a formação identitária do estuprador. A cultura — e a sociedade — devem ser consideradas como uma importante força no impulso do ato violento (Sanday, 1992: 91).

Para ilustrar sua argumentação, Sanday (1992: 92) utiliza o exemplo da Sumatra Ocidental. Quando indagou a um nativo sobre a possibilidade de ocorrer um estupro entre eles, este respondeu alegando que o repúdio ao crime é

explicitado pela religião, pela tradição e pelos costumes do lugar. Em qualquer circunstância o crime é visto como imperdoável e, portanto, será o criminoso severamente punido.

A organização social da Sumatra Ocidental pode nos dar alguns indícios dessa percepção do estupro e do estuprador. Naquela região, a imagem da mulher é venerada; a maternidade é vista como uma determinação da natureza que indica a eterna dependência que os homens manterão com o feminino. Por isso elas possuem cargos importantes na divisão social do trabalho, são tidas como imprescindíveis para a constituição plena de uma sociedade digna. Qualquer alteração no estágio 'natural' da mulher, isto é, qualquer ato violento que a desloque da posição de 'criatura venerada' será extremamente prejudicial à sociedade, por isso deve ser evitado e, quando ocorre, punido drasticamente.

De modo diferente, em sociedades propensas ao estupro, ainda seguindo o raciocínio de Sanday, as mulheres são encaradas como competidoras - ameaças perigosas à manutenção de um domínio masculino. Tendo como pano de fundo, mais uma vez, os Estados Unidos, a autora irá relacionar o crescimento da violência sexual (e de uma série de outras violências cometidas contra a mulher) ao nível de desenvolvimento econômico, profissional e pessoal atingido pelo sexo feminino a partir da atuação ainda muito presente naquele país, do movimento feminista. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, ocupando cargos de chefia, subtraindo a antiga dependência que tornava imperativa a participação do homem na manutenção da integridade física das mulheres (suas dependentes enquanto mãe, filhas ou esposas), além de outras mudancas já tão discutidas pelos estudos que lidam com o tema da modernidade¹⁰, puseram o masculino na posição de ataque e de defesa. As características tão caras ao mundo dos homens como força, virilidade e poder encontram-se condicionadas a práticas violentas - uma violência não só contra as mulheres, mas contra eles mesmos, como veremos adiante.

pós-modernidade, modernidade seletiva, ultra-modernidade, entre outras - o autor considera o período atual como consegüência do ciclo incompleto de mudancas iniciadas no século XVIII com a ascensão do capitalismo e sua crescente necessidade de racionalização. Segundo ele, por conta das inúmeras tragédias que assolaram o século XX há nas sociedades contemporâneas uma iniciativa velada de superação e o prefixo "pós" serve antes de tudo para possibilitar esse distanciamento, tal como acreditava Habermas. "A modernidade é um projeto incompleto e dela não podemos fugir. O essencial seria completá-la para só então corrigí-la". Sérgio Paulo, Rouanet. As Razões do essencial seria completa-la para 30 omas serias lluminismo. São Paulo, Companhia das Letras,1987, pp. 268-270.

¹⁰ A utilização do termo Modernidade estará sempre relacionada nesse trabalho aos escritos de Sérgio Paulo Rouanet sobre o tema. A despeito das inúmeras nomenclaturas existentes atualmente -

Se tomarmos a mídia norte americana como lócus de avaliação, iremos perceber, como fez Faludi (2001), que há naquele contexto uma tentativa empreendida por programas de televisão, revistas de moda, produções cinematográficas e outras medias, de explicitar os possíveis pontos negativos da emancipação feminina. Os seriados de TV, como bem salientou a autora, vez ou outra, trazem mulheres independentes, chefes de repartições, advogadas conceituadas, jornalistas promissoras ou cientistas renomadas, mas com uma vida pessoal despedaçada. Tais programas induzem a impressão de que o feminino transgressor precisou abrir mão de uma subjetividade, de uma vivência familiar e conjugal plena, para só então fazer-se produtivo nas relações profissionais. Aliás, é apenas no campo profissional que elas são independentes, pois em suas vidas afetivas, as personagens retratadas são inseguras, infelizes e imaturas. A perseguição de um final feliz para as suas tramas está ligada à abdicação dessa vida profissional e transgressora em nome de um grande amor, de um casamento ou de um filho. "O antigo modelo dos contos de fada retorna à cena, para que a 'bela adormecida' desperte para a 'realidade' através do beijo do nobre cavalheiro que a mostrará o verdadeiro caminho da condição feminina" (Faludi, 2001: 36).

O provável esforço midiático em apontar as mazelas do feminismo pode ser pensado em termos de realidade brasileira. Em minha monografia de conclusão de curso (Nolasco-Silva, 2003), argumentei – valendo-me das contribuições de Bourdieu B (1987), Marcondes Filho (1994) e lanni (2000) – que a televisão possui o poder de ditar os temas que serão discutidos pela sociedade, bem como entregar ao silêncio àqueles que deverão ser esquecidos ou nem sequer conhecidos. Nas telenovelas, por exemplo, podemos observar o caminho trilhado pelas identidades de gênero, ora apresentando transgressões inimagináveis no passado, ora mostrando os profundos focos de resistência e inflexibilidade identitária. No tocante à violência sexual, parece-me emblemática a tentativa de estupro sofrida pela personagem da atriz Taís Araújo no remake de Anjo Mau na década de noventa, na Rede Globo. Depois de passar muitos capítulos traumatizada pela violência sofrida condição extremamente comum a esse tipo de vítima - a personagem retirou a queixa contra o acusado e mais: casou-se com o vitimizador. Atualmente, na minissérie JK, o Coronel Licurgo – personagem de Luís Melo – violenta diariamente uma série de mulheres, estando a condução do papel voltada para uma psicologização do infrator ou ainda para questões de ordem espiritual, sem aplicação na realidade. No início da trama suas vítimas eram negras e prostitutas, sendo atualmente a sobrinha o alvo preferencial dos seus ataques. O local da violência, como nos casos reais comentados adiante é o próprio lar e o retrato de uma masculinidade cotidiana é pintado com as cores fortes de uma ficção pretensamente deslocada da vida real. Considerando o poder de abrangência desse tipo de programação concordo plenamente com a argumentação de Faludi, entendendo a televisão como veículo eficiente para formar opiniões e ditar posturas, fundamental para a exploração de temáticas como a abordada nessa dissertação. Prossigamos um pouco mais no tema.

Para Sanday (1992: 92), "o estupro é a expressão de uma ideologia social do domínio masculino", é uma forma de silenciar ou esconder a vulnerabilidade e a dependência maternas do homem. Numa sociedade em que o sucesso masculino deve ser atingido a qualquer preço - mesmo que ameaçado pelas iniciativas bem sucedidas de um avanço feminino - não é de se espantar que nos campus universitários dos EUA haja tantos estupros coletivos. Inspirados na pornografia tão presente no cinema americano – e na sexualidade violenta tão exposta em nossas novelas – os jovens reconstroem o feminino em uma atmosfera de submissão onde o estupro se converte em instrumento de raiva, controle e punição do corpo que o ameaça em outros campos da vida em sociedade. A pornografia e todas as demais incursões midiáticas no campo da sexualidade constituiriam formas eficazes de moldar e silenciar a vulnerabilidade masculina e a partir dessa experimentação do real o homem trocaria o conhecimento do próprio corpo (e dos prazeres que esse conhecimento poderia proporcionar) pelo controle desse corpo e de todos os outros corpos que dele se aproximem (Griffin apud Sanday, 1992: 92-93). Forja-se assim, uma pretensa superioridade masculina que perpetua a dominação, embutindo no discurso e nas práticas quotidianas as bases 'naturalizadas' da hegemonia dos homens sobre as mulheres.

1.2 A encenação do estupro pela Biologia

"Se eu fosse mulher teria mais calma pra levar a vida. Agora homem, você sabe, quer resolver tudo na força. A fulana tava tirando meu sono e quando o sangue da gente esquenta não tem remédio. Ou a gente extravasa o tesão ou sobe pra cabeça que

Em linhas gerais, o estupro humano é visto pela biologia (Thornhill et al, 1992) como um comportamento desenvolvido e facultativo, que é dependente-decondição. É "utilizado por homens que sejam relativamente pouco sucedidos na competição pelos recursos e pelo status necessário para atrair a reproduzir, com sucesso, com as parceiras desejáveis" (Thornhill et al, 1992:108). Contudo, outra hipótese biológica poderá ser aventada: o estupro não é um comportamento adaptativo, mas sim um efeito mal-adaptativo de uma adaptação¹¹. Mas a partir de que elementos a Biologia poderia explicar o estupro humano?

Para conceber tais argumentos o estudo dos autores citados considerou uma observação realizada entre moscas-escorpião do gênero Panorpa. A observação mostrou que existem entre esses insetos três formas distintas (alternativas) de acasalamento. Duas dessas formas de aproximação envolvem a alimentação nupcial. Os machos buscam por comida em perigosos contatos com aranhas tecedoras, e oferecem o produto dessa caçada à fêmea que irão cortejar. Ela perceberá o oferecimento da alimentação e cederá as iniciativas de acasalamento. A terceira forma, pode ser caracterizada como a 'cópula forçada', correspondente no reino animal ao estupro humano. Os machos menores, incapazes de concorrer com os machos maiores na competição pela comida, não têm o que oferecer às fêmeas, sendo por elas rejeitados. Obedecendo ao instinto adaptativo, ele utiliza a força para saciar necessidades sexuais: acoita seu abdômen móvel contra a fêmea passante, e com suas pinças genitais ele a prende por uma das pernas ou por uma das asas. A partir disso, ele tentará reposicioná-la de modo a segurar a aresta frontal da asa dianteira direita com sua pinça dorsal. Ao concluir que a fêmea está segura, o macho tenta agarrar a genitália da mesma com suas pinças genitais, ainda segurando a asa da fêmea durante toda a cópula com a pinça dorsal. Segundo os biólogos esse comportamento não é anormal ou 'aberrante'. É apenas um aspecto do repertório comportamental evolutivo de machos individuais que é disseminado entre espécies do gênero Panorpa (Thornhill et al, 1992: 112).

XXXI

¹¹ Os autores não compartilham dessa segunda hipótese. Aos que não fazem parte da área biológica, é importante definir o conceito de adaptação, exposto nessa mesma página pelos autores: a adaptação é uma característica do organismo vivo que é produto da ação direita da seleção.

Nesse terceiro tipo de cópula, a fêmea tende a rejeitar o intercurso sexual, uma vez que precisa do alimento nupcial para sobreviver. Para ela, é impossível buscar a comida num confronto direto com as aranhas, o que torna imperativa a intervenção do macho¹². Mas até que ponto esse comportamento instintivo poderá servir de ilustração para a problematização do estupro humano?

Para responder a essa pergunta, os cientistas sociais diriam de início que os homens são animais culturais e que, portanto, esses condicionamentos físicos terão que dialogar com os fundamentos de um jogo social pautado na cultura. Os biólogos defensores do argumento aqui exposto parecem concordar em parte com essa visão, mas persistem na defesa do seu ponto de vista alegando que o comportamento cultural ocorre por meio de um processo de aprendizado, que são em si, produtos da seleção¹³. E isso, segundo eles, não é uma exclusividade dos humanos.

Todas as espécies animais passaram em um dado estágio da sua escala 'evolucionária' por um momento de adaptação que foi fruto de um aprendizado e que gerou uma cultura daquela espécie. Se os homens e os bichos fazem parte de um processo semelhante, os fatos ocorridos em cada espécie podem ter uma ligação, resguardadas as devidas diferenças. O estupro humano e a cópula forçada seriam co-irmãs na luta pela sobrevivência dos machos, diante das dificuldades advindas das formas desiguais de obtenção de recursos. Mas estariam as mulheres condicionadas a aceitar a conjunção carnal mediante interesses materiais tal como as fêmeas das moscas-escorpião do gênero *Panorpa*? Os homens mais fracos (fisicamente falando) estariam condenados a estuprar para manter relações sexuais? Os homens mais fortes (também considerando sua força física) não utilizariam nunca a estratégia do estupro para saciar necessidades sexuais? Sem antecipar as possíveis respostas, proponho uma reflexão sobre os demais mitos que circundam a história do estupro.

XXXII

¹² Restrinjo-me aqui a apresentar o argumento utilizado pelos autores citados, assumindo meu desconhecimento da teoria por eles apresentada e discutida. A recorrência a esse ponto de vista justifica-se pela já exposta necessidade de apontar ao leitor os distintos caminhos trilhados por aqueles que se debruçaram sobre o tema. Trabalhos futuros que optarem por essa vertente explicativa deverão buscar respaldo em outras fontes complementares.

¹³ A título de definição: "a seleção é a reprodução diferencial não-aleatória de indivíduos. Não deveria, entretanto, ser definida em termos de variação genética porque isso confunde a seleção, que ocorre ao nível do fenótipo, com a evolução, uma mudança genética nas populações através de gerações. (...) A seleção atuou continuamente em todas as coisas vivas através da história da vida e continua a fazê-lo hoje em dia. Assim, as características das coisas vivas são o que são por causa da seleção no passado".

1.3 Um retrato do estupro no cinema: para que (m) serve Jack L' eventreur?

"Minha tia vivia falando que sair a noite é quase um convite pra desgraça. Em Degredo tinha um bicho que andava no canavial nas noites de lua cheia e atacava moça virgem (...) Meu irmão uma vez deu um tiro de espingarda no maldito, mas pegou de raspão. Tinha sangue no meio da trilha que eu vi, era sangue do 'coisa-ruim'. A filha do dono da venda foi atacada por ele, mas também ela só chegava do baile de madrugada. Tava pedindo". (Iracema, 29, estuprada aos 25 anos por um vizinho).

Há algumas décadas somos levados a relacionar o estupro à figura enigmática e noturna do Jack, o estripador. O personagem do cinema e dos romances de horror pretensamente inspirado na vida real, teria vitimizado cinco prostitutas em Whitechapel (East End – Londres), ao longo de dez semanas em 1888, violentando-as sexualmente antes de assassiná-las com requintes de crueldade, cortando suas gargantas de um lado a outro, lacerando os corpos de quatro das suas vitimas (algumas dessas mulheres tiveram seus órgãos removidos)¹⁴.

Muitos homens foram acusados de ser o estuprador: doentes mentais, açougueiros e até o ginecologista das filhas da rainha Vitória. Jack transformou-se num mito, sempre localizado na penumbra, ameaçando mulheres indefesas. A história do assassino ultrapassou as fronteiras da Inglaterra, ganhando visibilidade em todo o mundo; possibilitou a formação de uma atmosfera de medo, de insegurança que impedia (e ainda impede) a permanência de uma mulher em determinados locais, em horários específicos. Em torno dele e de suas ações criminosas uma política sexual do medo foi estabelecida e seguida à risca por boa parte das garotas e das mulheres (Frayling, 1992).

XXXIII

Os crimes citados foram realmente cometidos, não sendo o seu culpado (ou culpados), contudo, encontrado (s). A similitude dos assassinatos fez crer a polícia na unicidade do infrator, mas o que se diz a respeito do (s) mesmo (s) é puramente especulativo. O fato é que, irreal ou verdadeiro, Jack, estripador tem tido forte influência no imaginário social, criando mitos e perpetuando uma imagem que situa o estuprador em campos alheios ao homem comum. Também as vítimas de estupro são difundidas como mulheres transgressoras, prostitutas, deslocadas do seu lugar original e, portanto, co-responsáveis pela violência sofrida.

No cinema, a seqüência de filmes que trás a figura do assassino sombrio, frio, fruto dos relatos contraditórios de testemunhas não menos contraditórias, aparece respaldada por um artefato visual que tem no expressionismo uma das principais fontes para a veiculação de uma estética da sexualidade-masculina-comviolência (Frayling, 1992: 170). A intenção de promover uma correlação entre ficção e realidade atingiu seus objetivos, mas não apenas uma política sexual misógina norteou esse intento.

'Jack the Ripper' construiu uma indústria multimídia que vai desde livros, suvenirs e filmes até passeios turísticos pelos locais onde ocorreram os assassinatos atribuídos a ele. Em Londres, a história do assassino mobiliza pessoas de todas as idades na denominada 'turnê Ripper' – um serviço oferecido pelos guias londrinos aos turistas fascinados pela trajetória de Jack. A cada ano cerca de sessenta mil pessoas visitam os lugares freqüentados pelas vítimas, além dos cenários de suas mortes. Durante o verão o número de freqüentadores aumenta consideravelmente, o que faz os moradores do bairro de Whitechapel se irritarem profundamente. Jack virou sinônimo de lucro para o mercado, e também de reformas urbanas, como vermos a seguir.

Judith R. Walkowitz (1987) afirma que Jack L'eventreur é funcional. A ele pertence a propagação moderna do 'mito da violência masculina'; em torno de sua imagem foi criada a idéia do 'herói do crime', criando (ou fortalecendo) nas mulheres das zonas periféricas das grandes cidades um sentimento de vulnerabilidade e horror. Contudo, o surgimento do mito deve ser entendido não apenas através de suas conseqüências para o agravamento das iniqüidades de gênero, mas também dentro de um contexto político e econômico que dele se alimentou.

Em 1888, Londres experimentava as mazelas dos conflitos urbanos. As desigualdades de classe geravam violências e protestos e a degradação da cidade fazia de East End um retrato de tudo aquilo que a Inglaterra queria afastar: um bairro de prostituição e crimes diversos, um inferno na terra que precisava ser reformado. Diante desse quadro assustador a classe média empreendia suas severas críticas, até que ocorreram os cincos assassinatos citados, corroborando para o enfrentamento imediato da situação. Quatro desses crimes foram cometidos em Whitechapel e um na cidade de Londres, elegendo como vítimas: Polly Nicholls (31 de agosto), Annie Chapman (8 de setembro), Catherine Eddowes e Elizabeth Stride (morte dupla em 30 de setembro) e Mary Jane Kelly (em 9 de novembro). O cenário

da maioria desses crimes, como citei, poderia ser definido como um local de fácil acesso, uma zona industrial em declínio, um depósito de imigrantes e refugiados, além de ser uma zona de prostituição envolta por avassaladora miséria. Nenhum lugar seria mais oportuno para uma literatura fantástica capaz de forjar as bases para a criação de um criminoso que situaria – pelo medo – o feminino nos moldes mais adequados para a época. A mulher de bem estaria livre dessa ameaça, uma vez que apenas prostitutas foram perseguidas e castigadas. Com o mito de Jack foi aberta mais uma via de exercício para a dominação masculina.

Os eventos ocorridos em Whitechapel levantaram sérias discussões sobre as classes sociais e seu comportamento sexista ao explicitarem as profundas clivagens sócio-culturais presentes na sociedade inglesa. Os assassinatos atribuídos a Jack, L'eventreur puseram l'East End nas manchetes do *Times* como "um lugar miserável, perigoso, com abismos sociais profundos, um inferno". Disso resultaram as propostas de reformas urbanas que visavam sanear o bairro, expulsando o perigo (prostitutas, andarilhos e pequenos criminosos) para longe da visão da imprensa e "dos moradores de bem".

Recentemente os chamados 'ripperologistas' voltaram à mídia com o lançamento de um livro que aventa a hipótese de que o mais famoso serial killer da Inglaterra não era londrino, nem britânico. Ele teria sido um marinheiro mercante que agia enquanto seu navio estava atracado no porto de Londres. Para Trevor Marriott, ex-detetive e autor do polêmico "Jack the Ripper. The 21st Century Investigations" o grande erro da polícia foi presumir que o responsável pelas mortes tenha vivido e trabalhado em Londres. Há coincidências entre a chegada dos navios e as datas dos assassinatos, mas os registros das tripulações foram destruídos, impossibilitando qualquer prova conclusiva. O que permite a ligação do atraque dos navios e os crimes são os assassinatos de prostitutas ocorridos meses depois na Nicarágua, em janeiro de 1889, de forma muito semelhante aos crimes londrinos, outro em fevereiro do mesmo ano em Londres, mais um no porto alemão de Flensburg em outubro e ainda mais um em Londres em julho de 1891. Contudo, contrariando algumas opiniões, Marriott argumenta que o assassino não possuía conhecimentos médicos e que, mesmo se fosse um cirurgião experiente, teria dificuldades para retirar os órgãos de suas vítimas em vielas tão escuras. Sua hipótese é de que os órgãos tenham sido removidos a posteriori no mortuário para serem comercializados no mercado negro de órgãos, existente na época. Outro livro também polêmico e recém publicado sob o título de 'Uncle Jack', de Tony Willians, sugere que o assassino tenha sido seu antepassado – sir John Willians – o ginecologista das filhas da rainha Vitória e fundador da Biblioteca Nacional do País de Gales. A hipótese foi gerada a partir do momento em que Tony estava vasculhando os arquivos da família para efeito de estudo, quando se deparou com os pertences do tio: uma faca, três slides médicos e diários com as páginas referentes a 1888 arrancadas. O ginecologista tinha uma clínica em Whitechapel, realizou um aborto na primeira vítima do estripador em 1885 e teria cometido os crimes por vingança, uma vez que sua esposa não podia engravidar. Na concepção de Tony, o tio ficara enfurecido com a fertilidade das prostitutas, utilizando-se dos seus órgãos para encontrar uma cura para a esterilidade da própria esposa. Algum tempo após a onda de crimes, sir John sofreu um colapso nervoso, abandonou a medicina e retornou ao País de Gales, onde morreu¹⁵.

1.4 A construção da personagem: forjando um estereótipo de estuprador

"Malandro tem cara de malandro, jeito de malandro, voz de malandro. Eu quando chega um preso aqui logo saco se é duzentão ou outra coisa. Estuprador olha diferente pra gente, tem cara de socorro, de me ajuda que eles vão me matar. Tem olho de doido, cara de quem fez muita maldade na vida". (Jasão, 52 anos, carcereiro).

Vimos até aqui que a imagem de Jack tem servido, no decorrer dos anos, para manter o estupro na condição de um crime disponível a qualquer mulher que não se comporte devidamente, dentro dos padrões possíveis para o seu gênero. Eis o ponto de convergência entre os estudos de Brownmiller, Sunday e Frayling. Tal como as prostitutas de Whitechapel, aquelas que se aventurarem em experiências alheias ao feminino correrão o risco de receber similar 'tratamento'. Mas esse é apenas um perfil possível à vítima. E quanto ao vitimizador? Quais seriam suas características identitárias mais relevantes?

Domingues Vargas (2000), em cuidadoso trabalho sobre o tema, analisou a incidência e o tratamento oferecido aos crimes sexuais – estupro, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor e sedução – na cidade de Campinas, SP, num

_

¹⁵ www.uol.com.br . Matéria publicada em 27/06/2005.

período de cinco anos (entre 1988 e 1992). Para elucidar os possíveis obscurantismos contidos nas estatísticas oficiais, a pesquisadora avaliou os crimes desde o seu primeiro contato com o Sistema de Justiça Criminal, ou seja, iniciou a pesquisa a partir da leitura dos Boletins de Ocorrência (Bos), o que a possibilitou encontrar uma gama mais confiável de informações que poderiam se perder ao longo do fluxo, devido a um procedimento jurídico que filtra os dados, modificando suas características iniciais.

Algumas questões importantes são levantadas pela antropóloga que percebe de forma sistemática a disjunção existente entre os distintos órgãos de processamento criminal. Tal fato inviabilizaria um tratamento mais justo em termos de equidade nas relações de gênero, retirando das mulheres a possibilidade de maiores e mais eficazes condições jurídicas para punirem seus agressores. A descoberta de certos procedimentos legais — já no primeiro contato com a polícia - permite refletir sobre a identidade mais aceita para o homem que comete uma violência sexual, uma vez que os agentes policiais elegem no decurso de um processo de interpretação do conflito, o *ethos* comum aos estupradores, o perfil social que mais condiz com a sua transgressão.

Como o crime de estupro possui as especificidades já relatadas nesse capítulo – crime privado relatado pela vítima e, em menor medida, também pelo vitimizador, ocorrido na ausência de testemunhas – os condicionantes jurídicos que irão permitir a construção do culpado (se este for um desconhecido) obedecem a uma série de convenções que a leitura apressada das estatísticas pode obscurecer e perpetuar. Uma dessas convenções diz respeito à relação vítima / vitimizador.

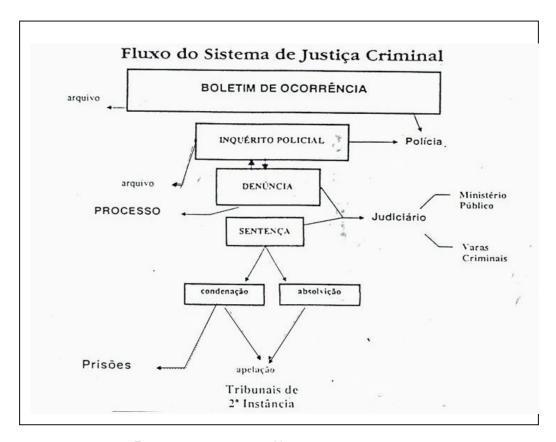
O imaginário popular mantém a crença no estuprador como um homem doente, frio e desconhecido que age em ruas desertas, em horários noturnos. A pesquisa realizada por Vargas, contudo, verificou nos boletins de ocorrência da DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) escolhida como lócus de observação, que o grau de relação entre a mulher violentada e o homem estuprador varia em grande medida entre: pai, padrasto, outros parentes, relações de trabalho e conhecidos. Tal constatação permite problematizar uma realidade até então pouco discutida ou não-assumida: o estupro como uma violência doméstica. Permite também questionar as razões que levam dados como esses a se perderem no meio do fluxo do Sistema de Justiça Criminal, restringindo sua existência ao Boletim de Ocorrência que nenhuma participação terá na decisão do juiz. Digo *nenhuma* porque o judiciário realiza seu

trabalho de forma fragmentada, reunindo as informações tidas como relevantes ao processamento de cada crime a partir das interpretações empreendidas por agentes localizados em órgãos específicos, como mostrarei a seguir.

O primeiro contato da vítima com o Sistema dar-se-á na Polícia, quando do preenchimento de um BO. É nessa ficha documental que a mulher violentada, ou o seu representante legal, discorrerá sobre o crime alegado, dando as características do possível culpado ou o seu nome, caso seja conhecido. É esse procedimento (a queixa) que permitirá a abertura de um inquérito policial desde que não seja arquivado por decisão da reclamante. Uma vez instaurado o inquérito, ainda no âmbito da polícia, os investigadores buscarão reunir as provas que podem gerar ou não a denúncia. Na fase de inquérito o arquivamento do processo é uma prática comum. Todavia, se a reclamante insistir na queixa ou se a Polícia encontrar nessa fase provas suficientes que comprovem o crime, o judiciário entrará em cena, seja no Ministério Público, seja nas Varas Criminais, efetivando a Denúncia que gerará um processo. O ponto culminante dessa trajetória é a sentença proferida pelo juiz, que tanto poderá absolver quanto condenar o acusado. Em ambos os casos vale o recurso da apelação nos Tribunais de 2ª Instância.

Em meio a todos esses procedimentos, Vargas verificou que a variável 'relação entre os protagonistas' nem sempre é levada ao jurídico na fase da denúncia, estando presente, muitas vezes, apenas no boletim de ocorrência. O estudo desse documento sugere algumas observações relevantes.

De saída, os números indicam que há uma maior proporção de queixas registradas pela vítima ou por seu representante legal, contra suspeitos conhecidos, com significativa freqüência das classificações: 'pai' e 'outros parentes', não só nos casos de estupro, mas também nos casos de tentativa de estupro e atentado violento ao pudor. Na fase do inquérito policial estes dados serão dispersos, mas ainda assim, Vargas verifica que a proporção inquérito instaurado / inquérito não instaurado contra indiciados desconhecidos é significativamente menor do que aquela observada para indiciados conhecidos. Isso se deve ao fato de que, nos crimes envolvendo autores desconhecidos, é comum que estes não venham a ser identificados, seja por falta de preparo das agentes da DDM analisada para procederem à investigação, seja por falta de informações fornecidas pela vítima.



Esquema proposto por Vargas em sua tese

Na fase da denúncia 57% dos réus são conhecidos da vítima, 12 % são desconhecidos e para 31% não foi possível estabelecer o grau de relação. Quanto à sentença, 68% dos condenados são conhecidos da vítima, 21% são desconhecidos e para 11% não foi possível estabelecer relação. Ainda baseados nos dados das sentenças, podemos inferir, por meio da referida pesquisa, que os autores de crimes considerados graves, sobretudo crimes em série, representam a maioria dos condenados desconhecidos da vítima. No que tange aos autores conhecidos, 'pais' e também 'padrastos' constituem os réus mais condenados. Mas por qual razão os autores que mantêm algum grau de relação com a vítima são mais indiciados do que os desconhecidos?

Uma primeira resposta parece óbvia: é mais fácil prender alguém quando se sabe seu nome, endereço, idade, profissão. Porém, a informação que permite esse reconhecimento se perde ao longo do processo (o fato de ser o vitimizador um conhecido da vítima). De que forma então o parentesco ou qualquer outro vínculo

relacional direciona a construção da sentença? Se os estupradores conhecidos são mais condenados do que os desconhecidos poderíamos supor que o fator 'grau de relação' interfere no veredicto do juiz. Nem sempre. Antes, contudo, de apresentar uma hipótese alternativa a essa questão, creio ser oportuno situar o leitor no processo de construção do 'vitimizador-padrão'.

Existe uma prática na justiça brasileira em enquadrar os acusados de estupro em moldes pré-estabelecidos pelo Sistema. Assim, diz-se do estuprador desconhecido que se trata de "um indivíduo jovem, de estrato social baixo, com desvio de comportamento sexual, problemas de timidez e impotência, que aborda suas vítimas na rua com auxílio de armas cortantes ou de fogo" 16. Por seu turno, os vitimizadores conhecidos, são identificados como "pais de meia idade que agem repentinamente na ausência da mãe" 17. Nesses casos, a queixa tende a ser retirada pela mãe da vítima, seja por medo, por vergonha ou por descrença na palavra da filha. São muitos os casos em que a palavra da criança encontra-se em oposição aos argumentos da família inteira. Mas concentremo-nos no perfil do acusado desconhecido.

Se pensarmos nas razões que determinam a construção do estupradortípico, esbarraremos nas inúmeras concepções sociais que criminalizam a pobreza e o negro. No caso do estuprador - que norteia a presente pesquisa - percebemos na análise de Vargas que a caracterização do mesmo aparecerá nas estatísticas oficiais de modo a induzir a eleição das categorias 'negro' e 'pobre' como sendo as mais indicadoras do perfil do criminoso. A superaparição desse modelo é explicada pela pesquisadora a partir do entendimento de que um mesmo homem pode ser indiciado em mais de um processo. Assim, ela verificou que os números finais não consideravam o número de acusados, mas sim, o número de crimes. Por esse motivo, a adoção das estatísticas como reveladoras de uma realidade, sem a consideração das armadilhas nelas contidas, poderá reduzir a complexidade do crime a entendimentos parciais e dotados de preconceitos.

Um fato deve ser salientado segundo Vargas: os acusados negros constituem o perfil preferencial da polícia. Eles são presos com mais freqüência e nos casos observados (entre 1988 e 1992 em Campinas) foram na totalidade condenados. Provavelmente seja essa mais uma prova de que o Sistema de Justiça

Descrição feita por um investigador de polícia da 134º DP em uma de minhas visitas.

Fala do Sub-Diretor do CTF durante o trabalho de campo.

XL

Criminal diferencia negativamente negros e brancos, tratando aquele com mais severidade e sede de punição.

Voltemos à questão do maior número de condenações de indiciados conhecidos da vítima. Como já expus, a gama de informações referentes ao criminoso conhecido é extremamente maior que as informações fornecidas pela vítima ou pelas raras testemunhas acerca do estuprador desconhecido. Esse último tende a ter sua imagem traçada pela polícia nos moldes da discussão levantada anteriormente. Disso resulta supor que as provas reunidas para incriminar o indiciado desconhecido são muito mais frágeis do que aquelas que incriminam o indiciado conhecido da vítima. Independente do grau de relacionamento que este tenha mantido com a reclamante, haverá uma possibilidade mais ampla de condenação para ele por conta da variedade das provas reunidas. Já o argumento que visa incriminar o desconhecido, por estar muitas vezes pautado nas já cristalizadas práticas que marginalizam certos estratos sociais através de critérios como cor e renda, poderá ser descartado pelo juiz diante da fragilidade processual. Mas se os dados referentes aos desconhecidos são em grande medida controversos, como poderemos explicar a condenação em massa dos réus desconhecidos, sobretudo negros?

A resposta para esta indagação pode ser deduzida se consideramos as condições materiais que cercam a população menos aquinhoada do país. Vargas verificou entre as condenações dos suspeitos desconhecidos, que estes não constituíram um representante legal particular, tendo de contar apenas com um defensor público que pouco contato teve com o réu antes do julgamento. Numa sociedade onde a penalização máxima é uma premissa social – voltarei a esse ponto no capítulo III – é mais comum condenar que absolver. A Justiça, contudo, não age sozinha, de forma isolada. Alguns crimes ganham repercussão nacional e ultrapassam o âmbito dos tribunais, tornando-se conhecido do grande público, despertando opiniões, gerando mobilização social e debates. Esse foi o caso do 'Maníaco do Parque'.

Em 1998, Francisco de Assis Pereira, assombrou a cidade de São Paulo ao assassinar e violentar dez mulheres no Parque do Estado. Em um levantamento das notícias de jornais referentes ao crimimoso, Andréa De Souza Túbero Silva (2000: 153-166) averiguou a interpretação da imprensa a respeito do tema, através das matérias publicadas pela Folha de São Paulo e pelo Notícias Populares. Os referidos

jornais atendem a públicos diferenciados, determinados por uma condição de classe. Enquanto o primeiro é alvo de leitura de uma elite mais intelectualizada, o segundo atinge as classes menos aquinhoadas, possuindo uma linguagem mais acessível, apelando para figuras de linguagem próximas ao vocabulário popular. O recorte da pesquisa elegeu a repercussão das declarações de Francisco após sua confissão, e a especulação dos jornalistas sobre as causas dos assassinatos em série cometidos pelo *motoboy*.

Na análise da pesquisadora, duas imagens estiveram presentes nas reportagens: a da vítima e a do serial killer. Cada jornal, todavia, encarava de maneira distinta os atores envolvidos na trama, incentivando certos condicionamentos sociais no que tange às leituras possíveis dos assassinatos. Nos casos observados, as representações de gênero funcionaram como pano de fundo para a exposição dos conflitos.

No Notícias Populares, conhecido por sua inserção nas classes C e D, por sua ampla difusão entre o sexo masculino através do recurso lingüístico das gírias, algumas descrições indicam que a imagem da vítima era negativizada: "Maníaco escolhia minas gordinhas para devorá-las. É a opinião da psiquiatra que ouviu o depoimento" (Silva,2000: 156) Ou ainda: "O motoboy Francisco de Assis Pereira, 30, preferia as mais gordinhas. Quando escolhia vitimas para levar ao parque do Estado, Chico buscava moças que tinham carne em abundância". (Silva, 2000:156).

Algumas observações podem ser feitas a partir do conteúdo das matérias acima. A primeira delas diz respeito à ambigüidade da construção da identidade do *serial*. Se no primeiro informe ele é tido como maníaco, no segundo sua qualificação profissional inicia a notícia — motoboy. Na mesma direção, é construída duplamente a imagem da vítima. Por um lado ela é uma mulher passiva, objeto da fúria sexual de Francisco, que a escolhia para depois devorá-la. No segundo caso, ela é caracterizada por seus atributos físicos: "mais gordinhas", "moças que tinham carne em abundância", ou seja, são dadas ao leitor algumas informações que desqualificam a vítima diante do ideal compartilhado de beleza, o que nos leva a pensar que as vítimas não possuíam um corpo socialmente aceito — alguma semelhança com os castigos empreendidos contra as prostitutas de Whitechapel, que transgrediam em suas possibilidades de vivência identitária? Por que as vítimas eram assim caracterizadas ao passo que seu assassino possuía nome, profissão e idade?

Na Folha de São Paulo, a situação do criminoso torna-se distinta. Ele é encarado como um doente mental, "espancador", "violento", "impotente" e "canibal". Os adjetivos atribuídos a ele não o enquadram no modelo tradicional e aceito de masculino, ao mesmo tempo em que situa seu crime em um patamar fora da realidade da maioria dos homens. Como doente, ele é um caso a parte, e as violências por ele cometidas são entregues ao excepcional, ao fora do comum, portanto, distantes do dia-a-dia dos homens 'normais'.

Tais leituras acerca do Maníaco do Parque ajudam a ilustrar o comportamento do senso comum diante de um crime sexual. Em nenhum momento foram discutidas as causas da violência contra a mulher, a formação identitária do assassino e a responsabilidade que a sociedade possui frente a essa formação. Enquanto crime tabu, sua existência está fadada aos casos particulares, individuais, sem aplicação na história de vida da sociedade como um todo. O estuprador seria um homem doente e a vítima, fugiria dos padrões aceitos pelo feminino. Se as prostitutas estupradas e mortas por Jack eram alvo de vingança por uma transgressão sexual, as matérias expostas parecem expressar que a motivação de Francisco era o desejo de punição de um corpo imperfeito, 'gordo', com 'carne em abundância'. Mais uma vez, temos diante dos olhos as concepções de gênero ditando posturas e entendimentos sociais, sem no entanto, fazerem-se perceptíveis ao observador comum.

1.5 V ozes autorizadas na interpretação do crime: quando a Justiça dirige a cena.

"É um crime repleto de obstáculos pelo caminho. Cabe ao jurista decifrar os fatos e conduzir o processo da melhor forma possível. Como há apenas uma versão oficial depende do nosso trabalho o estabelecimento da verdade". (Bárbara, 30 anos, defensora pública).

Venho argumentando que o crime de estupro caminha na direção de múltiplas abordagens que sinalizam para um entendimento plural de suas causas, conseqüências e interpretações por parte da sociedade, seja no âmbito do senso comum, seja nas inferências acadêmicas que tomam para si a função de fazer apontamentos dotados de cientificidade. Essa última instância de apropriação do conflito tem no Direito um forte intérprete e classificador, com poderes de absolvição

e condenação, determinadores de culpados e inocentes.

Em sua dissertação de mestrado para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais da UFF, Juliana Ribeiro (2004) esteve interessada em realizar uma análise do discurso dos acórdãos referentes ao crime de estupro em dois momentos distintos da justiça brasileira. Seus interesses de pesquisa conduziram-na à verificação da concepção do papel da mulher na formação social e ideológica da nossa sociedade, bem como do diálogo que essa concepção estabelece junto às decisões e doutrinas encontradas no trabalho do Judiciário brasileiro na primeira década após 1940 e nos anos posteriores à Constituição de 1988.

Os primeiros apontamentos feitos pela pesquisadora já foram demonstrados nesse capítulo a partir da argumentação de outros autores e giram em torno da consideração excessiva da vida pregressa da vítima, fazendo com que esta seja 'julgada' e, em alguns casos, 'condenada' no lugar de seu violador. A idéia de neutralidade daquele que julga é criticada pela pesquisadora, sendo exposta à influência dos valores e concepções que agem nos atos de cada indivíduo, independente da profissão que ele ocupe. Na jurisprudência, contudo, e para seus operadores, tem-se como incontestável a "voz do direito e da justiça".

Nos casos de estupro analisados por Ribeiro no recorte temporal já citado, podemos apreender que existe um 'lugar' ocupado pela mulher aos 'olhos do Direito'; um espaço de valores cristalizados e preconceitos perpetuados, a partir do qual qualquer transgressão é sinônimo de perda das possibilidades de reclamação de um crime sexual. O modelo de mulher cristã é eleito como o único possível para um feminino honesto e qualquer outro tipo de vivência identitária será duramente punido quando colocado diante da justiça. A hipótese de Ribeiro anuncia que o tratamento jurídico dado atualmente ao estupro mantém as mesmas características observadas nos acórdãos levantados na década de 40. Ainda resiste a tentativa de disciplina da sexualidade da mulher, o controle sobre suas vivências e sobre seus desejos. Mas de que forma o Direito toma para si esse papel diretivo?

Na pesquisa de Ribeiro, percebemos que o Direito atribui a suas falas status de 'verdades' que só os operadores estão aptos a revelar. Estes são seus intérpretes autorizados, crédulos numa ilusória neutralidade, dialogando sem assumir, ou sem se dar conta, com valores e posturas ideológicas socialmente compartilhadas. Tais práticas jurídicas não representam novidade para os estudos de gênero se pensarmos em sua longevidade e força de atuação, ao indicar

possibilidades de interpretação através de seu amplo leque de classificações.

Se tomarmos os escritos de Nelson Hungria (Comentários ao Código penal_-VIII (artigos 197 a 249), 1983: 101-119), por exemplo, iremos notar que o termo 'stuprum' advém do Direito Romano e possui naqueles códigos um significado mais amplo. Diferente do que ocorre em nosso Código Penal, temos no exemplo citado o estupro caracterizado como qualquer intercurso carnal ilícito, incluindo o adultério e a pederastia ou o contato sexual não consentido com mulher virgem ou não casada, desde que honesta. Para o Direito Canônico (Batista A, 2000) o estupro é um crime contra a ordem divina, relaciona-se ao pecado e ao impudor; nas Ordenações Filipinas, no Código Criminal de 1830 e no 1º Código Penal Republicano — 1890 — o crime sexual é causador de grande ofensa à família ou ao marido da vítima, uma iniciativa contra a honra antes de ser uma violência brutal (Mastieri, 1982).

Enquanto jurista, Hungria atenta para o estupro como cópula ilícita, ou seja, constituída fora do casamento, sendo dentro do mesmo a conjunção carnal um dever mútuo dos cônjuges. O marido violentador não deverá ser punido desde que a esposa não justifique sua resistência, alegando para isso motivos não mesquinhos. Suas únicas possibilidades de negação serão aceitas em caso de risco de contaminação por DSTs e outros perigos letais inerentes do sexo com seu parceiro. Em qualquer outra situação, o uso da violência para garantir o direito à posse do corpo da mulher será aceito (Comentários ao Código penal_– VIII (artigos 197 a 249), 1983: 114).

A polêmica acerca do estupro marital no Direito está presente em todos os manuais jurídicos que lidam com a temática do estupro, sendo sua aceitação contestada pelos juristas mais importantes da época. Para Chrysolito de Gusmão (1981: 138) o homem que força a conjunção carnal com a esposa sofre, no máximo, de falta de cavalheirismo, não devendo ser encarado como criminoso. Para Viveiro de Castro (1932) o sexo no casamento é direito do marido, desde que ele não manifeste desejos diversos da 'cópula natural'. Tal ato indesejável constituiria um atentado ao pudor por excessiva libertinagem ou depravação moral.

Em artigo datado de 1998, Figueira (1998) trata de expor as concepções precedentes, de maneira a traçar um perfil dos doutrinadores mais radicais, sinalizando para a cristalização de determinadas posturas conservadoras e sexistas do Direito brasileiro. A violência sexual entre cônjuges é, segundo ele, legitimada e incentivada a partir do momento que não gera a punição devida. Considerando a

servidão sexual como prática lícita ao casamento, qualquer resistência ao seu cumprimento será vista aos olhos da Justiça como quebra de acordo em um contrato há muito estabelecido perante a sociedade. Assim, não é de se espantar que muitas mulheres ao queixarem-se nas delegacias e órgãos de proteção à vítima de um estupro marital, não tenham suas reclamações consideradas obtendo o enquadramento da violência sofrida no âmbito da agressão física ou da ameaça – como veremos no capítulo III.

Aos olhos da Justiça, de acordo com Ribeiro e Figueira, o papel da mulher varia de acordo com a sua conduta identitária, sendo a disciplina, a moral inabalável, o recato e a subserviência elementos fundamentais para sua credibilidade na cena do depoimento. Os casos de violência contra a mulher que chegam a julgamento dificilmente encontram na sociedade um espaço para o debate consciente e democrático. Crimes como o estupro são muitas vezes considerados eventos isolados, pertencentes a um leque maior de outras violências produzidas pelas inúmeras desigualdades verificadas na modernidade. Assim considerando, a problematização da violência doméstica fica subjugada a análises macro da criminalidade como um todo e o estuprador – "devasso, insano e nocivo" – é uma exceção entre os homens. Será? Na trilha dessa resposta proponho refletir sobre a condição do homem moderno e suas possibilidades de vivência identitária.

CAPÍTULO II

I dentidades Sexuais em movimento: transgressões e permanências compondo a cena do estupro.

"A mulher que não sabe seu lugar corre o risco de ser violentada na rua por qualquer vagabundo. O homem age por instinto e na hora 'h' é um Deus nos acuda, um salve-se quem puder. Na verdade ele ta cumprindo o papel dele. Da pior forma possível, mas ta cumprindo". (Francisco, 58 anos, investigador de polícia).

No capítulo anterior argumentei, amparado em discussões levadas a cabo por outros autores, que o crime de estupro dialoga em seu percurso com uma série de discursos e concepções de gênero, responsáveis pela determinação dos papéis de vítima e vitimizador. Em seguida, fiz menção a um argumento — bastante criticado em minha pré-defesa de projeto — que atribui aos avanços do movimento feminista uma das causas mais relevantes da violência sexual. Incomodados com as mudanças observadas na vivência de um feminino transgressor, muitos homens recorreriam ao estupro como forma de castigo; outros, temerosos por uma transgressão ainda não cometida, utilizariam a citada forma de violência para manter, ainda que apenas sob o fantasma do medo, a mulher dentro de seus limites e possibilidades identitárias. Isso explicaria o alto índice de iniciativas criminosas contra as norte-americanas, símbolos da emancipação e autonomia femininas, bem como a ameaça verificada por Sanday nas tribos tradicionais no intuito de manter em sigilo os segredos da 'casa dos homens'. Tentarei nesse capítulo explicitar melhor o referido jogo de identidades em sua trajetória de transgressões e resistências.

De início, devemos retomar o raciocínio que classifica o estupro enquanto um ato criminoso representado a partir de três cenas complementares: na primeira vemos o crime acontecendo, desdobrando-se em traumas imediatos, em vestígios físicos e emocionais que se inscrevem no corpo da vítima; na segunda, que nasce com a publicização do fato, temos os constrangimentos que afligem a mulher nos atos do depoimento e do julgamento – em todas as suas instâncias – e, na última, deparamo-nos com o quadro posterior à resolução jurídica do conflito, onde o foco

da ação é a vida despedaçada da mulher violentada e o estigma que dificilmente será superado por ela. Nas três cenas, somos levados a considerar os ideais de feminilidade e masculinidade como decisivos para a compreensão do conflito. Trabalhemos em cada cena separadamente.

Na cena 1 existe uma motivação que leva o homem a praticar o ato. Ao que indica a literatura, esse homem age de acordo com os seus preceitos identitários, elegendo o corpo da mulher como propriedade masculina, devendo por isso, servir ao homem quando este sente desejo. Uma outra linha argumentativa – muito utilizada nos tribunais pela defesa – poderia insinuar que o ato sexual nascera de um desejo compartilhado por ambos, mas que no momento da concretização foi negado pela mulher, cabendo ao homem por sua formação 'natural' insistir na cópula já que não dispõe de meios para resistir ao instinto masculino. Até aqui temos duas concepções pautadas no ideal de masculinidade.

Ainda na cena 1 temos a figura da mulher, passiva ao ato, sedutora ou dominada, participante ou descontente com a ação sofrida. A verdadeira atuação do feminino não poderá ser determinada nesse quadro, uma vez que não há testemunhas que respondam a pergunta mais corrente no instante da publicização: houve ou não consentimento?

Com a cena 2 os papéis começam a ficar mais claros, a ganhar mais elementos que os caracterizam. O cenário é geralmente a delegacia de polícia e a protagonização ficará a cargo da reclamante que tratará de expor a cena anterior, sendo a única responsável pela elaboração do roteiro. Caberá a ela narrar o acontecido e responder a perguntas do tipo: "O que uma mulher estava fazendo sozinha numa rua deserta em horário tão inoportuno?"; "Que roupas vestia no momento do ato?"; "A senhora disse que não queria?"; "Tinha alguma relação com o acusado?". "Ao fim dessas indagações a mulher já deverá ter relatado sua vida pregressa, seus bons antecedentes, seus modos de moça de família" 18.

O transcorrer da segunda cena reserva mais uma ação. Em seu desenrolar conteremos com um novo cenário – o tribunal – e com a participação de mais dois atores fundamentais para o desfecho da trama: os advogados de defesa e de acusação. O primeiro tratará de expor os predicados de 'bom homem' do acusado, explicitando "suas qualidades de pai, provedor, filho, profissional ou marido" 19. As características caras ao masculino serão utilizadas para afastar o fantasma da culpa.

¹⁸ Procedimento descrito por um detive da 134º DP.¹⁹ Fala do detetive citado acima.

Na mesma direção, a acusação tratará de limpar a honra da reclamante, exaltando sua "santidade, meiguice, fragilidade e talento para as prendas domésticas". A intenção é causar a comoção do júri e destruir o argumento do consentimento levantado pela defesa. "Uma mulher com tantas qualidades cristãs, jamais consentiria tamanha liberdade sexual" ²⁰. "Ela lutara com todas as suas forças, sendo, porém, impelida pela fúria de um ser fisicamente superior" ²¹.

Protagonizando a cena 3 temos de maneira mais explícita a mulher estigmatizada, proprietária de múltiplos traumas, aprendendo a conviver com o fantasma da insegurança e do medo. Os ideais de castidade e pudor, caros ao universo feminino, foram vilipendiados e afastados em nome de um passado que não mais se tornará ausente. Ainda que passem os anos, a mulher violentada carregará o peso da lembrança – dela e da sociedade.

Como podemos observar, em todos os momentos do crime a recorrência à identidade sexual da vítima e do vitimizador constitui-se atitude corriqueira. Mas o que são essas identidades? De que maneira elas se formam? Por que são tão aceitas e cobradas? Recorrerei aos estudos de gênero para guiar-me nessa teia de questionamentos.

2.1 Coisas de homem, coisas de mulher.

"Se o homem não receber educação, os princípios da moral em casa, não vai ser a rua que vai ensinar. Se o pai e a mãe não ensinam o que deve ser feito, ele se perde e comete uma violência como essa. (...) A criança deve saber o que pode e o que não pode fazer, o que é certo pro menino e o que certo pra menina. Se cada um souber suas possibilidades na vida, a gente teria menos violência". (Beatriz, 52 anos, assistente social de um órgão de apoio a mulheres violentadas).

Quando falamos em gênero estamos nos referindo a construções discursivas que estabelecem diferenciações culturais entre homens e mulheres. As categorias

Esses estratagemas jurídicos foram inspirados na leitura do processo de um dos meus entrevistados que cumpre pena por estupro. Os argumentos aqui expostos realmente fizeram parte da argumentação da defesa e da acusação.

XLIX

²⁰ Fala de uma defensora pública quando indagada por mim sobre o caso de um dos meus entrevistados que insistia no argumento da inocência, alegando o consentimento da vítima.

'masculino' e 'feminino' ganham – não só pelo discurso, mas também pela ação, uma gama de significados que estipulam possibilidades e limites ao exercício de uma identidade ligada ao sexo. A partir da constituição anatômica dos corpos criamse diferenças que constroem hierarquias. Estas podem ser resumidas no termo 'dominação masculina', amplamente debatido na obra homônima de Pierre Bourdieu A (1999).

As diferenças e os papéis que cada sexo deverá conhecer e vivenciar estarão expostos na atuação de algumas instituições socializadoras, presentes ao longo de toda a vida do indivíduo. A título de ilustração, podemos destacar a família, a escola, a igreja / religião e o Estado. Proponho que analisemos o papel desempenhado por cada uma delas.

O citado estudo de Bourdieu, resultado de uma minuciosa etnografia da sociedade Cabila, aponta para a estruturação cultural advinda da organização sexual das relações sociais. Tal organização encontra na família o primeiro alicerce que estabelece as diferenças entre homem e mulher. Os papéis ocupados pelo pai e pela mãe são mostrados desde cedo para a criança; esta aprende que existe um espaço de atuação para o masculino e outro para o feminino. Enquanto o pai atua no plano público — na sala, na varanda, ou seja, nos lugares mais visíveis e sociáveis da casa — caberá à mãe os cômodos mais privados, mais íntimos — como a cozinha e o quintal.

Entre os sexos o trabalho também mostrar-se-á dividido. Os homens serão associados às atividades mais nobres, ao passo que as mulheres terão de realizar as tarefas menos valorizadas — como a colheita e o preparo dos alimentos. No entanto, quando um mesmo trabalho é realizado pelos dois sexos, a sociedade reconhecerá como superior a atuação masculina.

A explicação para essas diferenças e a hierarquia que delas resulta, está pautada em causas naturais. Os indivíduos possuem anatomia distinta e, por serem fisicamente desiguais, são potencialmente diversos. Entre os Cabila – e Bourdieu argumenta que não só entre eles – podemos falar em uma construção social do corpo sexualizado, onde a ereção masculina e seu movimento para o alto determina a posição superior do homem no ato sexual e, por isso, também na sociedade. Ele é naturalmente ativo, enquanto a mulher – por necessitar da penetração do homem para cumprir sua função maior (maternidade) – é um ser habitualmente passivo. Ela possui um corpo que não conseguiria sobreviver sozinho; sua posição inferior no

intercurso carnal sinalizaria para essa dependência. O homem possui a semente que fará sua barriga crescer e dar a luz, logo, dependerão de uma ação masculina a continuidade da vida e a funcionalidade da mulher.

Do que foi relatado no parágrafo anterior podemos deduzir que a dominação masculina entre os Cabila – e entre as sociedades ocidentais que conhecemos – não precisa de grandes justificativas para existir. As diferenças anatômicas e a leitura que fizeram delas construíram uma enorme máquina simbólica que determina os fatos da vida social a partir da aceitação universal de um corpo sexualizado e das obrigações inerentes a esse corpo. Assim, homens e mulheres encontram-se presos a um jogo de signos que deverão determinar suas posturas e seus anseios. Essas convenções são vistas com naturalidade e são passadas através das gerações.

Seguindo a trilha já esboçada pela família, chegamos à segunda instituição socializadora: a Escola. Muitos são os autores a problematizar a influência que esta estabelece na socialização de meninos e meninas, auxiliando a construção de homens e mulheres aprisionados em seus papéis de gênero. Analisando o quotidiano de uma creche italiana, Belotti (1987) percebe que desde muito cedo a criança aprende os limites e possibilidades do seu sexo, enxergando no papel da professora maternal a continuação da figura da mãe. Não é por acaso que essa profissional recebe o apelido de 'tia' – uma classificação que a aproxima do universo feminino criado para a reprodução e para o casamento. A primeira lição da escola parece ser esta: caberão às mulheres a educação e o cuidar das crianças. Mas isso é só o começo. A observação da rotina da instituição escolar conduziu Belotti a mais uma constatação: meninos e meninas são educados de maneira diferente e essa educação dialoga com as convenções identitárias que hierarquizam os sexos.

Na disposição da sala de aula a pesquisadora observará um dado importante: meninos e meninas encontram-se divididos em dois lados que não se comunicam. A interpenetração dos grupos não é estimulada, e quando ocorre, é punida com castigos e vexação pública. Há um espaço para os meninos e outro para as meninas, não sendo permitida a quebra dessa barreira.

O horário do recreio indica mais uma prática instigante: enquanto os meninos correm pelo pátio, caberá às meninas a permanência na sala de aula aonde irão se alimentar para depois auxiliar a professora no preparo e arrumação do lanche dos demais colegas de classe. A explicação para essa rotina tão repleta de assimetrias parece óbvia na argumentação da professora responsável pela turma:

como os meninos são mais ativos que as meninas, eles chegarão eufóricos do recreio, atrapalhando o andamento das atividades curriculares. Se ao chegarem na sala o lanche já estiver posto, eles irão comer e se acalmar. As meninas, que são naturalmente mais prestativas e mais calmas, auxiliam a manter a ordem e aprendem, de quebra, algumas das suas funções enquanto representantes do sexo feminino: as prendas domésticas. Nesse contexto, não causa espanto o fato apontado pelo estudo de Belotti de que os desenhos dos meninos retratam temas diversos, livres, criativos, ao passo em que as meninas se esmeram em reproduzir o ambiente familiar, a casa, os afazeres típicos do seu universo. De acordo com a pesquisadora, cada sexo está sendo educado para reconhecer e propagar essas 'diferencas'.

Montserrat Moreno (1999), também analisando o ambiente escolar, alerta para a influência que a linguagem exerce na consolidação das diferenças de gênero. As palavras 'menino' e 'menina' são dotadas de signos comportamentais, indicando os caminhos que cada sexo deverá trilhar. Por meio de uma convenção lingüística, temos determinado que o masculino é o parâmetro a partir do qual as frases deverão ser construídas com suas respectivas concordâncias, devendo abarcar os dois sexos, ainda que gramaticalmente só se refira a um. As crianças em idade escolar deverão aprender essa difícil lição, associando a regra gramatical às demais situações do dia-a-dia.

Aliado à língua, temos o livro didático. Em suas páginas figuram homens ativos e mulheres passivas, envoltas em suas atribuições domésticas, retratadas por figuras e fotos que cristalizam a mensagem. Numa secção destinada à representação dos sentimentos Moreno verificou as seguintes associações: o amor é relacionado à figura de uma mulher com uma criança no colo, a amizade é sintetizada pelo aperto de mão entre dois meninos, ao passo que o medo ganha destaque ao mostrar uma mulher apavorada em cima de uma cadeira por causa de um pequenino rato. No mesmo caminho encontramos os livros de História e o seu desfile de guerras e heróis que apresentam o homem como o único agente capaz de determinar os rumos dos acontecimentos; virilidade e heroísmo são tratados como atributos exclusivos do masculino, negligenciando a participação de outros atores sociais — mulheres, negros e homossexuais, por exemplo. Esses são apenas alguns indícios de uma socialização pautada na diferença que estabelece desigualdades. Os hábitos escolares aqui descritos não estão programados no currículo oficial, não

fazem parte do conteúdo programático das instituições de ensino. Constituem aquilo que podemos chamar de *currículo oculto*²² e sua força é tão decisiva na construção identitária do indivíduo que o passar dos anos não há de destruir seu aspecto de verdade.

Contudo, ainda que as identidades sexuais encontrem na escola uma forte aliada para a sua propagação, a discussão acerca da sexualidade é tida como assunto tabu no currículo dos colégios. Mesmo com todas as mudanças trazidas com o Movimento Feminista e pelas demais transformações da modernidade – identidades sexuais mais flexíveis, gravidez precoce, novas tecnologias de reprodução, novas formas de relacionamento amoroso (sexo virtual, namoros *on line*), nova configuração do mercado de trabalho – os assuntos relacionados ao direcionamento e iniciação sexuais são tidos como proibidos e relegados ao campo da família, que nem sempre satisfaz a demanda. No estudo de Louro (1999: 7-34) podemos apreender que em meio a tantas omissões a sexualidade ainda é mais trabalhada nos meninos, embora o condicionamento sexual feminino esteja presente na educação das garotas. O silêncio sobre o tema é uma forma eficiente de moldar as aspirações acerca do mesmo.

Recorrendo a um estudo de Philip R.D. Corrigan denominado "The making on what grammar school did with to and for my body", datado de 1991, Louro irá apontar para mais um processo de escolarização do corpo e das ações da criança. O autor descreve uma experiência pessoal vivida em uma escola particular inglesa — Aske — quando de sua entrada no ginásio. Recorda que no primeiro dia de aula os alunos mais velhos eram incentivados a bater nos novatos, para que esses reconhecessem desde o início que estavam entrando em um território comandado por outros homens e que para ter direito ao seu próprio espaço, era necessário demonstrar força, coragem e disciplina. No ano seguinte seria a vez deles comprovarem os seus poderes e assim sucessivamente, até que muitas gerações aprendessem o valor da masculinidade através daquela instituição de ensino. Em Aske, no decorrer do ano letivo, o incentivo à assimilação de uma masculinidade hegemônica se fazia presente através dos esportes, das competições e da

²

²² Toda a discussão acerca da escola e seu papel construtor na vida do indivíduo possui uma ampla bibliografia concentrada na área da pedagogia e da educação. Na elaboração dessa pesquisa, o contato com os estudos do currículo foram decisivos para a compreensão de certos hábitos da penitenciária, sendo as aulas da professora Sílvia Martinez fundamentais para a problematização dessa socialização escolar. Para um maior aprofundamento do tema, consultar Jean-Claude Forquin. Escola e Cultura — As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

legitimação da violência como meio de atingir um direito inconteste. E entre as garotas? Quais seriam as formas de treinamento de sua identidade de gênero?

Quanto à moldura do corpo feminino Louro expõe suas experiências em uma escola da rede pública brasileira, recordando que o condicionamento da mulher sempre foi uma preocupação das educadoras. As meninas eram educadas para serem passivas, gentis, castas e subservientes e qualquer ato de rebeldia deveria ser punido severamente para que servisse de exemplo às outras. Estaria esse quadro muito distante daquele que podemos observar hoje?

No que foi até aqui exposto acerca da participação da escola na definição dos papéis de gênero, podemos notar que a tendência observada nas escolas analisadas é a de moldar as identidades sexuais de meninos e meninas, sem, no entanto, contemplar questões importantes dessas indentidades. A escola, na visão de Louro, tem medo de ser sexualizada e por isso inibe qualquer outra forma de expressão sexual que não seja a hegemônica. A vigilância sobre os meninos é grande; o medo do homoerotismo, uma constante. Teria essa postura algo a nos dizer sobre os estupros coletivos ocorridos nos campus universitários dos Estados Unidos? Como entender a construção de um jovem violento, desconsiderando o papel formador da escola? Se a lição dos professores e agentes pedagógicos gira em torno de um ideal heterossexual, de passividade feminina e dominação dos homens, como dissociar esses elementos da gama de violências discorridas no capítulo anterior? Se a escola – em parceria com a família e com os demais espaços de socialização – constrói corpos femininos para a maternidade e para o casamento, também possuiria sua parcela de responsabilidade na agressividade e na supressão de sentimentos observadas no masculino? Antes de passarmos ao campo das transgressões, sugiro que enfoquemos o papel da Igreja e do Estado.

Ao discorrer sobre a influência da Igreja Católica na formação do pensamento ocidental, Heinemann²³ verificou no arcabouço ideológico da instituição religiosa a existência inconteste de uma hierarquia que classifica homens e mulheres por intermédio das 'verdades' reveladas na Bíblia. A primazia masculina comprovada pela criação de Adão sustenta o argumento da dependência da mulher, uma vez que, para existir, esta contou com uma costela retirada do corpo do primeiro homem, feito à imagem e semelhança de Deus. A partir desse atrelamento original a

LIV

²³ Uta-Ranke Heinemann<u>. Eunucos pelo Reino de Deus – Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica</u>. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1996.

subordinação feminina converteu-se em uma realidade propagada e o domínio masculino ganhou status de condição *sine qua non*.

Além disso, no discurso da Igreja, Eva induziu Adão a cometer o primeiro pecado, condenando todas as gerações futuras e, como seres perigosos e traiçoeiros, deverão as demais mulheres permanecer sob tutela, submissas e entregues aos desígnios do seu 'senhor'.

Todavia, construída de maneira distinta, uma segunda opção de feminilidade é colocada em cena. Trata-se da função procriadora e santificada da mulher que, a exemplo de Maria, mãe de Jesus, é responsável pela geração da vida e pela manutenção da família. O feminino sob esta perspectiva ganha um novo status social: deixa de ser o instrumento do pecado - o mal - para adentrar no mundo da abnegação e da entrega – características primordiais da maternidade. Transposta de um modelo negativo (Eva) para uma condição venerada (Maria), a mulher desenha um caminho que não a afasta da tutela, nem da subserviência. Ainda que respeitada na Igreja, a figura de Nossa Senhora – ou simplesmente Maria - foi concebida a partir da negação total de qualquer ligação com a feminilidade real. Em primeiro lugar, a concepção de Jesus foi realizada por intermédio do Espírito Santo, sem que nenhum intercurso sexual fosse realizado entre a futura gestante e o seu respectivo marido. Ela seria mãe e continuaria virgem; virgem, mas ainda casada. No nascimento de Jesus, temos a segunda prova de um modelo inconcebível na vida real: ele não nasce de parto normal, nem de cesariana, sendo mais uma vez um milagre o responsável pelo cumprimento da trajetória de Maria. Qual seria, pois, a probabilidade de aplicação do modelo de feminilidade venerado pela Igreja Católica? Divididas entre as duas classificações – a pecadora ou a santa - caminharam (e caminham ainda) muitas mulheres, em busca de uma realização sem viabilidade na prática. A identidade feminina encontra-se na Igreja moldada pela resignação e pelo pudor, sendo qualquer outra forma de vivência entregue ao pecado e ao castigo. Mas como considerar a influência da Igreja no bojo de um Estado laico?

Barsted (1994), avaliando a posição do Estado brasileiro frente às demandas feministas, observa que o conservadorismo e o preconceito fazem parte da constituição ideológica do país, interferindo de maneira decisiva no rol das políticas públicas e sociais. Se pensarmos no funcionamento do Estado, iremos concluir que o poder responsável pela sua gestão encontra-se ligado ao domínio

masculino, havendo nas instâncias decisórias sub-representação das mulheres. Numa perspectiva macro poderíamos dizer que a assimetria da representação encontra-se relacionada à deficiente aplicação do ideal de cidadania, que culmina na ilusão da existência de indivíduos livres e iguais, tal como expõe em teoria a Constituição de 1988 – declarada Constituição Cidadã por Ulysses Guimarães. A autora argumenta que os vínculos mantidos com as antigas estruturas de poder, no que tange ao jogo político, não permitem a instalação de uma democracia plena no Brasil, estando as mudanças condicionadas a um entrave de difícil solução com imponentes focos de resistência.

Contudo, faz-se necessário perceber que o processo de redemocratização dos anos oitenta, embora insatisfatório no tocante ao aumento do diálogo entre a mulher e o Estado, possibilitou a aprovação de algumas medidas fundamentais para a luta feminina. Foram criados nessa época o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os Centros de Atendimento Integral, as Delegacias Especializadas e os Conselhos Estaduais da Condição Feminina. Na proposta de diálogo com o Congresso Nacional, o tema da violência doméstica foi levantado, assim como a legalização do aborto; a tentativa de rever os possíveis equívocos do Código Penal de 1940, numa reflexão sobre os chamados crimes contra o costume (nos quais enquadramos o estupro e o atentado violento ao pudor), também esteve na pauta, esbarrando, no entanto, numa série de entraves em nível federal. As mais significativas conquistas deram-se no âmbito regional através das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais.

Podemos disso apreender que propostas políticas a favor da equidade foram consideradas, mas a atuação do Estado permaneceu conservadora e, por vezes, omissa. Na análise de Barsted dos anos oitenta o legislativo teve um avanço tímido no tocante às questões de gênero; o Executivo Estadual no Rio de Janeiro não conseguiu absorver completamente as demandas das DEAMs²⁴ e do CEDIM²⁵. alegando falta de verbas, recursos humanos e cursos de reciclagem, ao passo que São Paulo vem sendo considerada a unidade federativa que mais incorporou a questão da mulher apesar da descontinuidade dos projetos implantados. Segundo a pesquisadora, mesmo laico o Estado brasileiro se mantém atrelado aos preceitos cristãos que determinam modelos identitários e constroem regras morais. O

Delegacias de Atendimento à Mulher.
 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

esclarecimento dessa premissa se fará imperativo para o entendimento das doutrinas jurídicas acerca do estupro.

Mas até que ponto as identidades historicamente moldadas permanecem intactas no bojo das mudanças características da era moderna? O que possibilita sua permanência e a que podemos atribuir sua superação? Já vimos que no Brasil algumas iniciativas feministas possibilitaram uma abertura ainda pequena com o Congresso Nacional e essa ocorrência adveio não de uma condição resignada de mulheres passivas, mas de lutas intensas de um movimento transgressor. O que motivou essa mudança de postura do feminino? Como se comportam os homens diante desse novo quadro?

2.2 Personagens ganham novas tramas: eis que no palco da modernidade surge a Nova Mulher

"Hoje em dia a própria mulher tá se colocando em perigo. O que é que uma garota de 17 anos acha que vai acontecer com ela quando voltar sozinha do baile num sábado de madrugada? Tá pedindo pra ser estuprada. Quer ser moderninha, acaba se dando mal. É o preço que se paga". (Jasão, 52 anos, carcereiro).

Uma discussão que pretenda abordar as relações de gênero, sempre esbarrará em seu início em uma retomada das propostas e conquistas do Movimento Feminista. Essa pesquisa não fugirá à regra, atribuindo ao pioneiro trabalho de Friedan A (1971) um panorama geral dos anseios e insatisfações femininas na década de cinqüenta nos Estados Unidos.

A política consumista do período citado tinha nas donas-de-casa seu principal alvo de atração. Era preciso vender os produtos de uma indústria em pleno desenvolvimento; os eletrodomésticos ganhavam o mercado e sua conversão em lucros dependia da mulher para se tornar realidade. Multiplicaram-se as propagandas em torno de um novo ideal de vida: a felicidade feminina estava vinculada à aquisição dos modernos produtos para casa, feitos sob medida para as enclausuradas 'rainhas-do-lar'²⁶. A pressão do mercado era forte e o questionamento acerca das vontades e necessidades reais da mulher começava a

LVII

²⁶ As propagandas da época valiam-se desses apelos mercadológicos para apresentar seus produtos. A vinculação dos eletrodomésticos com os prováveis ideais de felicidade e realização da mulher eram uma constante e a expressão "rainha-do-lar" revelava o aspecto de comodidade e luxo contido nas promessas comerciais da indústria crescente.

surtir efeito naquele país. Friedan fala da existência de um 'mal sem nome', um projeto de reivindicação que não sabia fazer-se ouvir através de palavras ou classificações; a insatisfação nascia de maneiras distintas, com gradações diversas e tomava conta dos ciclos de relações sociais. Os estudos acerca da chamada 'Mística' aumentavam nas universidades e não tardaria para que um grande movimento mostrasse sua face contra a dominação masculina, em nome de uma cidadania mais plena e mais justa. Todavia, não foi esse o primeiro passo para a emancipação das mulheres.

Os estudos de Michelle Perrot (1988) apontam para uma sociedade mais antiga, onde os anseios femininos ganhavam a cena pública e exigiam direitos. Trata-se da França do século XIX e de sua 'mulher popular rebelde'27 – donas-decasa que saíam às ruas protestando contra o preço dos aluquéis, promovendo mudanças ao cair da noite, em surdina, para fugir dos abusivos aumentos; pessoas comuns que se opunham aos preços dos alimentos e que, através de manifestações calorosas, obtiveram o direito de receber o salário de seus maridos direto das fábricas, conseguindo administrar o orçamento da casa ao deixar para o cônjuge apenas o mínimo para a bebida rotineira.

Talvez possamos encontrar nesses dados fornecidos pela historiadora um possível berço para aquela que hoje convencionamos classificar de 'Nova Mulher' um membro ativo do mercado de trabalho, atuante na política e na economia, dona de seu corpo, chefe de sua casa, arrimo de muitas famílias. É provável que o germe da mudança reconstrua sua trajetória no passado francês, atuando pelos anos sessenta nos palcos norte-americanos, construindo as bases para a atual configuração de transgressões e revanches pautadas no gênero. Mas como se comporta de fato o homem moderno em meio às mudanças do sexo oposto?

Badinter (1986), também debruçada sobre os avanços feministas, busca compreender o processo de diferenciação entre os sexos, em um esforço intelectual que pretende recuperar as causas primárias da hierarquização entre homens e mulheres, postulando de maneira otimista que:

> A igualdade em via de se realizar, engendra a semelhança, que põe fim a guerra. Cada um dos protagonistas, considerando-se desde então o 'todo' da humanidade, está em condições de compreender o Outro,

²⁷ Expressão extraída de artigo homônimo de Perrot.

tornando sua cópia. Os sentimentos que unem esse casal de mutantes só podem mudar de natureza (Badinter. 1986: 215).

Na visão da autora estaríamos mergulhados em um oceano de mudanças profundas cabendo a cada ator social situar-se em um novo modelo que lhe permita viver a partir da complementaridade e não da assimetria. Se no início éramos um único ser cuja integridade foi dividida e afastada, viemos através dos tempos buscando nossa metade perdida. A modernidade se apresentaria como o cenário dessa desejada junção, estando homens e mulheres a um passo da comunhão, da união das partes que buscam a unicidade. Estaríamos na época da formação do andrógeno — o esperado representante da raça humana sem conflitos identitários, reunindo em sua formação subjetiva as características mais positivas de ambos os sexos. A hierarquia sexual caminharia para a 'desconstrução', uma vez que "Um é o Outro". Essa assertiva, todavia, encontrou resistências e críticas no Brasil.

Bernardo Jablosnki (1995), em seu "A difícil extinção do Boçalossauro", argumenta que a autora precedente sofre de um "otimismo exacerbado". Não estaríamos vivendo o tempo de transformações que ela insiste em diagnosticar e a hierarquia sexual se manteria atuante no campo das relações sociais. Por mais que refinemos os nossos hábitos, ainda que a instrução ofereça-nos verniz e requinte, convivemos em nosso quotidiano com um ser pré-histórico que nos habita e que se manifesta sempre que o nosso reinado se vê ameaçado. Essa fera — classificada jocosamente pelo autor como Boçalossauro — reuniria em seu *ethos* a estrutura identitária herdada do patriarcado, com todos os preceitos masculinos de força, virilidade, poder e violência. A superação desse modelo seria uma utopia sem chance de concretização a curto ou médio prazo, e a complementaridade, por conta disso, está fadada a ser um projeto de aplicação longínqua. Mas em que medida as relações de gênero podem ser assim determinadas? Quais são as possibilidades de mudança trazidas pela modernidade?

Sócrates Nolasco A (1995) reúne em uma coletânea de artigos algumas contribuições teóricas extremamente relevantes para a problematização do tema. Ao mesmo tempo em que traz posicionamentos mais radicais como o do parágrafo acima, o livro proporciona outras leituras sobre o masculino que ganham voz e promovem reflexões consistentes, distribuídas pelas mais distintas áreas do conhecimento humano. Ao longo da obra somos apresentados a pesquisas que

trabalham o conceito de masculinidade numa perspectiva de 'desconstrução', condicionamentos da apontando para os sociabilidade dos meninos, desnaturalizando as assimetrias e sinalizando para os efeitos negativos da dominação para aquele a quem supostamente privilegia. Destacarei adiante alguns pontos necessários para a nossa discussão.

Na análise de Nolasco, a modernidade tem exigido dos homens uma outra postura diante da vida e tal exigência culminaria na busca de uma outra possibilidade de inserção na cultura ocidental. O homem moderno estaria procurando um significado novo para os valores tidos como imprescindíveis à sua formação e, nessa busca, novas experiências identitárias ganhariam a cena. As questões referentes ao masculino tradicional dariam lugar a uma nova interpretação das práticas e dos desejos, permitindo que um novo caminho seja aberto na trilha da equidade sexual. As considerações tecidas pelo autor advêm de sua pesquisa com um Grupo de Homens do Rio de Janeiro²⁸ – homens que se reúnem para refletir sobre os papéis de gênero na contemporaneidade, permitindo-se uma mudança de comportamento, elegendo para suas vidas outras prioridades que não caberiam no velho modelo de homem apreendido na infância. Se no passado a idéia de masculino e tudo que dela deriva sustentava-se no biológico, na herança orgânica de seres superiores que deveriam ser hegemônicos, hoje se assenta na experiência subjetiva de homens que procuram seu espaço, suas verdades e seus prazeres. Com a mudança no mundo das mulheres, também foram atingidos os homens e nesse processo de mutações, inúmeras são as feridas para ambos os lados. Seria essa uma verdade? Estariam os homens interessados em uma nova forma de vivência? A dominação cobra dos dominantes algum preço de valor elevado? Analisemos mais uma contribuição acerca do tema.

Leitor atento de Bourdieu, Oliveira (2004) ao discorrer sobre aquilo que considera "a construção social da masculinidade" situa a internalização de um modelo sexual entre os homens no âmbito de uma autoconstrução. A masculinidade é por ele definida como um lugar simbólico com atuação intensa nos discursos, nas práticas e na articulação dos comportamentos e posicionamentos morais. Trata-se de um fenômeno moderno, advindo dos ideais burgueses. O posicionamento teórico do autor merece ser aqui esmiuçado, uma vez que poderá lançar luz sobre pontos importantes dessa pesquisa.

²⁸ Os resultados dessa pesquisa podem ser encontrados em outro livro do autor: Sócrates Nolasco B. Os resultados dessa pesquisa pode... Se O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Entendendo a masculinidade como um mito efetivo da sociedade moderna, Oliveira tratará de esboçar o caminho percorrido pelo homem desde a Idade Média até a atualidade a partir do 'processo civilizador' discutido por Norbert Elias, localizando o masculino em meio a um contexto de amplas transformações da estrutura social. Neste novo cenário, a sociabilidade exigiu novos modos, novas maneiras de ver e se portar em grupo; a aparência ganhou destaque na apresentação da pessoa e a prática da distinção²⁹ – também estudada por Bourdieu – passou a ter maior influência na formação identitária dos indivíduos. Mas como falar em distinção se estamos convencidos da homogeneização dos corpos escolarizados? Se a criação das crianças visa enquadrá-las em modelos sexuais previamente determinados (masculino ou feminino), como pensar a modernidade através desse conjunto de fórmulas que se renovam? A resposta para tais indagações parece ser dada pelo autor.

Os limites da distinção estão relacionados às possibilidades de aceitação social, de aprovação do grupo e, nesse sentido, os ideais burgueses só se farão válidos se dialogarem harmoniosamente com o socialmente permitido. Até mesmo as relações amorosas que ganharam nova roupagem com a conversão do cavaleiro em cavalheiro, convivem com as limitações de gênero, presas ao que pode ser feito por um homem e atentas ao que extrapola o papel de macho – lembremos do medo do homoerotismo já discutido na análise da escola. A antiga instituição do duelo como prova de força e de honra masculinas foi gradativamente perdendo sua importância, tendo outras qualidades ganhado maior relevância para a comprovação da masculinidade ideal. O autocontrole, a disciplina, a sobriedade e a coragem adentraram no rol das atribuições caras ao universo dos homens, mas não deixaram de lado o fenômeno da violência. A formação dos Estados-Nação e o ideal nacionalista de proteção à pátria fizeram nascer e fortalecer os exércitos. Em nome da segurança nacional, desenharam-se as guerras e com elas um novo perfil de masculino: o guerreiro. O homem moderno, nos tempos de paz, continuará experimentando a competição e as provas de força, seja por meio dos esportes, seja na procura maciça pelas academias de musculação. O corpo escolarizado cria as

ΙΧΙ

²⁹ O conceito de distinção aqui citado aparece na obra de Oliveira devidamente atribuído a Bourdieu. Segundo ele, o homem moderno, ainda que eleja comportamentos que o diferencie dos demais, promove seus ensaios de transgressão de forma a manter-se atento ao julgo social. Cada movimento, ainda que de superação, necessita da aprovação do grupo para tornar-se desejável e válido.

possibilidades que o avanço do feminismo parece ameaçar, impondo-se como sinônimo de força e poder.

Na argumentação do autor, podemos conceber a masculinidade como um fenômeno atento às mudanças, alimentado por elas, mas não submisso às mesmas. Ainda que mergulhe nas exigências dos novos tempos, o homem não abdica por completo das informações cristalizadas pela sociabilidade ocidental, moldando seu ethos dentro de um horizonte comum que não perde de vista sua verdadeira identidade. Não foi porque desapareceu o duelo que a prática da violência e da luta para se obter uma vitória caiu em desuso — as guerras e os esportes tomaram o lugar do antigo costume; ainda que o amor romântico tenha possibilitado a aparição do homem cortês, futuro chefe de uma família monogâmica, pautada no respeito, na fidelidade e na procriação, não desapareceram da rotina masculina as investidas diversas em relações momentâneas e, muito menos, a agressividade enquanto traço viril de uma personalidade forte. Bem próximo da argumentação de Jablonski, Oliveira parece não aceitar a existência de um novo modelo de masculinidade, ao menos no presente. Ponderemos os fatos.

De um lado, temos o pensamento de Nolasco – e também o de Almeida (2001) –que concebe a atualidade a partir de um misto de modelos ao qual classificam de 'masculinidades', sempre no plural. Junto deles temos a argumentação de Badinter que acredita na complementaridade dos sexos como um fenômeno em via de se realizar; do outro lado encontramos a posição de Oliveira e Jablonski, incrédulos na superação identitária dos homens, firmes na opinião de que a força socializadora das instituições modernas resiste às investidas do movimento feminista e às mudanças trazidas pela modernidade – ainda que o homem modifique suas práticas, não abandonará a idéia de que é um ser superior na hierarquia dos sexos. Qual dos dois lados possui razão? Sem uma resposta definitiva, proponho algumas observações.

Em primeiro lugar, devemos ter clareza sobre a historicidade de cada argumento. Quem são os homens citados no estudo de Nolasco? Qual o perfil desse Grupo que ele analisou na cidade do Rio de Janeiro? Em segundo lugar, precisamos considerar as diferenças entre os horizontes de observação de Badinter e Jablonki, sábios que duas culturas distintas produzem modelos diversos, ainda que rotulados pela insígnia de 'homem ' ou 'mulher'. Por fim, torna-se imperativo entender a teoria em um campo de paradigmas constantemente quebrados e substituídos por outros,

não oferecendo grande utilidade a insistência em posturas metodológicas fechadas e contrárias a novas possibilidades de análise. Uma vez expostas essas considerações, concentrar-me-ei nas condições de pesquisa de cada autor.

As inferências do autor do 'Mito da Masculinidade' dizem respeito às observações empreendidas entre os homens da classe média carioca. O novo modelo de masculino, atento às novas possibilidades de vivência, desejoso por uma subjetividade tradicionalmente atribuída às mulheres, possui uma classe e, provavelmente, uma cor. Não podemos generalizar suas assertivas, assim como não devemos excluir as possibilidades de ocorrência das mesmas em contextos distintos sem que façamos o necessário estudo de caso.

Entre os estudos de Badinter e Jablonski há um "oceano impondo fronteiras" (Jablonski, 1995: 60). Os argumentos utilizados por ambos se referem a países específicos, cada qual com suas singularidades, possibilidades e limites. O feminismo – e os demais movimentos libertários da França – permitiu que houvesse naquele território um aumento considerável dos ideais de cidadania e equidade, e isso certamente foi considerado pela autora quando da análise das relações de gênero. Quanto ao posicionamento de Jablonski devemos ter em mente que o seu objeto de estudo foi a sociedade brasileira, imersa em todos os conflitos e desigualdades que não necessitam ser aqui explicitados. O criador do 'Boçalossauro', reconhece essas diferenças e as assume em seu texto, ao escrever que o machismo pode ter acabado em Paris, continuando forte "no Piauí ou entre os torcedores do Vasco" (Jablonski, 1995: 62).

Por último, no tocante à argumentação de Oliveira, precisamos ponderar as observações feitas nos dois parágrafos anteriores. O levantamento teórico acerca dos estudos de gênero organizado pelo autor refere-se à produção francesa e americana em sua grande maioria, sendo complexa qualquer aplicação à realidade brasileira. Inviabilizar a argumentação de Nolasco e Almeida por conta da forte influência exercida pela socialização ocidental sobre a formação identitária de homens e mulheres, equivale a entregar ao fatalismo todo e qualquer planejamento de equidade sexual. Contudo, sua sistematização é valiosa ao lembrar que os focos de resistência inscritos nas identidades hegemônicas precisam ser considerados sempre que falarmos em transgressões.

2.3 E is que no palco da modernidade, surge um *Novo* (?) Homem em crise.

"Eu não sei que acontece aqui dentro. Eu só sei que o que antes era certo pra mim, hoje não faz mais muito sentido. Eu fico me perguntando pra que tanta macheza se aqui dentro ela não serve pra nada (...) Eu podia ter sido feliz lá fora e não fui. E eu me sinto responsável por isso porque eu escolhi ser violento, ser um homem como o meu pai queria que eu fosse. Até chorar eu descobri que é coisa de homem aqui dentro. Todo mundo aqui chora". (Ciro Monteiro, 36, preso por estupro há 13 anos).

Transviado, mutante, andrógeno, metrossexual³⁰. Muitas são as tentativas lingüísticas para a classificação de uma nova possibilidade de identidade masculina, pautada na liberdade, na expressão de sentimentos, na aceitação da vaidade, enfim, construída sobre os alicerces que há muito abrigam o *ethos* feminino. Espalhados pelo mundo, as promessas de 'novos homens' ganham destaque nas páginas de jornal, declaram cuidar dos filhos e da casa, não escondem que choram ou que sentem medo; a realização profissional os conduziu a experimentar novas atividades; sua participação no mercado conheceu ocupações distintas, pouco convencionais para um representante do sexo masculino. O que terá acontecido com a masculinidade?

Friedan B (1983), ao analisar os resultados do Movimento Feminista, percebeu que não apenas as mulheres tiveram suas vidas transformadas. Ainda que em menor medida, as mudanças ocorridas no universo feminino atingiram também a trajetória dos homens, impondo a eles novas posturas, permitindo experiências até então restritas ao sexo oposto. Em 'A segunda Etapa', livro que sucede a 'Mística', a autora proporciona uma leitura do cenário erguido nos anos sessenta, apresenta-nos

IXIV

Muitas foram as denominações surgidas ao longo dos anos para decodificar as mudanças ocorridas entre os homens no que tange à vivência da sua sexualidade. Termos como transviado e mutante ganharam fama nos anos cinqüenta e sessenta na tentativa de nomear um masculino cada vez mais distante de seu "lugar" tradicional (no Brasil podemos exemplificar essas transgressões entre os hippies e os representantes do Tropicalismo). Mais recentemente encontramos uma nova tentativa de classificação — o andrógeno — que, de acordo com Badinter nasceria da fusão do masculino e do feminino numa utópica abolição dos conflitos de gênero. Os sexos, na ânsia da complementação, estariam caminhando para o abandono das formas, dos moldes, provilegiando as vontades mais íntimas em detrimento das determinações sociais de sexo. O mais recente adjetivo para o homem transgressor é 'metrossexual', caracterizado por um indivíduo vaidoso, sensível, que preza determinados elementos geralmente atribuídos às mulheres.

personagens deslocados de seu lugar original, vivenciando tramas pautadas em transgressões. De acordo com Friedan, um movimento silencioso estaria ganhando a cena nos Estados Unidos, levando homens de meia idade a repensar as bases daquilo que aprenderam a chamar de masculinidade. Em suas palavras:

Aconteceu com alguns homens devido à economia: dispensa de empregos que pareciam seguros, como na indústria automobilística; consolidação de companhias, cortes de verbas; e de repente, o fim de uma carreira à qual dedicara todo o seu esforço por anos e anos. Ou, após suar para conseguir o doutorado, não conseguir nenhum emprego em seu campo. Ou chegar ao topo aos quarenta ou quarenta e cinco e aí ter de resolver o que fazer depois: lutar com os mais jovens que querem subir até lá ou mudar para uma outra companhia? Alguns homens sabem somente que não querem ser como o pai ou como o sócio mais velho, que têm infartos aos cinqüenta, mas não conhecem outra maneira de ser (Friedan B, 1983: 118).

As incertezas acerca do futuro aparecem no argumento de Friedan como sendo o grande fantasma que ronda o homem moderno. Uma estrada nova foi aberta a sua frente, mas o caminho que a partir dela se desenha é desconhecido e oferece medo. Homens foram criados para serem fortes, para não desistir nunca, para atingir o ponto mais alto do sucesso profissional. E depois? O que reserva a vida após as conquistas no campo do trabalho? Que sentimento deverá habitar o homem que conheceu o auge da profissão? Estará feliz, realizado, satisfeito? É isso que ele deseja realmente? Como obter uma resposta eficaz para esses questionamentos se o masculino foi educado para não fazê-los? A autora argumenta:

É mais difícil observar a modificação entre os homens porque eles têm mais dificuldade de falar sobre o que sentem que as mulheres. Certamente não discutem seus sentimentos com outros homens. É parte da mística masculina – a definição do homem pelo seu escore competindo contra outros homens – que deve sempre ficar na defensiva (Friedan B, 1983: 121).

No silêncio, permanecem sem reconhecer (ou sem assumir) os conflitos

inerentes a uma identidade imposta; no ensaio de uma tímida emancipação caminha solitariamente em iniciativas privadas e não compartilhadas. Diferente do Movimento Feminista que deu voz ao 'mal sem nome', entre os homens a 'mística' estará fadada a um 'movimento silencioso' que quando alardeado ganha status de excentricidade ou desvio de conduta. Ainda assim, as transgressões acontecem e se fazem notar, ao menos no contexto analisado. Entre os seus entrevistados – homens bem sucedidos, executivos e empresários que atingiram o ponto máximo de suas carreiras – Friedan percebeu uma espécie de retorno ao lar, de busca pelos afazeres domésticos, como o cuidar da casa, do jardim e dos filhos. Trata-se de homens de meia idade que experimentaram uma nova paternidade aos cinquenta e poucos anos, casaram-se com uma mulher mais jovem e desfrutam de tempo e dinheiro para se dedicar a casa, a família e a si mesmos. Esses homens abandonaram a profissão, passam horas do dia fazendo coisas simples, reescrevendo com o filho recém-nascido uma história que não conseguiu viver quando era mais jovem. Os preceitos tradicionais da masculinidade dão lugar a novas experiências, expectativas e prazeres. Um novo modelo é assumido e aprovado, ao passo que 'velho homem' se converte em passado e em memória. Decerto, não em todos os lugares e nem para todos os homens.

As mudanças salientadas por Friedan, esbarram nos mesmos limites já verificados em Nolasco e, por conta disso, não iremos generalizar sua capacidade de abrangência. Contudo, é certo que elas existem e colaboram para que outras iniciativas transgressoras aconteçam, ainda que em países pobres, entre as classes menos aquinhoadas. Em Campinas (SP) atua um Grupo de Homens formado por trabalhadores da indústria, pedreiros e demais profissionais sem formação acadêmica, discutindo as causas da violência que um dia cometeram contra suas esposas e filhos. São homens pobres que internalizaram um modelo que na atualidade não mais os satisfaz. Direcionados por um psicólogo eles se reúnem semanalmente no bairro onde moram, relatam suas experiências e descobrem na troca de informações maneiras distintas de conceber a masculinidade. Não são metrossexuais, transviados, mutantes ou coisa parecida. Não possuem um nome especial, uma ideologia de grupo, nem estão ligados a algum movimento que vise a adesão das massas. Querem simplesmente uma nova chance de vivência; optaram por uma identidade mais flexível, por uma vida menos violenta. Mas são apenas um grupo – ainda que situado numa classe popular. O que poderia significar sua existência? Seriam esses homens a prova de que existe realmente uma crise da masculinidade, independente de classe, etnia ou nacionalidade? Aventuremo-nos um pouco mais nesses questionamentos.

Goldenberg (2000), ao discorrer sobre a suposta crise, revela os resultados de sua pesquisa com uma amostra de homens da Zona Sul carioca, todos com nível superior e com algum questionamento acerca do modelo de masculinidade imposto pela socialização ocidental. Seus informantes relataram não se enquadrar nos moldes do masculino tradicional, ao mesmo tempo em que não conseguem encontrar estratégias para ultrapassar as barreiras advindas de sua identidade sexual. Como os homens entrevistados por Friedan, os membros da amostra em questão passaram a cobrar mais de si mesmos no que concerne à aquisição de uma vida mais ligada aos sentimentos, aos filhos e às coisas simples da casa. Alguns pensam em dedicar menos tempo ao trabalho, aumentando as ocasiões ao lado dos filhos e da esposa. Não conseguem libertar-se, contudo, pois temem a cobrança social, o perigo da dúvida quanto a sua opção sexual e as demais conseqüências possíveis em um cenário de transgressões. O entendimento do que seja 'virilidade' os leva a expor - mesmo que inveridicamente - sua performance sexual, pautada na quantidade e na publicização. A infidelidade é considerada uma prática legítima e o apelido 'espada' - amplamente utilizado no verão de 1999 no Rio de Janeiro ajudou a fortalecer a imagem do guerreiro predador que possui todas as fêmeas atraentes que porventura cruzarem seus caminhos. Mas nem só de resistências e oposições se alimenta o 'novo-homem-em-processo-de-construção'.

Em sua análise, Goldenberg sinaliza para os caminhos abertos pelo movimento gay. A partir do exercício de uma sexualidade mais livre por parte dos gays, também os heterossexuais puderam experimentar novas maneiras de sentir, vestir e se expressar. O termo metrossexual que iniciou essa secção serve para designar um universo novo onde diferentes masculinidades procuram seu espaço, ainda que inspirados em atributos do sexo oposto. Contudo, o que muitos especialistas insistem em chamar de crise é visto por autores como Ramos (2000) como um simples acirramento de conflitos há muito existentes. A partir de 450 questionários distribuídos entre homens de 23 a 50 anos, Ramos pôde identificar as preocupações mais recorrentes no masculino moderno, estando o medo da homossexualidade no topo dos receios; mais uma vez a virilidade estabeleceu ligação direta com o desempenho sexual e as transgressões ensaiadas mostraram

sua atuação dentro dos limites de um papel sexual internalizado. A ocorrência desse fenômeno, todavia, não data dos últimos anos. Seus entrevistados relatam um descontentamento antigo, já existente nos tempos da escola.

O que podemos apreender das duas pesquisas citadas acima é que o 'Novo Homem' não se configura num modelo fechado, acabado e definido facilmente, o que corresponde a dizer que não devemos situá-lo dentro de uma perspectiva única. Ainda que algumas similitudes posam ser encontradas no comportamento dos homens que transgridem em suas identidades sexuais, tais semelhanças não são o suficiente para decodificar um perfil, um movimento, um trajeto comum que servirá de mapa para futuras adesões. Decerto, as mudanças existem e refletem em toda a sociedade, sobretudo através da imprensa. Os homens que ilustram as reportagens acerca dos 'novos tempos', da 'nova masculinidade', não abdicaram totalmente do ethos tradicional que lhe confere um lugar no mundo. Existe uma história sendo escrita quotidianamente e nas páginas recentes a certeza é um horizonte distante. Será correto nomear esse estado de 'crise'? Goldenberg prefere falar em 'novas possibilidades'. Para ela, o masculino experimenta na contemporaneidade uma oportunidade até então inédita de vivência: a subjetividade já não se limita ao sexo feminino, podendo ser observada entre os homens atentos a uma nova concepção de gênero. Tal como o argumento de Badinter exposto anteriormente, Goldenberg acredita que a era do andrógeno se aproxima e a bissexualidade constitui-se em um futuro possível. Não iremos adentrar na polêmica desse debate.

Mas e o 'velho homem'? Estará em vias de extinção? As mudanças observadas nos grupos analisados serão indício de uma nova etapa da masculinidade? Como explicar a permanência da violência, das gangues urbanas, das chacinas, dos estupros coletivos em campus universitários? Por qual razão virilidade e agressividade são entendidas como sinônimos a despeito das mudanças encontradas? Na trilha da 'difícil extinção do Boçalossauro' – para lembrar a expressão de Jablonski – observemos as academias de ginástica e o papel da musculação na rotina do homem moderno.

2.4 P ara que o Super-Homem não morra: halteres e supinos na preservação da espécie.

"Entre a malandragem, ou você se garante no muque ou se entrega de mulherzinha. Eu não nasci pra ser mulher-maravilha de ninguém, tô mais pra super-homem (risos). Meu braço tinha 15 cm a menos quando eu cheguei e agora tá essa tora aqui que você ta vendo. (...) Muita maromba ajuda a passar o tempo e dá força pra levar os contratempos da vida". (Max Overseas, 29, preso por estupro há 4 anos).

Courtine (1995), ao avaliar a forte incidência dos body-building nos Estados Unidos, argumenta que o medo dos avanços feministas estaria levando os jovens e até mesmo os homens mais velhos às academias de musculação em busca de um corpo imponente. Uma vez deslocados de seu lugar tradicional — não só no mercado, mas também na casa e nos demais espaços de socialização onde a mulher galgou com luta sua participação ativa — o masculino teria optado por uma estratégia física de resistência: na ostentação de corpos fortes, baseados no modelo cinematográfico do *super-man*, manteriam as mulheres sob o fantasma do medo, sábias que qualquer transgressão poderá ser castigada por um físico superior ao seu. Não se trata da ascensão de um esporte a partir da atuação isolada de grupos específicos; trata-se de um fenômeno abrangente, com eficiente apelo de adesão, tal como relata Courtine:

Nos Estados Unidos, o músculo está por toda parte. Ele escapou, desde há muito tempo, ao circuito dos estádios e às cordas do ringue. Reina sem distinção nas grandes e pequenas telas. Deixou de ser privilégio de um sexo e o signo esmagador de sua dominação sobre o outro: doravante não há mais sexo frágil. A reivindicação muscular democratizou-se, as práticas de body-building tendem a se generalizar e a potência anatômica se exibe como um espetáculo permanente, obsessivo, universal (Courtine, 1995: 82).

Dessa passagem podemos retirar mais uma informação: a prática da musculação não se restringe ao masculino, sendo uma realidade também entre as mulheres. Mas estariam os dois sexos agindo pelos mesmos motivos? A construção

de um corpo forte exerce apelo semelhante em ambos os lados? Um estudo brasileiro poderá nos oferecer apontamentos relevantes no tocante a essas questões.

A partir de uma etnografia realizada em duas academias de musculação situadas nos bairros da Tijuca e de Vila Isabel (RJ), Sabino (2000) procurou verificar as representações sociais embutidas na construção do corpo; argumenta que a forte incidência da musculação estaria respondendo aos anseios de acirramento das diferenças entre os corpos, possibilitando a reprodução de hierarquias de gênero. As antigas práticas remanescentes da rotina dos exércitos, das polícias, que estimulavam o fortalecimento do corpo do guerreiro ao permitir o exercício de uma masculinidade viril e temida, encontrariam nas academias um meio eficaz de reafirmação dos papéis de gênero.

Através da disciplina – uma característica típica dos ideais burgueses – o rigor com a forma física possibilitaria o enquadramento de homens e mulheres nas normas estéticas consideradas imprescindíveis para cada sexo. Se para o masculino a força deve ser elemento primordial de sua atuação, teremos para as mulheres a tradicional 'ditadura do espelho' (lembremos da discussão suscitada por Bourdieu acerca do papel das mulheres no mercado de bens simbólicos). Nas academias o corpo individual é encarado como um universo simbólico que sofrerá mutações em nome da perfeição. Quando bem construído, será instrumento de sucesso, de status, de promoção social; a disciplina constante – aos moldes da escolarização discutida anteriormente – abrangerá os cuidados com a alimentação e até mesmo o perigoso recurso dos anabolizantes. Mas a vivência dessa prática não se dará uniformemente para todos.

A diferenciação entre os gêneros é uma premissa que se inicia na ocupação do espaço. O ambiente destinado aos homens possui uma decoração sóbria, a partir da predominância de cores neutras; o lado das mulheres é pintado com cores vivas, próprias do 'seu' *ethos*. Em ambos os lados, contudo, predominam os espelhos – olhares panópticos que não deixam esquecer que estamos expostos numa vitrine de corpos e identidades.

Os exercícios também se mostram específicos para homens e mulheres. Enquanto os primeiros são estimulados a não se valerem das atividades aeróbicas, dando preferência aos ombros, braços, costas e peito, caberá às mulheres esculpir os glúteos, a cintura e as coxas. A parte superior do corpo – a mais desenvolvida no

arquétipo do super-homem – deverá receber atenção máxima, pois será veículo de inibição no momento do confronto (lembre-se que estamos tratando da construção de um guerreiro). O corpo da mulher – construído para seduzir e atender aos desejos do sexo oposto – deverá estar impecável com a região da barriga e com os membros inferiores (alvo predileto dos olhares masculinos). Decorando a cena temos a presença quase imperceptível da fita métrica – avaliadora dos avanços e testemunha das imperfeições.

O apatheid simbólico das academias, contudo, não se dará apenas entre os sexos. Entre halteres e supinos grupos de homens serão diferenciados, cada qual cumprindo o seu papel, obedecendo a hierarquias e funções. Na execução desses arquétipos poderemos observar a existência de quatro tipos que dialogam quase sempre em harmonia: os halterofilistas, os fisiculturistas, os adeptos da boa forma e os veteranos. Excetuando o terceiro tipo, todos os outros desfrutam de prestígio entre os colegas, sendo imitados e auxiliados pelos novatos. Os fisiculturistas possuem uma relação de conflito com os professores da academia ao exercerem certa influência negativa nos demais, sobretudo no que concerne ao uso de anabolizantes; os veteranos despertam fascínio nas mulheres, ao passo que essas rejeitam os homens mais musculosos (1º e 2º tipos).

A tática da sedução obedece a certos rituais na academia. Os homens que possuem o físico definido – sem exagero – são melhores aceitos entre as mulheres e usufruem dessa aceitação para seduzi-las e posteriormente tornar pública sua conquista. Iniciam a aproximação oferecendo uma carona, elogiando o corpo da mulher, oferecendo-se para auxiliar nos exercícios. Uma vez alcançados os objetivos sexuais, relatam o fato aos amigos, expondo a mulher aos olhares recriminadores das demais. No universo estudado por Sabino, a crítica acerca da mulher que se envolve com um veterano ou com um fisiculturista é forte e agressiva. Sua sexualidade é controlada pelas demais e qualquer transgressão é punida com a vexação pública. A vigilância, todavia, não se dará apenas sobre elas.

Chegamos a um ponto crucial para a compreensão de um tema tratado adiante no capítulo etnográfico dessa dissertação. A prática da musculação funciona apenas na coletividade. Os corpos masculinos serão moldados para os olhares dos outros homens; todo esforço será direcionado para superar as barreiras, alcançar os resultados que nenhum outro integrante do grupo social em questão poderá atingir ou superar. Estamos diante de uma batalha contra o espelho, travada em uma vitrine

que exibe corpos em forma de máquinas. No 'lugar simbólico' que é a masculinidade essa associação é uma premissa imperativa. Para estar enquadrado nas regras, os 'marombeiros' não só utilizam a máxima força de sua construção anatômica, como exigem dos demais a quebra de todo e qualquer limite. Os homens que se exercitam com pesos considerados leves serão criticados e acusados de homossexualismo, elegendo como alternativa freqüentar a academia em horários de pouco movimento. Outros, não suportando as cobranças quanto ao desempenho nos aparelhos, desistirão das aulas, tentando vez ou outra retornar sem grande sucesso. Eis um indício que a masculinidade tradicional ainda se impõe sobre as demais possibilidades de vivência. Teremos certeza disso no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

uando o balão cai no alojamento³¹: uma etnografia da masculinidade no cárcere.

"Isso aqui é um lugar onde filho chora e mãe (Max Orveseas, 29, preso há 4 anos)

Quando iniciei meus estudos acerca do sistema penal brasileiro, tendo em vista o trabalho de campo que desenvolveria durante a pesquisa com estupradores, fui levado a seguir dois caminhos teóricos distintos, mas complementares em muitos aspectos. Em uma via mais próxima da realidade que observaria, tomei a contribuição de Nilo Batista acerca do desejo de penalização máxima verificada entre os brasileiros e fortificada pela mídia. Em um plano mais distante, porém com uma ligação fortíssima com o imaginário que circunda os conceitos de vigilância e punição, lancei mão do conhecido trabalho de Michel Foucault - Vigiar e Punir valendo-me do debate sobre o panoptismo como forma de expressar as exigências que a sociedade empreende no intuito de controlar a rotina do preso, assegurandose de sua máxima punição. As duas vertentes teóricas que compõem a leitura proposta nessa dissertação indicam um caminho confuso, posicionamentos contraditórios que alardeiam uma expectativa de reintegração enquanto praticam a penalização sem maiores reflexões de cunho reparador.

A vinculação entre a mídia e o sistema penal é vista por Batista B (2002) como uma verdadeira parceria que ultrapassa a mera função comunicativa e adentra no terreno da opinião avalizada por especialistas designados para oferecer veredictos intocáveis acerca dos eventos criminosos que mobilizam roteiristicamente a opinião pública. A credibilidade da informação veiculada encontra-se diretamente ligada à leitura que o citado especialista realiza acerca do fato, podendo o mesmo ser considerado importante ou irrelevante, entrando ou não na agenda de discussões da sociedade. Essa 'parceria', todavia, não é recente de acordo com o argumento de Batista, encontrando no passado várias possibilidades comparativas que sinalizam para a sua atuação.

A imprensa do século XVIII, por exemplo, exerceu forte influência sobre os eventos ditos criminosos, atendendo às demandas de uma nascente sociedade

³¹ Expressão utilizada entre os internos para indicarem a hora de apagar a luz da cela (caiu o balão).

burguesa necessitada de controle e ordem. A indisciplina operária, os perigos ideológicos do anarquismo e do lumpesinato urbano (os chamados 'vidas tortas' – vadios, prostitutas, mendigos) precisariam ser punidos para que servissem de exemplo àqueles que ousassem ameaçar a tessitura social em vias de estabelecimento, assim como hoje os jornais se esmeram em noticiar as arruaças atribuídas aos camelôs, flanelinhas e motoristas que fazem lotadas nas grandes cidades. A ação da polícia diante da atuação desses 'outsiders' é quase sempre vista como necessária e ordenadora, gerando justificativas para violências e punições exacerbadas. Creio ser pertinente refletir um pouco mais sobre o papel da mídia na condução dos 'eventos criminosos'.

Ao pensarmos nos dias atuais, encontraremos na atuação midiática, sobretudo na televisiva, aquilo que Bourdieu B (1987) chamou de 'comprometimento com o empreendimento neoliberal'. O fenômeno capitalista implicou a associação das grandes empresas e dos grandes empresários com as redes de televisão com maior influência no mundo Ocidental. Não é segredo que a NBC pertence a General Electric, a CBS à Westinghouse e a ABC à Disney. Toda a programação das referidas emissoras, por conseguinte, agirá de acordo com os interesses comerciais próprios de cada instituição financiadora. Mas em que medida esses interesses podem interferir no estabelecimento da justiça, elegendo como prioridades outros argumentos que não os pautados na investigação consciente e responsável de cada caso? As empresas - inclusive as midiáticas - sobrevivem dos lucros advindos das propagandas e essas só terão sua existência validada a partir do sucesso verificado entre os telespectadores. Esses, por sua vez, poderão optar pela emissora B, caso a emissora A não corresponda às suas expectativas. Uma imbricada relação se estabelece a partir de então e para manter a todo custo o 'contrato de preferência', as emissoras dedicarão amplos esforços.

No capítulo I desse trabalho, argumentei que o cinema construiu através da lendária trajetória de Jack as bases que recriam a figura do homem violador em um arquétipo aceito universalmente, inspirado nas obras de terror e na linguagem surrealista. Essa 'produção do criminoso' encontrará na modernidade um equivalente identitário como aquele mostrado no mesmo capítulo através do tratamento jornalístico dado ao Maníaco do Parque. Disso resulta que a mídia, em meio aos seus compromissos comerciais, elabora um plano de ação que, informando tendenciosamente, gera possibilidades de interpretação dos fatos

narrados, podendo decidir – ainda que fora de sua alçada – sobre a condenação / absolvição de indiciados. Um perfil de criminoso é editado e oferecido à sociedade, fazendo do estereótipo da marginalidade uma verdade não contextualizada e alheia à reflexão sistemática.

Aliada a essa personificação do crime podemos perceber na atuação da mídia uma crença desmedida na penalização dos criminosos a partir do rito sagrado da solução de conflitos através da equação que segue: delito noticiado = pena noticiada. Por meio de uma lente ideológica que recria a vida real assistimos passivamente à 'busca pelos culpados' e a veiculação roteirizada da 'notíciasentença-condenação', seja pelo Linha Direta, pelas câmeras ocultas do Fantástico ou na exibição dos 'inspirados em fatos reais', como 'Carandiru, outras histórias' ou 'Cidade dos Homens'. Tais 'reconstituições' possuem forte relevância para o encaminhamento da análise prisional que proponho: a vigilância sobre o criminoso e a cobrança pela sua punição, parecem encontrar na televisão o veículo mais eficiente de realização. Com o auxílio desses instrumentos a pressão exercida sobre os operadores mostra-se intensa, ao passo que a comunicabilidade com a sociedade em geral se dá por meio de imagens editadas e relatos digeridos, sem grandes preocupações com o estabelecimento de arenas de debate com atuação abrangente e democrática. A leitura que a sociedade fará do presídio e do presidiário deverá alimentar-se dessa postura inquisitorial da mídia.

Quando iniciei o trabalho de campo, procurei averiguar entre os agentes e internos do presídio as definições que estes poderiam oferecer sobre o CTF. Dentre as muitas formulações apresentadas, podemos conceber a penitenciária como um lugar sempre indesejado que carrega em sua nomenclatura a idéia primeira de 'privação da liberdade', seguindo o seu percurso identitário de 'depósito de criminosos', 'território dominado pela malandragem', 'universidade do mal', dentre outras descrições possíveis. A realidade prisional, todavia, apresenta-se mais complexa e mais rica, merecendo antes de qualquer julgamento uma análise mais apurada.

Ao lado da excessiva cobrança pela penalização de indivíduos infratores, verificamos na sociedade contemporânea um intenso processo de vigilância para que estes permaneçam experimentando os efeitos do cárcere e dos castigos nele contidos. Tal postura encontrou nos escritos de Foucault (1983) uma sistematização teórica alimentada em grande medida pelo conceito de *panoptismo* extraído de

Benthan, sintetizado na exposição do prisioneiro em detrimento do obscurantismo próprio das masmorras. O princípio da prisão é, pois, invertido: ao invés de recolher escondendo, o *panóptico* opta pela visibilidade do recluso. Mas o que é o *panóptico*?

Acompanhando o raciocínio de Foucault temos nesse modelo carcerário uma perda imediata da privacidade do detento. Na disposição arquitetônica de um presídio assim concebido encontraremos

na periferia, uma construção em anel; no centro uma torre; está é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e, em cada cela, colocar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar (...) Em suma, o princípio da masmorra é invertido, ou antes de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprime-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (Foucault, 1983: 177).

Diante dessa possibilidade de 'prender mostrando' encontramos uma série de elementos que podem ser observados na sociedade brasileira e atribuídos ao princípio da visibilidade antevisto por Benthan. Quando iniciei essa pesquisa, por exemplo, o filme Carandiru atingia altos índices de bilheteria ao mostrar a realidade prisional dessa casa de detenção que por muitos anos atuou em São Paulo. A curiosidade acerca da rotina do prisioneiro deu origem à série "Carandiru – outras histórias" e aumentou consideravelmente as vendas do livro (Varella, 2005) que inspirou o longa metragem. Histórias pitorescas de bandidos como Majestade e Sem Chance caíram no gosto popular, permitindo em alguns casos uma leitura romantizada do sistema carcerário. Adiei por alguns meses a leitura do livro de Drausio Varella para não sofrer influências na escrita desse trabalho, abdicando dessa resistência nas últimas semanas da redação.

Ainda refletindo sobre o *efeito panóptico* verificado na modernidade pareceme emblemático o sucesso dos programas policiais citados anteriormente, bem como a aceitação maciça dos *reality shows* em diversos países. A popularização do

disque denúncia também poderá ser um indicativo do crescente interesse pela vigilância constante sobre a trajetória alheia, aproximando a sociedade do universo prisional a partir de interpretações prévias e superficiais que simulam um jogo entre o bem (sociedade) e o mal (infratores), cabendo ao primeiro conduzir o segundo ao desfecho desejado: o cárcere. Dessa forma somos levados a conceber o presídio como um fim em si mesmo e não como um meio para a execução de estratégias reintegradoras.

3.1 Procedimentos metodológicos

A decisão final pela metodologia a ser empregada ao longo do trabalho de campo levou em consideração os empecilhos verificados no decorrer do mesmo. A proposta inicial, contida no anteprojeto de pesquisa, caracterizava o trabalho como uma etnografia da Penitenciária Carlos Tinoco da Fonseca propiciada pela junção de duas técnicas complementares: entrevistas guiadas com os detentos (estupradores e outros) e análise documental dos processos referentes a cada entrevistado. A execução dessa proposta, todavia, viu-se comprometida.

Uma vez impedido de entrar na penitenciária como pesquisador, optei por freqüentar a cadeia nos dias de visita, assumindo como procedimento metodológico a técnica da observação participante. De acordo com Kluckhohn (1946) tal procedimento consiste na co-participação consciente e sistemática, tanto quanto as circunstâncias permitirem, nas atividades comuns de um grupo de pessoas e, se necessário, nos seus interesses, sentimentos e emoções. Na concepção de Richardson (1999) esse tipo de observação aproxima o pesquisador do universo estudado, inserindo-o em campos íntimos da vida do objeto sem, no entanto, tornálo um represente legítimo da comunidade em questão. Por mais que, num dado momento da pesquisa, minha presença no local tenha se tornado algo natural e corriqueiro, os presos sabiam da minha condição de estranho, de elemento externo ao ciclo de relações que traçavam entre si. Provavelmente o comportamento apresentado nos dias de visita levava em consideração a família, os amigos, os 'estrangeiros' situados como observadores casuais daquele cenário. No meu caso, que além de estar ali como membro externo, ainda fazia perguntas, a possibilidade de modificar/ interferir nas ações dos detentos era grande. Por essa razão procurei assumir certos papéis que facilitassem a minha aceitação.

Considerando a provável atmosfera de hostilidade que enfrentaria na cadeia, procurei posicionar-me num papel de fácil assimilação entre os detentos, tomando por base as indicações de Nogueira (1968). Segundo o autor, é de suma importância a incorporação por parte do pesquisador de determinados atributos que permitam o diálogo e a convivência harmoniosa entre quem observa e aquele que é observado. O status ocupado pelo pesquisador deverá abrir caminhos que o leve até o grupo, ainda que para isso sua identidade seja ocultada parcial ou totalmente. Na adoção de um determinado papel, a participação em certos ritos de conduta tornar-se-á indispensável, como sinalizarei mais tarde ao relatar os procedimentos de revista pelos quais passei nos dias de visita.

Nesse primeiro momento, ainda que impedido de registrar a contento as falas e demais situações vivenciadas naqueles fins de semana, procurei anotar em meu caderno de campo o maior número possível de informações. Registrei a ocorrência de certos fenômenos e sua freqüência, incluindo minha observação na categoria 'sistemática' (Richardson, 1999). Agindo dessa forma, pretendi obter uma quantidade maior de dados sobre a rotina prisional, de maneira direta, sem necessidade de perguntas formais que pudessem inibir a espontaneidade do entrevistado. Além disso, a convivência com os presos nos fins de semana poderia facilitar a aceitação da minha presença entre eles, fazendo-os se acostumarem com as minhas visitas, incorporando-me, de alguma forma, àquele cenário. Sabia, contudo, que por mais aceito que fosse, jamais teria condições de passar despercebido pelos presos, estando meu papel muito bem definido e diferenciado dos demais. O observado possui sua linguagem, seus códigos, suas práticas internas e meu não-pertencimento a esse universo parecia claro para todos. Eu seria para eles sempre um estranho ainda que situado como uma visita bem quista por boa parte do grupo (Zaluar, 1986).

Mantendo minha identidade em segredo para a maioria das pessoas que viria a conhecer e entrevistar, vali-me de certas regalias ao ser apresentado aos internos como primo de Benjamin. Meu informante privilegiado (Barreman, 1990: 123-174) — único a saber desde o início os intentos de meu trabalho — deu origem à farsa da consangüinidade e pela via do parentesco oportunidades valiosas foram aproveitadas. Ao olharem para mim nos dias de visita, os internos puderam minimizar o habitual estranhamento que circunda a imagem de um 'estrangeiro',

reconhecendo-me como mais um participante daquele ritual em família. Lembrando Nogueira, uma das regras gerais em pesquisa social é aquela que faz o investigador empenhar-se desde o início em conquistar a confiança, simpatia e boa vontade dos membros do grupo a ser investigado, fazendo-se aceito. Segui a risca esse conselho.

Seguindo a argumentação do autor, no afã de justificar minha inserção no campo de maneira tão pouco convencional, temos que o investigador precisa, enfim, descobrir um papel e uma posição que o faça ficar à vontade perante os investigados, deixando os mesmos tranqüilos e disponíveis diante dele. Talvez um esclarecimento imediato sobre as intenções da pesquisa poderia interferir negativamente na abordagem, colocando obstáculos intransponíveis no caminho da coleta de dados.

Uma vez integrado ao campo, procurei através do valioso auxílio de Benjamin escolher um primeiro grupo de informantes. A decisão por essa seleção não foi uma tarefa fácil mediante o fato dos estupradores não se declararem autores do citado crime. Muitos deles mantinham sua identidade criminosa em sigilo e uma forma de abordagem que publicizasse isso estaria fadada ao fracasso. Seguindo as indicações de Benjamin, aproximei-me dos detentos sem falar em estupro, sem empreender entrevistas formais, muito menos propor a utilização do gravador. O registro dessas conversas iniciais ficou comprometido por conta da clandestinidade da gravação. Os ruídos prejudicaram o entendimento de muitas falas no momento da transcrição, mas pude com persistência obter uma gama valiosa de depoimentos.

A amostra selecionada nessa primeira fase do trabalho de campo não pode ser determinada pelos critérios inicialmente pensados (idade, tempo de reclusão, classe e etnia). Em termos quantitativos pude verificar que dos 355 internos, 45 cumpriam pena por estupro ou atentado violento ao pudor, mas não pude fazer um plano de amostragem devido às condições de instabilidade que marcaram a minha permanência no CTF. Através de Benjamin, os demais presos foram sendo incorporados à pesquisa de acordo com os interesses relatados previamente ao meu informante privilegiado. Na 'amostra bola de neve' (Becker, 1993) um informante indicava outro e assim sucessivamente até que os trabalhos estivessem concluídos.

Como técnica de coleta nesse contato inicial optei pela entrevista não diretiva ou aprofundada (Thiollent, 1987), iniciando a conversação a partir de um tema geral, sem especificar os pontos cruciais da pesquisa. Dessa forma procurei ganhar a

confiança do entrevistado, apresentando-me como alguém disposto a escutar, curioso, interessado nas histórias que ele poderia me contar. Diante da condenação e da solidão da penitenciária, toda possibilidade de expressão é vista com bons olhos pelos reclusos e essa carência foi fundamental para que eles me aceitassem. Como afirma Foote-Whyte (1990: 77-86) uma inserção bem realizada no campo de pesquisa depende mais das relações que o pesquisador estabelece com o objeto do que das informações/ explicações que possa dar sobre seus intentos acadêmicos.

Para dar seqüência às conversas iniciadas por intermédio de Benjamin, percebi a urgência de se traçar metas que direcionassem o discurso. As histórias narradas nesse começo eram indubitavelmente interessantes, mas pouco contribuíam para os intentos da pesquisa. Mais próximo do meu objeto, elaborei um roteiro temático e adotei a técnica da entrevista guiada (Haguete, 2000).

Roteiro para entrevista guiada - Estupradores

Bloco I

- Idade
- Estado Civil
- Cor
- Escolaridade
- Tempo de reclusão
- Tempo de pena

Bloco II

- Convivência com os presos
- Convivência com os policiais
- Percepção sobre o julgamento
- Argumentos de defesa

Bloco III

- Informações sobre o crime
- Relação anterior com a vítima
- Versão do estuprador
- ♣ Percepção do estuprador sobre o crime de forma geral

Bloco IV

- Construção da masculinidade
- Processo de aprendizagem/ estrutura familiar
- ♣ O que é um "homem"?
- O que quer um "homem"?
- Percepção sobre relação homem x mulher
- Tem filhos? Meninos ou meninas?
- O que faria se pudesse voltar atrás em qualquer momento da sua vida?
- Como é / foi a relação do estuprador com seu pai e sua mãe?
- Quais são os referenciais de masculino e feminino que ele conhece?

Como previa, nem todos os temas do roteiro puderam ser abordados, sobretudo os que dizem respeito ao crime. Quanto às outras questões levantadas não houve resistência, ao contrário. Precisei selecionar as falas para não estender demais minha análise.

Diante do entrevistado alguns problemas de comunicação foram estabelecidos. A baixa escolaridade do grupo selecionado tornava minhas perguntas, por vezes, incompreendidas, cabendo a mim repensar a forma como iria fazê-las. Benjamin ensinou-me as gírias do lugar, as expressões mais comuns e a partir disso pude completar a coleta sem grandes desníveis de comunicabilidade (Thiollent, 1987: 52).

Na segunda fase da pesquisa, quando comecei a freqüentar o presídio explicitamente como pesquisador elegi como metodologia a história oral, atento às críticas que poderiam ser empreendidas a partir dessa escolha.

Franzke (1984), ao discorrer sobre o assunto, argumenta sobre a resistência de certos pesquisadores em encarar a história oral como uma metodologia viável ao labor científico. Os relatos pessoais seriam carregados de intenções seletivas e interpretações arbitrárias, retirando dos mesmos a possibilidade de conversão em documento científico. Os relatos orais seriam histórias editadas, dirigidas por nós mesmos, envolvidas num jogo de manipulações onde o responsável pela elaboração da memória e por sua transposição em lembrança falada ou escrita é o próprio sujeito. Os psicólogos acreditam que o propósito de todas as construções da memória é manter a integridade da pessoa, excluindo das recordações o perigo de se colocar em risco a imagem que temos de nós. Assim, tendemos a melhorar nosso passado e até mesmo a inventá-lo. Franzke, no entanto, indaga: por que corrigimos o passado experimentado, de modo que muitos pesquisadores alertam para o mito da história de vida? Por que não é possível dentro desse caráter mitológico considerar as histórias de vida como uma importante fonte documental para as análises histórico-científicas?

Na visão do autor essa possibilidade de invenção é possível, mas é também aceitável. O relato oral não inviabilizaria a pesquisa, tornando-a menos científica. Ele acredita que, como toda narração, uma história de vida é uma versão construída de maneira retrospectiva, uma versão que não corresponde ao caráter real dos acontecimentos, mas que produz uma narrativa válida acerca dele. O pesquisador

deverá ter o cuidado e a responsabilidade de apresentar-se crítico frente essas narrativas, identificando seus componentes míticos e extraindo delas o conteúdo informativo relevante para o estudo que se pretenda. Em suas palavras:

Si tratamos las historias de vida com lo que Niethammer llama 'ojo etnológico' y no permitimos que nuestra visíon del transcurso de la vida en cuestíon se vea oscurecida por la niebla linguistica; si leemos entre líneas, escuchamos lo que no se ha dicho e investigamos críticamente, no seremos embaucados por el mito sino que, al contrario, lo descubriremos (Franzke, 1984: 63).

Convencido das múltiplas oportunidades de apreensão contidas na história oral optei por encaminhar a pesquisa assumindo como método o <u>relato de vida</u>. De acordo com Lang (2001: 91-112), o relato é uma forma menos ampla e livre que a história de vida. O narrador aborda de forma especial determinados aspectos da sua trajetória, possui liberdade de expressão, mas sabe o que interessa ao pesquisador. Ele direciona o seu discurso para atender os interesses de quem sugere o tema, ainda que por vezes escape da pergunta – consciente ou inconscientemente.

Para Ferreira (1996), a fonte oral pode ser convertida em documentos valiosos para a pesquisa, diferenciada por ser dinâmica, contraditória e imprevisível. Há através dela uma maior interação entre quem fala e quem faz falar, podendo o pesquisador ser surpreendido por fatos e questões que em outras formas de abordagem ficariam insuspeitos.

Considerei nesses encontros e na análise posterior dos relatos a posição que o sujeito ocupa dentro do seu discurso. Ao contar suas experiências a "revivência" do passado se dá numa atmosfera de releitura, de atualização. A memória trabalha pautada no presente, valendo-se das categorias subjetivas atuais para fazer-se conhecida frente ao público. Tal fato é similar ao que ocorre nas autobiografias (Alberti, 1991: 66-81), onde o escritor reconstrói o seu passado, querendo torná-lo assimilável e interessante para o leitor. Essa transposição entre o vivido e o publicizado diante de mim deu-se em meio a silêncios, hesitações e lágrimas, elementos devidamente registrados por serem de importância capital (Magnani, 1986: 127-140)³².

-

³² Segundo o autor a postura assumida pelo informante pode, em muitas ocasiões, oferecer ao pesquisador um conjunto de informações não contidas no discurso. A verbalização do objeto deve ser LXXXIII

Aliado ao relato de vida, decidi empregar no campo mais um método alternativo, considerando a argumentação de Demo (1995) a respeito das variadas formas de abordagem que um pesquisador poderá utilizar diante de um tema não atendido satisfatoriamente pelos métodos convencionais. Nos encontros ocorridos na sala da defensoria propus aos entrevistados que lêssemos juntos algumas cenas escritas pelo dramaturgo Nelson Rodrigues para o teatro. As obras "Álbum de Família" (1945) e "Senhora dos Afogados" (1947) traziam uma gama de personagens masculinos envolvidos em assassinatos passionais, violências domésticas e transtornos de identidade causados por um comprometimento exacerbado com os ideais de masculinidade. Tirei algumas cópias das cenas mais significativas e fiz um pequeno resumo da história que sustenta a ação das peças. Em cada encontro individual apresentava uma cena, instigando meu entrevistado a falar sobre o que lera e ouvira.

Ao discorrer sobre o caso fictício percebia no recluso o reconhecimento de uma familiaridade com aquela literatura até então desconhecida, e isso possibilitou que eu pudesse abordar questões inicialmente ligadas aos personagens da trama, mas que em pouco tempo mostraram-se comuns à trajetória do homem sentado a minha frente. As informações fornecidas por eles eram anotadas no local da dinâmica em meu caderno de campo e no final dos encontros sugeria que escrevessem na cela algo sobre a peça, no intuito de poder retomar o assunto no encontro procedente. Todos escreveram³³. As cenas foram trabalhadas de acordo com a tabela que segue:

Cena trabalhada ³⁴	Temas propostos	Público -
		Alvo
	Relação pai x filho;	
Cena 1 – Álbum de	Conflitos pai x mãe;	Estupradores
Família	Violência doméstica;	
,	Modelos de masculinidade.	
Cena 2 – Álbum de	A leitura do masculino a partir do comportamento	Estupradores
Famį́lia	do pai; conflitos familiares.	
Cena 3 – Álbum de	Planos e sonhos futuros; liberdade; subjetividade	Estupradores
Família	masculina(?); Desejos masculinos.	

associada às demais informações contidas em seu corpo, mesmo quando este está em silêncio. Uma lágrima ou um sorriso repentino guarda informações que as palavras podem calar.

³³ Parte desse material encontra-se em anexo.

³⁴ As cenas citadas nesta tabela estão dispostas no apêndice do trabalho.

Tabela 1- Dinâmica Álbum de Família

Cena trabalhada	Temas propostos	Público - Alvo
Cena 1 – Senhora dos Afogados	Desfiliação; cobrança social; estigma.	Estupradores e outros detentos.
Cena 2 – Senhora dos Afogados Cena 3 –	Feminilidade e lugar social; subjetividade masculina (?); o lugar dos sentimentos masculinos; a dicotomia santa x prostituta. Crime e família; conflitos familiares pós-	Estupradores e outros detentos
Senhora dos Afogados	publicização do crime; admissão da culpa ou alegação da inocência.	Estupradores
	Tabela 2 - Dinâmica Senhora dos Afogados	

Na maioria das vezes trabalhei separadamente as cenas com cada entrevistado. Em apenas um encontro – com os não estupradores – fiz essa dinâmica coletivamente, propondo a cada um que lesse as falas de um personagem. Ao final do encontro propus que falassem sobre a forma como tratavam e viam o estuprador na cadeia.

As dinâmicas do Nelson possibilitaram a criação de uma atmosfera de maior integração entre o depoente e pesquisador, diminuindo a formalidade que uma técnica convencional poderia impor. Essa aproximação é fundamental para determinadas pesquisas que contam com uma temática polêmica e de difícil apreensão (Brandão, 1982).

Nesse segundo momento, já situado na penitenciária como pesquisador, os relatos acerca do crime puderam ser acrescidos das informações contidas nos processos de cada condenado, em suas fichas de identificação, no depoimento de seus colegas de cárcere e, em alguns casos, nas conversas que tive com a família do preso.

No momento da publicização do meu papel de pesquisador – ainda que o tema central da pesquisa continuasse oculto (defini minha investigação como "um levantamento sobre as condições de vida na penitenciária Carlos Tinoco da Fonseca") – percebi uma ampliação do meu poder de penetração na trajetória de cada detento. Uma vez conquistada a confiança da minha amostra os depoimentos surgiram com maior fluidez, livre de embaraços ou receios. O fato de me reconhecerem como primo de Benjamin não destituiu-me da categoria 'estranho' ou 'estrangeiro' e esse 'não-pertencimento' ao grupo permitiu meu acesso a assuntos

que entre os pares seriam vexatórios ou inconvenientes. Nas palavras de Kluckhohn:

o investigador nunca pode livrar-se inteiramente de seu papel de estranho e estou de acordo com aqueles que sustentam que não é aconselhável fazê-lo. Algumas informações extremamente valiosas são obtidas pelo estranho simplesmente porque é um estranho. É tarefa do investigador, entretanto, ajeitar todos os seus papéis, inclusive este, como instrumentos; e o papel do estranho pode ser artifício excelente se alguém dispõe dele (Kluckhohn, 1946: 99).

Ainda assim, em outras situações, vi-me tentado a usufruir uma identidade mais próxima do meu entrevistado, seja assumindo uma simpatia pelo protestantismo diante de um pastor condenado por estupro, seja aceitando o papel de acusado ao lado de um possível estuprador numa conversa arriscada na 134°DP. A adoção de determinados papéis possibilitou minha entrada em campos onde a explicitação da pesquisa fecharia qualquer tipo de porta, impedindo contatos ou aprofundamentos de temas.

Nas demais unidades de análise – NIAM e 134° DP – utilizei-me das entrevistas guiadas e da observação não participante, explicitando meus intentos acadêmicos sempre que possível, mantendo-me distante e oculto sempre que necessário. Entre as profissionais do NIAM o roteiro de entrevistas foi assim elaborado:

Roteiro para Entrevista Guiada – Profissional do NIAM

Bloco I

- Cargo ocupado
- Nome
- Tempo na profissão
- Tempo no NIAM
- Carga horária

Bloco II

- Casos mais comuns
- Formas de encaminhamento
- Público atendido
- Perfil da vítima escolaridade, cor, idade, estado civil, religião
- ♣ Encaminhamento hierárquico do conflito

Bloco III

- Estupro
- Conhecimento sobre o artigo 213
- Incidência das denúncias de estupro no NIAM
- Estupro marital
- Formas de encaminhamento dos conflitos de violência sexual
- Percepção sobre as queixas de violência psicológica e agressão física entre cônjuges
- Há um acompanhamento dos casos quando estes passam para o âmbito da justiça?

As visitas ao Núcleo transcorreram de forma tranqüila e os intentos da pesquisa foram sempre explicitados sendo bem recebidos por todas.

Na 134º DP a única forma de mensuração possível foi a <u>observação não</u> <u>participante</u> caracterizada por Richardson como uma técnica alternativa que situa o

pesquisador como um espectador atento. Ele deverá manter certa distância do seu objeto para não interferir em suas ações, retirando-lhe a espontaneidade. As tentativas de entrevistas e análise documental nessa unidade foram negadas pelo delegado.

Decerto, as condições para a realização dessa pesquisa não constituem os aspectos mais tradicionais de um trabalho acadêmico, visto os empecilhos de entrada, permanência e obtenção de dados. Ainda assim procurei encaminhar minhas ações dentro das propostas metodológicas narradas acima, sabendo que:

A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto enfocado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não está encarando de maneira correta (Geertz, 1978).

Em cenários como a cadeia, temos o hábito de criar certas 'sombras' (Bhabha, 1991: 177-203) que pré-definem nosso objeto de estudo. O estigma que caracteriza o preso oferece-nos, às vezes, equivocadamente modelos que nem sempre se enquadram na realidade. No contato com os detentos procurei não externalizar reações contrárias aos relatos obtidos e cuidei para que a minha presença rotineira não ultrapassasse a categoria de 'conhecido' até que eu pudesse, finalmente, apresentar-me como pesquisador. Como disse na introdução, o trabalho de campo teve uma duração de oito meses, contou com 59 visitas ao Carlos Tinoco da Fonseca, 21 pessoas entrevistadas, 7 idas a 134º DP, 17 incursões no NIAM/Campos e 19 horas de gravação em fita K7.

3.2 Nos bastidores do trabalho de campo

Iniciar um capítulo etnográfico sobre o trabalho de campo realizado no CTF não é uma tarefa fácil. As informações, observações, experiências e lembranças que remontam os oito meses de contato semanal com os detentos vêm à tona e pedem espaço para narrativas longas, repletas de possibilidades e caminhos que podem conduzir a temas diversos e abordagens distintas. Buscarei, contudo, concentrar

minha análise nos pontos que acredito ser de maior relevância para os propósitos dessa pesquisa. Comecemos pelo primeiro contato que tive com a Penitenciária.

Julho de 2004. Manhã de chuva, avenida XV de novembro invadida por um trânsito confuso, carros parados numa tentativa mal sucedida de fila única. Desci do táxi e olhei com certo receio para a fachada de grades que abrigava meus interesses de estudo. Trata-se de uma construção antiga, com paredes sujas, marcadas pelo tempo e pela generalizada idéia de 'depósito' que a caracteriza perante os olhares casuais. Separando os portões frontais do primeiro pavimento há um espaço reservado aos carros particulares dos funcionários e viaturas que vez ou outra adentram o prédio. Para a entrada dos visitantes há um estreito portão lateral, devidamente trancado por um grosso cadeado. Dirigi-me até ele, um pouco molhado pela chuva.

Com poucas palavras me identifiquei ao funcionário que ali se encontrava e pedi para falar com o diretor da instituição. Ele pediu minha carteira de identidade e entregando-a a um outro colega que se dirigiu ao primeiro pavimento levou trinta e sete minutos para dar-me uma resposta acerca do meu pedido. Durante esse tempo permaneci na chuva, do lado de fora da Penitenciária. Ouviria após a espera o primeiro NÃO da pesquisa.

No dia seguinte retomei a leitura da bibliografia consultada para o anteprojeto de ingresso no mestrado, revi meus objetivos e elegi novas estratégias de mensuração. A decisão de iniciar os trabalhos a partir do contato com as mulheres vítimas de estupro foi a única solução encontrada para prosseguir com o tema. O Núcleo Integrado de Atendimento a Mulher (NIAM) foi a unidade de análise escolhida. Procurei o NIAM e fui recebido com hospitalidade pela então presidente do Núcleo – Vera Coutinho. Esbocei longamente meus interesses de pesquisa, citei as unidades de análise, os objetivos, as referências teóricas e as prováveis formas de mensuração. Ela pacientemente escutou minha narrativa e por fim proferiu sua opinião:

"Eu acho muito difícil você tratar desse tema aqui no Núcleo porque as mulheres que são estupradas não gostam de falar sobre o assunto. É muito vergonhoso pra elas assumir a violência, principalmente na frente de um homem. E nós recebemos as mulheres com a promessa de sigilo absoluto, não podemos revelar seu nome, seu endereço, a violência que ela sofreu. Além do mais,

não temos muito caso de estupro aqui. A maioria nos procura por conta de agressões físicas, ameaças ou violência psicológica. Tem muito caso de mulher que é maltratada pelo marido. Mas estupro tem pouco". (Vera Coutinho, presidente do NIAM durante o trabalho de campo/ 2004).

Apesar da boa receptividade, percebi que mais uma porta estava sendo fechada para pesquisa, mas ainda assim, fiquei de retornar para conversar com as responsáveis pelo Serviço Social, a fim de obter algumas estatísticas sobre os atendimentos realizados por elas. Até formular um roteiro de entrevista levei duas semanas sem agendar uma nova visita ao Núcleo.

A informação sobre a baixa incidência de estupro relatada pelo NIAM despertou minha curiosidade e minhas dúvidas. Para saná-las, encaminhei-me até a 134° DP³⁵ com a intenção de conferir os dados dos registros de ocorrência acerca do crime. Fui informado na recepção que a liberação desses dados estaria condicionada a uma autorização do delegado responsável que estava ausente. Esperei por duas horas e quarenta minutos até que ele chegasse e depois por mais uma hora e trinta e cinco minutos até que ele me recebesse em sua sala. Foi uma conversa curta, dirigida por ele, sem possibilidades de argumentação de minha parte. De forma resumida ele tratou de informar que por ordem da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, o Mapa de Ocorrência por Detalhamento de Delitos não poderia ser liberado para pessoas desautorizadas. Eu deveria encaminhar um ofício ao Secretário de Segurança³⁶ pedindo o deferimento para a minha pesquisa nos registros da delegacia. Pela terceira vez no trabalho de campo recebi um NÂO como resposta.

Saí da delegacia decidido a encontrar outros meios para dar continuidade à dissertação. Com o auxílio de uma colega do Ateliê de Gênero consegui um Mapa referente aos anos de 2000 e 2002 e pude pela primeira vez contabilizar as ocorrências de estupro registradas na cidade pela 134º DP.

³⁶ O Secretário de Segurança na época dessa conversa era o atual Secretário de Governo Anthony Garotinho.

XC

³⁵ A cidade de Campos dos Goytacazes conta com duas delegacias de polícia que juntas constituem a 8ª AISP (Área Integrada de Segurança Pública). A 134º DP, também identificada como Delegacia Legal, atende em grande medida às ocorrências observadas na margem direita do Rio Paraíba, ficando a cargo da 146° DP os casos advindos da margem esquerda (Guarús).

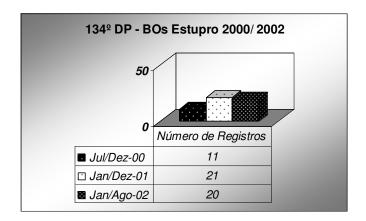


Gráfico 1- registros de ocorrência de estupro realizados na 134º DP e indicados pelo Mapa de Ocorrência por Detalhamento de Delitos por Local.

Decidi voltar ao NIAM para verificar as estatísticas registradas no mesmo período. Com a mesma receptividade dispensada no primeiro encontro, fui levado à sala da Assistência Social. Duas profissionais trabalhavam em uma mesa repleta de papéis. A mais jovem — estagiária — foi encarregada de levar-me até os arquivos. Durante a nossa conversa informal fui avisado que os registros de atendimento resumiam-se aos dois últimos anos, estando catalogados por iniciativa da própria estagiária que elegera o NIAM como unidade de análise para sua monografia de conclusão de curso no bacharelado em Serviço Social. A memória da instituição encontrava-se sob responsabilidade dela que ainda não havia terminado o trabalho de catalogação. Os dados disponíveis, todavia, foram fornecidos sem grande resistência.

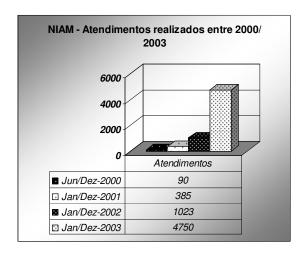


Gráfico 2- Número de mulheres atendidas pelo NIAM/Campos desde a sua inauguração até dezembro de 2003.

Apesar da boa receptividade verificada no NIAM não consegui promover a comparação quantitativa desejada. Os dados referentes aos anos de 2000, 2001 e 2002 resumiam-se até então ao número de atendimentos sem discriminação por crime, o que impossibilitou qualquer inferência acerca do estupro. No que tange ao ano de 2003 as informações mostraram-se mais completas, ainda que restritas ao primeiro semestre apenas. Os casos de violência sexual registrados pelo Núcleo reservam uma peculiaridade classificatória ao contar com quatro tipificações distintas: relação sexual forçada, violência sexual, abuso sexual e estupro. Em alguns meses as denominações aparecem em conjunto, apontando para o seu entendimento enquanto sinônimos. Os valores correspondentes aos primeiros seis meses de 2003 podem ser assim codificados:

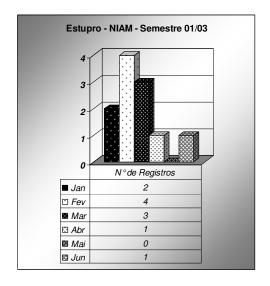


Gráfico 3- Número de ocorrências referentes ao semestre 1 de 2003 (estupro)

No Diário Oficial do Judiciário do mesmo período (1º semestre de 2003) encontramos dados similares expostos no gráfico abaixo:

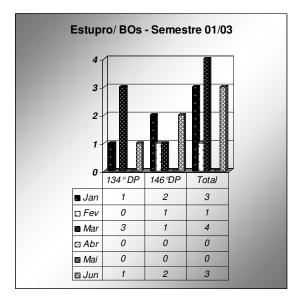


Gráfico 4- Registros de estupro encontrados nas duas delegacias da cidade referentes ao 1° semestre de 2003

Os números apresentados podem sugerir que o crime de estupro não encontra na cidade uma atuação relevante que sinalize para uma maior preocupação do poder público em termos de políticas de segurança. Tal constatação, todavia, precisou ser relativizada no decorrer da pesquisa ao contraporse com as informações recolhidas entre as profissionais responsáveis pela decodificação dos registros no NIAM. No mesmo dia em que tive acesso aos dados numéricos citados anteriormente, entrevistei a assistente que havia designado a estagiária para me acompanhar nos arquivos.

Na mesma sala que me recebera mais cedo iniciamos a conversa de maneira informal. Pedi para ligar o gravador, sendo de imediato autorizado. Perguntei sobre a rotina do Núcleo, clientela, principais ocorrências, métodos de trabalho e, por fim, sobre o crime de estupro. Tal como a presidente, ela disse haver poucos casos relatados ao NIAM:

"Nós atendemos a uma clientela muito variada. Não são apenas mulheres pobres que nos procuram. Têm muita mulher de classe média e alta que contam com nossos serviços. Mas quase nunca pelo crime de estupro. Há muita violência doméstica, isso sim. Maridos que batem, que humilham, que fazem escândalo no meio da rua. Teve até um que levava as amantes pra casa enquanto a mulher ficava na sala assistindo novela. Essa nos procurou desesperada querendo dar um basta na situação. Chegou a dizer que o marido a

violentava sexualmente, mas nós não consideramos essa afirmação. Ela estava fora de si por conta das humilhações que recebia do marido e queria castigá-lo. Ele era um marido relapso com ela sim, mas estuprador não. Nem se ele quisesse muito, já que no casamento não pode haver estupro. A lei garante isso ao homem. A mulher possui obrigações conjugais e não pode sair por ai acusando seu cônjuge de estuprador. Direito é direito". (Lúcia, assistente social do NIAM).³⁷

Surpreso com a declaração da assistente emendei uma segunda pergunta: -A senhora se lembra de outros casos parecidos, onde a mulher acusava o marido de estupro?

"Sim, é como eu lhe disse no começo, as mulheres que nos procuram querem assustar o marido. Nem todas querem vê-los presos e condenados, só amedrontam mesmo. Quando chegam aqui colocam a imaginação pra funcionar. Acusam os parceiros de crimes horríveis, mas a gente sabe que só metade das acusações podem ser consideradas. Acusação de estupro é um prato cheio pra uma vingança porque mete medo no marido. Qualquer um sabe que estuprador é mal quisto pela sociedade. É o crime predileto de uma mulher com vontade de vingança. (...) Por isso eu nunca considero uma queixa de estupro dentro do casamento. São infundadas na maioria dos casos". (Lúcia, assistente social do NIAM).

Sem manifestar qualquer reação contrária aos seus argumentos, continuei a entrevista: -E como a senhora decodifica uma queixa de estupro no casamento, sabendo que é uma acusação falsa?

"Não é falsa. As mulheres que nos procuram realmente sofrem violência no casamento. E nós temos a obrigação de auxiliá-las a resolver esses problemas. O que nós fazemos é dar um esclarecimento, mostrando que o que elas sofrem não é estupro, mas sim agressão física, ameaça e muitas vezes violência psicológica. Nós encaminhamos muitos casos para a equipe de psicologia. Essas mulheres estão traumatizadas, perderam a alegria de viver e no desespero acabam confundindo as coisas". (Lúcia, assistente social do NIAM).

- Então a senhora explica que elas não foram estupradas, mas sim violentadas de outra forma?

"Isso. A gente possui uma lista das violências mais corriqueiras contra a mulher. E geralmente o que a gente atende são casos de agressão física, ameaça ou violência psicológica. É assim que a gente atua: explicando em que crime o marido dela está inserido". (Lúcia, assistente social do NIAM).

XCIV

³⁷ Como prometi nas entrevistas, não revelarei o verdadeiro nome dos meus informantes. As únicas exceções serão as falas da presidente do NIAM e do Diretor do CTF, visto a obviedade das suas ocupações.

A partir dessas declarações, decidi retornar mais vezes ao Núcleo para entender melhor o seu funcionamento. As informações ali obtidas mostraram-me a relevância da reconstrução dos caminhos possíveis à vítima de estupro, para um entendimento mais seguro da atuação do crime na cidade. Considerando que a maioria dos casos registrados no NIAM são encaminhados para a 134° DP, podendo na delegacia dar origem a um Boletim de Ocorrência que determinará o aparecimento das estatísticas no Diário Oficial do Judiciário, percebi que o trabalho desenvolvido no NIAM pode determinar o enquadramento das categorias criminosas, possibilitando a sub-notificação do crime sexual a partir do momento que apresenta resistência frente aos casos de estupro marital. Ciente de que a maioria das violências levadas ao NIAM ocorre dentro da casa da vítima e se caracteriza por agressão física, violência psicológica e ameaça cometidas pelos seus maridos ou parceiros, fui levado a duvidar dos números concernentes à conjunção carnal forcada.

Diante desses dados, cabe-nos lembrar que a legitimação da violência conjugal é uma realidade que não encontra ainda possibilidades concretas para deixar de existir. Como nos aponta Corrêa "esse é um retrato de uma tradição brasileira de violência legitimada (...) como uma sucessão de acordos e tentativas de conciliação (...) na descrição do brasileiro como um homem cordial, especialista do 'jeitinho' e do 'deixa-pra-lá'" (Corrêa, 1981: 19). Como confiar nos números apresentados então pelas profissionais do NIAM se a leitura que fazem do crime elege como improváveis violadores quotidianos? O enquadramento da violência sofrida em categorias definidas previamente sem o procedimento analítico devido deve ser encarado como mais um degrau da altíssima escada que conduz o feminino a experimentações constantes de agressões simbólicas. Essa compreensão só será completa se olharmos para o contexto histórico-cultural da formação dos conflitos, tal como sugere Chartier:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/ feminino, mas sobretudo, identificar, para cada

configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como 'natural', por tanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções (Chartier, 1995: 43).

O argumento utilizado pela assistente social entrevistada parece alimentar-se nessa oposição de papéis que delega ao feminino a função de satisfação do desejo masculino quando este se torna seu cônjuge. A vontade da mulher, definida culturalmente, não deverá se opor ao chamado dos deveres conjugais, mas quando assim o fizer e for castigada, não deverá pensar em estupro, mas tão somente em crimes passíveis de catalogação pelas operadoras do Núcleo. Não seria essa premissa mais uma violência? Qual o real efeito desse tipo de tratamento no percurso da mulher violentada?

Antes de prosseguir nesse caminho de indagações e dúvidas, optei por levantar a história da instituição, buscando na sua constituição algumas explicações possíveis para os procedimentos verificados hodiernamente. A trajetória do NIAM / Campos foi esboçada pela presidente da instituição, Vera Coutinho. Minha entrada no CTF à época desse relato era ainda uma possibilidade distante.

3.2.1 NAM: trajetória e procedimentos

"Eu não sabia quem procurar pra me ajudar nesse problema. A família tem medo, as amigas não querem se meter em discussão de casal. Eu nunca gostei de polícia, de delegacia, essas coisas. Aqui eu fui acolhida, fui escutada, elas me ajudaram a mudar de vida (...) Se hoje eu sou uma mulher que sei dos meus direitos, que vivo minha vida com dignidade, é porque o NIAM me ensinou a ser uma pessoa diferente". (Luisa, 32 anos, estuprada pelo padrasto quando criança e violentada pelo ex-marido. Utiliza os setores jurídico e psiquiátrico do NIAM).

O Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher foi oficialmente criado em Campos no dia 10 de julho de 2000, à rua Teotônio Ferreira de Araújo, sob a custódia da Prefeitura Municipal. O processo que antecede sua criação, contudo, é relatado pela presidente do órgão como uma iniciativa independente da Associação Comunitária de Mulheres de Campos, um grupo atuante na cidade desde 1998.

No final da década de oitenta uma associação semelhante existiu em Campos – com o mesmo nome inclusive – mas teve uma vida curta. As mulheres que a compunham mantinham estreita relação com o PDT e, por divergências internas,

desativaram o grupo no ano seguinte à sua criação. A atuação dessas mulheres se dava a partir de iniciativas assistencialistas isoladas que visavam, entre outras coisas, angariar votos para o partido. Inseridos no jogo político local, os objetivos da associação foram tomados por conflitos ideológicos e sua desativação prematura foi o produto decorrente desses conflitos.

Uma década mais tarde, em 1998, quando o atual grupo de mulheres decidiu formar uma "nova" associação, optou-se curiosamente por registrar a atual formação sob a mesma designação da primeira, ainda que as críticas dispensadas ao grupo antecedente fossem severas. Por intermédio de um programa de rádio — Programa Joílson Barreto — criaram o quadro "Palavra de Mulher" e, através dele, as ouvintes foram captadas para participarem das atividades. No princípio o grupo promoveu trabalhos voluntários junto a associações de moradores, no intuito de distribuir cestas básicas, remédios, além de intervir em conflitos domésticos propondo soluções "de caráter cristão" para mulheres agredidas por seus maridos e filhos.

Em 1999, devidamente registrada com o mesmo nome do grupo passado, a Associação entregou ao então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, um abaixo assinado com 4600 assinaturas, reivindicando a implantação em Campos de uma Delegacia de Atendimento à Mulher. No mesmo ano, o prefeito da cidade – Arnaldo Viana – até aquele momento aliado político do governador, possibilitou a ida de algumas mulheres da Associação ao Rio de Janeiro, para que pudessem fazer um curso de capacitação no CEDIM. O objetivo era preparar "profissionais" que pudessem auxiliar a criação de um NIAM na cidade.

Em 2000, a presidente do CEDIM e a coordenadora dos NIAM's regionais estiveram em Campos e assinaram com a prefeitura um protocolo de intenção onde o prefeito se comprometia a implantar um órgão de atendimento para mulheres violentadas no município.

O NIAM-Campos foi entregue aos cuidados da Secretaria de Promoção Social e as mulheres inscritas nos cursos de capacitação do CEDIM no ano anterior não compuseram – por alguma razão que não consegui decifrar – o corpo diretivo do órgão. A "nova" Associação Comunitária de Mulheres de Campos reproduziu no NIAM a estrutura de funcionamento que a regia, conservando em ambas as instâncias a mesma presidente e o mesmo conselho deliberativo. Em agosto de 2000, o NIAM mudou-se para o atual endereço, na Rua do Gás.

Uma vez instalado, o Núcleo começou a suprir timidamente as demandas do

município. Como antecipei, os dados dos registros de atendimento encontram-se indisponíveis na sua totalidade, sendo possível apenas algumas observações referentes ao primeiro semestre de 2003. A leitura dos dados existentes — ou daqueles que chegaram até mim — informa de maneira bastante resumida que entre janeiro e junho de 2003, apenas 3,8% das procuras dizem respeito à violência sexual. A grande demanda encontra-se nos quesitos "agressão física" e "violência psicológica", sendo suas vítimas preferenciais mulheres entre 16 e 45 anos, solteiras ou casadas, com 1º grau incompleto, trabalhando ou não fora do lar, com mais de um filho. Os agressores são em sua maioria homens entre 26 e 45 anos, com 1º grau incompleto, empregados, companheiros ou ex-companheiros de suas vítimas. O local da violência é, em grande media, a residência da mulher. As vítimas se dirigem ao núcleo por iniciativa própria, por intermédio de amigos ou da Delegacia de Polícia Legal. Uma vez atendidas pelo órgão elas são encaminhadas ao setor jurídico, ao setor psicológico ou a 134° DP.

Formado por advogadas, assistentes sociais, psicólogas e atendentes sem formação específica, o NIAM Campos recebeu desde a sua criação até dezembro de 2003, 6248 casos registrados com as já salientadas carências de arquivamento. No verão de 2005, por meio de uma reportagem do RJ TV, foi divulgado pelo Núcleo a marca de 4000 casos apenas em 2004, estando os meses de janeiro e fevereiro de 2005 contabilizando 73 ocorrências. Os gráficos a seguir ilustram as características principais da clientela atendida e dos crimes alegados, além de expor um perfil provável do homem agressor.

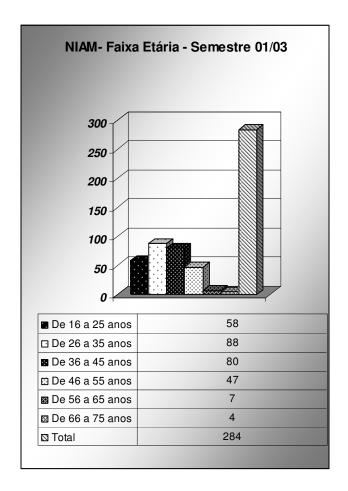


Gráfico 5- Faixa etária das mulheres atendidas pelo NIAM no 1° semestre de 2003

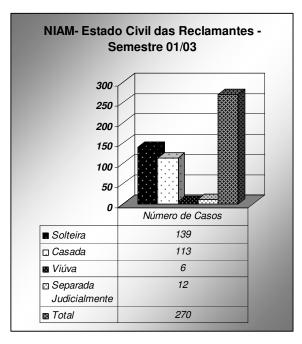


Gráfico 6- Estado civil das mulheres atendidas pelo NIAM no 1° semestre de 2003

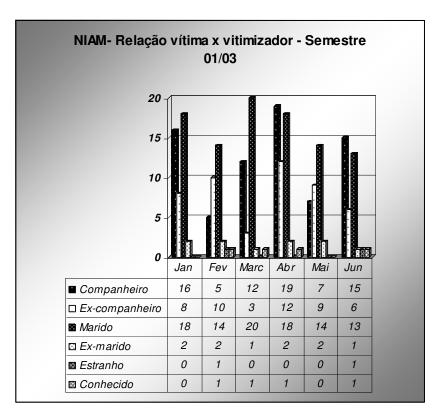


Gráfico 7- Grau de relacionamento entre agressor e vítima encontrado nas estatísticas do NIAM/ Campos referentes ao 1° semestre de 2003

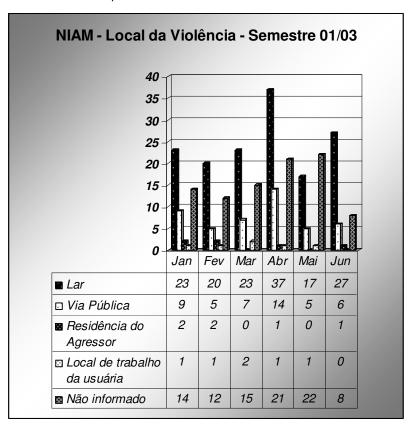


Gráfico 8- Locais de violência mais registrados no NIAM/ Campos no 1° semestre de 2003

Os gráficos apresentados acima sugerem que boa parte das violências registradas no Núcleo acontece dentro da casa da vítima, sendo o cônjuge em grande medida apontado como autor da infração. Nestas circunstâncias, como podemos afastar a hipótese de que o estupro marital seja sub-notificado pelo NIAM? Um companheiro que agride, ameaça e exerce violência psicológica sobre a mulher com a qual convive respeitaria a vontade da mesma quando esta se recusasse a ter relações sexuais com ele? Até que ponto os relatos de violência sexual no casamento são estratégias de vinganças como citou a assistente social por mim entrevistada? Qual a participação das profissionais do NIAM que decodificam a queixa da reclamante na confecção dos Boletins de Ocorrência nas delegacias? Os números concernentes ao estupro divulgados pelo Diário Oficial do Judiciário correspondem à realidade?

Antes de precipitarmo-nos em conclusões sobre a qualidade dos serviços oferecidos pelo NIAM, devemos estar atentos às carências observadas em sua conformação. Nos primórdios do seu funcionamento, deparamo-nos com uma equipe formada por mulheres comuns advindas de estratos sociais medianos, sem nenhuma formação especializada na área dos direitos humanos ou reprodutivos. Nos cursos de capacitação proporcionados pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes junto ao CEDIM, constatamos o não aproveitamento das mulheres 'capacitadas' na constituição do corpo administrativo do Núcleo por razões que não foi possível apurar. Uma pesquisa realizada pela estagiária Gisele Pereira Luis – a mesma que concedeu as estatísticas acerca do primeiro semestre de 2003 – apontou que o conhecimento da população acerca do trabalho desenvolvimento pelo NIAM ainda é pequeno, como podemos verificar na codificação das respostas aos questionários por ela aplicados³⁸:

³⁸ Os dados aqui publicados foram gentilmente cedidos pela pesquisadora, estando sua utilização devidamente autorizada pela mesma.

NÚCLEO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER 30 DE ABRIL DE 2004 — DIA NACIONAL DA MULHER

PESQUISA REALIZADA COM 92 PESSOAS NO NIAM, HOSPITAL SANTA CASA, POSTO ALAIR FERREIRA, HOSPITAL GERAL DE GUARUS E HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA.

VOCÊ CONHECE O NIAM?
 SIM 45,26%
 NÃO 54,73%

2) VOCÊ CONHECE O TRABALHO QUE O NIAM VEM REALIZANDO NO MUNICÍPIO? SIM 23,15% NÃO 76,84%

3) Você sabe que o NIAM oferece ajuda Social, Jurídica e Psicológica às mulheres vítimas de violência? Sim 35,78% Não 64,21%

4) VOCÊ JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA? SIM 30,52% NÃO 69,47%

5) VOCÊ SABE QUE EXISTE EM CAMPOS O COMDIM [CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER]? SIM 54,73% NÃO 45,26%

6) VOCÊ CONHECE OS PROGRAMAS DIRECIONADOS À SAÚDE DA MULHER EM NOSSO MUNICÍPIO?
SIM 37,89%
NÃO 62,10%

Tabulação das respostas obtidas pela pesquisa da estagiária

Como podemos ver, a população ainda carece de informação sobre a atuação do Núcleo e dos demais órgãos de apoio à mulher na cidade. A despeito disso, todavia, o NIAM experimentou um crescimento vertiginoso do público atendido, sendo responsável pela publicização de inúmeros conflitos domésticos que poderiam ter ficado restritos ao silêncio, prolongando o sofrimento de muitas mulheres e de muitas famílias. A responsabilidade sobre o seu funcionamento pleno e satisfatório encontra-se ligada à Secretária Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social que, de acordo com a Srª Vera Coutinho, tem dado assistência total no que tange à reciclagem profissional das suas integrantes. Muitas mulheres ameaçadas de morte pelos seus companheiros e maridos foram retiradas por intermédio do Núcleo de suas casas e conduzidas a um local seguro, onde podem viver longe da situação conflituosa que experimentavam no lar. Ainda que com uma atuação deficitária e, em alguns momentos extremamente prejudicial ao estabelecimento de uma cidadania feminina plena, devemos reconhecer a importância do Núcleo para a cidade diante das inúmeras ações positivas encontradas em sua trajetória.

Considerando o NIAM o primeiro órgão procurado pela vítima quando a situação de conflito atinge um grau que impede a permanência do silêncio, fui levado a averiguar os direcionamentos mais comuns realizados pelas profissionais que o compõe. O setor jurídico apareceu ao lado do serviço social como o departamento mais utilizado pela clientela atendida, sendo a delegacia legal o caminho mais aconselhado pelas advogadas do Núcleo. No intuito de conhecer melhor esse segundo estágio de publicização da violência sofrida resolvi freqüentar a 134º DP, esbarrando em inúmeros impedimentos burocráticos adiante narrados.

3.2.2 Traumas e tramas da publicização: a experiência da mulher estuprada frente aos 'órgãos de apoio' (?)

"Mulher com raiva é um perigo. Diz qualquer coisa pra se vingar do homem, até de estuprador ela acusa. Quando chega um caso desses pra gente é um sufoco porque a gente nunca sabe se ela ta mentindo ou falando a verdade. Eu é que não ponho minha mão no fogo por mulher que se diz estuprada. Podia ter gritado, pedido socorro, lutado com o sujeito, mas não. Elas liberam e depois se arrependem". (Guri, funcionário da 134 ° DP).

No trabalho de campo desenvolvido no NIAM, como afirmei anteriormente, pude perceber que a equipe que o constitui possui importância significativa na condução dos conflitos domésticos e demais violências sofridas pela mulher. Atendendo a um público formado nas camadas menos aquinhoadas da sociedade, o NIAM se apresenta como um caminho possível para a resolução legal de um conflito privado. Através das advogadas do Núcleo, as reclamantes podem constituir gratuitamente uma representação jurídica e isso será fundamental no tratamento que a mesma receberá na polícia. A iniciativa de procurar uma delegacia sem um acompanhamento profissional que credibilize o relato da reclamante em situações de dúvida e preconceitos como têm se mostrado os casos de estupro, poderá oferecer à mulher queixosa uma experiência pouco agradável ou até mesmo traumática, como pudemos constatar no capítulo I através da argumentação teórica de Temkin. Ainda que vivamos em uma sociedade democrática, amparada em teoria por uma constituição cidadã, devemos estar sempre atentos às clivagens de gênero que marcam o nosso quotidiano, sobretudo nas instâncias em que o poder masculino se faz atuante e exclusivo – em Campos não temos ainda uma Delegacia de Mulheres. Uma cena observada na Delegacia Legal serve de ilustração para esse raciocínio.

Quando procurei a 134° DP a fim de obter os dados referentes ao mapa de ocorrências, pude conhecer algumas pessoas durante a longa espera na recepção. Tentei recolher informações sobre o crime, mas toda conversa parecia condicionada ao movimento constante de pessoas que entravam e saíam, ligações que se multiplicavam, além das viaturas que chegavam com infratores presos em flagrante. Dentre os funcionários, contudo, um pareceu-me disposto a colaborar.

Guri³⁹, um antigo colega da escola, havia se dedicado à carreira militar. Não nos víamos há alguns anos, mas o nosso reconhecimento foi imediato. Após esboçar um pequeno resumo da minha trajetória acadêmica, revelei a ele os objetivos da presente pesquisa, falei da dificuldade encontrada no trabalho de campo, das portas fechadas, das inúmeras negativas recebidas e da minha intenção ao esperar o delegado. De antemão, Guri sinalizou para uma possível recusa do fornecimento dos dados de ocorrência, mas não encerrou o assunto inviabilizando meus intentos. Ao contrário, ofereceu-me ajuda e deu-me um número de telefone. Quando saí da brevíssima conversa com o delegado, tive certeza que ligaria para o antigo colega de escola. Marcamos uma conversa fora da DP.

³⁹ Para a segurança do meu informante não revel<u>arei</u> seu nome verdadeiro, idade ou patente.

No segundo encontro, expus claramente os problemas enfrentados durante a realização do trabalho, salientando a importância dos BOs para o prosseguimento do mesmo. Guri, com sua brevidade de sempre, falou: -"Deixa comigo". Além de prometer uma cópia dos mapas requeridos, Guri se prontificou a comunicar os casos referentes ao crime de estupro que chegassem na delegacia quando de sua presença. Ele cumpriu a promessa.

Cerca de um mês após nosso segundo encontro, recebi uma ligação de Guri as 02:35. Rapidamente dirigi-me à 134° DP e no pouco movimento da madrugada logo identifiquei a possível vítima e suas acompanhantes. Tratava-se de uma jovem negra, possivelmente menor de idade, com as roupas sujas de sangue. Ela não se manifestava, ao passo que a mãe narrava sem reservas toda a situação vivenciada pela filha. Estávamos na recepção da delegacia. Eu, fingindo falar ao celular, procurei não expressar reações ao que era revelado na cena. Quando perguntado por um policial sobre a minha presença no local, apenas disse estar esperando um amigo. Houve apenas uma abordagem dessa natureza. Permaneci sentado por quase uma hora. Foi o suficiente para conhecer alguns dos procedimentos possíveis à rotina do lugar, bem como o tratamento constrangedor dispensado a uma vítima de estupro. A versão do crime proferida pela mãe na recepção da 134° é emblemática para esse estudo⁴⁰.

Segundo a senhora, que de pronto identificou-se como evangélica, a filha mais velha estava em São João da Barra para o velório de uma professora, de onde só voltaria no dia seguinte. O namorado dela – acusado de ter cometido o crime – havia pedido à sogra para dormir em sua casa, já que pelo adiantado da hora não haveria mais condução para regressar ao Farol de São Thomé, localidade em que residia. Integrado à família, seu pedido foi aceito. A filha mais nova – vítima da violência – estudava no turno da noite, retornando a casa por volta das 22:00, quando sua mãe, após tomar os tranqüilizantes rotineiros, já estava dormindo. Nessa noite, contudo, encontrou o cunhado na sala. A jovem teria conversado um pouco com o acusado enquanto fazia uma refeição. Após o lanche, ela teria ido para o quarto, encostado a porta e ligado a televisão. Eis a desculpa que o cunhado utilizaria para entrar no quarto dela: a TV ligada. Como era noite de quarta-feira, um jogo estava sendo televisionado e ele, "viciado em bola", havia pedido à cunhada

CV

Como estava sem o gravador no momento da ocorrência, anotei apenas algumas expressões utilizadas pela mãe da vítima em seu relato. No decorrer da minha narração, utilizarei essas expressões entre aspas.

para assistir os últimos minutos da partida. Ela aceitou e recomendou que ele desligasse o aparelho quando retornasse à sala, onde dormiria. Passados alguns minutos, ele sentou-se na cama da jovem e começou a insinuar-se para ela. Assustada ela ameaçara gritar e ele, fisicamente mais forte, dominou-a impedindo qualquer reação. A mãe, pela ação dos remédios, dormia no outro cômodo. A cena prosseguia, bem como a resistência da vítima. Inconformado, o cunhado bateu a cabeça da moça na parede, deixando-a "um pouco tonta". Ainda assim, ela não consentiu a conjunção. "Possuído pelo mal" ele ameaçou cortá-la com um vidro de perfume que acabara de quebrar. Cumpriu a promessa. Fez um ferimento em seu braço para logo em seguida introduzir o objeto cortante na vagina da vítima que desmaiou ao ver o sangue. Aproveitando-se desse momento de fragilidade, ele teria penetrado a moça. A seguir, temeroso pelas consegüências do seu ato, ele pegou a mochila e saiu da casa apressado, sendo visto pela vizinha que vende cachorro quente em frente à residência. A citada testemunha – que também estava na delegacia - achou estranha a ocorrência e foi até a casa da vítima verificar como estava a amiga. Acreditou que a sogra do acusado estivesse passando mal e que ele saíra correndo para pedir socorro no posto médico localizado na rua de trás. Chamou uma única vez no portão e logo ouviu um pedido de socorro. Observando a porta aberta, entrou na casa e terminou por encontrar a vítima repleta de sangue em seu quarto. Colocou-a no carro e levou-a para o Hospital Ferreira Machado, sem acordar a mãe que ainda dormia pela ação dos tranquilizantes. Depois de atendida pelo médico, foi conduzida à delegacia por dois policiais que estavam de plantão no hospital. A vizinha a acompanhou, passando antes na casa da vítima para comunicar a mãe sobre o acontecido.

Quando eu cheguei a 134° estavam as três na recepção, e a mãe — que dormira durante a cena — narrava os fatos com uma riqueza de detalhes possível apenas a uma testemunha ocular. A vítima nada falava. Ela chorava de cabeça baixa e com os braços cruzados permaneceu durante toda a narrativa. Através da atendente a mãe foi avisada que o delegado estava na sala com outra reclamante e que haveria mais dois casos para serem atendidos antes do dela. Tal informação servia de estímulo para que a senhora — com uma bíblia nas mãos — reiniciasse sua história, mantendo uma coerência no que tange a ordem dos fatos narrados anteriormente. Mais uma hora se passaria até que elas entrassem na sala do delegado de plantão, onde permaneceriam por muito tempo. Guri, que me

observava de longe, enviou um torpedo para o meu celular dizendo que eu deveria ir embora para não ser descoberto. Ele temia que alguém estanhasse a minha presença e, por conseguinte, nossa parceria. Deixei a delegacia. Eram 4:45 da manhã.

A postura da vítima no caso relatado não apresenta grandes novidades em termos de análise da mulher reclamante. A publicização da violência sofrida, esteja ela no âmbito da casa – como é o caso – ou caracterizada por perseguições e confrontos na via pública, conduz a vitima ao estágio quase inevitável da culpa. A dúvida sobre a resistência da mesma é tão difundida entre os agentes policiais e até pela família, que a própria mulher vitimizada questiona a veracidade da sua queixa. Por outro lado, a postura omissa da polícia que não oferece a esse tipo de acontecimento a devida atenção e cuidado, parece indicar que os conflitos sexuais que chegam à delegacia fazem parte de uma rotina secundária, sem grande importância para o trabalho desenvolvido pelos agentes. Entre os policiais a tendência é, como salienta Vinagre Silva (1992), entregar ao discernimento do delegado a condução dos fatos, eximindo-se de qualquer responsabilidade com o bem estar da reclamante. Entre as mulheres policiais, contudo, o nível de envolvimento com esse tipo de caso é consideravelmente maior, mas no caso da cidade observada elas são minoria. No estudo da autora, elas aparecem como mais sensíveis à causa feminina, entendendo a violência relatada como o desdobramento de uma série de outras violências atuantes na sociedade. Em suas palavras:

Com relação ao atendimento policial, verificam-se duas questões. A primeira foi constatada ao se cotejarem os discursos e as práticas, quando ficou evidenciado que os agentes policiais têm uma percepção de que deveriam meter a colher mas sua prática explicita a atitude de banalização diante da problemática. Alguns policiais, sobretudo aqueles com maior tempo de instituição policial e pertencentes ao sexo masculino, demonstram sutilmente a tendência à posição de omissão. Contudo foram encontradas respostas — principalmente entre as mulheres com menor tempo de exercício profissional — que mostram uma posição diferente em relação a esse comportamento(...) (Vinagre Silva, 1992: 67-68).

Diante desse quadro é realmente presumível a reação da vítima de abaixar a cabeça sem encarar as pessoas que tomam conhecimento da sua história triste.

Como aponta Albano e Montero (1982: 106-125), ao assimilar ainda na infância a dicotomia que a torna possível ou como mãe ou como prostituta, a mulher torna-se um ser amputado que precisa sufocar certas dimensões da sua afetividade e do seu desejo a fim de corresponder às expectativas criadas em torno do seu comportamento. Dessa forma, quando uma situação de violência explode, ela recupera os implícitos mecanismos que a culpabilizam até pela dor que sente ou pela agressividade que desperta. Nos limites do seu papel de gênero, procura na ação infratora de um homem a parcela de responsabilidade que deverá ser atribuída a ela.

A situação vê-se ainda mais agravada na concepção de Moreira, Ribeiro e Costa (Costa et al, 1992) quando o vitimizador não é um desconhecido e sim o parceiro que convive conjugalmente com a vítima. Nesses casos os relatos da reclamante tendem a ser carregados de conflitos, conseqüência direta da exposição da sua vida familiar e afetiva e de todas as demandas psicológicas que tal exposição acarreta. Ao constrangimento habitual, somam-se as preocupações com os filhos e com a perda do provedor.

No dia seguinte à observação da 134°DP, liguei para Guri a fim de saber o desfecho da noite passada. As reclamantes permaneceram no local até amanhecer o dia e o acusado não havia sido localizado até então. Pedi a ele que me mantivesse informado sobre o caso. Dois dias depois recebi seu telefonema avisando que o possível paradeiro do acusado foi descoberto e uma viatura estava se dirigindo ao local para prendê-lo. Esperei o retorno do telefonema, certo de que teria um material interessante para a pesquisa. Sexta-feira, 22:18. Guri manda uma mensagem para o celular: "Vem pra cá que o sujeito ta aqui".

Chegando na 134° encontrei alguns conhecidos da imprensa que estavam de plantão esperando uma queixa contra um político conhecido da cidade. Eles receberam a informação através de um advogado que estaria acompanhando a queixosa e por lá permaneceriam por um longo tempo. Estando com eles, fui tido como mais um jornalista, passando despercebido pelos funcionários da DP. Guri me avistou e veio falar comigo. Informou que o acusado estava esperando em uma sala no final do corredor e que ficaria por lá algum tempo ainda por conta de outros casos que ocupavam o delegado de plantão. A delegacia estava mobilizada em torno da citada queixa contra o político famoso. Dirigi-me até o bebedouro ao lado de Guri e, auxiliado por ele, entrei na sala. Conheci Calabar.

Sem falar muito, sentei no banco ao lado dele. Calabar iniciou a conversa perguntando se eu também estava esperando o delegado. Respondi que sim. Foi a deixa que ele aguardava para maldizer a polícia e os militares, sempre com frases curtas, compostas por duas ou três palavras ofensivas. Permaneci calado, fazendo sinais de concordância com a cabeça. Tentei elaborar perguntas, entrar no assunto da acusação, mas não conseguia proferir uma palavra sequer. Ele agiu primeiro.

- -"Tá aqui por quê?", ele indagou.
- "Estupro", respondi sem muita convicção.

O arrependimento pela resposta foi imediato. O silêncio de Calabar fez-me acreditar que nenhuma outra palavra seria ouvida daquele instante em diante, pois ele desconfiara da inusitada coincidência. Estava equivocado. A partir da minha resposta - verdadeira, de certa forma (eu estava ali por conta de um estupro, realmente: o cometido por ele) - iniciamos uma conversa em tom de cumplicidade. Por estar diante de um presumível par, Calabar relatou o ocorrido entre ele e a cunhada, atribuindo a ela o início da cena. Segundo ele, a jovem o seduzia, tratavao de maneira carinhosa na ausência da irmã, fazendo-o crer no desejo sexual que nutria por ele. Diante da recusa da moça, ele sentiu-se ultrajado e "forçou a barra". Alegou que ela havia quebrado um vidro de perfume e que no momento da discussão cortou o próprio braço. Calabar parou de falar nesse momento, mas eu precisava saber mais detalhes já que era fundamental confirmar a versão contada pela mãe da vítima. Ousei uma pergunta: - "Mas vocês transaram?" Ele sorriu e sinalizou uma afirmação com a cabeça. Disse que a raiva era tanta que nem se preocupou com o sangue que jorrava da vagina da cunhada. Mesmo sentindo que o seu pênis estava sendo cortado pelos cacos de vidro que revestiam a o canal vaginal da moça, ele insistiu na conjunção, não conseguindo, contudo, ejacular. Embora não tenha atingido o orgasmo, relatou que a satisfação sexual vivida com a cunhada foi intensa e que só não permaneceu na casa porque não gostava de ver sangue. O trajeto posterior ao ato, como vimos no relato da vizinha, foi a fuga que o deixou desaparecido por dois dias.

No comportamento apresentado por Calabar podemos refletir sobre dois pontos cruciais presentes na construção identitária do homem ocidental. Em primeiro lugar, somos levados a perceber que a atração que sentia pela cunhada só poderia

ser satisfeita através da força ou da imposição, nunca pela conquista. Ao entrar no quarto da cunhada, Calabar não expressou de forma subjetiva suas intenções, elegendo a força como o único instrumento capaz de possibilitar o intercurso sexual desejado. Rejeitado em seu empreendimento, não se permitiu desistir e dessa vez foi por auxílio de um objeto cortante (o vidro de perfume quebrado) que viabilizou sua satisfação. O desejo masculino precisou da força e da ameaça que conduz ao medo para ter validade frente a uma mulher indefesa. O segundo ponto que podemos considerar diz respeito ao impulso que originou a vontade de Calabar em tomar sexualmente a cunhada. No relato do acusado somos conduzidos a acreditar em um suposto jogo de sedução iniciado pela vítima que se apresentava diante do cunhado de maneira pouco convencional. O ato que se seguiu a esses eventos de aproximação sedutora teria sido, então, o desdobramento de uma 'cobrança natural' empreendida aos homens que necessitam a todo custo dar provas de sua masculinidade. Calabar agiu não só por instinto, mas por obrigação. Se ela o seduzira, ele nada mais fez que corresponder ao 'chamado da espécie'.

Os estudos que versam sobre a masculinidade apresentados no capítulo II indicam para esses condicionamentos colocados diante do homem durante a sua socialização. Impedidos de viverem uma subjetividade fazem da força e das demonstrações de poder caminhos possíveis ao exercício da vida, ainda que saibam das conseqüências danosas advindas da utilização de certos métodos. Corneau (1995), por exemplo, ao avaliar o comportamento criminoso de Marc Lépine atentou para a importância da consideração de forças externas presentes na execução do ato infrator. Aos 26 anos Lépine invadiu a Universidade de Montreal, entrou em uma sala da Escola Politécnica, separou homens e mulheres, executando quatorze representantes do sexo feminino a tiros de metralhadora, suicidando-se em seguida. Ao realizar a chacina ele proferia: "- Mato vocês porque são um bando de feministas" (Corneau, 1995: 43).

A análise de Corneau sobre o crime sustenta o argumento de que a construção de um modelo identitário pautado na força e nos direitos naturais do sexo masculino, contribuiu e muito para a formação do comportamento agressivo de Lépine. Ele, que havia sido recusado naquela escola, dispensado do Exército e abandonado pelo pai, acreditava estar no dever de mostrar às mulheres – que ocupavam equivocadamente uma vaga que deveria ser sua – a verdadeira condição do seu gênero. Se ele não estava naqueles bancos escolares, elas não deveriam

estar também. O seu ato extremo diria aos homens que o rejeitaram durante a vida, que ele – Lépine – continuara lutando para a manutenção da hegemonia masculina no mundo. Seu crime serviria para mostrar a masculinidade em geral que havia uma chance de recuperar o poder cada vez mais delegado às mulheres, retirando-as da cena nos espaços que tradicionalmente pertenceriam a eles. Em consonância com os estudos expostos no capítulo I dessa dissertação, podemos traçar uma linha comum ao exercício do estupro por certos homens e os assassínios cometidos por Lépine. Nesta perspectiva, ambos estariam agindo em nome de uma masculinidade em vias de extinção, numa tentativa desesperada de manter o poder que lhes escapa pelas mãos na modernidade. Mas essa explicação não deverá ser tomada como regra.

Seguindo o raciocínio de Corneau encontraremos a masculinidade diante de uma identidade formada fora de seu corpo, alimentada por inúmeras informações que ultrapassam o campo das idéias pessoais, chegando na coletividade impulsionadora de características socialmente compartilhadas. Tanto Lépine quanto Calabar não encontraram provavelmente em seus caminhos possibilidades de exercício subjetivo que dispensasse o uso da força e da agressividade. Tal como todos os homens, eles precisaram "amputar seu corpo e seu coração sem poder chorar (...) cometer violência contra seus próprios sentimentos, contra suas próprias emoções, contra seu próprio corpo (...) capaz de esquecer que se tem um coração e um corpo" (Corneau, 1995: 47). Tal entendimento não deverá retirar-lhes a responsabilidade pelos crimes cometidos, mas poderá abrir uma oportunidade de reflexão além da culpabilização imediata que insiste em delegar à Justiça e ao Sistema Penal o dever de encarcerar criminosos sem maiores esforços reintegradores.

Ao ouvir a versão de Calabar naquela pequena sala da 134° DP, tive certeza de que ele perguntaria sobre a minha história, sobre o meu crime. Decidi ir até a porta que permanecia aberta durante o nosso diálogo para verificar se Guri continuava de prontidão como combinado. Quando o informante me viu, soube que era hora de retirar-me dali. Entrou na sala, disse um nome qualquer que eu supus ser meu e, segurando-me pelo braço, levou-me embora. Na recepção encontrei meus conhecidos da imprensa e misturei-me a eles uma vez mais.

3.3 Do outro lado do muro: cenas e cenários dos dias de visita.

"Meu pai trabalha aqui desde que eu nasci. Eu visito ele sábado e domingo e tiro fotos pra mostrar pro meu vô que não pode vir aqui porque ele não anda (...) Aqui é legal porque dá pra brincar de pique com meu pai, porque tem uma varandona (...) Eu sinto saudade dele aí eu escrevo uma carta e trago pra cá sábado. Aí ele fica sabendo o que eu queria dizer pra ele naquele dia que eu não podia vir aqui porque ele tava trabalhando. Ele também escreve pra mim e faz desenhos de bichos. Meu pai é desenhista". (Cecília, 9 anos. Filha de Duran.)

O NIAM e a 134° DP já eram para mim duas realidades possíveis enquanto unidades de análise. O Núcleo sempre esteve de portas abertas para a pesquisa o que possibilitou um estudo tranqüilo, com entrevistas longas e retornos constantes. Muitas foram as ocasiões em que procurei suas profissionais para dar prosseguimento a uma conversa interrompida ou para aprofundar um tema que no momento da transcrição mostrou-se pouco explorado. A boa vontade da equipe permitiu que algumas mulheres atendidas na instituição confiassem em mim e relatassem suas histórias. Sem esse expediente a análise da trajetória das vítimas teria se resumido a um levantamento bibliográfico.

Quanto à Delegacia, retornei algumas vezes, mas sempre como observador não participante. Procurei não fazer perguntas diretas e intercalei minhas visitas entre três ou quatro semanas. Às vezes recebia um telefonema de Guri informando algum caso (muitos deles acontecidos de madrugada), mas preferi não freqüentar o local nos horários de baixo fluxo quando a presença de um estranho poderia ser facilmente notada. O caso relatado na secção anterior foi o único que acompanhei de perto.

As semanas passavam e a etnografia do presídio era adiada constantemente. Os prazos do mestrado se expiravam e a preocupação com a defesa de projeto tornou-se uma constante. Sem outra opção, retornei ao CTF munido de um ofício da Universidade que me apresentava. Abdiquei da vestimenta diária, usei paletó e gravata, uma pasta de executivo e óculos de grau. Chegando no portão lateral recebi do funcionário (o mesmo da vez anterior) um tratamento diferenciado. Em menos de cinco minutos fui conduzido à sala do diretor, sem revista e sem perguntas, deixando na portaria apenas o meu telefone celular. Levei comigo uma

pasta que em momento algum foi aberta pelos funcionários. Naquele momento percebi que o terno deveria ser meu uniforme rotineiro na instituição prisional.

Apresentei-me ao sub-diretor e entreguei a ele o ofício da Universidade que me apresentava. Ouvi suas impressões sobre estupradores, além dos apontamentos acerca das prováveis dificuldades que encontraria para entrevistá-los. Todavia, pela primeira vez no CTF, uma porta parecia se abrir, sendo-me possível agendar mais um encontro. O sub-diretor informara que a autorização para freqüentar o presídio deveria ser dada pelo diretor que estava ausente. Retornei dois dias depois.

Na mesma sala da diretoria, cenário do encontro anterior, o contato com o diretor foi mais breve e pouco estimulante. De posse do meu ofício, ele argumentava sem deixar espaço para a réplica que a permanência de pessoas estranhas no sistema carcerário somente poderia se dar através de uma autorização do juiz da VEP (Vara de Execuções Penais), único tutor dos presos. A liberação para as entrevistas deveria partir dele e não da direção. A função da diretoria do CTF resume-se ao ato *de "guardar os presos"*, argumentou insistentemente, levando-me a acreditar que o contato com os detentos deveria ser adiado uma vez mais. Porém, não haveria tempo para esperas.

De volta à Universidade, fiz a solicitação recomendada pelo diretor e através de uma professora da UENF consegui encaminhar o ofício ao Sub-Secretário de Assuntos Prisionais. Enquanto a resposta não se fazia presente ligava semanalmente para a sua secretária no intuito de agilizar a liberação do documento, mas a espera seria longa. Diante dos prazos escassos, decidi utilizar outros métodos para entrar no presídio. Guri novamente foi o responsável pela continuação da pesquisa. Liguei para o informante e marcamos um encontro. Expliquei todos os percalços dos últimos dias e expus a urgência do trabalho de campo. Como da vez anterior, proferiu sinteticamente: -"Deixa comigo".

Cinco dias passaram sem que Guri desse alguma notícia. No sexto dia ele me procurou pedindo duas fotos 3 x 4, afirmando que no sábado ou no domingo subseqüente eu estaria com os detentos. Em poucos dias eu teria uma carteira de visitante nas mãos.

Guri era amigo de um interno do CTF condenado por estupro e tráfico. Após nos encontrarmos, o militar conversou com ele e pediu autorização para nos apresentar. Disse-lhe que eu o visitaria algumas vezes e que levaria cigarros e produtos de higiene pessoal, conseguindo do preso a imediata autorização. Sob a

designação de 'pessoa amiga' comecei a freqüentar o CTF nos fins de semana como visitante de Benjamin.

3.3.1 Benjamin: "criminoso, arrependido e renovado por Jesus" ⁴¹.

"Um dia eu vou lembrar disso tudo e vou ter vontade de voltar pra visitar os amigos. Eu quero mostrar pra eles que saindo daqui a gente pode ter uma vida honesta sem voltar pro crime. Nunca é tarde pra que um filho do Senhor recomece na estrada certa". (Benjamin, 41 anos, preso por estupro e tráfico de drogas há 16 anos).

Idade 41
Cor⁴² "Branco"
Escolaridade⁴³ 1° grau incompleto
Profissão Pedreiro e pintor
Renda anterior
Estado Civil "Uns R\$ 600,00"
Estado Crime Estupro, assalto e tráfico

O primeiro detento por mim entrevistado tem 41 anos e há 16 encontra-se recluso. Desde a sua prisão passou pela Casa de Custódia, pelas penitenciárias de Bangu e Água Santa até retornar a Campos de onde não pretende mais ser transferido. Envolveu-se em mais de dez rebeliões, conseguiu fugir duas vezes, levou quase um ano foragido até que por uma denúncia anônima foi capturado, tendo sua pena aumentada. Nosso primeiro contato foi no pátio interno do CTF, entre as muitas pessoas que falavam alto, comiam e cantavam louvores.

O cenário da visita possui cores e formas diferenciadas. As crianças se movimentam muito, correm de um lado para o outro, tiram fotografias parecendo não perceber a realidade que testemunham. Jovens de calça comprida e blusa colada no corpo abraçam seus namorados, ao passo que as mães com suas bíblias e potes de comida tratam de alimentar os filhos como se há muito eles não comessem. Benjamin falou pouco nesse primeiro dia, talvez porque eu tenha falado demais. Fui sincero com ele, expus o meu tema, tentei explicar minhas intenções, mas nos limites de uma pessoa com instrução abaixo do ensino fundamental, decerto ele não entendia muitas das coisas que eu explicava. Benjamin, todavia, a despeito de

⁴³ A nomenclatura utilizada nas tabelas reproduz o que informa a ficha criminal de cada detento.

ČXĬV

⁴¹ Assim que nos conhecemos Benjamin fez questão de apresentar-se dessa forma: - "Eu sou: criminoso, arrependido e renovado por Jesus".

⁴² Para o critério cor utilizo as denominações fornecidas pelo próprio informante.

qualquer compreensão mais abrangente, estava disposto a colaborar. Tive certeza disso quando me despedi e ele, tentando um sorriso, apertou minha mão e disse: - "Até amanhã". Saí do CTF certo de que minha pesquisa seria possível e na euforia do primeiro contato nem registrei o constrangimento da revista. Pensei nisso apenas ao chegar a casa.

Enquanto os portões permaneciam fechados uma fila de homens e mulheres aumentava vertiginosamente na frente da penitenciária. Bolsas com comidas, produtos de limpeza e higiene pessoal compunham a cena, bem como as crianças paradas em frente aos ambulantes que vendiam pipoca, refresco e picolé. Eu não conhecia ninguém. Nunca tinha visto Benjamin e vice-versa. Apenas um boné poderia nos identificar em meio à pequena multidão que disputava espaço – essa foi a forma que Guri encontrou para nos apresentar sem estar no local. O boné era de Benjamin, tinha um desenho feito a caneta na lateral que o distinguia de qualquer outro. Uma vez avistado o acessório minha identidade seria revelada para ele. Dito e feito. Antes do encontro, contudo, passei pela revista.

Em um pequeno banheiro situado no primeiro corredor ao lado esquerdo do portão lateral, um grupo de homens visitantes entrava e retirava suas roupas por completo. Os agentes penitenciários verificavam cada parte do nosso corpo com o auxílio de um cassetete, fazendo-nos agachar por duas ou três vezes na intenção de que algum objeto ou droga que estivesse por ventura escondido, caísse no chão por conta dos nossos movimentos. Nós não nos olhávamos durante a revista. Os agentes mostravam-se desconfiados, eram ríspidos e faziam comentários provocadores com os homens mais jovens, de pele negra ou marcada por tatuagens. Comigo foram sempre breves e em algumas ocasiões permitiram que eu ficasse apenas de cueca. Mais tarde descobri que um dos responsáveis pela revista era um amigo de Guri que fora alertado sobre a pesquisa pelo meu informante. Sabendo de sua "gentileza" passei a levar cigarros para ele durante as visitas.

No banheiro ao lado, as mulheres experimentavam processo similar, ficando a revista sob o encargo da polícia feminina. Conversei com algumas visitantes e senti no discurso proferido por elas que a adaptação àquela rotina era bem maior que a verificada entre os homens. O ato de se despir e provar que nenhuma ação ilícita movia os intentos de sua visita era entremeado por comentários jocosos, estabelecendo entre as mulheres revistadas uma cumplicidade inconcebível no cômodo ao lado. Se os homens que observei – dentre os quais me enquadro – não

se permitiam ao diálogo e ao compartilhar daquela experiência comum, as mulheres ultrapassavam a barreira do silêncio e da vergonha, agindo com naturalidade e bom humor.

Como prometido na despedida, retornei ao presídio no dia seguinte. As mulheres permaneciam com saias na altura do joelho ou calças compridas; suas blusas também dificilmente deixavam exposta a barriga. É uma norma na penitenciária o tipo de roupa adequada para a mulher visitante. Quanto aos homens, não podiam usar bermudas nem shorts.

Benjamin estava me esperando no pátio. Levei cigarros e o convidei para um lanche na cantina. Enquanto conversávamos, ele comia esfirras e bebia Coca-Cola, mostrava-se tranquilo com a minha presença e dizia aos colegas que eu era seu primo recém chegado na cidade. Não tive participação na elaboração dessa trama, mas assumo que esse fictício laço de parentesco foi responsável pelas demais aproximações com outros internos. Concentremo-nos por agora no caso de Benjamin.

Morador da periferia da cidade, ele realizava pequenos assaltos para comprar maconha. Era o filho mais velho de uma família de cinco irmãos, morou boa parte da vida com a mãe e manteve uma relação distante com o pai que havia saído de casa quando ele ainda era criança. O reencontro dos dois deu-se anos mais tarde, quando Benjamin já estava no crime. Com o passar do tempo, meu informante conheceu outros tipos de drogas e viciou-se em cocaína. Por uma "armadilha da vida" conheceu uma traficante e virou sócio dela. Foram morar juntos, tiveram um filho e ganharam muito dinheiro. Um dia, Benjamin conheceu Maria e se apaixonou por ela. A jovem de dezessete anos era filha de um militar e resistiu por muito tempo às iniciativas do meu informante. O endereço da moça não era conhecido por ele, bem como sua filiação até que, durante um assalto, a quadrilha de Benjamin invadiu a casa de Maria e ela foi feita refém. Desesperado com a coincidência ele teria se descontrolado, voltando-se contra os colegas, expulsando-os da casa. Sozinho com Maria, não resistiu ao desejo e resolveu forçar a conjunção carnal. Segundo ele a moça teria consentido o intercurso, mas com a chegada do pai teria se arrependido, gritando por socorro. Benjamin foi preso em flagrante.

Mais uma vez encontramos na justificativa do crime empreendida pelo criminoso o argumento da satisfação de um desejo compartilhado com a vítima. Tal como Calabar, o violador de Maria atribuiu à reclamante a responsabilidade sobre o

ato que gerou sua condenação. O masculino, novamente obedecendo ao 'chamado da espécie', viu-se impedido de resistir ao instinto, agindo com a força em detrimento da conquista. Esse procedimento considerado sinônimo de virilidade aparecerá entre os meus entrevistados como veículo de naturalização dos crimes cometidos. Mas até que ponto essa justificativa alimenta-se na mentira e na dissimulação?

Sabemos que o masculino, enquanto modelo identitário criado e perpetuado pelas sociedades ao longo da História, possui um arcabouço de ideologias que o faz presente em cada etapa da vida de um indivíduo, ditando normas e possibilidades que o acompanharão em suas trajetórias. Na concepção de Ramirez,

As ideologias masculinas são construções cognoscíveis e discursivas, dominantes nas sociedades que se estruturam com base em relações assimétricas entre os gêneros, articuladas em forças e jogos que exibem multiplicidade de manifestações, as quais respondem à pluralidade cultural da espécie humana e, nas sociedades de classes, se expressam de formas diferenciadas e contraditórias" (Ramirez, 1995: 77).

Nesses termos o discurso do interno que pretende justificar a ação infratora, pode ser considerado plenamente possível em um universo simbólico tomado pelas ideologias expostas acima. A culpabilização da mulher, além de ser uma estratégia de defesa poderá representar a crença sincera em modelos identitários ditados pelo gênero. Um homem que se sente seduzido e que não aprendeu expressar suas emoções através de elementos outros que não pelo poder e pela força, correrá o risco de assimilar a conjunção carnal forçada como um instrumento legítimo de conquista e satisfação amorosa.

Ao relatar a sua versão o entrevistado valia-se de termos técnicos, possivelmente decorados após as inúmeras leituras do Código Penal que insistia em carregar durante os nossos encontros. Dezesseis anos se passaram desde a sua prisão, tempo suficiente para elaborar ele mesmo a sua defesa, contando com os serviços de diversos defensores públicos, cuja alternância nunca foi totalmente explicada por Benjamin. Todos os pedidos de revisão de pena, semi-aberto, diminuição e condicional foram negados. Nos autos do processo a quantidade de provas reunidas pela acusação afastou qualquer possibilidade de absolvição. Benjamin ainda hoje alega inocência:

"Eu conhecia a moça há alguns meses já. A gente trocava olhares no ponto de ônibus quando ela ia pra escola. Ninguém me tira da cabeça que ela tava na minha. O problema era o medo que tinha do pai, acho até que ela era virgem. Eu sei que devia ter esperado uma ocasião melhor, mas quando acontece o homem não se controla. Se o cara não tivesse chegado a gente teria feito um amorzinho gostoso, e eu até poderia estar aqui, mas por outros motivos que nunca fui santo. Agora estuprador eu não sou. Nunca precisei forçar mulher a nada". (Benjamin).

Todo o argumento de Benjamin, não só nos primeiros contatos, mas até o final da pesquisa, manteve uma coerência com o depoimento acima. Criamos entre nós uma atmosfera de cordialidade e no final de oito meses de contatos semanais, percebi o tamanho da confiança que ele depositava em mim. Benjamin costumava dizer que eu era "um enviado do senhor Jesus", criando o hábito de ler no final de nossas conversas uma passagem da bíblia que sempre o acompanhava. O recurso à religião utilizado por esse interno seria verificado em muitos outros, tornando-se um profícuo campo de investigação.

"Eu era um ímpio lá fora. Sempre gostei das coisas do mundo, da bebida, do sexo, do dinheiro. Não que hoje eu tenha abandonado esses gostos, claro que não. Mas agora eu conheço o Senhor Jesus e sei que o meu direito termina quando começa o da outra pessoa. Foi na bíblia que eu encontrei a verdade da vida, a minha verdade. Hoje eu sou diferente. Mas sou malandro ainda. Não fiquei burro depois que me converti, apenas aprendi a ser justo, a olhar pras pessoas e ver o que há de bom nelas. Antes de você me visitar eu ficava olhando as famílias reunidas aqui e sentia uma tristeza grande no coração. Mas eu pedia ao Senhor Jesus que me enviasse uma nova oportunidade para que as pessoas me descobrissem renovado pelo poder Dele. Daí você chegou aqui. Foi coisa de Jesus, foi obra Dele". (Benjamin).

Em sua fala, uma frase fazia-se constante: "criminoso, arrependido e renovado por Jesus". A devoção que Benjamin aparentava ter pela religião foi extremamente útil para o desenrolar da pesquisa, pois ao associar minha chegada no presídio a uma "providência divina", o entrevistado abriu um caminho propício ao nosso convívio e a aproximação com seus colegas foi uma conseqüência quase imediata dessa relação de confiança e gratidão. Além disso, a leitura da Bíblia e o estabelecimento dos preceitos morais nela contidos ou a partir dela interpretados, teriam importância capital para o meu entendimento sobre algumas práticas levadas a cabo por estupradores que conquistaram o respeito dos demais colegas em um ambiente tradicionalmente hostil para os condenados por esse tipo de crime.

Benjamin teria muito ainda a dizer e portas indispensáveis seriam por ele abertas. Por seu intermédio fui apresentado a Duran.

3.3.2 Duran: marido, pai e avô.

"Malandro é malandro até morrer. Mas o malandro de verdade sabe levar a vida sem dar chance pra morte. Aqui tá todo mundo de passagem e ninguém tem razão pra colocar o dedo na cara do outro e dizer que ele precisa pagar por um erro que cometeu. Já 'tamo' pagando tudo aqui dentro, não precisa de mais castigo. Eu não gosto de estuprador, mas não vou ser eu que vou fazer justiça com ele. Cada um sabe de si, eu também cometi um crime. Não julgo ninguém pra não ser julgado". (Duran, 45 anos, preso há 10 por duplo homicídio).

Idade 45
Cor "Branco"
Escolaridade 2º Grau completo
Profissão Comerciante, artesão
Renda anterior Estado Civil Casado
Crime Duplo homicídio

Duran veio até mim em um desses sábados de chuva e sol. Aliás, foi com um comentário dessa natureza que ele aproximou-se de Benjamin que estava ao meu lado na cantina, degustando mais uma esfirra: -"Meu filho é que dizia que sol e chuva é casamento de viúva", brincou antes de me cumprimentar.

- "Esse aqui é o meu primo Léo", disse meu informante.

Nesse primeiro encontro eu já tinha conhecimento sobre o crime de Duran. Benjamin havia me informado acerca dos estupradores do CTF, mas também sobre os demais prisioneiros com alguma influência entre os pares. Nos dias de visita fazia questão de memorizar a imagem de cada um deles para saber diferenciá-los em nossos possíveis contatos futuros. Fui aconselhado pelo 'primo' fictício a nunca falar de estupro com esses detentos, direcionando a minha entrevista para outras possibilidades de abordagem menos explícitas. Segui à risca esse conselho nem sempre fácil de executar. Convidei Duran para um lanche.

Com quarenta e cinco anos, casado há vinte e cinco, pai de três filhos e avô

de dois netos, Duran é muito conhecido no CTF. Mantém uma relação amistosa com os colegas de cárcere e com os agentes, sendo o homem de confiança da faxina⁴⁴. Condenado por conta de um duplo homicídio contabiliza até novembro de 2005, dez anos de reclusão em regime fechado, faltando ainda seis anos para o cumprimento total da sua pena. Nossas conversas aconteceram à época da exibição de A Escrava Isaura na Rede Record, novela que ilustrou para Duran o sonho de liberdade daqueles que vivem no cárcere.

"Hoje em dia meu passatempo é assistir A Escrava Isaura. O nosso sofrimento aqui dentro é muito parecido com o dela, queremos o mesmo, sabe, a liberdade. Ela não consegue isso porque é escrava, mas eu e os meus colegas somos cidadãos, não somos escravos. O nosso sonho tem mais chance de ser realizado que o dela, mas isso leva tempo. O que não quer dizer que não vai chegar. Ele vai chegar sim. Aí nesse dia minha família vai estar lá fora me esperando". (Duran).

Nas conversas que tive com Duran, pude conhecer melhor a rotina da penitenciária. Trabalhando na faxina há muitos anos, ele conhece bem o funcionamento do sistema, não só no lado de dentro da carceragem, mas também entre os agentes que com ele convivem durante boa parte do dia. Duran cuida da segurança e do controle de internos e na segunda etapa do meu trabalho de campo no CTF foi designado pelo diretor para acompanhar-me nas entrevistas, cuidando para que nenhum imprevisto pusesse minha vida em risco. A certa altura da nossa convivência, sem poder adiar os intentos da pesquisa, falei mais abertamente sobre os estupradores, como se iniciasse uma conversa rotineira, sem nenhuma ligação imediata com o crime. -"Você falou que os internos daqui vivem numa certa harmonia, mas que o estuprador não é aceito pelos demais. Como é que eles convivem aqui com vocês?", perguntei.

"Estuprador aqui sofre, mas nem tanto como em outros lugares. Na Casa de Custódia, por exemplo, teve um caso muito comentado. Um estuprador foi descoberto, assassinado e queimado pelos companheiros. Cortaram o corpo dele em pedacinhos e jogaram cada pedaço numa *marmitex* dessas que trazem as quentinhas. O cara foi picadinho pro lixo e descoberto muito tempo depois. Malandro tem piedade não, faz mesmo e ainda se diverte. Mas se fizer isso aqui a parada complica pro lado dele. Na Casa de Custódia

CXX

.

⁴⁴ No presídio, dá-se o nome de 'faxina' a toda atividade realizada fora dos alojamentos. Quase cem homens realizam funções como essas no CTF e são caracterizados pelo bom comportamento e pela disciplina que demonstram quando da execução dos trabalhos. Os internos da faxina passam o dia inteiro fora das celas, tendo um contato maior com os agentes penitenciários. A cada jornada de trabalho sua pena é reduzida em três dias.

ninguém tem nada a perder, tão esperando julgamento ainda, podem fugir qualquer momento. Lá quem domina é a malandragem. Aqui não. Aqui o bom comportamento reduz a pena, dá moral com os homens do sistema. Os companheiros pensam duas vezes antes de agir. Mas de vez em quando rola um conflito e a gente tem que intervir pra apaziguar. É como eu falei: aqui ninguém tem moral pra julgar o outro não". (Duran).

No CTF os estupradores não possuem cela especial como na maior parte dos presídios brasileiros. Convivem no mesmo espaço com outras categorias de criminosos e por isso sua identidade deverá permanecer oculta. Duran, por ser mais velho e respeitado pelos colegas, conhece o delito de cada um, sendo discreto ao falar daqueles que se encontram potencialmente ameaçados.

"Eu sei quem é quem, mas fico na minha. Não sou o dono da verdade, nem do perdão. Não sou ninguém pra ficar por aí entregando quem quer que seja. Eu sei de mim, sei que gosto de viver em paz. Eu sei quem estuprou, quem matou, quem roubou, mas pela minha paz de espírito, eu não comento. E se precisar ajudar o cara a se esconder da vingança, eu ajudo". (Duran)

Duran é muito considerado pelos detentos mais jovens. Nos dias de visita as famílias dos outros presos levam "certos agrados" para o líder da faxina, sábios de sua importância para a manutenção da integridade física de muitos internos. Em algumas ocasiões, Duran chegou a pedir a transferência de um determinado recluso para o seu alojamento visando protegê-lo de uma represália. Conhecedor profundo do CTF, ele define dessa forma a disposição física da penitenciária:

"Aqui nós contamos com um total de dez alojamentos. Só os faxinas ocupam três. Os tamanhos variam: tem alojamento pra trinta e seis, vinte e sete e vinte e quatro lugares, mas não tem superlotação, não. A gente dorme em triliche de madeira, cada um na sua". (Duran).

De acordo com ele, para sobreviverem no sistema os estupradores confessam ter cometido uma variada série de crimes perante os colegas. Falam de assassinatos, assaltos à mão armada, tráfico, mas não assumem em nenhuma circunstância que cumprem pena por estupro. A verdade, todavia, não fica escondida por muito tempo:

"Agora, tem uma coisa que ninguém pode prever: é quando a verdade vai vir à tona. A maioria de nós passou pela Casa de Custódia e lá todo mundo sabe o que todo mundo fez. Quando chega

duzentão⁴⁵ a civil⁴⁶ indica o sujeito pros presos judiarem dele. Civil também não gosta de estuprador. Só depois que o cara é julgado é que vem pra cá. Aqui ele consegue fazer segredo do crime, mas uma hora a casa cai. Chega um dia que vem outro da Casa de Custódia que conhecia o cara de antigamente e aí delata o sujeito. Todo mundo fica sabendo que é estuprador e ele perde a moral. Pode até ser que a malandragem libere ele da surra ou até mesmo da morte, mas respeito ele não vai ter nunca mais". (*Duran*).

Contando com a colaboração de Benjamin e Duran foi fácil encontrar novos entrevistados, sobretudo os situados na categoria 'não estuprador'. O contato com esse tipo de interno permitiria o conhecimento das possíveis causas que levam à rejeição do homem condenado por estupro. A aproximação com os estupradores foi mais difícil, tornando minhas investidas mais trabalhosas e dependentes de um tempo maior. Por conta disso, muitas horas seriam passadas ao lado de Max Overseas.

3.3.3 Max Overseas: malandro, bom de bola, mal quisto, mas bem-relacionado.

"Se você se destacar por alguma qualidade sua no sistema, os companheiros vão olhar de lado, vão implicar. Eu tenho todos os motivos do mundo pra ser mal visto aqui, mas dei a volta por cima e hoje sou respeitado pela maioria. Ainda tem quem vire a cara ou fale por trás de mim, mas malandro sabe com quem ta mexendo e não marca toca quando a barra pesa. Eu sei do que eu sou capaz e eles também sabem disso". (Max Overseas, 29 anos, preso há 4 anos por estupro e assassinato).

Idade29Cor"Branco"Escolaridade2º Grau completoProfissãoMilitarRenda anterior"Quase R\$ 1500,00"Estado CivilCasadoCrimeTentativa de assassinato, assalto seguido de morte e estupro

Max tem 29 anos, é carioca e se orgulha do passado militar. Serviu ao Exército, seguiu carreira nas forças armadas tal como os homens da sua família, casou-se muito cedo e teve quatro filhos. Disse-me ter sido acusado de tentativa de assassinato e assalto seguido de morte, ambas as acusações – segundo ele –

46 Polícia Civil

_

⁴⁵ Os condenados por estupro são conhecidos na cadeia como 'duzentão' – uma referência ao artigo 213 do Código Penal Brasileiro.

falsas e geradas pela vingança de um desafeto das forças armadas. O decorrer das conversas, contudo, revelaria o verdadeiro crime de Max: ele estuprou a filha de um coronel e matou o namorado da moça.

Ainda que condenado pelo 213, Max não atribui a rejeição verificada entre os colegas de cárcere ao fato de ser ele um estuprador. O difícil relacionamento que mantém com os mesmos estaria ligado à sua inserção prematura no quadro dos 'faxinas', local destinado tradicionalmente aos internos mais antigos. Preso há seis meses apenas, a situação 'diferenciada' que Max experimenta é por ele atribuída à rede de conhecimentos advinda de seu passado militar. Tamanho 'protecionismo' teria despertado a antipatia dos outros detentos, situação extremamente perigosa, sobretudo para um estuprador:

"A vida aqui não é fácil pra ninguém. Pra interno militar é ainda pior. Os companheiros acham que eu tenho a vida facilitada, que sou protegido pelo sistema e por isso, as vezes, me tratam com frieza. Eu não ligo porque sei da minha competência pra ter a ocupação que eu tenho. Eu tenho estudo, tenho experiência em segurança. Tem gente que ta aqui há muito tempo e não é capaz de fazer metade do que eu faço. Daí só porque eu sou novato o sistema vai dispensar o meu trabalho? No fundo, todo mundo sabe que eu to aqui por engano, que foi cilada do coronel. Eu também sei que eu sou inocente e nem ligo pras regalias que eu tenho. É o mínimo que eu posso ter no meio dessa injustiça toda". (*Max Overseas*).

No discurso de Max duas posturas pareceram constantes. Em primeiro lugar, usufruindo certas regalias, ele fala com segurança e destemor, parecendo não se importar com a situação de perigo que ronda a rotina do estuprador na cadeia. Dono de um físico trabalhado pela musculação, ele se impõe e se destaca perante os demais, não deixando espaço para contestações diretas acerca de sua condição de privilégios. Tal como os body-buildings estudados por Courtine, Overseas construiu um corpo poderoso que o possibilita compensar possíveis carências de aceitação com a força e o poder transpostos em uma atmosfera de invencibilidade. Em um segundo momento, tive a impressão de que a aceitação de Max pelos outros presos ultrapassava o medo que os mesmos tinham de confrontar-se com o seu corpo hipertrofiado. Ao entrevistar seus colegas enquadrados em outros artigos que não o 213, percebi que Max era admirado e fiquei intrigado com essa possibilidade tão inusitada para um estuprador. Que motivos teriam feito Overseas escapar da desfiliação interna? Se todo estuprador é rejeitado por que ele foi agraciado com o perdão e mais: que razões determinaram sua eleição como modelo a ser seguido

por muitos detentos?

A explicação que pretendo propor para essa situação diferenciada ficará guardada para o final do capítulo. Por enquanto, restrinjo-me a dizer que o masculino seleciona em um leque de opções comportamentais aquelas que mais colaboram para a sobrevivência das suas identidades de gênero. Ainda que o estuprador seja apontado como um membro indesejável não só no sistema, mas também na sociedade, ele poderá atingir certo prestígio se souber direcionar suas ações para caminhos de interesses comuns.

Talvez motivado pelas cobranças que sofreu durante a sua estadia no CTF, Overseas não utilizava muitas palavras para falar sobre determinados assuntos. Após inúmeras conversas, algumas delas na presença de Benjamin, ousei revelar meus intentos, procurando mostrar a ele o meu não julgamento e a minha disponibilidade para ouvir. Com o apoio do informante inicial, consegui estabelecer um laço de confiança com Max, passando daquele instante em diante a contar com relatos mais densos e demorados, repletos de questionamentos que possivelmente não encontrariam lugar entre os homens do cárcere.

Max pode ser enquadrado na discussão sugerida por Pereira (1995) como um homem que desperta indagações. Extremamente vaidoso, ele se exibe em camisas justas e calças desbotadas. O uniforme do CTF (calça jeans e blusa verde) ganhou uma customização nas mãos do detento, que usufruindo regalias junto aos agentes, permaneceu desfilando sua particularidade estética em meio à homogeneidade visual que caracteriza a cadeia. Perguntado sobre a forma inusitada de se vestir, ele respondeu:

"Cada um come o que gosta e se veste conforme sente a vontade. Eu curto mostrar meus músculos, os bíceps trabalhados, os tríceps também. A mulherada adora e os manos aqui morrem de inveja. Lá fora eu já era assim, sempre gostei de andar na moda, mas na minha moda, no meu estilo. Nunca fui daqueles que comprava roupa de grife só porque o galã da novela estava usando. Eu fazia a minha parada no diferencial, entendeu? Usava umas coisas de metal na calça jeans, bandana que eu curtia pra caramba, boné e óculos escuro. No sistema é tudo muito limitado, mas eu tento não fugir do estilo que eu tinha". (Max Overseas).

Tomando por base a definição de gênero que atribui à mulher a preocupação com a estética, seremos levados a questionar a insistência verificada no comportamento de Max no que tange à utilização de adereços, cores e formatos em seu vestuário. O movimento que indica uma mudança de postura da vivência

masculina é encarado por Pereira como a conseqüência direta da conscientização de um corpo independente dos ditames sociais que o treinou em sua formação. O exibicionismo e a vaidade passaram a ser na modernidade elementos cada vez mais admirados entre os homens das grandes cidades, situação que pode ser ilustrada no crescimento dos Clubes de Mulheres, na procura emergente dos homens pelos centros de estética e lojas especializadas em roupas masculinas. Nas palavras do autor: "Nosso presente 'pós-moderno' valoriza a ambigüidade, a fragmentação, a indefinição, enfim, as 'zonas cinzentas' do comportamento" (Pereira, 1995: 57).

Ainda que convivendo entre homens cuja aparência e postura denunciam a manutenção dos antigos valores masculinos, Max ousou transgredir através de um percurso ambíguo, porém eficiente para os seus intentos. Atrás de um corpo musculoso escondeu a sensibilidade de quem escreve cartas para a mãe doente e para uma prima que amou na infância; com roupas justas e diferentes, divulgou sua superioridade física e exerceu – ainda que não declaradamente – sua vaidade e senso estético. Retomarei esses apontamentos mais tarde.

3.3.4 Ciro Monteiro: "eu mandei pro inferno a minha nota de culpa".

"Tem aqueles que choram na intenção de comover e aqueles que fingem ser fortes para não assumir que choram. Eu não. Eu não sei chorar e nem sou forte. O sistema me ensinou a deixar de sentir. Eu virei meio que um bicho e bicho não sente. Eu só vou voltar a ser gente quando colocar meus pés pra fora desse inferno". (Ciro Monteiro, 37, preso há 13 anos por assalto, estupro e tráfico de drogas).

Idade 37
Cor "Parda"
Escolaridade 1º Grau incompleto
Profissão Torneiro mecânico
Renda anterior "Uns três salários, às vezes não chegava a dois".
Estado Civil Casado
Crime Estupro

Ciro é o melhor amigo de Duran. No CTF eles dedicam uma parte da noite à confecção de redes de pesca. Um pouco mais jovem, Ciro não possui a mesma resignação do companheiro de alojamento, nem trata a condição de clausura com a serenidade observada no pai de Cecília. Porém, ainda que introspectivo e ríspido, deixou-se entrevistar e contou importantes passagens da sua

trajetória no crime e no CTF.

Essa não é a primeira vez que Ciro cumpre pena. Na sentença passada foi condenado por assalto e tráfico a dezesseis anos de reclusão em regime integralmente fechado, tendo sua pena diminuída para dez anos e oito meses por conta do bom comportamento e dos serviços prestados. Atualmente, preso há dois anos por estupro, encara sua rotina no cárcere como uma "provação divina que faz o homem descer até o último degrau da humilhação⁴⁷".

Ciro nasceu e viveu por muitos anos em santo Antônio de Pádua. Começou a trabalhar como impressor tipográfico de uma empresa de papel, mas não se adaptou ao serviço, sendo "levado pela malignidade" a procurar outros caminhos "menos honestos e mais descompromissados com a moral dos homens". No primeiro delito experimentou o rigor de uma delegacia de polícia. Foi "judiado e espezinhado pelos militares que se acham maiorais", sendo meses depois transferido para a Casa de Custódia. Foi nessa segunda instituição, onde permaneceu até o julgamento, que Ciro conheceu de perto os perigos advindos "do convívio compulsório com a malandragem das duas facções⁴⁸". Seus relatos sobre estupradores foram retirados dessa experiência na "terra de qualquer vagabundo".

Nas conversas com o meu informante percebi que o tratamento dispensado ao estuprador antes de constituir uma regra única, percorre caminhos distintos dependendo do cenário dentro do qual se insere — essa informação já havia sido sinalizada no contato com Overseas. A violência contra o estuprador característica da Casa de Custódia e narrada por Duran foi retomada por Ciro, ganhando uma abordagem mais detalhada. Em sua estadia pré-julgamento, ele aprendeu que entre os internos de uma carceragem o crime de estupro é o mais renegado e o que incita as maiores revoltas. Em seus relatos sempre comedidos tive acesso a histórias fortes, geradas por um instinto punitivo que nem a polícia conseguiu aplacar. Na verdade, ao longo das narrativas de Ciro, fui levado a acreditar que a postura da

ČXXVI

⁴⁷ Ciro possui uma forma muito própria de se expressar, criando neologismos e frases de impacto que traduzem a concepção de clausura para um interno. Como não é dado a sorrisos e gestos de descontração, nossas conversas tiveram sempre um ar de formalidade, com hora marcada para começar e para terminar. Acreditando na relevância de suas falas, procurei transcrever, na medida do possível, as expressões utilizadas por ele no decorrer das entrevistas.

⁴⁸ Na Casa de Custódia convivem de maneira nada harmoniosa os representantes de duas facções rivais conhecidas como "Baleeira" e "Tira-Gosto", ambas advindas de duas comunidades da periferia campista. Os grupos antagônicos disputam o mercado do tráfico de entorpecentes e comandam dentro da Casa uma série de investidas para inviabilizar a ação da concorrência. Não muito raro encontramos na imprensa local notícias sobre disputas de pontos e assassinatos de opositores protagonizados pelos membros das referidas facções.

polícia nem sempre visava à conciliação, estando em grande medida ligada à legitimação do conflito entre os presos:

"Polícia quer mais é que bandido morra. É menos um pra ele cuidar, menos um pra ele tomar conta. Com estuprador a coisa é mais pesada ainda. Estuprador gera ódio até em quem não tem nada a ver com a sua história, como se tivesse tirado o cabaço do mundo inteiro. Eu falei e confirmo que o maior inimigo do estuprador é a civil e não os companheiros de xadrez. A malandragem só fica na revolta porque a civil joga lenha na fogueira, fica pressionando. Na pressão a raiva cresce e a panela explode". (Ciro Monteiro).

No depoimento acima entramos em contato com uma informação que pode revelar outras nuances da rejeição do estuprador. No processo que leva à desfiliação interna do infrator sexual temos a participação influente da polícia civil, que publicizando o crime cometido incita a vingança e a punição. A rivalidade – elemento constitutivo do *ethos* masculino salientado no capítulo II – ganha proporções maiores quando colocada em um território onde a comprovação da força e da superioridade se faz imperativa. Uma vez deslocados do seu lugar original, lugar esse propício ao exercício de uma masculinidade hegemônica, pautada em assimetrias e liberdades, os internos aprendem a conviver com as limitações do cárcere, elegendo outras formas de experimentação da dominação. Decerto os mais fortes tentarão na cadeia subjugar os mais fracos e na escala valorativa que atribui qualidades ao preso, o estuprador ocupará o estrato mais baixo.

Concebendo a inserção de Ciro no grupo prisional aos moldes do que foi dito no parágrafo precedente, entendi sua recusa ao assumir o crime cometido. Mesmo sabendo da minha ligação com Benjamin e Duran, Ciro não se dizia estuprador no início das nossas conversas, embora falasse abertamente sobre o tema por conta da sua vivência anterior na Casa de Custódia. As narrações, todavia, aconteciam na terceira pessoa, excluindo de si qualquer ligação com as mesmas. Um dia, contudo, percebi que o relato do meu informante ultrapassou a impessoalidade habitual. Era o momento de explorar o assunto com mais clareza: - *Você se referiu aos estupradores como a gente. Por quê?*

Após um breve silêncio, Ciro deixou-se ver de uma maneira ainda não permitida em nossos encontros:

"Você sabe que eu não sou santo. O Duran deve ter te contado da minha problemática então eu não preciso dizer mais nada. Eu só queria pedir que não contasse isso pra ninguém porque tem verdade que leva ao óbito do indivíduo. Eu optei por esquecer essa passagem da minha vida, joguei no lixo o meu passado, eu mandei pro inferno a minha nota de culpa". (Ciro Monteiro).

Procurei convencê-lo do caráter sigiloso da pesquisa, alertando para os objetivos que norteavam minhas abordagens, não apenas com ele, mas com muitos outros condenados pelo mesmo crime. Sabia que uma gama infindável de informações seria trazida pela boa vontade de Ciro e apostando nisso levei um tempo sem procurá-lo para falar do assunto. Nos dias de visita continuei levando os cigarros habituais, tratando de amenidades, de esporte e de política – assuntos que o agradavam. A vontade de retornar à conversa anterior era grande, mas precisei me conter até que nossos laços de confiança fossem finalmente estabelecidos.

3.3.5 Nicanor: Camaleão.

"Um homem sabe quando é hora de jogar a toalha. Eu sei que errei, mas o arrependimento é forte em mim. Paguei um preço alto por tudo de ruim que eu fiz na vida. Hoje eu sou melhor. Depois que o meu pai morreu eu me tornei um ser humano mais limpo". (Nicanor, 40 anos, preso há 11 por assassinato e estupro).

Idade 40
Cor "Branco"
Escolaridade 2º Grau completo
Profissão Ambulante
Renda anterior Estado Civil Casado
Crime Assassinato e estupro

Condenado a vinte e seis anos e seis meses de reclusão, Nicanor pode ser rotulado como o informante cuja vida possui a maior quantidade de dados pertinentes para os intentos desse trabalho. Nascido e criado em Nova Iguaçu gabava-se de sua adolescência permeada por amizades advindas de diversos estratos sociais, dava-se "com pedreiros e com universitários", agindo com naturalidade em todos os espaços que atuava. Tamanha flexibilidade comportamental proporcionou a ele o apelido de Camaleão, título que conserva com certo orgulho e nostalgia.

Diferente dos demais companheiros, Nicanor possui instrução escolar e no

final da pesquisa estava prestando vestibular para a UENF. Nosso contato foi facilitado por conta desse fato, uma vez que ele relacionava a minha presença no presídio a um trabalho para a Universidade a qual ele almejava ingressar. Via-me como uma possibilidade de estreitar laços com a vida acadêmica, valendo-se disso em uma ocasião que relatarei adiante.

Nicanor foi preso por estupro e assassinato, estando recluso há mais de onze anos. Antes de chegar ao CTF passou pelo presídio de Vilar dos Telles, onde experimentou uma das mais traumáticas experiências de sua trajetória no cárcere. Em meio a uma rebelião, sabendo que corria risco de vida por conta de um de seus crimes – ele foi acusado de matar um homem que era sobrinho de um delegado e genro do prefeito de uma cidade do interior fluminense – Nicanor escondeu-se em baixo de cadáveres, fingindo-se atingido pelas balas provenientes da polícia e dos bandidos. Passou algumas horas naquela posição até que os ânimos se acalmassem entre os rebelados, sendo em seguida transferido para Campos, cônscio da impossibilidade da sua permanência naquela cidade.

A chegada de Nicanor no CTF não foi uma tarefa fácil. De pronto ele experimentou a resistência dos colegas, atribuindo tal atitude ao fato dele ser carioca – argumento também utilizado por Max Overseas para justificar a rejeição sofrida na cadeia. Como possui instrução ele ocupa um cargo de responsabilidade na faxina e o capital simbólico diferenciado que apresenta também pode ser, de acordo com o seu argumento, considerado um empecilho no caminho da aceitação plena por seus pares. A publicização do estupro cometido só viria a ser apontada como causa principal da resistência do assentimento coletivo muito tempo após o nosso primeiro encontro.

A comunicação espontânea pareceu ser o maior referencial de Nicanor. Sua disponibilidade para conversar, trabalhar e estudar o aproximou do médico da cadeia – Nicanor trabalhou como auxiliar de enfermagem durante algum tempo – o que teria possibilitado uma oportunidade de emprego extramuros quando da libertação do informante. Agraciado pela VPF (Visita Periódica Familiar) ele freqüenta a casa de sua atual esposa a cada quinze dias, percebendo com pesar as mudanças provenientes de seu afastamento. Nicanor diz se sentir um "estrangeiro entre aquela gente", dando lugar a um choro incontido quando toca no assunto.

A vida amorosa do entrevistado começou cedo. Com dezessete anos teve seu primeiro casamento, conhecendo prematuramente a paternidade. Foi morar em uma casa pequena com a esposa e com o filho, despertando os comentários da vizinhança que acreditava estar diante de "três crianças morando juntas".

"Ninguém nunca entendeu o porquê da gente se divertir tanto. Nosso filho era como um brinquedo novo que a gente precisava cuidar e não sabia como. Eu era muito novo e minha mulher também. Ninguém sabia nada da vida, mas tava disposto a aprender. Eu passava horas brincando de cavalinho com ele enquanto a mãe ouvia música no último volume. Ficavam os três dançando que nem maluco em frente do espelho. E a nossa felicidade incomodava a vizinhança que era triste". (Nicanor).

Se o relato carinhoso de Nicanor deixa no leitor a impressão de que foi boa a experiência familiar do informante, devo dizer que se trata de situação oposta. O convívio dele com o pai fora marcado pelo conflito e pela frieza de sentimentos, desdobrando-se em conseqüências trágicas no decorrer da história de ambos. A ligação com a mãe foi estabelecida no calor dessas querelas, tendo ele experimentado a viuvez poucos anos depois de contrair núpcias. Atualmente o filho mais velho – agora com vinte anos – mora com a mãe de Nicanor em Raposo e raramente visita o pai. Do segundo casamento (que já soma quatro anos), ele possui mais um herdeiro a quem visita nos fins de semana da VPF, além de uma filha que acabara de descobrir nascida de uma relação casual com a melhor amiga da falecida esposa, quando eles ainda eram casados. Nicanor teria visto a menina de 14 anos poucas vezes, mas não se sente pai dela.

Ainda que com uma pena extensa, a possibilidade da liberdade condicional apresenta-se como realidade próxima. Os planos de vida do interno resumem-se aos estudos (lembremos que ele está prestando vestibular para a UENF) e ao cuidar da nova família (a esposa e o filho de quase dois anos moram na periferia de Campos). Os últimos momentos na prisão, contudo, são considerados os mais difíceis para Nicanor:

"Eu sinceramente tenho medo da liberdade. Depois de mais de dez anos atrás das grades eu esqueci como era o mundo, como são as pessoas. Agui todo mundo tem uma cara só, somos todos bandidos. malandros, ninguém finge uma coisa que não é. Tá todo mundo no mesmo barco. Agora pra fora daqui, eu não sei mais guem é guem. Minha família mesmo vive apontando o dedo na minha cara e jogando em cima de mim todas as merdas que eu fiz no passado. Eu não sei como vai ser a vida depois disso aqui, quem vai me dar trabalho, quem não vai ter medo de conviver comigo. Minha irmã é uma delas, ela tem medo de mim, me olha de cima como seu eu fosse pior que ela. Casou com um camarada rico, dono de hotel e nunca mais me procurou pra perguntar se eu precisava de alguma coisa. Essa puxou o sangue ruim do meu pai. Eu puxei a minha mãe e a minha outra irmã. (...) Mas não quero nem pensar como vai ser a vida quando eu sair daqui. Eu tenho mais medo agora de sair Apesar dos medos, Nicanor se prepara para a liberdade. A última notícia que tive dele foi através de um telefonema da assistente social do CTF que me pediu para verificar alguns documentos do interno na comissão de vestibular da UENF. Houve um atraso no envio do cartão de confirmação da inscrição de Nicanor e acreditou-se estar o fato ligado à condição de interno do candidato. De posse dos seus dados cuidei para que os documentos chegassem em suas mãos com certa brevidade, estando agora na espera do resultado do seu exame. Se aprovado, Nicanor cursará o bacharelado em Agronomia.

3.3.6 Pedro Pedreiro: pastor e estuprador reincidente

"Eu tenho uma palavra que define a minha vida: entrega. Eu me considero um homem entregue a palavra do Senhor e por conta disso sofro as perseguições que os puros de alma e coração sofrem entre os ímpios. Jesus foi tentado no deserto, quiseram tirar dele a pureza e a magnitude, mas não obtiveram êxito. Comigo, ao contrário, o inimigo teve maior sorte. Eu não sou Jesus, sou um homem. E como homem eu caí em desgraça por duas vezes. Em ambas as ocasiões pecaminosas o 'coisa ruim' disfarçou-se na pele da mulher que comigo habitava e eu a possui com a fúria de um animal atormentado. Era o meu corpo agindo enquanto a minha alma adormecia. Não tenho lembranças desse fato, desses dias. Apenas sinto que a escuridão tomou conta da minha casa e do meu corpo. E por isso estou preso pela lei dos homens. Porém, encontro-me liberto no Reino de Deus, porque Ele conhece os meus atos e os meus motivos. A cruz que carrego possui o peso necessário diante da sapiência Dele. Eu não sou um criminoso. Sou alguém que sofre provações e procura a luz". (Pedro Pedreiro, 42 anos, preso há cinco por estupro reincidente).

Idade 42
Cor "Moreno escuro"
Escolaridade 1º Grau completo
Profissão Pastor
Renda anterior "Não lembro quanto, mas dava pra viver".
Estado Civil Noivo
Crime Estupro

Quando conheci Pedro tive pouca esperança de entrevistá-lo de forma a reunir dados relevantes para a pesquisa. Sempre acompanhado de um Bíblia insistia em orar antes e depois de nossas conversas, o que reduzia e muito as minhas

possibilidades de investigação. Falar sobre crimes com ele mostrava-se uma tarefa de execução quase impossível, visto que o seu discurso sempre nos conduzia às longas explanações acerca do trabalho de evangelização que leva a cabo na cadeia. Pedro é Considerado pelos pares um "mentor espiritual dos alojamentos", aproximando-se em termos de carisma ao papel desempenhado por Duran e sua postura sempre sóbria e respeitada. Diferentemente do pai de Cecília, todavia, Pedro carregava consigo o estigma de estuprador.

Condenado a doze anos a seis meses, cumpre pena há pouco mais de cinco no CTF. Aos quarenta e dois anos, encontra-se noivo de uma obreira que realiza trabalhos voluntários em sistemas carcerários, referindo-se a ela como "a tábua de salvação de um pecador arrependido e curado por Jesus". Pedro foi preso por ter estuprado pela segunda vez a primeira esposa que teria impetrado na justiça um total de onze processos contra ele. De acordo com o pastor a reclamante possui uma extensa ficha na polícia, agindo por vingança ao saber que Pedro se recusava a dar continuidade ao casamento com ela. Desse matrimônio nasceram dois filhos, ambos tutelados atualmente pela mãe e testemunhas de acusação no processo que a progenitora movera contra o pregador. Por não ter constituído um representante legal particular, Pedro teme que a sua estadia no CTF seja aumentada pelos inúmeros processos ainda não julgados.

Como salientei acima, percebi desde o primeiro contato que tivemos que as chances de extrair alguma informação realmente importante de Pedro eram pequenas. Acostumado às pregações que fazia no presídio para os seus pares, meu informante sabia desconversar, encontrava caminhos para se esquivar de perguntas mais diretas ou comprometedoras, de forma a inviabilizar qualquer abordagem acerca do estupro. Tais dificuldades tinham sido antecipadas em uma conversa com Duran, que conhecia o crime de Pedro, bem como seu jeito de evitar falar no assunto. A par da singularidade da trajetória do pastor, insisti nas entrevistas e alcancei no final de quatro meses de investidas semanais meus intentos acadêmicos.

Pedro Pedreiro não é apenas um pastor que prega para detentos. Ele é "um líder comunitário, mobilizador de ações coletivas que arrecadam material de limpeza e higiene pessoal, que consegue médicos e transferências, assumindo muitas vezes o papel da família que abandona o interno quando este permanece por um longo

período no sistema"⁴⁹. Entre os colegas ele é considerado "um mestre" e os elogios acerca da sua atuação se multiplicaram sempre que procurei saber algo mais sobre ele. Sua identidade de estuprador é conhecida de todos e ainda assim sua aceitação pode ser facilmente verificada. O que teria ocasionado essa exceção em um cenário tradicionalmente hostil? Atrás dessa resposta, ousei utilizar certas estratégias pouco convencionais em uma pesquisa acadêmica.

Integrado à congregação "Cristo em Nós" - um desdobramento da "Cristo Vive" - Pedro é o responsável pela rotina religiosa de boa parte dos presos. Todos os dias, às seis da manhã, inicia um ciclo de orações que antecede o desjejum, tomando o cuidado de passar aos internos que não fazem parte da faxina as atividades de leitura e estudo que irão compor o culto da noite. Como trabalha fora da cela, Pedro distribui tarefas aos colegas evangelizados e como um verdadeiro professor, cobra os resultados quando retorna ao alojamento 1, onde convive com mais vinte e quatro companheiros. Antes do almoço há mais um encontro de orações e às dezoito horas, logo após o confere⁵⁰, tem início mais um ciclo religioso que prepara os fiéis para o jantar e para o descansar noturno.

Também nos dias de visita, a atuação de Pedro se destaca. Em meio às famílias ele prega os escritos bíblicos e distribui refrigerante e alguma comida para aqueles que estão de passagem "na casa do erro". Sua atitude aparentemente altruísta é assim descrita pelo interno:

> "Eu tenho uma missão aqui dentro, não quero nada pra mim. Tudo o que eu faço é pro bem de todo mundo, pro bem estar daqueles que aceitaram o Senhor. Eu um dia conheci a Palavra e aceitei Jesus, por isso quero que todos aceitem para receber as gracas que eu recebi e o perdão divino. Tem familiares que chegam aqui mais tristes e sentidos do que os internos e cabe a mim mostrar a eles a palavra de Deus, dar conforto, dar apoio. Um homem sozinho não pode nada, mas se caminha ao lado de Deus, ele pode tudo. Sou um grãozinho de areia que o vento sopra, mas na força que o vento tem e na inspiração do Pai eu posso erguer um castelo com a minha fé. É somente isso que eu faço: transmito fé para os descrentes". (Pedro Pedreiro).

Com esse discurso Pedro Pedreiro conseguiu algo que parecia impossível: ele sobreviveu à descoberta do seu crime e ainda conquistou a simpatia dos demais presos que o elegeram como "mentor espiritual". "Os crentes recorrem aos seus conselhos e os ímpios têm respeito por ele, estando sua aceitação provavelmente

⁵⁰ Os internos que trabalham na faxina retornam para os seus alojamentos no fim da tarde. Nesse momento põem-se em fila e respondem a uma chamada nominal que tem por intenção verificar o retorno de todos os detentos ao local de origem. A essa prática dá-se o nome de 'confere'. CXXXIII

⁴⁹ Depoimento do diretor do CTF sobre Pedro.

ligada ao nível de desespero que a rotina prisional desencadeia. Entre tantos problemas, a atuação de um pastor é vista com bons olhos pela maioria dos reclusos, fazendo cair no esquecimento as falhas que esse homem por ventura cometera no passado"51.- Num servo de Deus, malandro não tem coragem de mexer, disse-me certa vez Duran referindo-se a Pedro.

Além de atuar no campo da religião, o pastor é responsável pela organização dos eventos festivos da penitenciária. Foi por conta de uma dessas comemorações que estreitei os laços de convivência com ele: - Eu soube que você está preparando a festa das mães. É verdade? Perguntei buscando uma aproximação longe do campo formal das entrevistas. Pedro não só respondeu à minha indagação como me convidou para o evento:

> "O homem que está preso precisa de momentos como estes para compartilhar um pouco da sua cruz com os familiares. E a mãe é a grande responsável pela força que os filhos necessitam ter aqui dentro. Eu arrecadei uns donativos, consegui emprestadas umas mesas e depois de muita insistência obtive também a liberação da comida com a mesma empresa que fornece as quentinhas pra gente. O irmão, se quiser, está convidado." (Pedro Pedreiro).

Sem pensar no formato da minha fala posterior, proferi: -Se o irmão está convidando, eu vou sim. Naquele momento temi que a minha resposta soasse como deboche ao imitar o jeito próprio do meu entrevistado se expressar. O efeito, contudo, foi contrário ao meu pensamento:

-O irmão é abençoado? Eu tinha percebido pela forma de se vestir, mas fiquei tímido de perguntar, indagou-me de repente. Na rapidez do diálogo, respondi:

-Sou sim, claro. Graças a Deus.

-Então o irmão é meu convidado de honra. E tem mais, o irmão vai dar seu testemunho na hora do culto.

Eu sabia que tinha errado e que algo precisaria ser feito para consertar meu equívoco. Procurei uma forma de voltar atrás, de desmentir a afirmação anterior, mas foi em vão. Pedro continuava acreditando na minha religiosidade e mais: insistia para que eu testemunhasse na festa de domingo em homenagem às mães. Sem

⁵¹ Depoimento da Defensora Pública Bárbara sobre Pedro e sua prática religiosa.

maiores explicações recusei o convite, alegando falta de tempo. Acreditei que depois desse encontro qualquer outra possibilidade de aproximação seria descartada por ele, uma vez que poderia ter descoberto a minha falsa alegação. A análise da sua trajetória, contudo, instigou-me a insistir e voltei a procurá-lo outras vezes. Esperei passar a festa e na semana seguinte nos encontramos. Pedro estava sozinho no pátio e ao me ver convidou-me para uma conversa. A pauta começaria com a festa do dia das mães.

Mais descontraído diante de mim, o pastor contou-me em detalhes o sucesso da comemoração que organizara e leu algumas passagens bíblicas, tentando uma cumplicidade que eu não estaria apto a corresponder. As passagens lidas por Pedro eram por mim desconhecidas e pressentindo que a qualquer momento eu seria desmascarado, pensei mais uma vez em lhe contar a verdade. Antes, contudo, ouvi atento o seu discurso:

"Foi uma festa abençoada. O irmão precisava ter visto o poder do Senhor se manifestando nas pessoas, as músicas, os testemunhos. Nossa casa se transformou na morada do Pai, todos estavam felizes e entoavam preces de louvor. Falei muito no irmão abençoado". (Pedro Pedreiro).

Em alguns instantes julguei ser oportuno revelar meus intentos acadêmicos. Ainda que Pedro se chateasse com a minha não participação nos eventos evangélicos o fato de tomar conhecimento da verdade por mim poderia ser menos traumático para a pesquisa. Meu receio, contudo, era que o pastor retornasse ao estágio inicial do nosso contato, voltando a ficar calado ou dando desculpas para não conversarmos sobre o crime. Optei então por seguir naquele papel, entendendo que a qualquer momento poderia ser obrigado a mudar de estratégia. O preço, mesmo alto, parecia valer a pena, uma vez que o pastor exercia sobre os demais companheiros de cela um fascínio pouco convencional para um violador de mulheres. A trajetória desse homem no cárcere, pautada na aceitação quando o natural seria a resistência e a punição, se anunciava para os propósitos da pesquisa como um terreno fértil e, como tal, indispensável. Crédulo na necessidade de estreitar os laços com o citado informante passei a utilizar determinadas expressões como 'aleluia' e 'graças a Deus' no final das minhas frases perante o pastor. Meu ato pouco convencional ver-se-ia no futuro recompensado.

3.4 Na sala da defensoria

Ao final de cinco meses freqüentando o presídio nos fins de semana como visitante de Benjamin, tive minha solicitação de pesquisa concedida pelo subsecretário de assuntos prisionais do estado do Rio de Janeiro. Com a deferência da citada autoridade, consegui entrar no CTF fora dos horários destinados à visitação familiar, usufruindo uma sala onde os internos eram levados por ordem da direção.

Assumi o papel de pesquisador e fui liberado da revista. Voltei a usar paletó e gravata, sentindo que a vestimenta formal aumentava minhas chances de ser bem recebido pelos agentes que encontrava pelo caminho. Como metodologia optei pela história oral e pela análise documental, uma vez que as fichas criminais dos detentos selecionados haviam sido liberadas pela direção. Além dos seis informantes expostos anteriormente, contei com a participação de outros internos como forma de despistar meus intentos e assegurar o sigilo sobre a identidade criminosa dos estupradores ainda não descobertos pelos demais reclusos. Com esse contingente extra também foi possível levantar dados sobre a rotina prisional e sobre as relações estabelecidas com os chamados 'duzentões'.

Nos meses que compuseram a segunda etapa do trabalho de campo, procurei explorar as informações referentes não só ao crime em si, mas também determinadas passagens da vida pregressa do detento que pudessem indicar possíveis caminhos para a compreensão da violência sexual praticada. Tentei averiguar a percepção que cada entrevistado tinha acerca da estrutura familiar na qual foi criado, no intuito de apurar a existência ou não de similitudes com a teoria de gênero que atribui à formação identitária do indivíduo as causas das ações que pratica na vida adulta. A rotina prisional e suas conseqüências para a manutenção/ transformação dos ideais de masculinidade também foi estudada como forma de trabalhar os conceitos de agressividade e virilidade na formação do homem violento. Ao longo de três meses de visitação intensa — em algumas semanas cheguei a freqüentar o CTF de segunda a quinta-feira — estreitei os laços de confiança com meus informantes, tendo na pessoa de Duran não só um colaborador para a pesquisa, mas também uma espécie de protetor que se posicionava na porta da pequena sala atento aos meus movimentos e aos meus olhares de cumplicidade.

Abril de 2005. O verão se fazia mais longo em Campos e uma rebelião mudaria a rotina do CTF. Os presos rebelados tomaram os telhados da penitenciária e exigiram atendimento jurídico, alegando desinteresse da defensoria pública para liberar os internos cuja pena já havia sido vencida. Por algumas horas a Avenida XV de Novembro ficou totalmente paralisada e temeu-se uma invasão ao Hospital Ferreira Machado localizado atrás da penitenciária. Eu acompanhei do lado de fora a movimentação da polícia e o processo de negociação que culminou no acordo estabelecido entre direção e detentos. A manifestação dos rebelados foi pacífica, não houve fugas e nem feridos. Neste contexto de efervescência realizei a última etapa do trabalho de campo, sendo muitas vezes confundido com os profissionais da defensoria pública que também ocupavam a referida sala, só que em horários distintos.

Como disse, Duran acompanhou-me em todas as entrevistas, sempre calado diante dos colegas depoentes. Nos intervalos das conversas, todavia, ele fechava a porta e tecia suas impressões sobre o depoimento que acabara de escutar. Conhecia melhor do que eu aqueles homens cujas palavras poderiam ser falsas ou verdadeiras, sem muitas possibilidades de confirmação.

Independente da vontade deles, por conta das fichas que estavam sob o meu poder, eu sabia de antemão os artigos pelos quais foram condenados e utilizando esse recurso pude agir com mais brevidade para chegar ao tema central do trabalho. Nos dias de visita, como não podia ainda revelar-me pesquisador, precisei esperar que o interno desse dicas sobre a sua situação para que a temática fosse abordada com naturalidade, sem cobranças excessivas. Se antes a iniciativa de falar sobre estupro partia de uma postura deles, ainda que estimulada pelas minhas perguntas, na sala da defensoria coube a mim determinar o momento de direcionar o assunto, devidamente amparado pelas fichas e com tempo suficiente para prolongar a conversa até o necessário.

Sentados diante de mim, com algumas dúvidas acerca da minha real participação na rotina do presídio, eles falaram com mais desenvoltura, se expressaram com maior empenho, talvez pela crença – não alimentada por mim – em um suposto trabalho desenvolvido em conjunto com a defensoria pública. Em tempos de atendimento jurídico – fruto da rebelião realizada – qualquer oportunidade de expressão era vista com bons olhos pelos detentos, permitindo que a minha pesquisa transcorresse sem grandes esforços para induzir a fala. Além disso, o

recurso aos textos teatrais propiciava leveza aos nossos encontros e as falas por vezes irônicas e divertidas escritas por Nelson despertavam risos e comentários jocosos nos detentos. Nessa atmosfera de amenidades e confiança adentrei nos temas que sustentam o trabalho.

3.4.1 Paternidade e cobrança

"Ser homem lá fora é fácil. O cara tem emprego, tem mulher, tem família, tem amigos. Eu quero ver é ser homem atrás das grades quando todo mundo te vira as costas e te considera um bicho". (Nicanor, 40, preso há 11 anos).

Nicanor foi o primeiro interno a ser entrevistado no novo espaço. Surpreso ao me ver em condição tão inusitada, ele simplesmente sorriu e perguntou: -Eu não sabia que você trabalhava agui. Fez o concurso?

Indagações como essa se tornariam rotineiras sempre que um antigo informante dos dias de visita me encontrasse naquela sala, vestido de forma distinta dos fins de semana. Para evitar dificuldades na aproximação procurei explicar a Nicanor — e depois aos demais — que estava fazendo uma pesquisa para a Universidade, sem informar que o foco da minha análise eram os estupradores. Aleguei que pretendia fazer um estudo sobre o sistema penitenciário em Campos a partir dos depoimentos coletados entre os internos que teriam seus nomes mantidos em sigilo. Continuei utilizando o gravador, mas dessa vez pedi a autorização do entrevistado para ligá-lo, já que na primeira fase ele ficava encoberto pela roupa. Nicanor compreendeu meus intentos e deu prosseguimento às conversas que já mantínhamos no passado recente. Na sala, todavia, criamos uma atmosfera mais propícia ao diálogo aberto, sem interrupções ou medo de ser escutado por ouvidos alheios. A presença de Duran às vezes era dispensada por mim para que o entrevistado ficasse mais à vontade.

De início, busquei recuperar a trajetória familiar de Nicanor, permitindo que ele falasse mais claramente a respeito do pai com quem mantinha uma relação de conflitos sempre apontada em nossas conversas. Para tanto, vali-me de uma cena de Álbum de Família, onde o patriarca Jonas e o filho Edmundo discutem seriamente por conta dos maus tratos empreendidos pelo primeiro contra a mãe do segundo. Nicanor identificou-se de imediato com a passagem:

"Meu pai era meu herói, sabe, que nem naquela música do Fábio Jr. Eu comecei trabalhando com ele na padaria, a gente até se dava bem no começo. Eu aprendi que o trabalho é a única coisa que pode mudar a vida de um homem pra melhor. Porque a gente pode perder tudo na vida, mas dignidade a gente mantém trabalhando. Eu acho que essa foi a grande herança que ele deixou pra mim (...) O problema é que ele era muito ruim pra minha mãe, tinha um monte de vagabunda na rua, judiava dela, sabe, fazia gato e sapato. Eu queria fazer alguma coisa pra livrar a minha mãe dele, mas não podia. Ele era meu pai. Eu comecei a sentir ódio daquela casa, do jeito dele falar, da forma como ele tratava a gente. (...) Quando eu entrei no exército pedi dispensa da padaria, mas acabei metendo os pés pelas mãos. Minha namorada engravidou, teve nosso filho e eu resolvi casar com ela. Fui falar com o meu pai e sabe o que ele disse? '-O que é que eu tenho com isso? Quer casar, casa e some daqui. Eu ouvi aquilo tudo calado. Meu pai não tava nem ai pra mim, pra minha família, pra casa que eu tava construindo. Pouco importava a minha alegria, o neto que eu tinha dado pra ele. Eu nunca fui ninguém pro meu pai". (Nicanor).

Os relatos de Nicanor sobre a sua trajetória antes de entrar no CTF sempre deixaram lacunas no que concerne ao seu relacionamento com o pai. Não fazia segredo sobre as dificuldades dessa relação, mas também nunca revelara os verdadeiros motivos desses conflitos. O pai estava presente em sua fala de uma maneira dolorosa, ressentida, porém nostálgica. Existia uma mágoa que ele demonstrava sem dar explicações para a sua existência. Por outro lado, os depoimentos referentes à figura materna, deixavam transparecer a admiração e o respeito dedicado a ela, insinuando em muitas ocasiões que parte da sua revolta contra o progenitor se devia à forma hostil como este tratava seu cônjuge.

Diante desse quadro surgiu-me uma indagação: se a literatura especializada no crime de estupro aponta para o comportamento do homem violador como uma revanche às conquistas feministas, ou seja, se o estupro está relacionado a uma resposta negativa aos rumos tomados pela mulher moderna nos distintos campos da vida social, como compreender a ralação que Nicanor estabelece com o feminino? Em nossas conversas pude perceber a forte ligação que ele possui com a mãe, com a irmã mais velha e com a atual esposa. Nos dias de visita eram certas as suas presenças ao lado do detento, fato que se repete desde a sua prisão, há onze anos. A leitura que Nicanor faz do feminino não é negativa ou geradora de revanches.

Com alguma instrução – parte dela adquirida na cadeia através de projetos de inclusão social do Ministério da Educação – o interno deu sinais para a formação de uma identidade sexual violenta localizada na infância a partir da assimilação de um pai agressivo e frio com a esposa e com os filhos. Esses sinais ficaram mais claros

em uma das nossas últimas conversas, quando mais uma vez o tema da relação pai x filho fora abordado a partir de uma cena do "Álbum". Na peça, o filho Guilherme foge de casa e leva consigo a irmã Glória por acreditar na impossibilidade de serem felizes junto ao pai.

"Um dia eu me cansei das cobranças dele [do pai] e fui embora de casa. Virei camelô de trem e nas horas vagas até surfista de trem eu fui. Vendia de tudo: de bala a cigarros e ficha de telefone. Ganhava pouco, mas era melhor que trabalhar de madrugada na padaria. Eu ficava acordado a noite toda trabalhando pra ele e ainda juntava uma grana de dia nas estações. Resolvi sair da padaria. Meu pai ficou uma fera e disse que se eu não trabalhasse com ele eu nunca mais ia ver a cor do dinheiro dele. Eu fiquei puto e mandei ele pra tudo quanto foi lugar. Ele me chamou de vagabundo, logo eu que trabalhava firme com ele. Nem pensei duas vezes. Disse que não queria mais nada dele. Até a minha roupa eu tirei e fui só de cueca pra casa que eu tinha alugado pra mim e pra minha mulher. Devolvi até as roupas que ele comprou. Eu saí de lá limpo, livre, me sentindo outra pessoa". (Nicanor).

Nesse relato, pareceu-me emblemático o ato de Nicanor de se despir das roupas compradas pelo dinheiro do pai, despertando em si a sensação de liberdade e de limpeza. O interno deixou a casa paterna, abandonou o emprego na padaria e por fim abriu mão de toda e qualquer ligação material que pudesse uni-lo ao progenitor. Num rito de passagem, Nicanor abdicou dessa relação conflituosa, embora permaneça imerso nessas informações até a atualidade.

Retomando o argumento de Corneau (1995), encontramos nessa difícil ligação com a figura paterna as bases para a personalidade violenta que caracteriza o *ethos* de Nicanor. Ao analisar a trajetória de Lépine, o pesquisador questionou o papel do pai na vida do assassino, recuperando em sua infância as carências deixadas pelo abandono paterno. Lépine se culpava por esse abandono e sentia-se rejeitado pela masculinidade enquanto uma comunidade que determina inserções e rejeições. Ao sair da infância e entrar na vida adulta o jovem experimentou uma segunda negação ao ser impedido de atuar na Escola Politécnica devido o seu baixo rendimento nas avaliações. Sua entrada no Exército também foi impossibilitada transformando-se na terceira recusa colocada diante dele para a penetração no mundo dos homens. Mas o que esses fatos e essa leitura teriam a dizer sobre a trajetória de Nicanor?

Ora, assim como o assassino que aterrorizou a Universidade de Montreal, Nicanor não se sentiu aceito pela figura paterna, seu mais importante referencial de masculinidade. A forte ligação que construiu com o pai obedeceu critérios de negativização que o impede na atualidade de transpor as barreiras da rejeição em nome de uma vivência mais feliz. Ao tentar mudar essa relação valendo-se das núpcias que acabara de contrair, Nicanor deparou-se com o descaso refletido na frieza com que o pai recebeu a notícia da chegada do novo neto. O patriarca não reconheceu seus méritos masculinos, seja como pai, provedor ou marido, explicitando suas falhas no trabalho (na padaria) e sua inconseqüência ao formar uma família diante de tão escassas condições materiais.

A construção que Nicanor fez de si mesmo pareceu estar amparada na percepção que o pai deveria ter dele. Sua formação se deu por intermédio dessa vontade de ser aquilo que gostariam que ele fosse, ao mesmo tempo em que os embates de uma vivência distinta, pautada em desejos que não correspondiam às expectativas familiares, fizeram-no trilhar os caminhos da não-aceitação social. Tal comportamento aparece no argumento de Simonnet (1995) como indicativo de uma masculinidade que não se sustenta na individuação, necessitando aprovações sociais constantes para fazer-se válida. Durante a vida, os homens recriam em seu arcabouço de vontades as expectativas que acreditam encontrar naqueles que os cercam, tendo na família e, sobretudo no pai, a referência mais eficaz para a identidade que deverá assumir. Tais registros exteriores acarretam uma função destrutiva no encaminhamento da subjetividade masculina, uma vez que o impede de transpor os limites que a cobrança constante o impõe. O masculino poderá assim ser encarado como uma tela em branco que será trabalhada por múltiplos artistas, em um jogo de construções e desconstruções que determinará a maneira como o indivíduo se porta no mundo.

Também Minayo e Souza (1997) ao discorrerem sobre a formação identitária do homem violento, consideram a estrutura familiar e os ciclos de convivência colecionados ao longo da vida, como fundamentais para a estruturação da personalidade. Assim, o homem criminoso (e aqui me parece ilustrativo a caso dos estupradores) poderia ser pensado a partir de um ego frágil, pouco integrado, desenvolvido em meios familiares marcados com freqüência por ausências ou repetidas substituições da figura masculina, com um vasto leque de necessidades materiais e afetivas sem possibilidades de preenchimento.

Quando falava do pai em nossos encontros na sala da defensoria, meu informante não conseguia conter as lágrimas e verbalizava as mágoas que nunca foram expressas nos dias de visita. Somente nessa ocasião eu descobri que seu pai

havia falecido e que fora ele o responsável pelo enterro do mesmo:

"Meu pai morreu sem ter me perdoado. Eu também não consegui perdoar o que ele fez com a gente. Mas na hora da morte, tudo quanto é diferença fica pequena. Eu não podia deixar que faltassem com o respeito a ele na hora da partida. Ele já tava muito doente, não tinha ninguém pra ajudar ele. Minha mãe ficou sozinha na casa que a gente morava e minhas irmãs se casaram, fizeram a vida delas. Eu vesti meu pai pro enterro dele com a melhor roupa que ele tinha. No velório veio gente que eu nunca tinha visto, aquelas tias que só aparecem pra ver a carniça do morto. No cemitério um coveiro sem camisa e de shorts tava guerendo abrir a cova do velho. Eu não deixei. Tomei a pá da mão dele e eu mesmo abri o buraco pra enterrar o meu pai. Ele que tinha morrido pra mim tava sendo enterrado por mim. Mas naquele momento eu perdoei ele e me perdoei também. Eu não podia ter sido um filho melhor porque ele também não foi um pai bom. Com a morte dele eu me tornei um homem mais limpo". (Nicanor).

Diante dessa fala ficou difícil para mim não perguntar o motivo de tanta revolta. Aproveitando o momento de emoção que marcava nossa conversa, indaguei: - *Mas o que fez o seu pai de tão grave?*

Nicanor pediu para que eu desligasse o gravador e confidenciou-me algo que há muito não falava com ninguém. Contou-me que o pai havia contraído o vírus da AIDS e que passara a doença para a sua mãe. Com a morte do cônjuge a matriarca da família entrara em depressão profunda, passando a viver com a saúde muito debilitada por conta da baixa imunidade. É ela quem cuida do neto, fruto do primeiro casamento de Nicanor; nos dias de visita passa todo o tempo ao lado do filho e da nora "falando da morte e das dores que ela sente".

O relato emocionado do detento possibilitou que certas nuances de seu comportamento fossem explicadas. O masculino representado na figura do pai, além de não aceitá-lo retirou-se da vida e comprometeu a única via de acesso a uma subjetividade livre de influências negativas: a mãe. Ao transmitir o vírus da AIDS para o cônjuge o pai de Nicanor pôs em risco a vida daquela que o "acolheu no erro", tornando-se responsável pela criação do filho que ele não pôde cuidar por estar preso. A preocupação com a educação desse jovem que hoje tem vinte anos é uma constante na rotina do encarcerado:

"O meu maior medo é fazer com o meu filho o que o meu pai fez comigo. A gente não é próximo, ele vive com a minha mãe e não gosta de vir me visitar. Ela diz que ele vive num mundinho só dele, trabalha muito e dá quase todo o dinheiro que recebe pra ela. Ele não vê desgraça dentro de casa e por isso deve ser um homem de bem no futuro, diferente de mim. A minha mãe dá pra ele uma coisa

que ela não podia me dá porque o meu pai não deixava. Ela dá amor e não fica dizendo pra ele que homem tem que ser assim ou assado (...) Como eu queria ser criado por ela agora, agora que ela aprendeu o que que uma educação rígida como foi a minha pode fazer com um filho. Meu garoto tem mais sorte e eu até prefiro que ele fique longe de mim. Isso aqui não é ambiente pra ele e nem eu sou um bom exemplo. Acho que eu só dei uma coisa boa pra ele: a minha mãe. Engraçado que eu entreguei ele pra minha mãe e por causa do meu pai ela pode deixar a gente na mão. Eu nem sei que seria da gente sem ela". (Nicanor, 40).

Os conflitos com o pai não findaram com a morte do mesmo como podemos perceber. Os males atribuídos a ele encontram-se presentes na enfermidade da mãe e nas carências afetivas que aparenta nutrir em relação ao filho do primeiro casamento. Na construção identitária de Nicanor não há espaço para demonstrações de afeto visto o desconhecimento dessa prática pelo interno. Suas confidências, contudo, suscitaram perguntas que procurei responder ao longo das outras entrevistas. Será que o masculino no cárcere está mais sujeito a indagações de cunho subjetivo? Estaria ele, na ausência de liberdade, mais disposto a repensar seus valores, a explorar seus medos e expressar suas fraquezas? Por quais motivos aquele homem condenado por estupro, sobrevivente de rebeliões, forte na aparência e nas atitudes para com os seus pares permitia-se mostrar tão despido de uma masculinidade viril e poderosa? Seria a manifestação da citada 'crise da masculinidade' abordada no capítulo II? Estaríamos diante de um 'novo homem' em processo de reavaliação? Qual o lugar da masculinidade hegemônica no universo da cadeia?

Pensemos na discussão acerca da masculinidade exposta no segundo capítulo dessa dissertação. Vimos que o gênero — enquanto construção cognitiva, alimentada pelo discurso e pelas idéias — constitui-se em parâmetro capaz de determinar procedimentos e vivências, tanto para homens quanto para mulheres. A aceitação de um modelo único de masculinidade, modelo este responsável pela formação identitária dos indivíduos, alicerce de uma construção de bases sólidas embora contestadas na modernidade, apareceu nos estudos acerca do 'novo homem' como a mola propulsora daquilo que poderíamos nomear como a 'crise da masculinidade'. Qual o efeito dessa suposta crise no quotidiano do cárcere? Teria o homem recluso as mesmas necessidades, indagações e atitudes do homem liberto? Que masculino é esse que sobrevive na ausência de liberdade? Teria ele abdicado dos preceitos imperativos do 'macho tradicional'? Fui conduzido pela pesquisa a

relativizar tais apontamentos.

3.4.2 Masculinidade e trabalho: a manutenção do Provedor(?)

"Eu perdi todos os atrativos pra sociedade. Tô preso, fiz um monte de merda, causei vergonha na minha família e ainda dou prejuízo. Se eu não trabalho aqui perco o resto da dignidade que eu tenho". (Ciro Monteiro, 36, preso por estupro há 13 anos).

Ao chegar no CTF nos dias de visita intrigaram-me os objetos artesanais expostos no pátio e nas grades dos portões frontais que separam o prédio da Avenida XV de Novembro. Havia uma mobilização comercial em torno daqueles produtos confeccionados diariamente nos alojamentos pelos internos que não participam da faxina. Trata-se de redes de pesca, quadros de madeira pintados com lápis de cor, porta retratos de papel reciclado, convites em folha vegetal, cartões de felicitações, barcos de linha e madeira e outras fabricações vendidas a preços que variam de R\$ 4,00 a R\$ 120,00. A diversificada produção, além de ser um resultado presumível do tempo ocioso de que dispõem, pode ser encarada como a manifestação de uma característica tida como essencialmente masculina que sobrevive no cárcere: o *trabalho*. Nas conversas com Nicanor comecei a entender o valor da referida prática no dia-a-dia do detento

"Ou você faz alguma coisa aqui dentro, ou você enlouguece. Eu gosto de trabalhar porque aprendi desde muito cedo aquele ditado que diz que o trabalho dignifica o homem. Meu pai me botou pra trabalhar desde molegue na padaria e eu sempre levei jeito pra coisa. Nunca reclamei de serviço, só da falta dele. No sistema não é diferente. A gente não deixa de ser homem quando entra aqui. As responsabilidades são as mesmas ou até maiores, porque lá fora o sujeito faz um trampo ou outro, aqui não. Ou você aprende o artesanato ou desiste de sustentar mulher e filho lá fora. Ou você continua sendo homem, ou vira vagabundo, desses que recebem dinheiro de mulher trabalhadora. Eu, graças a Deus, não perdi a minha dignidade, continuo servindo a minha família com o suor do meu rosto, com os calos da minha mão. O dinheiro que entra é pouco, mas pouco com Deus é muito. É ou não é? Além disso, tem coisas aqui que só o trabalho pode garantir" (Nicanor, 40, preso há 11 anos).

A prática artesanal é uma constante no CTF. O processo de aprendizagem cria laços fortes entre mestre e aprendiz, permitindo a consolidação de uma hierarquia trabalhista onde os mais velhos possuem autonomia para decidir o que e

quanto produzir. Há uma ordem estabelecida de produtos e preços para que a concorrência seja justa. Os mais jovens dedicam-se aos produtos mais simples, mais baratos e auxiliam os mais experientes quando estes precisam. A comercialização pode ser feita em grupo ou individualmente e é de praxe oferecer uma porcentagem do que é vendido para o interno que ensinou a técnica. Dessa forma, a produção obedece a uma lógica de mercado que descarta o monopólio, colocando a todos em pé de igualdade, desde que cumpram eticamente os acordos estabelecidos no processo de ensino. As pendências que por ventura existirem são levadas ao conhecimento de Duran ou de Pedro Pedreiro, responsáveis pela resolução dos impasses e pelo restabelecimento da ordem. Mas como se dá esse comércio?

Duran havia me contado em um de nossos primeiros diálogos que a produção da cadeia tem um público certo que comparece nos dias de visita. Os produtos mais baratos são muito procurados como presentes de aniversário, sobretudo para crianças e jovens que aceitam bem os brinquedos e porta retratos confeccionados no cárcere. As redes de pesca expostas nos portões durante a semana também possuem sua relevância comercial devido ao preço pelo qual são vendidas (entre R\$ 80,00 e R\$ 120,00). O excedente é distribuído para as famílias que cuidam de comercializá-lo aqui fora, repassando uma quantia ao artesão responsável. Dessa forma, os homens reclusos continuam colaborando no orçamento doméstico (alguns como provedores principais), além de arrecadarem fundos para a aquisição da moeda local: o *cigarro*. Sempre que precisei da colaboração de um interno, ou até mesmo de um agente, utilizei-me dos cigarros para alcançar meus intentos. Nada é mais valioso na cadeia que o tabaco, sendo o mesmo responsável por brigas e reconciliações.

O valor do *trabalho* para o homem recluso possui outra nuance além da mercadológica. Um dia, ao ver Duran ensinando pacientemente um preso recémchegado a confeccionar um barco de papelão, linha e madeira, procurei saber do pai de Cecília as razões que o levava a auxiliar os novatos quando o seu montante de trabalho se apresenta extenso – além de cuidar do setor de classificação, Duran organiza o pessoal da segurança e ainda faz redes noite afora ao lado de Ciro Monteiro. A resposta do interno esclarecera muitas das minhas indagações acerca da rotina prisional:

"Uma mão lava a outra, você sabe. Eu gosto de ensinar o ofício, isso me ajuda a passar o tempo e a me sentir útil. É muito bom ver um novato aprendendo a fazer coisas com capricho, com jeito e com um toque de técnica que é coisa da gente que ensina. Mas isso não é de graça. Eu tenho outras compensações. Por exemplo: a cada dia que eu trabalho na faxina, eu diminuo três da minha pena e sempre que passam seis meses eu sou avaliado pelo relacionamento que eu estabeleco com os colegas. Se eu sou um cara que ajuda, que cuida da harmonia, que impede as brigas e resolve as pendengas sem levar problema pra direção, o meu comportamento vai ser bem avaliado. Porque a gente chega aqui com um comportamento neutro e depois de seis meses a gente passa pela tal avaliação. Você pode atingir o bom, o ótimo e o excelente, mas também o regular, o ruim e o péssimo. Quanto melhor você se comportar, maiores são as chances de redução de pena e concessão de condicional, semi aberto ou VPF. Então quer dizer, eu ajudando a eles, mesmo que eu fique cansado, e u vou estar me ajudando também". (Duran, 45 anos, preso há 10 por duplo homicídio).

Ao ouvir as palavras de Duran comecei a entender as práticas solidárias que promovem alianças entre homens em um ambiente aparentemente hostil. O trabalho realizado no presídio ultrapassa as convenções identitárias que localizam o exercício de uma função produtiva no centro da atuação masculina. Mais do que possibilitar a permanência do título de provedores, o comércio dos artesanatos está relacionado às expectativas de redução penal, inserindo sua leitura em um terreno de ambigüidades de assimilação não imediata.

Para Ciro Monteiro, o trabalho tem um caráter terapêutico. Através dele o recluso aprende a conviver com a espera, com o tédio, com a ansiedade de retornar ao mundo extramuros. Como nem todos desenvolvem atividades diárias na faxina, o contingente de presos ociosos busca alternativas para "ocupar o tempo e trabalhar a mente".

"É um inferno ficar preso e não ter o que fazer. Você pode sair daqui e olhar lá no pátio pros homens que andam de um lado pro outro. Eles não têm saída, não têm solução pra vida deles. Ou fazem alguma coisa pra ocupar o tempo e trabalhar a mente ou enlouquecem. O trabalho ajuda até vagabundo a não morrer de não fazer nada. Tem muito cara preguiçoso lá fora que chega no sistema e fica pianinho. Eu conheço um que aprendeu a fazer redes e não quer outra vida. Vai continuar no ofício quando conseguir a liberdade". (Ciro Monteiro, 36, preso por estupro há 13 anos).

Pelos depoimentos expostos acima pude verificar que a categoria *trabalho* dialoga no presídio com distintas motivações que ultrapassam o simples cumprimento de uma função 'naturalmente' masculina. Imerso em jogo de benefícios e compensações o detento enxerga no ato de produzir uma alternativa capaz de lhe gerar frutos futuros e até mesmo imediatos. No caso dos estupradores que cumprem

pena e precisam manter o sigilo acerca do crime que gerou sua prisão, o tempo ocioso pode apresentar-se como fatal, podendo o trabalho e as inúmeras possibilidades de associação e solidariedade que ele proporciona auxiliar a amenização da resistência e do instinto de punição caso a identidade do estuprador seja descoberta. Se a literatura especializada na masculinidade atribui aos ideais de honra e dignidade a força motriz que impulsiona o trabalho, proponho acrescentar a esse leque de motivações os demais caminhos aqui mencionados.

Na modernidade as razões que impulsionam o movimento dos homens, não só dos privados de liberdade, mas também daqueles que vivem em condições normais, já não podem ser pensadas em termos de assimilações inevitáveis sem o exercício da crítica. Decerto o valor do trabalho impera entre as demandas masculinas do Ocidente, mas experimentam exceções. Em um contexto de dúvidas, de crença em uma suposta crise da masculinidade, somos levados a questionar os antigos modelos de identidade, indagando o que há de útil em cada um deles. A vida na cadeia impõe ao detento certos impedimentos de vivência que somente a reavaliação de condutas poderá solucionar. As previsões comuns ao homem liberto já são conhecidas:

a necessidade de nos mostrar sempre fortes e capazes; de limitarmos a expressão de nossos sentimentos; de vivermos quase que exclusivamente em campos competitivos; de funcionarmos como servidores da mulher; de sermos permanentemente provedores; de nos ocuparmos apenas de 'coisas sérias', como trabalho, política etc.; e de perdemos o contato sensível com o que nos rodeia, filhos, amigos, natureza, estando proibidas entre os homens expressões tais como 'fracassei', 'não sei', 'me equivoquei', 'não posso' (Hamawi, 1995: 12).

Mas qual o apelo dessas regras entre os reclusos? Quem é capaz de dizer a eles que o trabalho é importante, que auxilia a manutenção da dignidade? E mais: que tipo de dignidade sobrevive atrás das grades? Se para um preso comum a sanção social já demonstra amplamente sua força, para um estuprador as conseqüências da recriminação são ainda maiores. E não há trabalho que retire dele a certeza da desfiliação, do não-pertencimento, da rejeição coletiva. O modelo hegemônico de masculinidade, sem utilidade prática na cadeia é deixado de lado. O interno precisa sobreviver e não é trabalhando para manter-se provedor que ele

conseguirá esse intento. Tal constatação representa um avanço. Como aponta Hamawi ao perceber entre os homens libertos esse encaminhamento para a transformação, "o desmoronamento do modelo machista é mais uma possibilidade do que uma perda" (Hamawi, 1995:12).

Com essas considerações não pretendo defender a tese de que o homem encarcerado está mais próximo da emancipação de gênero do que nós, situados na liberdade de ir e vir. O que indico são as possibilidades de reflexão apresentadas diante daqueles que desfrutam de tempo suficiente para pensar na identidade e nos sentimentos que possuem, sábios de que a manutenção das estratégias válidas do lado de fora da penitenciária nem sempre propiciará uma vida segura intramuros. A despeito disso, a masculinidade tradicional sobrevive entre muitos presos, embora com uma leitura distinta, com sutilezas identitárias de difícil apreensão ao observador casual. Se a produção artesanal dos internos parecia sinalizar para exaltação do trabalho enquanto meio de oferecer dignidade ao homem, as práticas descritas adiante também poderão suscitar semelhantes conclusões.

3.4.3)

Super-Homem está preso, mas não está morto.

"(...) pelo menos eu tô em forma, sou atraente pra minha mulher, desperto o desejo dela. Se eu não cuidar do físico, do peitoral e do tanquinho ela arruma outro lá fora. Eu tô preso, mas não tô morto". (Max Overseas, 29, preso há 4 anos).

Vimos no segundo capítulo que a masculinidade moderna – ou melhor, que as múltiplas formas de vivência daquilo que convencionamos chamar de masculino – tem procurado nas academias de ginástica e musculação uma via de (re)construção do corpo perfeito. As discussões levadas a cabo no Estados Unidos por Cortine (1995) e no Brasil por Sabino (2000) permitem que tenhamos contato com as possíveis causas dessa busca contemporânea pela força física traduzida na hipertrofia dos corpos. Mas em que medida essa prática teria lugar no sistema prisional? O cuidado com o corpo poderia ser observado entre os reclusos do CTF? Se sim, estariam os 'marombeiros' encarcerados sendo movidos pelas mesmas intenções que o atleta extramuros?

Nos últimos três meses da pesquisa, verifiquei por diversas vezes que os detentos utilizam o pátio interno como quadra esportiva. Separados por times os

internos praticam futebol, vôlei e basquete (improvisando traves, redes e cestas), colocando ênfase na primeira modalidade. Os jogos acontecem de duas a três vezes por semana e não contam com a participação dos faxinas. O público alvo desses eventos é constituído pelos novatos que ainda não desenvolvem atividades artesanais, além dos presos mais antigos que pelo comportamento indisciplinado não exercem funções externas aos alojamentos.

Os jogos, em geral, não acontecem em clima de harmonia. A competitividade entre os times pode ser verificada na exposição verbal de ofensas, quase nunca retalhadas com uma agressão física. Na verdade, as diferenças esportivas terminam quando finda o segundo tempo da partida e só voltará a existir no jogo subseqüente. Os homens reclusos sabem das mazelas advindas dos confrontos entre eles e em nome de uma avaliação positiva no sistema de confere semestral, eles permitem que as brigas iniciadas por conta de uma jogada mais agressiva ou de um pênalti não marcado sejam esquecidas e subtraídas do dia-a-dia no cárcere. O esporte praticado na cadeia, ainda que formado por homens agressivos, abdica da agressividade em nome de outros interesses. Um deles é a integração / aceitação social.

Nos esportes e nas atividades físicas desempenhadas pelos internos, os critérios que forjam a masculinidade em uma atmosfera de invencibilidade parecem se estabelecer tal como aqui fora. As competições de futebol, por exemplo, servem não apenas como veículo de disputa, mas também como indicativo de distinção e aproximação entre os presos:

"Quando eu cheguei aqui logo fui rejeitado. Carioca sabe como é, né? Desperta inveja onde quer que vá. E comigo aconteceu isso, os companheiros deram um gelo no começo, não me enturmava de jeito nenhum. Daí teve a primeira partida de futebol e eu quis jogar. Mas neguinho de implicância não deixou. Mas um companheiro teve diarréia na hora do jogo e eles tiveram que pedir pra eu jogar. Nem pensei duas vezes porque era minha chance de mostrar que eu era bom de bola. E não deu outra. Fiz três gols só no primeiro tempo. Mostrei que era homem de verdade, que era parceiro e que não tava acostumado a perder. (...) Hoje em dia malandro sabe quem eu sou. Sou craque aqui dentro." (Max Overseas, 29 anos, preso há 4 anos por estupro e assassinato).

Se retomarmos a história de Max poderemos compreender a função que o futebol desempenha em seu quotidiano no cárcere. A resistência dos pares possivelmente advinda do enquadramento prematuro do carioca na faxina e, em

maior medida, do crime que causou sua prisão (estupro) vê-se aplacada diante do sucesso que o mesmo atingiu durante as partidas repletas de gols e jogadas certeiras. Max venceu a barreira da rejeição e ainda conquistou a admiração dos demais. O esporte para ele, além de ser um hobby, passou a ser uma necessidade.

O disciplinamento físico parece ser uma constante não apenas em Overseas, mas também entre os outros detentos por mim entrevistados. Mesmo aqueles que não costumam sair do alojamento para as atividades competitivas desenvolvem algumas séries de abdominais periodicamente, chegando alguns a realizarem 3000 repetições diárias. Na ausência de aparelhos de musculação, exercícios improvisados a partir da cooperação entre dois ou três colegas se realizam e garantem uma boa forma física ao 'interno-marombeiro'.

Durante a observação participante no presídio, pude presenciar alguns desses exercícios. Certamente, a falta de aparelhos de musculação limita em grande medida o trabalho de construção do corpo, sendo determinadas estratégias utilizadas para sanar essas carências. A hipertrofia dos braços e dos ombros, por exemplo, que nas academias de ginástica necessitam dos halteres, das barras e demais instrumentos afins, é conseguida nas celas por séries ilimitadas de flexões e levantamento de peso (televisão, caixas ou um companheiro prestativo). A explicação para esses 'esforços coletivos' pode ser encontrada no discurso de Max Overseas:

"Uma coisa é certa: o sujeito aqui dentro não tem muito encanto com as mulheres lá de fora. Mesmo que a gente seja casado, a concorrência é desigual. Claro que os homens do lado de lá são mais atraentes que nós aqui. Tão empregados, pode levar elas pra jantar, dá presente caro, promete uma porrada de coisas. Por isso se a gente não ficar bombado leva chifre com certeza. O cara forte seduz a mulher e mete medo nela. Ela vai pensar duas vezes antes de me fazer de corno." (Max Overseas, 29, preso há cerca de 4 anos).

Pela fala de Max podemos notar que além da função de atrair o sexo oposto, o exercício do corpo confere ao homem uma certa atmosfera de temor diante das mulheres. Relembrando o raciocínio de Courtine, podemos insistir na já citada equação: corpo poderoso = homem poderoso. Mas essa não é a única explicação para a prática da musculação entre os internos:

[&]quot;Aqui é assim: não tem muito papo não. Ou você é aceito pelos outros ou ta marcado pelo resto da vida. A ginástica é meio que um tipo de ponto em comum. Quase todo mundo se interessa e fica amigo quando faz junto. Eu como sou de fora tenho que fazer parte de algum jeito, tenho que me enturmar." (Max Overseas, 29,

A musculação, assim como o futebol, possui também uma função integradora. Os internos se reúnem durante o dia para essas práticas e enquanto se exercitam conversam e criam vínculos. Muitas amizades nascem desse contato e algumas situações de perigo são vencidas pela aproximação que a musculação possibilita:

"Eu era magrelo quando cheguei aqui. Lá fora eu nunca tive grana pra pagar academia, também vivia trabalhando e aí fica difícil cuidar do corpo. Aqui os companheiros ajudam, incentivam. Eu logo me ofereci pra ajudar os mais fortões. Eu sabia que pra mim era importante ter a amizade deles. Porque um preso como eu [estuprador] você sabe como é, né? Ou tem um protetor ou não dura muito no sistema. Hoje todo mundo sabe que eu sou da paz e sou amigo de quem manda".(Ciro Monteiro, 36, preso há 13 anos)

A aceitação de um detento pelos demais companheiros não se dá de maneira imediata, principalmente quando o recém chegado trás consigo alguns estigmas que o desqualificam. O fato de pertencer a uma outra facção criminosa (no presídio convivem duas hordas rivais: a Tira Gosto e a Baleeira), vir de uma outra cidade (os cariocas reclamam de uma certa resistência por parte dos campistas) ou ter cometido um crime internamente reprovado (como o estupro, por exemplo) gera entre os 'outsiders' o constante medo de retaliação. Por isso, qualquer possibilidade de criação de vínculos e obtenção de status é considerada importante para a aceitação social. No processo de reeducação é preciso descobrir novas formas de sociabilidade. A afirmação da força e da superioridade individual deverá se manifestar entre representantes do mesmo sexo, localizados em lugares semelhantes, mas separados por outras hierarquias. Mais uma vez a dicotomia veteranos x novatos se faz presente:

"(...) Claro que aqui quem chega primeiro tem mais moral que quem chegou há pouco tempo. Todo mundo sabe que ele sofreu mais que a gente e sabe mais coisa que nós também. O antigo já conhece o sistema, já sabe quem é bom e quem não presta, qual é o carcereiro camarada e quem são os x9⁵². (...) além disso, quem ta preso há mais tempo é mais tranqüilo pra resolver as coisas, trabalha com mais calma, produz mais, ensina a gente a trabalhar também. (...) Eu costumo dizer que é melhor a gente ser aluno deles do que ficar contra eles. (...) É mais negócio aprender a lidar com a chefia que eles acham que tem do que ir contra e se ferrar." (Max Overseas, 29, preso há 4 anos).

CLI

⁵² Os X9 são caracterizados pelos presos e agentes penitenciários que delatam criminosos, seja entregando seu esconderijo, acusando-o de algum crime ou revelando sua identidade em situações de perigo como é o caso de um estuprador que pretende manter sua ficha criminal em sigilo.

Novamente deparam-nos com uma masculinidade vivenciada em grupo e dependente desse grupo para fazer-se reconhecida. O olhar panóptico exerce sua força no intramuros e os atos praticados pelo recluso são visados e interpretados pelos colegas. A vigilância sobre a conduta do indivíduo mostra-se eficaz, acrescentando a cobrança da sociedade às exigências da comunidade carcerária (Foucault, 1983). No trajeto da reclusão enquanto punição absoluta – lembremos do que disse Batista – o preso tem seu quotidiano observado sob múltiplos aspectos: a sociedade cobra que ele permaneça enclausurado, a polícia exige sua disciplina e os colegas depositam sobre ele uma série de expectativas que deverão a todo custo ser alcançadas. Se voltarmos ao capítulo II lembraremos das cobranças verificadas nas academias tradicionais para que o atleta atinja o ponto máximo da sua resistência física, sendo os mais fracos incentivados a colaborar com os mais fortes para obter proteção e aconselhamentos indutores de resultados rápidos. De certa forma, considerando aqui a existência de novatos rebeldes que não pretendem se enquadrar, a dominação dos mais antigos ou dos fisicamente mais avantajados parece um consenso entre uma parcela dos internos. É mais seguro para eles o enquadramento na ordem estabelecida do que a tentativa de criação de novas regras. Mas seriam esses os únicos motivos para a musculação e demais atividades físicas intramuros?

Em outro momento sinalizei para um posicionamento de Max Overseas que insinuava o exercício de uma vaidade masculina sem correspondente no presídio. No discurso do detento percebi que a preocupação com o corpo ultrapassava o desejo de afirmação entre os pares e a submissão das mulheres. Max evita comer frituras e diz estar sempre de dieta, podendo ser observado com alguma freqüência olhando-se no espelho pregado atrás da cama que ocupa no alojamento. Quando entrevistei seus companheiros de cela ouvi inúmeras vezes que a vaidade de Overseas ultrapassava os limites do 'essencialmente masculino', deixando em seus pares a impressão de ambigüidade na vivência de seu papel de gênero. Tal acusação encontra na análise de Tolson uma via possível de explicação:

O papel masculino que uma sociedade sexista impõe é uma imagem de machismo e de virilidade muitas vezes tão mutiladora para o homem como a imagem de feminilidade para a mulher. Por isso, a possibilidade de um movimento de libertação dos homens liga-se a uma tomada de consciência, por parte destes, das limitações que lhes são impostas pela sua própria sociedade sexista (Tolson, 1997: 11).

Assumindo tais cuidados estéticos tão pouco convencionais para um representante do sexo masculino, Overseas inevitavelmente reúne em seu já extenso currículo de estigmas mais uma caracterização negativa que ele tenta de todas as maneiras negar. Afirmando-se através de um corpo hipertrofiado ele afasta qualquer possibilidade de críticas proveniente dos colegas, tentando provar com gestos sempre brutos seu pertencimento ao 'masculino aceito'. Em algumas ocasiões observei a forma como Max tratava seus companheiros e percebi que a postura diante deles era muito diferente daquela verificada quando ficávamos a sós na sala da defensoria. Havia uma atmosfera de ataque nas ações do atleta perante seus iguais, ao passo que nas nossas conversas ele se permitia chorar e questionar as próprias vontades. Que masculinidade é essa a percorrer caminhos ambíguos em prol de uma sobrevivência no cárcere? Seria Max um modelo de 'novo homem' ou um 'machista' escondendo-se de si mesmo?

No estudo de Nolasco B (1993) realizado no Rio de Janeiro com 25 homens da classe média, entramos em contato com as dificuldades colocadas diante daqueles que ensaiam uma emancipação de gênero, ainda que situados em círculos sociais ditos flexíveis por conta da instrução diferenciada, dos avanços da modernidade e do feminismo pós década de sessenta. Imaginemos tais tentativas esboçadas em um contexto de hostilidades e demonstrações de virilidade como é o caso do presídio. O preço que Overseas pagaria assumindo diante dos pares seus questionamentos mais íntimos poderia ocasionar mais uma leva de rejeições e cobranças fatais para a sua sobrevivência. Escondendo-se sob a máscara da força e da busca constante pela superação física, ele experimenta ao menos o respeito advindo do medo que a sua anatomia esculpida impõe nos demais e, paralelamente, exercita uma subjetividade ainda que sigilosa. Tal estratégia de defesa retiraria de Max a possibilidade de transgressão? Se ele não assume para o grupo social que o cerca a insatisfação com o modelo tradicional de masculinidade coletivamente cultuado, dando demonstrações – ainda que não convincentes para todos – que está inserido nesse modelo, deveríamos desconsiderar suas iniciativas de superação? Sinto-me levado a responder que não.

Ainda que Overseas externamente busque corresponder às expectativas

sociais que induzem os homens a assumir o papel de super-herói capaz de grandes feitos para salvar a mocinha, a intimidade do interno reserva vivências que somente a abdicação de certos preceitos machistas poderá viabilizar. Esse movimento de avanços e permanências converge com a argumentação de Boechat, quando este aponta a necessidade que nós homens temos de vestir-nos com a couraça da força e dos demais elementos possíveis ao masculino quando na verdade pretendemos o colo ou o retorno ao útero materno:

O mitologema do herói que enfrenta o monstro, e superando-o obtém a mão da princesa, expressa o drama psicológico de homens e mulheres que heroicamente buscam superar aspectos indiferenciados da personalidade (monstro) para uma integração do inconsciente criativo ou anima (princesa) (Boechat, 1995: 30).

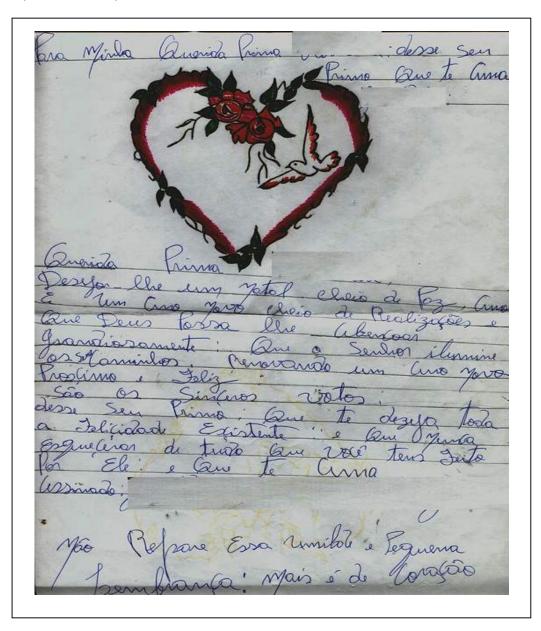
O movimento mais comum e presumível para um homem nas condições de cobrança em que Max se encontra seria procurar enquadrar-se em um dos modelos recomendados ao sexo masculino. Na leitura de Boechat esses modelos poderiam ser sintetizados em: menino, Don Juan, o embusteiro picaresco, o herói, o pai e o sábio. Em todos esses a presença de uma possibilidade masculina de ultrapassagem mostra-se disfarçada em nome de um comprometimento social. Max vai além disso.

Em uma das nossas últimas conversas apresentei a Max a trajetória de Nonô – mais uma personagem rodriguena do "Álbum" que depois de envolver-se incestuosamente com Senhorinha, sua mãe, enlouquece e anda despido pela casa uivando como um bicho. No final da trama, contudo, o casal inusitado se liberta da família (grande parte dela dizimada por assassinatos e suicídios) e sai em busca de uma nova possibilidade de vida. Nonô possui uma subjetividade silenciada durante toda a peça, mas seu desfecho indica ao expectador/ leitor que uma mudança se processa, dando à personagem uma alternativa de vivência mais livre e mais feliz. Diante dessa possibilidade perguntei a Max o que ele esperava do futuro. Após um longo silêncio, misturado a um constrangimento causado pelas lágrimas que o interno não conseguia conter, ele diria:

"Sair daqui é o primeiro passo. Fazer tudo diferente, recuperar o que eu tinha e até o que eu deixei de ter. Eu sei que lá fora eu não tenho mais ninguém. Mulher é coisa passageira, elas vêm aqui, fazem amor com a gente, mas a vida é dura pra quem tá preso e

elas estão livres. Não têm obrigação de esperar por mim nem por ninguém daqui (...) Tem a minha mãe que eu sei que vai esperar o tempo que for. Pelo menos é isso que ela fala nas cartas (...) Eu escrevo pra ela também quando eu tenho vontade de voltar pra casa, sabe? É como se ela me escutasse naquela hora que eu tô escrevendo. (...) Amor mesmo eu senti por uma prima desde que a gente era criança, mas eu nunca falei isso pra ela. (...) Ah, é aquele negocio, né, mulher da rua é pra gente se divertir, mulher da família tem que respeitar. Ela merecia coisa melhor que eu. (...) Agora eu já escrevi pra ela e disse o que sentia (..)" (Max Overseas, 29, preso há 4 anos).

Na cadeia Max experimentou uma subjetividade até então desconhecida para ele. O hábito de escrever cartas despertou nele uma sensibilidade vivida em segredo, mas compartilhada comigo através dos rascunhos de cartas que me mostrava entre uma conversa e outra. A carta seguinte foi escrita no último natal para a citada prima.



Nas cartas de Max e no discurso proferido por ele em nossos vários encontros, o modelo tradicional de um masculino viril e agressivo parecia estar ausente. Naqueles momentos de conversas sigilosas, de discussões sobre o "Álbum" e sobre seu passado familiar, pude perceber a tentativa nem sempre bem sucedida de exercício de uma subjetividade masculina. Talvez nas lágrimas estivessem contidas muitas das palavras que ele não permitia expressar e ao falar de Nonô confundia-se em frases na primeira pessoa do singular, quando o correto seria construí-las na terceira do mesmo número. A identificação de Overseas com a personagem pareceu-me imediata e ouso dizer que reveladora de uma masculinidade em avançado processo de questionamento.

3.5 Por que o estuprador é o antagonista da cadeia?

"A gente faz com ele o que ele gosta de fazer com quem é da gente". (interno condenado por tráfico).

Falar de estupro e de estuprador quase sempre nos remete às especulações acerca do tratamento punitivo que seria dispensado aos acusados dessa categoria criminal quando de sua entrada no sistema carcerário. É de conhecimento geral, independente da leitura que se tenha sobre a temática, que ao ingressar na cadeia o chamado 'duzentão' é 'feito de mulherzinha' pelos demais reclusos, num ritual de castigo e humilhação que visa enquadrar o criminoso na pejorativa categoria feminina, caracterizada pela passividade no ato sexual. Mas o que difere o estuprador de outros criminosos? Por qual razão esse homem que teoricamente cumpriu seu papel de 'macho', obedecendo a um 'instinto natural', é rechaçado pelo grupo? Ele deixou de ser homem porque submeteu uma mulher aos seus caprichos sexuais? Mas não seria essa uma das regras fundamentais da cartilha do 'Boçalossauro'? À procura dessas informações, entrevistei outros detentos situados na categoria 'não estuprador'.

Iniciar uma conversa como essas é sempre um risco, visto que eu não poderia deixar transparecer para os internos os verdadeiros objetivos da pesquisa.

Se em algum momento eles desconfiassem dos critérios de seleção da minha amostra oficial, os informantes-estupradores experimentariam os perigos advindos da publicização de sua identidade e as portas do CTF se fechariam definitivamente para o meu trabalho. Com cautela, pedi o auxílio de Duran e solicitei ao então diretor que liberasse de uma só vez os cinco presos que entrevistaria ao longo do dia. Expliquei que iria propor uma dinâmica de grupo, e forneci uma lista com os nomes que havia selecionado com a colaboração do pai de Cecília. Tratava-se de cinco homens da faxina, condenados por crimes diversos: tráfico, homicídio, assalto à mão armada e tentativa de assassinato. Cuidei para que nenhum estuprador estivesse presente. Meu pedido foi aceito e pela primeira vez a porta da sala foi fechada. Duran, como sempre, permaneceu de pé atento a qualquer movimentação dos colegas.

Como já era conhecido dos dias de visita e ficcionalmente primo de Benjamin, não tive muita dificuldade de começar o assunto. Aliás, de todas as entrevistas que realizei no CTF essa foi a mais fácil de conduzir, embora a mais difícil de registrar. Como estávamos em um grupo de sete pessoas (contando comigo e com Duran) o gravador não conseguiu capturar de forma eficiente as nossas falas, mas as anotações que fiz durante a conversa foram suficientes para realizar alguns apontamentos. Iniciei com colocações rotineiras, acerca de uma pesquisa universitária que pretendia conhecer o perfil do sistema carcerário em Campos dos Goytacazes. Após brevíssimas explicações adentrei no tema através de "Senhora dos Afogados", mais uma peça de Nelson.

A estória da família Drummond gira em torno de um assassinato cometido há 19 anos, sendo Misael, o patriarca da família, o principal suspeito do crime. A vítima foi a prostituta mais bonita do cais e as demais mulheres da vida choram copiosamente sua morte, hostilizando Misael após todo esse tempo. Ainda que respeitado em seu ciclo de amizades, o patriarca dos Drummond não desfruta da aceitação daquela comunidade. Seu suposto crime o desfilia da coletividade, sendo constante as cobranças e revides contra ele. Após a primeira leitura coletiva das cenas escolhidas procurei situar a personagem no universo da cadeia, procurando um equivalente a Misael naquele contexto. Não tardou para que um deles citasse o "duzentão".

O desconforto perante o assunto é uma realidade também para aqueles que não cometeram o crime. O estupro é um tabu no presídio e desperta reações imprevisíveis. Alertado por Duran, deixei que ele expusesse primeiro o seu ponto de vista. Ouvi sem interromper o depoimento já mostrado nesse trabalho, onde o pai de Cecília falava da importância de não julgar, da harmonia que precisa existir na cadeia, dos riscos que a revolta contra um estuprador pode causar para avaliação do bom comportamento, enfim, permiti que Duran abrisse uma fresta para que os demais pudessem se expressar livremente. Conseguimos atingir nosso intento. Após a fala de Duran, todos se manifestaram.

Em linhas gerais, os presos concordam que o estuprador nunca será bem quisto na cadeia, uma vez que infringe uma regra básica para os internos de qualquer penitenciária: toda mulher possui um dono. O instinto de propriedade desperta nesses homens a necessidade de preservar seu patrimônio, sintetizado nessa concepção no corpo das mulheres que os cercam (mães, irmãs, filhas, amantes). Nos dias de visita íntima, por exemplo, as mulheres que possuem parceiros na clausura não são vistas pelos colegas do marido ou namorado. Eles abaixam a cabeça ou viram-se de costas quando elas chegam no CTF e são incapazes de fazer gracejos ou qualquer outra forma de cobiça. Em um cenário como este, o estuprador é visto como um transgressor em potencial. Ele poderá contestar a ordem socialmente aceita e macular os direitos de outrem. Precisa ser punido para que aprenda a não tomar aquilo (ou melhor, aquela) que não lhe pertence. Além disso, como estão privados de liberdade e, por conseguinte, impedidos de protegerem suas mulheres além dos muros do CTF, consideram a prática da punição "com a mesma moeda" um meio eficiente de controlar a ação do criminoso violador.

O estuprador, a despeito disso, pode ser perdoado. Como vimos através das trajetórias de Pedro Pedreiro e de Max Overseas, é possível ultrapassar a barreira da rejeição coletiva e até mesmo adquirir um status privilegiado entre os pares, desde que sejam eleitas estratégias de sobrevivência e aceitação. Nos exemplos apresentados, estiveram a religião e o esporte no centro das táticas de inserção, sendo ambas extremamente eficientes para a modificação positiva da imagem do violador sexual.

Durante a pesquisa apenas um caso de revanche cometida contra um detento condenado por estupro veio até mim. O preso, que não fazia parte da minha amostra, havia chegado recentemente no CTF e não conseguiu a aceitação dos demais. A violência cometida foi contra sua filha de cinco anos e o caso ganhou a

publicização imediata por conta da imprensa local que havia divulgado o crime desde a sua execução em 2002. Os presos do CTF esperavam a chegada do referido criminoso há anos, cuidando de informarem-se a respeito dele através dos colegas que chegavam condenados após uma estada na Casa de Custódia. A revolta dos detentos fez-se presente em vários momentos da sua prisão e o ingresso no CTF experimentou mais uma série de humilhações e castigos físicos. Além de não conseguir falar com os pares do alojamento que ocupava, ele teve suas roupas escondidas e seus objetos de higiene pessoal jogados no vaso sanitário. Duas semanas se passaram sem que ele dormisse com medo de ser atacado durante a noite. Numa segunda feira, após o confere, ele experimentaria mais uma vez a fúria contra aquele que violenta sexualmente uma mulher. Cercado por cerca de vinte homens ele teve suas roupas rasgadas, a boca amordaçada e o corpo queimado pela cera que escorria das velas. Após a tortura física ele foi violentado pelos homens, vestindo sutiã e calcinha vermelha, sendo por fim penetrado por um cabo de vassoura.

Tomado por uma forte hemorragia ele foi conduzido na manhã seguinte para o Hospital Ferreira Machado. Quando cheguei para uma visita fui alertado pelos médicos que suas chances de sobrevivência eram mínimas e que o acesso ao CTI havia sido proibido pela direção do presídio. Liguei duas vezes para o Hospital sem que nenhuma informação sobre o quadro do paciente fosse dada. Dias depois um carcereiro me contou que o detento havia se recuperado, sendo de imediato transferido para o presídio de Água Santa. Seu retorno ao CTF poderia ser fatal.

Retornei ao Hospital querendo obter um laudo médico acerca do estado de saúde do preso. Julguei oportuno verificar a forma como os internos agrediram o estuprador, os pontos mais atacados, enfim, confirmar o relato proferido pelos pares entrevistados na sala da defensoria. Inexplicavelmente não encontrei nenhum registro do preso na recepção do HFM⁵³, muito menos alguém que quisesse falar sobre o assunto. Dias depois, numa conversa com Duran, soube que o estuprador não resistira aos ferimentos e fora a óbito. A direção do CTF nunca aceitou conversar sobre o caso.

A rejeição observada no tratamento dispensado a esse estuprador apresentou-se como uma exceção na rotina da penitenciária. Ainda que considerando o criminoso condenado pelo 213 a partir de critérios de negativização

⁵³ Hospital Ferreira Machado.

absoluta, muitos desses presos conseguem articular maneiras eficazes de sobressair ao estigma, experimentando até a admiração do grupo. O caso desse detento, contudo, apresenta um diferencial.

Na conversa em grupo acontecida na sala da defensoria fui informado sobre o repúdio dedicado àqueles que violentam crianças. O estupro de uma mulher adulta, segundo eles, pode causar revolta, mas possui uma gama infinita de explicações para que não seja determinante da culpa do indiciado. O homem acusado poderá ter sido vítima de uma intriga, de uma sedução não assumida ou de uma vingança empreendida por uma mulher de índole duvidosa. Os próprios presos enumeram essas possibilidades, mostrando-se contrários, todavia, à aceitação da inocência de um estuprador de crianças. Esse tipo de violador não merece perdão e os esforços para a sua punição não deverão cessar com a pena estipulada pelo juiz. Ele precisará sofrer inúmeras provações para que entenda a dimensão exata do seu ato criminoso, cabendo aos 'presos-de-bem' cuidar da expiação do seu erro.

A ojeriza frente a esses casos de violação infantil poderá estar relacionada ao ideário de paternidade impresso pela socialização. A criança é um ser indefeso que precisa de cuidados, de tutela e um dos pilares da masculinidade é a capacidade de prover uma família, não apenas no que tange ao seu sustento material, mas também nos campos da segurança e da manutenção da honra. Em nome dessa responsabilidade para com os seus, todos os esforços deverão ser dedicados, ainda que não sejam capazes de sustentar uma subjetividade em família. O homem, por muitas vezes imbuído de seus papéis práticos, abre mão das relações de afetividade provenientes do contato familiar para dedicar-se apenas ao sustentáculo material daqueles que dele dependem. Assim, o cuidado que demonstram ter com o bem estar da criança – e aqui não restrinjo minha análise aos filhos apenas – parece estar ligado não ao exercício de uma sentimentalidade paterna, mas à execução de uma obrigação de prover. Através de um discurso auto-opressor, como aponta Ortiz (1995), o masculino subtrai do seu dia-a-dia as possibilidades de envolvimento e entrega, fazendo-se depositário de deveres indeléveis como a tutela de incapazes na leitura machista constituídos por mulheres, idosos e crianças. Ao castigarem o estuprador na cadeia, esses expoentes da masculinidade tradicional parecem guerer dizer à sociedade que ainda restritos ao ambiente do cárcere, podem ser considerados homens de verdade, protetores dos seus filhos e querreiros na luta pelo bem estar das suas famílias. Eis uma forma de continuarem ligados ao modelo de macho apreendido e internalizado; eis uma via de exercício de um masculino viril, agressivo e justiceiro.

No que concerne à flexibilidade dos detentos frente aos estupradores de vítimas adultas, podemos pensar no que foi exposto pela literatura especializada no crime. Antes de perguntarmos pela culpa do indiciado devemos ter certeza sobre a inocência da vítima. Como afirmei em outro momento, os internos aceitam distintas explicações que podem gerar o perdão de um 'duzentão', desde que este aprenda a utilizar os artifícios existentes na cadeia para a manutenção da sua integridade física. Uma vez agregado ao sistema, o estuprador poderá viver — e até muito bem — entre os seus companheiros de cárcere. Dependendo da qualidade da sua atuação o antagonista presumível poderá assumir o posto de mocinho improvável nos complexos jogos de encenação que elegem a penitenciária como palco.

3.6 Quem é o estuprador?

Decerto sabemos que os olhares dispensados ao presidiário conduzem a sociedade à assimilação de uma imagem negativa, cercada pelos estigmas de infrator (aquele que desobedece a lei), perigoso (coloca em risco a sociedade) e fracassado (um homem que não conseguiu cumprir a contento o seu papel). No tocante ao estuprador esses estigmas são acrescidos de imoral (aquele que maculou a honra de uma mulher ou de uma criança), invasor (tomou para si uma propriedade que pertencia a outrem) e covarde (agiu provavelmente contra uma pessoa indefesa). A percepção que os violadores sexuais têm de si mesmos, todavia, ultrapassa as definições acima, complementando-as ou contestando sua validade.

Tomando por base a alegação proferida pelos meus informantes acerca do crime cometido por eles percebi estar diante de uma série de reconstituições que, a despeito das diferenças reservadas, concordam na tentativa de amenização da culpa do relator. No rol das justificativas possíveis para a execução do estupro, quatro construções argumentativas pareceram-me relevantes: a alegação da inocência, a alegação da sedução, a alegação da inconsciência e a alegação do instinto. Analisemos cada uma delas.

O primeiro caso, mais comum entre os discursos, pode ser ilustrado na

trajetória de Benjamin. Este é o que podemos chamar de um **estuprador romântico**, que acredita na boa intenção do seu ato e na reciprocidade do desejo que tentou saciar.

Na infância vivida longe do pai uma lacuna teria sido criada, fazendo com que ele assumisse desde cedo a responsabilidade pela casa, pela mãe e pelas irmãs. Mal sucedido nesse papel de provedor Benjamin envolveu-se precocemente com uma relação amorosa de extremo perigo, deixando a casa materna para refugiar-se em uma boca de fumo chefiada pela companheira que mais tarde daria a luz a um filho seu. O acesso abrupto à vida adulta impediu a vivência dos ritos de passagem comuns à adolescência como as desilusões, as fantasias e as realizações afetivas próprias desse ciclo de envolvimentos iniciais. A união conjugal com a referida traficante despertou em Benjamin o que Boechat (1995: 37-38) denominaria de arquétipo do embusteiro picaresco, caracterizado pela elevação de tudo o que é recalcado e condenado socialmente.

A vida de crimes constituída por assaltos, tráfico, formação de quadrilha e corrupção de menores seria sustentada até o nascimento do filho, provável divisor de águas da trajetória do detento. Em seu relato, a preocupação com a paternidade, o medo de repetir com o filho os erros que o pai teria cometido com ele exigiram que Benjamin assumisse outra postura diante da vida, talvez incorporando um perfil distinto do habitual. Assumindo o arquétipo do pai, viu-se impedido pela falta dos meios materiais e afetivos de oferecer a criação desejada ao filho, delegando à avó a educação do mesmo.

O interno perdera pela segunda vez a oportunidade de cumprir os preceitos da masculinidade tradicional restando-lhe apenas duas saídas: retornar ao arquétipo do embusteiro ou recomeçar sua vida, esquecendo o passado. Tentou optar pelo recomeço criando em sua cabeça uma idealização romântica sintetizada na paixão que nutriu por Maria. A jovem, ainda pura segundo a sua fala, representava a possibilidade do retorno à adolescência (lembremos que ele a observava no ponto de ônibus quando ela ia para a escola, atitude comum entre os adolescentes) e uma vez revisitando essa fase da vida poderia Benjamin consertar seus erros e recuperar a masculinidade perdida. Todavia, no afã de obter a realização amorosa, o preso não teria percebido a não correspondência de Maria aos seus apelos sentimentais, forjando em sua mente a falsa idéia de aceitação. O estupro representou para ele a concretização de um desejo compartilhado, consentido e posteriormente renegado

por medo, já que a moça era virgem. A idéia de 'perda da inocência' de Maria aparece no discurso de Benjamin e sinaliza para as concepções de gênero que formam sua identidade:

"A gente se amava. Mas mulher direita, você sabe, precisa andar na linha. Maria tinha medo que o pai dela descobrisse que ela queria perder a virgindade e quanto mais comigo, que não tenho onde cair morto. Se eu fosse rico, bem de vida, ela teria tido outro comportamento porque ai eu podia tirar ela da casa do pai e dar a vida que ela merece. Mas não foi assim. Ela preferiu mentir pra não decepcionar o pai". (Benjamin, 41, preso há 16 anos).

O segundo caso, pautado no argumento da **sedução**, encontra em Max Overseas um bom exemplo para ilustração. O físico bem construído do interno e a profissão exercida antes do cárcere, embutiram nele o **arquétipo do Dom Juan** (Boechat, 1995: 37), responsável pela crença de uma atração irresistível frente às mulheres. Em sua concepção, o poder que ele exercia sobre o sexo oposto era o responsável pela quantidade de relações sexuais que experimentava, não encontrando no caminho empecilhos para a sua satisfação. Overseas poderia ser enquadrado no perfil de estuprador dominador, apto a caçar suas presas em qualquer cenário, sob qualquer enredo.

O estupro que cometera foi contra a filha de um superior nas forças armadas, compromissada com outro militar. O gesto de Max parece sugestivo de uma disputa por poder e demonstração de força. Ele tomou a propriedade de um homem mais forte (o pai cuja patente era superior a sua) e impediu que um igual assumisse o comando sobre ela (ele matou o soldado que estava noivo da vítima). Na análise de Brazil (1995) o poder constitui um dos pilares mais importantes do *ethos* masculino, sendo a sua busca um ideal incansável e insaciável. Quanto maior se mostrar o campo de dominação controlado por um homem, maior será o seu desejo de ampliálo.

Na cadeia, percebendo a inutilidade das ações passadas, Overseas parece encontrar uma possibilidade de inserção em um universo ainda desconhecido para a leitura que possui do masculino. Mesmo que escondido atrás de um corpo poderoso, encontrou no exercício de escrever cartas para a mãe e para prima uma via de subjetividade antes não explorada. O arquétipo do Don Juan encontra-se em fase de contestação, anunciando por hora que uma nova vivência poderá ser incorporada no

futuro.

A alegação da inconsciência, ou seja, da irresponsabilidade diante do crime devido a uma privação do juízo, repousa na fala de Ciro Monteiro e tece uma gama de explicações para a injustiça do julgamento que o privou da liberdade. O referido interno argumentou não se lembrar da violência sexual cometida, não aceitando, por isso, o papel de estuprador. No dia do acontecido seu objetivo era roubar um carro, mas "no calor dos acontecimentos" acabou violentando a dona do veículo:

"Eu não me lembro de muita coisa, não lembro mesmo. Eu ia roubar o carro apenas, mas a cabeça ficou confusa, eu troquei os pés pelas mãos, fiz tudo errado. Mas eu não me sinto culpado por isso. Sabe criança que faz besteira e jura inocência? É assim que eu me sinto: repetindo pra todo mundo aquilo que eu acredito ser a minha verdade. Tem coisas que a gente não explica, acontece por que acontece e pronto". (Ciro Monteiro, 36, preso por estupro há 13 anos).

No depoimento de Ciro o **arquétipo do menino** (Boechat, 1995: 34-35) é assumido como instrumento de defesa e o estupro surge como conseqüência de um crime distinto. Em outras palavras, poderíamos situar Ciro na categoria **estuprador oportunista**, visto que a sua atuação se deu por intermédio de uma casualidade, sem elaboração prévia – ele queria o carro, sendo despertado depois pelo desejo de possuir a motorista.

Na cadeia, a permanência do arquétipo descrito acima pode ser observada na relação que o interno estabeleceu com Duran. O pai de Cecília converteu-se numa espécie de modelo seguido à risca por Ciro, tal como um patriarca esbanjador de exemplos que guia o caminho da sua prole. Sentindo-se rejeitado pelo grupo, ele conta apenas com o seu mestre – não só na vida, mas também no ofício de fazer redes. Nas noites de trabalho dentro do alojamento, o ato de contar estórias de pescador anuncia a experimentação de uma realidade imaginária, própria daqueles que recusam ultrapassar a etapa da infância. A atuação de Ciro pode ser entendida a partir da discussão levada a cabo por Kiley (1983) em seu "Síndrome de Peter Pan".

De acordo com autor, os homens da modernidade estariam sendo acometidos por um desejo de retrocesso ou de permanência na fase da vida marcada pela irresponsabilidade. As atribuições direcionadas ao masculino de tão pesadas e difíceis de serem executadas na vida real, dariam lugar para os 'meninos-eternos' ao fantasioso mundo do faz de conta, onde o descompromisso e a falta de limites

são imperativos morais não desencadeadores de castigos e punições. A criança possui o direito ao <u>recurso da inocência</u> e nesse caminho, um crime pode ser convertido em traquinagem pueril.

Quando Ciro, em suas incursões noite à dentro com Duran confeccionando redes, elabora os 'causos' que acredita ser "a mais pura expressão da verdade", ele constrói um mundo particular, situado em uma "Ilha da Fantasia" onde todos os sonhos são possíveis. Os enredos criados pelo detento são formados por homenspescadores que não precisam de varas, redes ou tarrafas. A fartura do peixe é tamanha na ilha que basta chegar próximo à margem do rio para que o alimento venha até suas mãos por livre e espontânea vontade. O habitante mais velho do lugar não poderia ser outro senão o avô paterno que o criou quando o pai morreu. Nesse lugar mágico, o masculino provedor é possível porque o trabalho é abundante e a subjetividade do homem é exercida na ausência de problemas. Numa das dinâmicas propiciadas pela leitura de "Senhora dos Afogados" surpreendi as lágrimas de Ciro ao tratar da trajetória do Noivo de Moema. O personagem assim designado na obra (Noivo) acredita que sua mãe assassinada vive numa Ilha para onde vão as almas de todas as prostitutas mortas. Como homem, sua entrada no local é proibida e esse fato é responsável pelo afastamento involuntário da figura materna.

Conversando com Duran sem que Ciro estivesse presente, fui informado que o avô do detento fora assassinado pela esposa mais nova, fato que o deixou muito deprimido e "ruim das idéias". A proteção que Duran oferece ao amigo advém dessa carência e por ela se mantém. O pai de Cecília chegou a especular a possibilidade do estupro cometido por Ciro ter sido uma vingança empreendida contra a mulher que matou seu avô. Diante de uma oportunidade de revanche ele teria "perdido o controle" e executado o ato, expiando através da vítima o pecado de todas as mulheres. Como esse argumento não fez parte do discurso de Ciro, restrinjo-me a citá-lo sem dedicar-me à sua análise.

O último tipo de **alegação de inocência pautada no instinto** pode ser verificado na história de Pedro Pedreiro. Condenado pela segunda vez por estuprar a mesma mulher (sua esposa) ele argumentou que a mesma estava "possuída pelo Mal", cabendo a ele, "um homem de Deus", exorcizar a "malignidade que nela vivia". Ao tomar para si essa tarefa de salvação, Pedro dá indícios de uma vivência através do **arquétipo do herói** (Boechat, 1995: 39-40) que subtrai do seu quotidiano a

tranquilidade de uma vida comum em nome de ações grandiosas, nem sempre recompensadas com a integridade física e emocional.

No discurso religioso do pregador o feminino aparece como um ser inferior, facilmente dominado por forças ocultas de caráter destruidor. Pedro, ao assumir a função de "expurgar o mal da sua casa" decidiu sacrificar o corpo do cônjuge em nome da sua purificação. Os estupros cometidos teriam "humilhado a intenção do Demônio", livrando a família de "um mal ainda pior".

"Eu agi pelo bem da minha casa. Ela [a esposa] não entendia que estava sendo dominada por ele, pelo Coisa-Ruim. Eu tava decidido a ir embora porque sabia que o que ele queria era me afrontar. Se eu estivesse em outro lugar, o mal deixaria meus filhos viverem sossegados. Mas ela não entendia, sabe como é mulher, né? Cabeça dura, cheia de vontades. Ela não entendeu que eu precisava ir embora pra harmonia voltar pra nossa casa. Daí aconteceu a desgraça. Eu tive que usar meios drásticos pra expurgar o mal da nossa família (...) Agora eu tô aqui, pagando o preço de uma atitude nobre". (Pedro Pedreiro, 42 anos, preso há cinco por estupro reincidente).

A postura de Pedro indica uma revanche contra o corpo feminino por ser esse um depositário do mal. Seus gestos de agressividade seriam explicados pela força espiritual proveniente de uma fé inabalável e necessária à manutenção da família. No rol dos tipos prováveis de violadores, poderíamos situá-lo na categoria **estuprador vingador**, responsável pelo "restabelecimento da ordem e dos preceitos morais que regem uma casa".

A ojeriza que Pedro demonstra ter na atualidade pela ex-esposa não o impede, contudo, de dedicar-se a uma nova relação amorosa. Enquanto a reclamante impetrava inúmeros processos contra ele, impedindo que os filhos o visitassem na cadeia, fazendo dos mesmos testemunhas de acusação do próprio pai, ele conhecia sua "tábua de salvação" – a obreira que faz serviços voluntários de evangelização nas penitenciárias da região. Essa nova mulher, ainda que situada em um campo inferior, teria ofertado a sua existência "às obras do Senhor", livrandose "dos pecados da carne e da ambição". Noivos há dois anos eles não utilizam o parlatório (lugar destinado às visitas íntimas), pois Pedro acredita que a virgindade da noiva (de quase quarenta anos) é a via de acesso para a "benção da misericórdia divina". Abdicando do prazer físico o casal impedirá que o mal "adentre a morada dos justos, instalando a discórdia e a promiscuidade". Ao contrário da primeira esposa, a noiva do pastor "é pura", indicando que a dicotomia santa/ prostituta é de

extrema relevância para a concepção de gênero do mesmo. Tal como aponta Rubin, a mulher, dependendo das relações que assume com o masculino "sólo se convierte en doméstica, esposa, mercancía, conejito de play-boy o prostituta(...)" (Rubin, 1986: 96).

Por fim, eleitas as possíveis justificativas para a inocência ou amenização da culpa do detento, creio ser oportuno indicar a forma como Nicanor encara o crime que cometera. De todos os entrevistados ele foi o único a assumir sua culpa, entendendo a necessidade do cárcere para o estabelecimento da justiça. Ao discorrer sobre o passado, Nicanor relembra a forma grosseira como tratava as mulheres, alegando inspiração nas atitudes paternas. Ao contrário dos demais, porém, acredita ter escolhido por vontade própria o pior caminho, sendo o único responsável pelo crime que cometeu. Ainda que a mágoa nutrida pelo pai o impeça de vislumbrar uma possibilidade nova de vida, Nicanor se prepara para aquilo que ele chama de "grito de independência". Reavaliando sua trajetória no cárcere mostra-se arrependido e diz-se "mais limpo" com a orfandade paterna, abdicando do contato com o filho para que este não sofra as influências negativas que ele sofrera. Nesse processo de reflexão considero haver em Nicanor a tentativa de incorporação do arquétipo do velho sábio (Boechat, 1995: 41-42) que na mitologia aconselha o herói a seguir por caminhos mais seguros e prudentes. Após seus anos de embusteiro picaresco, sem considerar-se capaz de assumir o arquétipo do pai, ele se contenta com a possibilidade de uma vida mais feliz para o filho, ainda que para isso deva abrir mão da convivência com ele.

Com essas classificações, mesmo superficiais nos limites desse trabalho, pretendo propor uma possibilidade de análise que considere a variedade de causas e características concernentes ao crime e ao criminoso. Torna-se imperativo abandonar o *mito do Jack* para que uma discussão realmente eficaz sobre a masculinidade violenta ressoe nos diversos campos da sociedade, assumindo sua existência também nas camadas sociais mais abastadas, nas famílias tradicionais de qualquer cidade, nas universidades, no campo, nas favelas, enfim, abrindo uma via para a compreensão da universalização da violência masculina.

Ainda que os homens apresentados nesse capítulo sejam em sua maioria pobres e de instrução escolar limitada, suas vivências poderão ser estendidas para outros cenários, tramas e personagens. Antes de definirmos o estuprador como louco, pobre e possivelmente negro, devemos refletir sobre a criminalização da

pobreza e dos grupos étnicos minoritários, deixando-nos abertos para a necessária exposição das feridas que a sociedade insiste em não assumir.

Considerações finais

Quando decidi iniciar a pesquisa sobre o crime de estupro fui guiado pela hipótese de que o homem que violenta sexualmente uma mulher obedeceria a um condicionamento identitário imposto pela cultura, tendo internalizado ao longo de sua vida um modelo de virilidade baseado na força. Esse homem-dominador acreditaria na 'naturalidade' da subjugação do sexo oposto, elegendo-o como depositário dos seus desejos e caprichos sexuais quase sempre pautados na quantidade. O convívio junto aos condenados pelo crime, contudo, mostrou-me ser mais complexa a relação que eu supunha existir entre gênero e violência sexual.

Os apontamentos que fiz ao longo do trabalho, antes de serem afirmativas fechadas, devem ser encarados como possibilidades de leitura aplicáveis a certos casos e incoerentes diante de outros. Não foi possível encontrar um modelo padrão de estuprador, muito menos um formato recorrente de vítima.

Ao contrário do que apresentou o trabalho de Vargas, não encontrei em minha amostra um percentual maior de condenados de cor negra. Considerando a não representatividade da minha amostra, sou levado a não contestar os dados levantados pela autora, aceitando-os como críveis.

Como mostrei no capítulo I, o senso comum se relaciona com a temática da violência sexual através das inúmeras caracterizações empreendidas pela esfera jurídico-criminal. A partir do Código Penal e suas nomenclaturas são construídos perfis preferenciais de vítima e vitimizador, interligando os envolvidos no crime através de uma trama onde cada ator possui sua função e suas possibilidades, podendo a qualquer momento, ter seu status modificado na cena do julgamento. Ainda que o homem ocupe o banco dos réus nesse tipo de rito, dependendo do comportamento apresentado pela mulher, antes, durante e depois do ato violento, esta pode ser convertida em culpada da própria agressão, sendo apontada como causadora do mal, "sedutora e dissimulada que dizia 'não', querendo na verdade insinuar um 'sim'". A maneira como a sociedade se posiciona diante do crime, não raras vezes de forma jocosa – quem não conhece, falou ou ouviu a expressão: "já que o estupro é inevitável, relaxa e goza"? – contribui para que o crime permaneça na penumbra, entregue ao descaso ou a inevitabilidade. Os estudos históricos

comprovaram sua ocorrência no tempo e as contribuições da antropologia fizeramno localizado no espaço. Cada povo possui sua forma de se posicionar diante do evento, estando os conflitos de gênero sempre presentes em seu desenrolar. Como afirmei outrora, o estupro é antes de tudo "discurso e concepções de gênero".

Auxiliando a disseminação do mesmo por meio da idéia de dominação sobre o corpo feminino, o cinema pornô e as inúmeras aparições do serial killer Jack permitiram a cristalização de mitos pautados na soberania masculina e na fragilidade do sexo oposto. Deslocadas de seu 'lugar natural', ganhando as ruas nos novos tempos ou ousando visitá-las no passado sem a companhia de um homem que as tutelasse, as mulheres estiveram e estão à mercê da violência, vulneráveis ao estupro e às consequências que dele derivam. Os traumas citados anteriormente e devidamente trabalhados pela literatura especializada não estão restritos à Inglaterra que serviu de cenário para a análise, mas puderam ser verificados ao longo do meu trabalho de campo nos depoimentos das vítimas que não mais encontram possibilidades de esquecimento ou superação. A leitura, ainda que breve e não aprofundada da versão psicanalítica do estupro e do condicionamento masculino para a agressão, serviu de pista instrumentalizante para futuras abordagens, alertando para o perigo de certas posturas misóginas utilizadas pela mídia e propagadas pela sociedade. Na impossibilidade da 'ausência de desejo' o argumento demasiadamente utilizado pela defesa nos tribunais pode ser estabelecido e aceito, ficando a mulher sujeita à dúvida do consentimento.

Do que foi até aqui apresentado sou levado a acreditar no papel decisivo da mídia no encaminhamento/ tratamento do crime. Como um dos determinantes mais influentes da agenda social, os veículos de comunicação possuem o poder de suscitar debates, ao mesmo tempo em que podem silenciar temáticas, direcionando a opinião pública. A partir da contribuição de Faludi defendo a tese de que o feminismo gerou e tem gerado uma revanche não só do masculino, mas também de outros representantes mais conservadores, donde se inserem muitas mulheres. A violência sexual pode sim ser encarada como uma das conseqüências desta punição extremista, mas não é a regra geral. Uma parte dos estupradores entrevistados por mim durante a pesquisa possui, como salientei, uma boa relação com o feminino, sendo este encarado com positividade e não com resistência. Os avanços da mulher no mercado de trabalho, sua autonomia diante da vida, seus anseios de liberdade e outras demandas provindas das transformações

possibilitadas pelo Movimento, foram por mim abordadas e tratadas com naturalidade entre os presos. O argumento de Brownmiller, ainda que coerente, perece-me radical em demasia e a crença no mesmo obstrui determinados avanços no entendimento da temática.

Ao expor o discurso da Biologia sobre o estupro procurei demonstrar as múltiplas formas que o tema assume na academia e espero ter conseguido sinalizar para os perigos dessas interpretações variadas e muitas vezes simplistas. Não podemos encarar esse fenômeno social a partir das relações observadas entre as moscas ou entre quaisquer outros seres vivos que não homens e mulheres. O estupro não é instinto, não é determinação 'natural', é, mais uma vez, 'discurso e concepções de gênero'.

O fato de não encontrar na minha amostra representantes das classes mais abastadas, com formação escolar avançada e outros requisitos que compõem a classes média e alta, pode estar ligado à deficiência do sistema penal brasileiro em culpabilizar e punir os ricos e não à inexistência de estupradores nas altas rodas da sociedade. Somada a essa gama de assimetrias sociais temos a localização da mulher aos olhos do Direito, situada à margem da desconfiança e da incapacidade.

A discussão sobre masculinidades que procurei estabelecer no capítulo II deverá ter respaldado meu argumento de que o homem violento é produto de uma sociedade que cria meninos e meninas, ao invés de educar pessoas. Nas múltiplas etapas da nossa socialização somos invadidos por determinações, obrigações e conceitos que permeiam nosso dia-a-dia, sendo internalizados de maneira eficiente e de difícil superação. Um menino que cresce acreditando na sua superioridade frente às meninas, provavelmente não hesitará em usar a força quando for rejeitado ou desobedecido por uma delas. No quotidiano das nossas casas e das nossas escolas podemos estar formando um indivíduo violento, um homem agressivo e, até mesmo, um estuprador.

O universo da cadeia e todas as práticas lá observadas ajudaram a desenhar um quadro possível da masculinidade visitada pela ausência de liberdade. Ser homem no extra-muros, dentro daquilo a que se propõe a masculinidade tradicional, não parece uma tarefa difícil, mas manter-se nos preceitos considerados essenciais para o masculino dentro do cárcere é uma empreitada árdua e extremamente complexa.

Alguns apontamentos feitos no segundo capítulo puderam ser aplicados ao

presídio como o recurso à musculação, por exemplo. Nos exercícios físicos e sua predisposição para a competição e para o esculpir dos corpos, verificamos a necessidade do homem de fazer-se forte diante dos pares e frente às mulheres. Não só a intimidação do inimigo lhes motiva a praticar esportes, sendo a sedução mais um incentivo para a 'maromba'. Desprovidos de outros atrativos sexuais (segundo eles: status, dinheiro, liberdade) os detentos se valem do que possuem: o próprio corpo. Antes de ser uma manifestação da vaidade, o esporte prisional é uma estratégia de sobrevivência (lembremos das possibilidades de integração que os jogos e exercícios possuem). Através de um corpo forte, pretende o homem mostrar-se poderoso ainda que fragilizado pelas circunstâncias. Os ideais de gênero prosseguem na sua atuação incessante.

Os relatos de vida narrados ao longo do texto, bem como as etnografias do NIAM e da 134º serviram de pano de fundo para a discussão que pretendi levantar: o estupro dialoga com toda a sociedade, recebendo influências de todos os lados. Vimos que os traumas se multiplicam na trajetória das vitimas, não só pelo ato violento em si, mas também pelo tratamento que recebem na cena da publicização. As estratégias de sobrevivência empreendidas pelos estupradores indicam que os mesmos encontram formas de continuar vivendo ainda que duplamente desfiliados (perderam o convívio social e ainda são rejeitados na cadeia), mas entre as vítimas qual seria a possibilidade de vida? Estariam os programas de atendimento capacitados a lidar com elas e com suas demandas? Estaria a Delegacia Legal apta a recebê-las com seriedade e justiça? E quanto ao sistema penal? Qual a sua responsabilidade sobre o infrator? O ato de guardar o preso e puni-lo de múltiplas formas corresponde aos seus afazeres enquanto órgão do estado?

Sem respostas definitivas, acredito na urgência de se considerar essas questões, visto o crescimento das queixas registradas pelo NIAM ainda que referentes a outros crimes. Pelo que podemos concluir a partir do que foi exposto, o crime sexual é possivelmente antecedido por outras violências tais como agressão, ameaça e violência psicológica – vencedores no ranking do Núcleo. O número de estupradores e violadores sexuais que cumprem pena no CTF é considerável e tal fato não deve ser ocultado ou desconsiderado pela sociedade.

Os conflitos com a figura paterna estiveram em pauta em cem por cento da minha amostra. Situados em uma faixa etária que varia entre 29 e 42 anos os reclusos por mim entrevistados demonstraram existir em suas histórias de vida uma

concepção negativa do exercício da paternidade, sendo a adolescência o período mais propício ao aparecimento desses problemas. O modelo masculino que encontramos disposto na escola, na família e na religião – da forma como expus no capítulo dedicado aos estudos de gênero – firmou-se para a minha amostra na consolidação de um pai violento, seco, agressivo com a parceira e fechado ao diálogo com os filhos. O caso de Nicanor que afirmei ser emblemático em outro momento nos dá a exata medida de como os conflitos não resolvidos na infância ou na adolescência podem contribuir para uma vivência pouco saudável na vida adulta. Ao questionar Nicanor sobre os motivos do seu crime, ele disse:

"Eu sou assim mesmo, um erro atrás do outro. Já aprontei muito na vida e nunca dei orgulho a ninguém. Também nunca senti orgulho de nada. O que o meu pai fazia com a minha mãe tirou de mim qualquer possibilidade de ter respeito por ele. Talvez se no dia que eu contei do meu casamento ele dissesse pelo menos 'boa sorte' eu teria perdoado os erros dele, teria passado uma borracha em cima disso. Mas ele tava preocupado em se ver livre de mim. Nunca deu nada pro meu filho, acho que nem considerava o moleque neto dele. Aí eu dei nisso que você ta vendo. Um marginal sem eira nem beira. Eu nunca precisei forçar ninguém a nada, ela deu porque quis e depois se arrependeu. Mas se eu tivesse a cabeça mais no lugar naquela época eu não tinha insistido, teria virado as costas e ido embora. Eu acho que homem é tudo igual e se duvidar eu sou pior que o meu pai". (Nicanor, 40, preso há 11 anos).

A associação do crime com o modelo verificado nas atitudes paternas revelou-se constante no decorrer das entrevistas. Boa parte dos informantes não assumiu a culpa nos crimes cometidos, mas sinalizou para esse viés sempre que indagada sobre a forma como tratavam as mulheres. Atributos como sutileza, romantismo e fidelidade foram considerados incoerentes com a imagem apreendida do masculino. A leitura da masculinidade, até então, foi realizada a partir das permissividades possíveis à vivência de uma sexualidade livre de convenções românticas e aptas a quantificação do prazer. Contudo, a obediência a essas regras machistas foi seriamente debatida por eles no cárcere:

"A gente quando se encontra numa situação dessas pensa em muita coisa que fez e que deixou de fazer. Eu lembro que era apaixonado por uma vizinha do meu primo e que nunca cheguei perto dela porque achava que ela gostava de outro garoto. Eu arrumava briga com esse menino, mas nunca fui capaz de dizer o motivo da minha raiva por ele. Ela até hoje não deve saber que eu gostava dela, e gostava pra valer, de chorar e tudo. Agora você vê, eu tinha vergonha de chorar porque tava apaixonado e não era correspondido e agora eu vivo de cara aberta porque me tornei um bandido e tô

preso. Homem é bicho muito burro mesmo, precisa quebrar a cara pra dar valor ao que importa". (Nicanor, 40, preso há 11 anos).

"Eu sempre tive todas as mulheres que eu quis. Quando entrei pro Exército então nem se fala, chovia na minha horta a rodo. Eu pegava geral. Porra, eu olho pra trás e pergunto o que me sobrou disso tudo. Sobrou nada, sobrou ninguém. Eu tô aqui largado e elas tão lá fora vivendo com outros caras e nem se lembram que eu existo. Ai eu pergunto: valeu a pena ser o machão do pedaço? Valeu nada, o tesão acabou e eu fiquei na merda". (Max Overseas, 29, preso há 4 anos).

"O pior de tudo é que gostava dela. Mas sabe quando você se sente um bosta e precisa acreditar que você é capaz de fazer uma coisa que quer muito? Eu me senti assim no dia do assalto. Mandei os companheiros ralar peito e fiquei sozinho com ela. Não foi só por desejo não, eu tava na dela mesmo. E eu podia jurar que ela tava na minha. Ai se deu a ocorrência. Eu amei demais pra um homem e fiz a maior besteira da minha vida. Já passou dezesseis anos e eu aqui. E agora? Fazer o que com o tempo perdido? (...) Agora, amar de novo, eu não vou não." (Benjamin, 41, preso há 16 anos)

"Eu não sei que acontece aqui dentro. Eu só sei que o que antes era certo pra mim, hoje não faz mais muito sentido. Eu fico me perguntando pra que tanta macheza se aqui dentro ela não serve pra nada (...) Eu podia ter sido feliz lá fora e não fui. E eu me sinto responsável por isso porque eu escolhi ser violento, ser um homem como o meu pai queria que eu fosse. Até chorar eu descobri que é coisa de homem aqui dentro. Todo mundo aqui chora". (Ciro Monteiro, 36, preso por estupro há 13 anos).

Ainda que minha abordagem não tenha pretendido se filiar a uma corrente psicanalista, como já afirmei, acreditei ser fundamental esboçar em linhas gerais as indagações referentes ao modelo masculino assimilado por cada um dos internos no decorrer de sua socialização. O amor não assumido por Nicanor, o excesso de conquistas amorosas sem envolvimento relatado por Max, o arrependimento pela paixão incontrolável que Benjamin sentiu por Maria e as contestações de uma subjetividade adiada por Ciro, parecem indicar que o homem no cárcere reconhece pela primeira vez os equívocos de uma identidade construída de fora para dentro.

Ao indagarem o porquê de não terem agido de maneira distinta, delegaram ao discurso oficial dos papéis sexuais à responsabilidade sobre os atos violentos que cometeram. Eles parecem reconstruir em suas mentes diferentes desfechos e conduções de histórias a partir de uma outra identidade possível, mas nem de longe vivenciada no passado. Talvez no futuro essa subjetividade renegada faça algum sentido prático em suas existências. No cárcere há apenas a certeza de que algum erro grave foi cometido, certeza essa acrescida de um compartilhamento de culpa. Na maioria das entrevistas não presenciei o detento tomar exclusivamente para si a

responsabilidade pelo crime e não atribuo essa redistribuição de encargos a uma postura de defesa. Eles já foram condenados, já estão cumprindo suas penas e parte relevante da amostra utilizou todos os recursos legais para uma possível redução sentencial. Hoje só lhes resta o esforço diário para ter um bom comportamento – prática eficientemente empreendida por todos; os relatos feitos na minha presença não os livraria da justiça, não lhes forneceria benefícios outros que não o desabafo e o compartilhar de aflições. Eles realmente acreditam na responsabilidade coletiva sobre os crimes que praticaram e, em certa medida, estão corretos.

Diante desse fato, da aceitação de uma responsabilidade social junto à formação do criminoso, creio ser dever do poder público, mas também de toda a sociedade refletir sobre as possibilidades de minimização/ superação do problema. Decerto, ações isoladas não acabarão com o estupro e, por conseguinte, não extinguirão os estupradores, mas no campo das políticas públicas podemos empreender alguns esforços no sentido de:

- 1) Incentivar o debate na cadeia através de psicólogos, psiquiatras, sociólogos, historiadores e demais profissionais que possam colaborar para a desmistificação da violência enquanto sinônimo de virilidade e função do masculino. O nível de contestação identitária mostrado pelos detentos é sinalizador de um terreno propício para a reflexão, mas se nada for feito para instigar essa prática os conflitos poderão ser manifestados de outras formas e a reintegração continuará sendo uma utopia, um sonho distante. Não defendo aqui a aceitação dos estupradores pela sociedade, mas é imperativo saber que o tempo de reclusão referente ao 213 é razoavelmente curto, estando o estuprador apto a voltar às ruas e reincidir sobre seu crime;
- 2) Considerar o crime no âmbito da violência doméstica. Os dados colhidos no NIAM referentes ao grau de parentesco entre a reclamante e o acusado e os apontamentos de Vargas sobre a identidade do violador sexual, seu enquadramento nas categorias 'cônjuge', 'pai', 'padrasto' e 'outros parentes próximos' fornece-nos a valiosa informação de que estamos tratando de algo muito próximo ao quotidiano das famílias, sendo esta uma violência rotineira e privada que carece de atenção imediata dos órgãos públicos, mas também de

cada um de nós. Considerando esse novo público, já que antes tínhamos o estuprador na conta de um desconhecido, os programas de apoio à mulher devem se esmerar na informação correta acerca do estupro marital, reconhecendo sua possibilidade e sua classificação como crime passível de punição legal. Para tanto, recomenda-se promover no NIAM um ciclo de capacitações constantes, não só com profissionais da área jurídica, mas também com pesquisadores, lideranças feministas e demais pessoas engajadas no combate à violência contra a mulher. O trabalho de campo mostrou que apesar da importância do Núcleo, da atuação séria e eficiente diante de casos complexos, determinados procedimentos dialogaram com posturas conservadoras, extremamente prejudiciais ao encaminhamento legal dos conflitos;

3) Despertar nas escolas o interesse pelo tema, possibilitando que os jovens tenham acesso à informação desde cedo. Para tanto, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com a temática, que conheçam os caminhos legais para a condução de um conflito doméstico e que principalmente estejam atentos à importância que os estudos de gênero possuem na formação de um indivíduo. No decurso da pesquisa, participei junto a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF de capacitações para alunos e professores da rede pública sobre DSTs/ AIDS e violência doméstica, levando a temática do estupro à públicos diversos e extremamente receptivos. Nas turmas do Ensino Fundamental a repercussão do tema foi imediata, uma vez que havia no bairro de Guarus – residência de muitos daqueles alunos – uma série de estupros atribuídos a um foragido da justiça que até hoje não foi capturado. A curiosidade e o medo foram retratados nas perguntas e colocações do público e nesses encontros tive certeza da relevância da pesquisa e do meu papel como cientista social e cidadão. Tais experiências poderão servir de base para outras iniciativas de democratização da informação, seja através das instituições de nível superior, seja pela iniciativa privada ou pelos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais. Outras platéias carecem desses esclarecimentos como os alunos e professores da rede particular, por exemplo. É ilusório pensar que as mazelas do estupro estão restritas as classes menos aquinhoadas e tendo a pensar na escola como o meio mais eficaz para esse tipo de informação/conscientização.

- 4) Conseguir junto ao poder público um maior empenho para a construção/ instalação de uma DEAM na cidade, reunindo profissionais capacitados para o atendimento à vítima, permitindo que esta encontre apoio e respeito ao publicizar a violência sofrida. Como medida paliativa proponho que a 134º DP recicle seus atendentes, estabelecendo critérios diferenciados para a vítima de estupro. O primeiro passo talvez seja conduzir a mulher vitimizada a um ambiente mais reservado, entendendo a singularidade do crime e as conseqüências que a publicidade do mesmo poderá acarretar. A presença de um psicólogo ou de outro profissional capacitado para lidar com o trauma sofrido é de suma importância, visto que o abalo psicológico nesses casos é intenso e foge da alcada dos policiais;
- 5) Intensificar na sociedade o debate sobre o tema, seja por meio de conferências, seminários, grupos de discussão ou quaisquer outros meios de mobilização. Nesse tocante os canais midiáticos possuem importância ímpar, bem como as universidades e o poder público. Um trabalho de conscientização pode ser feito junto às associações de moradores, entidades filantrópicas, programas sociais e demais organizações que lidem com o público em geral. Ao assumir a existência do problema, talvez possamos encontrar um caminho viável para a sua superação/ minimização.

Ainda que convencido das muitas nuances não abordadas neste trabalho, dentre elas um maior aprofundamento da teoria psicanalítica, privo-me da vontade de prosseguir escrevendo e estudando esse tema no universo da penitenciária. O contato com a cadeia, mesmo instigante e desafiador, proporcionou cansaço e a descoberta de sensações não muito sadias para a condução de uma vida tranqüila. O que fiz até aqui traduziu-se em satisfação e na certeza do dever cumprido, mas o ponto final mostra-se necessário. Talvez as reticências pudessem deixar celas abertas e na cadeia seria esse um erro fatal. Portanto, portões fechados. Visita encerrada.

$B_{ibliografia}$

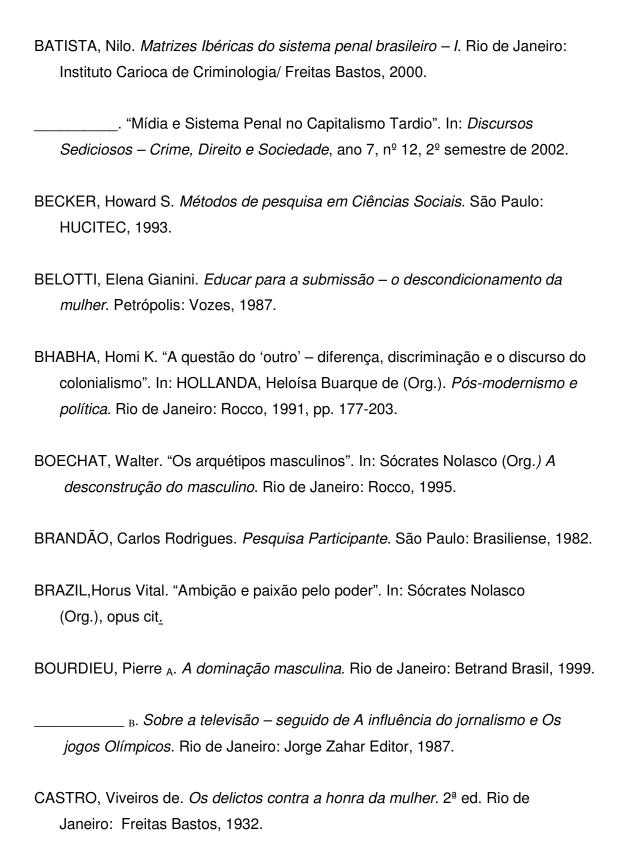
- ALBANO, Celina & MONTERO, Paula. "Anatomia da Violência". In: Luz Madel (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Grad, 1982, pp. 106 125.
- ALBERTI, Verena. "Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa". In: *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol. 4, nº 7, 1991, pp. 66-81.
- ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. "Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar". In: Rose Marie Muraro & Andréa Brandão Puppin (ORGs.). *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001
- ARDAILLON, Danielle & DEBERT, Guita grin. Quando a vítima é mulher.

 Análise de Julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio.

 Brasília:Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BARREMAN, Gerald. "Por detrás de muitas máscaras". In: ZALUAR, Alba (Org.).

 Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, pp. 123

 174.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. "Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas". In: *Cadernos CEPIA*. Rio de Janeiro: CEPIA, 1994.



- CHARTIER, Roger. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica". In:

 Cadernos Paugu fazendo a história das mulheres. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 43.
- CORNEAU, Guy "Paternidade e masculinidade". In: Sócrates Nolasco (Org.), opus cit.
- CORRÊA, Mariza. Os crimes da paixão. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. "Os Stakhanovistas do Narcisismo: Body-Building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo". In: Denise Bernuzzi de Sant' Anna (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, pp. 81-114.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1995.
- FALUDI, Susan. Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*.

 Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1996.
- FIGUEIRA, Luiz Eduardo de V. "Violência Sexual Legitimada". In: *Discursos Sediciosos: crime, Direito e Sociedade.* Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/ Freitas Bastos, 1998, ano 3, nº 5 e 6.
- FOOTE-WHYTE, William. "Treinando a observação participante". In: ZALUAR, Alba (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, pp. 77-86.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- FORRESTER, John. "Estupro, Sedução e Psicanálise." In: Tomaselli & Porte (Orgs.). Estupro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir a história da violência nas prisões.*Petrópolis: Vozes, 1983.
- FRAYLING, Christopher. "A casa que Jack construiu: alguns estereótipos do estuprador na história da cultura popular". In: Tomaselli & Porter (Orgs.), opus cit.
- FRANZKE, Juergen. "El Mito de la historia de vida". In: *Historia y Fuente Oral*, n° 2, Memoria y Biografia, Barcelona, 1984.
- FRIEDAN, Betty A. Mística Feminina. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
- B. A Segunda Etapa. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOLDENBERG, Mirian. "O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia". In: _____ (Org.). *Os novos desejos das academias de musculação às agências de encontros*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2000, pp. 13-39.
- GUSMÃO, Chrysolito de. *Dos crimes sexuais*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1981.
- HAGUETE, Teresa M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HAMAWI, Rodolfo. "Que guerem os homens?" In: Sócrates Nolasco (Org.), opus cit.
- HEINEMANN, Uta-Ranke. Eunucos pelo Reino de Deus Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1996.

- JABLONKI, Bernardo. "A difícil extinção do Boçalossauro". In: Sócrates Nolasco (Org.), *opus cit.*
- IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 141-166.
- KILEY, Dan. Síndrome de Peter Pan. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.
- KLUCKHOHN, Florence R. "O método de observação participante no estudo das pequenas comunidades". In: *Sociologia*. Vol. VIII, n° 2, 1946.
- LANG, Alice Beatriz (Org.). "História oral: procedimentos e possibilidades". *Textos*CERU FFLCH/USP Humanitas Desafios da pesquisa em Ciências Sociais,
 8, série 2, 2001, pp. 91 112.
- LOURO, Guacira Lopes. "Pedagogias da Sexualidade". In: _____ (Org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 7-34.
- MAGNANI, José G.C. "Discurso e representação, ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas". In: CARDOSO, Ruth. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 127-140.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão*. Rio de Janeiro: Editora Scipione, 1994.
- MASTIERI, João. Do delito de estupro. São Paulo: Revista dos Tribuinais, 1982.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, Edinilsa Ramos de. "Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva". In: *História, Ciências, Saúde*. Novembro de 1997 Fevereiro de 1998, Volume IV, ano 3.

- MOREIRA, Maria Ignez Costa, RIBEIRO, Sônia Fonseca & COSTA, Karine Ferreira. "Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos". In: Albertina de Oliveira Costa & Cristina Bruschine (Orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa Social: introdução às suas técnicas.* São Paulo: Editora Nacional, 1968.
- NOLASCO, Sócrates B. O Mito da Masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- NOLASCO-SILVA, Leonardo. *Gênero, Mídia e Identidades Sexuais: o 'novo homem'* e a 'nova mulher' nos reality shows da televisão brasileira. Campos dos Goytacazes: UENF, 2003.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- ORTIZ, Reinaldo. "Discursos masculinos: a auto-opressão do homem e a prevenção da transmissão do HIV/ AIDS. In: Sócrates Nolasco (Org.), *opus cit.*
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. "Que homem é esse? O masculino em questão." In: Sócrates Nolasco (Org.), opus cit.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: mulheres, operários, prisioneiros.*São Paulo: Paz e Terra, 1988, pp. 185-211.

- PORTER, Roy. "Estupro Será que ele tem um significado histórico?" In: _____ & TOMASELLI, Sylvana (Orgs.). *Opus Cit.*
- RAMIREZ, Rafael L.. "Ideologias Masculinas: sexualidade e poder". In: Sócrates Nolasco (Org.), *opus cit.*
- RAMOS, Marcelo Silva. "Um olhar sobre o masculino: reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade". In: Mirian Goldenberg (Org.), *opus cit*.
- RIBEIRO, Juliana. *Vozes do Direito: estupro nos discursos dos acórdãos judiciais*. Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de mestre no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da UFF. Niterói: UFF, 2004.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. (Org.). *Pesquisa Social. Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras,1987.
- RUBIN, Gayle. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo". In: *Nueva Antropologia*, Vol. VIII, n° 30, México, 1986
- SABINO, César. "Musculação: expansão e manutenção da masculinidade". In: Mirian Goldenberg (Org.)., *opus cit.*
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Perseu , Abramo, 2004 Coleção Brasil Urgente.
- SANDAY, Peggy Reeves. "Estupro como forma de silenciar o feminino." In: Tomaselli & Porter (orgs.), *opus cit.*

- SILVA, Andréa de Souza Túbero. "Violência Sexual: as representações de gênero no discurso dos jornais Notícias Populares e Folha de São Paulo". In: Lucila Scavone & Luis Eduardo Batista (Orgs.). *Pesquisas de Gênero: entre o público e o privado.* Araraquara: Cultura Acadêmica Ed., 2000, pp. 153-166.
- SIMONNET, Jacques. "Uma estética masculina: Dor e elação na preocupação consigo mesmo". In: Sócrates Nolasco (Org.), *opus cit.*
- SIMPSON, Antony."Vulnerabilidade e idade do consentimento para as mulheres: inovações na lei e seus efeitos nos processos por estupro na Londres do século XVIII". IN: G.S. Rousseau & Roy Porter (org.). Submundos do sexo no Iluminismo. Rio de Janeiro; Rocco, 1999, p. 225.
- TEMKIN, Jennifer. "Mulheres, Estupro e Reforma Legal". In: Tomaselli & Porter (Orgs.), opus cit.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.*São Paulo: Editora Polis, 1987
- THORNHILL, Randy, THORNHILL, Nancy W. & DIZINO, Gerard A. "A biologia do estupro". In: Tomaselli & Porter, *opus cit.*
- TOLSON, Andrew. Os limites da masculinidade. Lisboa: Assírio Alvim, 1997
- TOMASELLI, Sylvana. "Introdução" In: _____ & Roy Porter (Orgs.), opus cit.
- VALE, Alexandre Fleming Câmara. "Imaginário masculino e cinema pornô: cenas de um público implícito". In: Lins, Daniel & Barreira, César (Orgs.). *Poder e Violência*. Fortaleza: EUFC, 1996, pp. 47-50.
- VARELLA, Drausio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- VARGAS, Joana Domingues. *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo: IBCCrim, 2000.
- VIGARELLO, Georges. *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- VINAGRE SILVA, Marlise. *Violência contra a mulher: quem mete a colher*? São Paulo: Cortez, 1992.
- WALKOWITZ, Judith R.. *Jack L'Éventreur et les mythes de la violence masculine*. Los Angeles: Stanford Univesity Press, 1987.
- ZALUAR, Alba. "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas". In: CARDOSO, Ruth. (Org.). *Ous cit.*

Códigos

Código Penal. Legislação Brasileira. 7ª Edição, 2001, p. 129.

Comentários ao Código penal_ – VIII (artigos 197 a 249), 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1983, pp. 101-119.

Nelson Rodrigues – Álbum de Família (cenas utilizadas nas dinâmicas)

Primeira cena trabalhada

(Edmundo, voltando pa casa dos pais tempos depois de ser expulso de lá, ouve uma discussão de Jonas e D. Senhorinha. Inconformado com certas atitudes do pai, resolve tomar a defesa da mãe, vendo nela grande submissão e sofrimento)⁵⁴

Jonas (berrando) - Eu estou falando. (novo tom) Considero falta de caráter, de vergonha, que um sujeito expulso de uma casa, CORRIDO, apareça de novo, e COM O AR MAIS CÍNICO DO MUNDO!

(...)

Edmundo (falando para a mãe⁵⁵) - Antigamente eu via certas coisas, mas era criança... Então, tudo isso acontece agui, dentro de casa, na sua frente! Você vê tudo, suporta, não diz nada! E por que – isso é que me dana – POR QUÊ?

(...)

Edmundo – Eu não quero que isso continue, NÃO QUERO!

D. Senhorinha (doce) – Edmundo, atende a um pedido meu?

Edmundo – Estão fazendo com você o que não se faz com a última das mulheres!

(D. Senhorinha abraça-se com Edmundo, sacode-o, como para despertá-lo.)

Rubrica minha.Rubrica minha.

D. Senhorinha – Faz o que eu lhe pedir? Diga – faz?

(Pausa de Edmundo, que parece desorientado.)

Edmundo (num súbito transporte) – Faço!

D. Senhorinha (doce, olhando-o bem nos olhos) – Lembre-se de quando era criança: vá tomar a benção do seu pai!

Edmundo (recuando com espanto) – Não, isso não.

Segunda cena trabalhada

(Guilherme, filho de Jonas e Senhorinha, tenta convencer a irmã Glória que o pai é um assassino e que eles precisam sair de casa para serem felizes).⁵⁶

Glória (querendo-se evadir) – Papai que não vem!

Guilherme – Que é que tem papai? NUM LUGAR DECENTE, PAPAI ESTARIA NUMA JAULA. Papai até já matou gente!

Glória – Mentira sua!

Guilherme – Matou, sim. Matou... uma mulher que havia aí – MUDA – estrábica!

Glória – Não acredito!

Guilherme (rindo como um demônio) – Ela apanhou gravidez! Na época de ter filho, veio-se arrastando, gemendo... Papai, então, pisou o ventre da mulher. (exultante) Pisou a criança, mulher, tudo!

.

⁵⁶ Rubrica minha.

Glória (encostada no altar) – Continue inventando, continue!

Guilherme (cruel) – A bota de papai ficou toda suja de sangue. Ele teve que mandar limpar com benzina, mas a mancha não queria sair!

(...)

Guilherme (arquejante) - O que ele faz com a mamãe...

Glória – Nunca notei nada! Papai sempre tratou a mamãe direito...!

Guilherme (rápido e irônico) – Na sua frente!.... Se comporta mais ou menos, quando você está na fazenda... Você é a única pessoa que ele respeita, tem uma certa consideração. Mas os outros! Faz as coisas mais sujas na frente de todo mundo. Parece que precisa se exibir! Mamãe tem visto cada uma!

(...)

Guilherme – Eu tenho que salvar você – DE QUEALQUER MANEIRA!

(...)

Guilherme – Pela última vez – QUERES VIR COMIGO? Vem, sim, vem!

Glória – Não.

Guilherme – Você não será dele, NUNCA!

(Puxa o revólver e atira duas vezes. Glória cai de joelhos, com as duas mãos amparando o ventre.)

Terceira cena trabalhada

(D. Senhorinha e Jonas estão tendo sua última conversa depois de muitas brigas por conta dos filhos e dos maus tratos recebidos pela mulher. Guilherme, Glória e Edmundo estão mortos. Apenas Nonô – o filho louco que anda sem roupa pela casa – continua vivo⁵⁷).

D. Senhorinha (insultante) – Se você soubesse o nojo que eu sempre tive de você, de todos os homens!

(Mudando de tom, numa atitude de adoração.)

D. Senhorinha (acariciando o próprio ventre) – Só tenho amor para meus filhos!

Jonas – Teve nojo de mim – e ódio! Sempre desejou a minha morte, você e todos os meus filhos, menos Glória! Por que não matou e por que não me mata agora?

(Aproxima-se de D. Senhorinha, que recua apavorada.)

Jonas – Quer? Eu deixo! Num instante! Olha é só você apartar o gatilho...

(Tira o revólver com que deveria matar Guilherme. D. Senhorinha está apavorada.)

D. Senhorinha – Não, Jonas, não!

Jonas - Toma! Segura!

(D. Senhorinha aceita o revólver, mas é como se a arma lhe desse náusea).

Jonas (gritando) – Agora, atira! (fora de si) atire! Ande – está com medo? Pelo amor de Deus, atire!

.

⁵⁷ Rubrica minha.

- (D. Senhorinha não se resolve, tomada de terror. Mas ouve-se, então, o grito de Nonô, como um apelo.)
- **D. Senhorinha** Nonô me chama vou para sempre.
- (D. Senhorinha puxa o gatilho duas vezes; Jonas é atingido. Cai mortalmente farido.)
- (D. Senhorinha parte para se encontrar com Nonô e se incorporar a uma vida nova. Jonas morre).

 $\mathbf{A}_{ extsf{p\'endice}}$

Nelson Rodrigues – Senhora dos Afogados (cenas utilizadas nas dinâmicas)

Primeira cena trabalhada

(Os vizinhos comentam sobre o suposto crime cometido por Misael. Ele teria matado uma prostituta com quem mantinha um caso no mesmo dia em que se casou com D. Eduarda. As mulheres do cais – também prostitutas e amigas da falecida – choram há dezenove anos a morte da colega. Misael vive hostilizado por toda a cidade)⁵⁸.

Vizinho (logo que Misael aparece à porta) – Olha o grande pai!

Vizinho – O grande bêbado!

Vizinho – Não bebe! O doutor não bebe!

Vizinho – Bebe, sim!

Vizinho – Não!

Vizinho – Tem úlcera no duodeno!

Vizinho – Mas foi ele, não foi ele?

Vizinho - Quem?

Vizinho – Foi ele!

_

⁵⁸ Rubrica minha.

Vizinho – Quem matou aquela mulher?

(Vizinhos cochichando entre si.)

Vizinho – Dizem que foi ele!

Vizinho - Mentira!

Segunda cena trabalhada

(O Noivo levou D. Eduarda para o bordel onde a mãe morta trabalhava. Por vingança, ele tirou a matriarca dos Drummond de casa para mostrar a Misael que nada adiantou ter matado uma prostituta para ter um casamento feliz. Apaixonada pelo ex-noivo da filha, D. Eduarda pede para morrer. Quer conhecer a tal Ilha onde as prostitutas mortas habitam. O Noivo tem prazer em dizer que ela nunca conhecera essa Ilha, já que apenas as mulheres da vida podem mudar-se pra lá.)

D. Eduarda – (...) Porém, se eu morrer, quero que tu me ensines o caminho da ilha...

Noivo (patético) - A ilha!

D. Eduarda – ... essa ilha onde tua mãe está... Onde tua mãe vive depois de morta...

Noivo (*acariciando-a nos cabelos*) – Tu não entrarias lá, não conseguirias entrar lá... Só elas (indica as meretrizes) podem entrar... A ilha das prostitutas mortas...

Terceira cena trabalhada

(Misael, atormentado pelo assassinato que cometera começa a perceber na família os olhares de condenação. A esposa, D. Eduarda, tem fortes suspeitas contra o marido, mas não assume sua dúvida. Misael está cansado das recriminações veladas e explode, querendo esclarecer os fatos para que possam finalmente resolver suas vidas. A esposa, submissa, prefere não saber a verdade.)⁵⁹

Misael – Era assim que me olhavam no banquete... E é assim que me olha o noivo de tua filha... Não dizes nada? Por que não continuas falando nessa mulher? És mãe e falas numa morta que não é tua filha. Mas tu sabes, não sabes?

D. Eduarda (num sopro) - Sei.

Misael – Sabes que me acusam... Dizem que fui eu que matei, que sou esse assassino que nunca descobriram... Aqui nesta casa já falaram sobre o crime e sobre a infâmia que dizem de mim...

D. Eduarda – Menos eu.

Misael – Menos você... Você não falou nunca... Vira o rosto quando surge o assunto; ou foge... E por que você, hoje, só fala nisso? Sabes por que me acusam? Porque, dias antes do crime, me viram com essa mulher... Ela me procurou duas ou três vezes por causa de um conflito no cais do porto... Houve o processo e eu, como advogado, recebi a mulher, pouquíssimas vezes... (para a mulher, baixo) Eduarda...

D. Eduarda (*gritando*) – Eu sei o que vais perguntar. Mas não respondo!

Misael (segurando a mulher pelos dois braços) – Achas que eu sou...

D. Eduarda (virando o rosto num sopro de voz) - Não sei.

_

⁵⁹ Rubrica minha.

Misael – ... Achas que eu sou o assassino?

D. Eduarda (*desesperada*) – Disse que não respondia!

Misael – Responde!

D. Eduarda (*chorando*) – E te importa saber o que eu penso?

Misael (*selvagem*) – Sou o assassino?

(Pausa. Os dois se olham.)

D. Eduarda (*suplicante*) – Quero responder e não posso.

Misael – E nem precisas responder... Sei o que pensas... Olha para mim – assim...

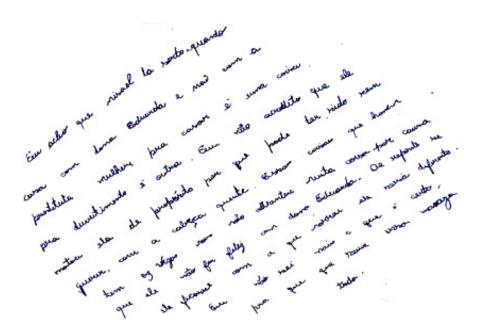
D. Eduarda (*selvagem*) – Não quero ouvir uma palavra tua!

Misael – Tens a suspeita e, além da suspeita, o desejo de que tenha sido eu o assassino... Queres que seja eu esse homem que nunca descobriram... Fala! Queres que eu tenha sido o assassino?

D. Eduarda (soluçando) – Não quero! Juro que não quero!

Anexos

Depoimentos sobre as cenas trabalhadas



Depoimento 1- Duran

abrever de leacum volucie abrit at esperiore de la compone de consider a consider a considera a como a considera a como a considera a como a considera a como a considera a considera a considera a considera con en esta a considera con en en considerace.

Depoimento 2- Max Overseas

20	delo	6UE	15 AEL	ERA	A PACKO NA	to PELA	ESPOSA	DELE	ř
toi Pos	180	ONE E	E 0151	ACHOU	A 7800	fitV † 4-		10	
ÉLA	ERA	UMA	AMEA	4 9	ra ele: Presida	MAS E	RA 30	橑	MDÔ
114	CORRE	TiVo	NELA.	NÃO	PRESIDA	VA M	R.		

Depoimento 3- Ciro

Mind tinha hating po rator a postitit par aux rapor situal lacil mas rapor sirve ale sul participar es are social sirve ale dela de consider es are social and condition es are social and continued of the consideration of the sirve estate and estate and

Depoimento 4- Duran

Depoimento 5- Pedro Pedreiro